UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Valderiza Almeida Menezes

Corpo de batalha, corpo de luta: prostitutas entre a liberação de costumes e o associativismo (Fortaleza 1970-1990)

Florianópolis
2020

Valderiza Almeida Menezes

Corpo de batalha, corpo de luta: Prostitutas entre a liberação de costumes e o associativismo (Fortaleza 1970-1990)

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Janine Gomes da Silva
Coorientadora: Profa. Dra. Joana Maria Pedro

.

Florianópolis
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Menezes, Valderiza Almeida
Corpo de batalha, corpo de luta: prostitutas entre a liberação de costumes e o associativismo (Fortaleza 1970 1990) / Valderiza Almeida Menezes ; orientador, Janine Gomes da Silva, coorientador, Joana Maria Pedro, 2020.
314 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. História. 2. Prostituição. 3. Liberação Sexual. 4. Associativismo. 5. Fortaleza. I. Silva, Janine Gomes da. II. Pedro, Joana Maria. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

Valderiza Almeida Menezes

Corpo de batalha, corpo de luta: Prostitutas entre a liberação de costumes e o associativismo (Fortaleza 1970-1990)

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Ana Rita Fonteles Duarte
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dra. Roselane Neckel
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Profa. Dra. Soraia Carolina Mello
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em História

_____
Prof. Dr. Lucas de Melo Reis Bueno
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

_____
Profa. Dra. Janine Gomes da SIlva
Orientadora

Florianópolis, 2020.

Para Leonardo, companheiro

nessa estrada de fazer o sonho acontecer

AGRADECIMENTOS

Esta parte da tese não é menos criteriosa do que as outras. O receio de esquecer alguém especial se faz sempre presente. Escrever este trabalho não foi fácil e poderia ter sido mais complicado ainda sem o apoio de algumas pessoas. Começo então agradecendo a minha mãe, a quem também dedico este trabalho. Sem o amor, incentivo e apoio dela, eu certamente não teria conseguido. Agradeço também ao meu pai e meus irmãos e agradeço até aos meus sobrinhos que por diversas vezes me atrapalharam enquanto eu estudava. Sigo firme com o desejo de que tenhamos futuramente mais um/a historiador/a na família.

Assim como fiz nos agradecimentos da dissertação, agradeço também aos meus professores do ensino fundamental e médio que, de diferentes maneiras, me motivaram e possibilitaram estar agora escrevendo os agradecimentos de uma tese. Alguns deles sabiam, antes de mim, que eu era capaz. Às minhas amigas de longa data, Juliana e Taliana (esta deve estar com raiva de mim, pelo meu sumiço) agradeço por todo carinho. Nosso trio é pra sempre.

Agradeço aos amigos da Universidade Federal do Ceará (UFC). *Beijones* para a turma do Leonardo que hoje é minha também. Muito obrigada pelas palavras de "incentivo" e pelos momentos de descontração, Amanda Queiroz, Hévila de Lima, Pedro Parente, Jander Feitosa, Witor Hugo Larrea e Daniel Goiana. Da UFC, onde fiz minha graduação e mestrado, também agradeço à Joyce Mota e ao Rones Mota, amigos do mestrado que pretendo levar pra sempre.

A aqueles que fazem o Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero (GPEHG) agradeço pelas trocas iniciadas ainda em 2009 e que foram, certamente, fundamentais para a historiadora que sou hoje.

Da UFC agradeço ainda ao Thiago Nobre e à Thayane Lopes, essa dupla que eu amo. A Thay merece um agradecimento especial. Ela é minha companheira de pesquisa, de leitura, de dúvidas, de risos, de carnaval, de raiva, de bar. Agradeço também por ter me ajudado na pesquisa e por me dizer, de diversas formas, que ia dar certo. Nossa torcida é recíproca!

Agradeço às amigas do "auge": Flávia Regina Ramos, Dulce Oliveira e Verônica Alves. Obrigada pela companhia e torcida! Esta última merece meu agradecimento especial. Verônica, agradeço por nossa amizade, pelos áudios, pelos memes, pelas figurinhas e por se fazer tão presente e trazer sempre a descontração que eu precisava em momentos tão complicados.

Às minhas turmalinas paraíba: Sylvia Brito, Jon Sousa, Fabíolla Furtado e Laércio Teodoro da Silva, obrigada pela companhia sempre e por dividirem comigo as alegrias e angústias desses anos de escrita, por me fazerem sorrir com as mensagens e por jogarem

verdades na minha cara. E Laércio, isso é muito clichê, mas eu nem tenho palavras pra agradecer por sua amizade e por sua presença diária na minha vida.

Agradeço aos amigos e às amigas do Laboratório de Estudos em Gênero e História (LEGH/UFSC) pelas trocas maravilhosas. Agradeço especialmente à Lídia Bristot, Josiely Koerich, Rebecca Corrêa e Morgani Guzzo, minhas amoras. Mogui, você mora no meu coração. Muito obrigada por toda a ajuda de sempre.

Gostaria de agradecer ainda à Fernanda Arno e à Silvia Correia, amigas de turma de doutorado e duas mulheres inspiradoras. Agradeço ainda ao Rodrigo Prates, essa pessoa maravilhosa que é quase da minha turma também. Ao Elias Veras e ao Leandro Maciel agradeço todo o apoio e incentivo desde à época da inscrição no processo seletivo. Para este último, um agradecimento especial pela disponibilidade em sempre ajudar, seja com bibliografia à época da seleção, com a indicação de locais para morar e fazer compras em Floripa e por tirar um milhão de dúvidas ao longo de toda essa jornada. Valeu demais, *cumpadi*! À Monique Prada e à Alice Oliveira agradeço a atenção, disponibilidade e apoio para que eu encontrasse as minhas entrevistadas. Este trabalho não seria o mesmo sem essa ajuda fundamental. Sou muito grata ainda aos meus professores no Doutorado: Aline Silveira, Henrique Espada, Beatriz Mamigonian, Marcos Montysuma, Cristina Scheibe Wolff e Ana Maria Veiga.

À professora Joana Maria Pedro os meus mais sinceros agradecimentos. É um prazer ter como coorientadora alguém tão humana e compreensiva. Aproveito para agradecer a sua atenção quando lhe falei dessa possibilidade de pesquisa ainda na minha defesa de dissertação e por todas as críticas e comentários feitos durante as orientações. Agradeço também à professora Luzinete Minella. Para mim, foi muito especial ter no exame de qualificação a autora de escritos tão fundamentais nas minhas pesquisas. E por falar em qualificação, agradeço também à professora Flávia Motta, pelos apontamentos valiosos que fez naquela ocasião.

Agradeço imensamente à minha orientadora, professora Janine Gomes da Silva, pela paciência, carinho, indicações de leitura, críticas e observações e saliento que, apesar de sua orientação, assumo quaisquer equívocos apresentados nesta tese. Às professoras Roselane Neckel, Ana Rita Fonteles e Soraia de Mello, agradeço pela disponibilidade em aceitar participar desta banca. Quanto à Ana Rita, sou muito grata também por este belo reencontro.

Gostaria de agradecer também a várias outras pessoas que ajudaram na realização deste trabalho, como os funcionários dos arquivos e das bibliotecas e desconhecidos que deram dicas durante as apresentações de trabalhos. Serei sempre grata às narradoras que tornaram esta tese possível. Obrigada por partilharem comigo tantas memórias.

Não posso deixar de agradecer também ao Seu Marcelo e à Dona Keila, pelo apoio de sempre. Agradeço ainda à Carol Morais e ao Rhaul Rolim, pela amizade.

Ao corpo docente e discente da E.M. Reitor Pedro Teixeira Barroso agradeço muitíssimo pelo aprendizado. Voltar à escola pública (dessa vez como professora) foi uma experiência maravilhosa e sou grata especialmente às queridas e bonitas Nice Alcântara, Juliana Alves, Neiva Jucá, Tereza Bitú, Fabrícia Maria Gonçalves, Cláudia Rejane e Mariza Santos. Vocês são muito especiais para mim!

Meus agradecimentos se dirigem também ao presidente Lula e à presidenta Dilma, por tudo o que fizeram pela educação nesse país e ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – por viabilizar esta pesquisa.

Mulher da Vida,
Minha irmã.
De todos os tempos.
De todos os povos.
De todas as latitudes.
Ela vem do fundo imemorial das idades
e carrega a carga pesada
dos mais torpes sinônimos,
apelidos e ápodos:
Mulher da zona,
Mulher da rua,
Mulher perdida,
Mulher à toa.
Mulher da vida,
Minha irmã[...]

Cora Coralina, 1975

RESUMO

Esta pesquisa buscou refletir historicamente sobre a prostituição na cidade de Fortaleza-Ceará entre os anos de 1970-1990. O período é reconhecido pela liberação sexual, grande divulgação de métodos contraceptivos medicalizados (como as pílulas anticoncepcionais, dispositivos intrauterinos e laqueadura de trompas), forte discussão acerca do controle de natalidade e, por fim, pelo surgimento da AIDS, aspectos que, segundo alguns discursos da época, fariam com que a atividade da prostituição entrasse em declínio. Nesse sentido, o foco específico desta tese está nas representações acerca da atividade, bem como na relação das prostitutas com seus corpos e no que se refere a temas como o direito à cidade, ao trabalho, aos usos da contracepção, à prática do aborto e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (que estariam em recrudescimento no período analisado) e AIDS. As principais fontes utilizadas para a discussão empreendida foram jornais de grande circulação na capital do Ceará, documentos da BEMFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil), entidade que atuava na distribuição de anticoncepcionais e, posteriormente, na conscientização contra a AIDS, bem como entrevistas realizadas com mulheres que trabalharam como prostitutas entre as décadas mencionadas. A pesquisa demonstrou que algumas vivências das prostitutas, assim como seus discursos, mais as aproximavam do que as afastavam de mulheres não prostitutas, ainda que a figura da "puta" continuasse a ser constantemente acionada como o oposto da "mulher ideal" na intenção de minorar uma pretensa liberação sexual. Além disso, foi possível constatar que, mesmo exacerbando o preconceito já existente em relação à sua atividade, foi com o surgimento da AIDS que as prostitutas conquistaram espaços – com a criação da Associação das Prostitutas do Ceará (APROCE) – e que positivou-se o termo "mulher pública". Os documentos supracitados permitiram identificar aquiescências, recusas e adaptações das representações identificadas e também a visualização das prostitutas como pessoas detentoras de agência, que consideram suas demandas e visões de mundo, ainda que dentro de suas possibilidades. Assim como a bibliografia com a qual se dialogou, negou-se a vitimização das mulheres que ofertavam serviços sexuais e recusou-se uma visão que valoriza agentes científicos de produção da verdade em detrimento das pessoas com suas concepções e subjetividades. Buscou-se ouvi-las, nesse sentido, não apenas com a intenção de compreender aspectos materiais do passado, mas também como forma de contribuir para a atenuação de sua invisibilidade.

Palavras-chave: Associativismo. Corpo. Fortaleza. Liberação Sexual. Prostitutas.

ABSTRACT

This research sought to reflect historically on prostitution in the city of Fortaleza-Ceará between the years 1970-1990. The period is recognized by sexual liberation, widespread dissemination of medicalized contraceptive methods (such as birth control pills, intrauterine devices and tube sterilization), strong discussion about birth control and, finally, the emergence of AIDS (acquired immunodeficiency syndrome), aspects that, according to some discourses of the time, would cause the activity of prostitution to decline. In this sense, the specific focus of this thesis is on representations about the activity, as well as on the relationship of prostitutes with their bodies and on issues such as the right to the city, work, the use of contraception, the practice of abortion and the prevention of sexually transmitted diseases (which would increase in the period under analysis) and AIDS. The main sources used for the discussion were newspapers of great circulation in the capital of Ceará, documents of BEMFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil), entity that acted in the distribution of contraceptives and, later, in the awareness against AIDS, as well as interviews with women who worked as prostitutes between the decades mentioned. The research showed that some experiences of prostitutes, as well as their discourses, brought them closer than distanced them from women who were not prostitutes, although the figure of the "whore" continued to be constantly activated as the opposite of the "ideal woman" in order to lessen the intended sexual liberation. In addition, it was possible to verify that, even exacerbating the prejudice already existing in relation to their activity, it was with the emergence of AIDS that prostitutes conquered spaces - with the creation of the Associação de Prostitutas do Ceará (APROCE) – and turned positive the term "public woman". The aforementioned documents made it possible to identify acquiescences, refusals and adaptations of the identified representations and also the visualization of prostitutes as people with agency, who consider their demands and worldviews, even if within its possibilities. As well as the bibliography with which this thesis dialogue, we denied the victimization of women who offered sexual services and refused a vision that values scientific agents of truth production to the detriment of people with their conceptions and subjectivities. We pursued to listen to them, not only with the intention of understanding material aspects of the past, but also as a way of contributing to the attenuation of their invisibility.

Keywords: Associativism. Body. Fortaleza. Sexual liberation. Prostitutes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Zona de prostituição da Avenida Aquidaban.....49
Figura 2 – Bar Oitão Preto 53
Figura 3 – Porto do Mucuripe 67
Figura 4 – A entrevistada M.A.M.S. na boate Fascinação 73
Figura 5 – Precisa-se de domésticas 74
Figura 6 – Oferta de massagem relaxante 74
Figura 7 – Propaganda *Free Girls* 75
Figura 8 – Meninas no Farol 82
Figura 9 – A relevância das creches no *Brasil Mulher*.....83
Figura 10 – Registro da assembleia geral da APROCE (1991) 85
Figura 11 – Sinopse de "O paraíso perdido" 92
Figura 12 – Sinopse de "Os indecentes".....92
Figura 13 – Sinopse de "Sexo com sorriso".....92
Figura 14 – Sinopse de "O touro indomável" 93
Figura 15 – Prostitutas em mesa de bar no Farol 108
Figura 16 – Propaganda do motel Eldorado 109
Figura 17 – Propaganda do motel Castelinho 109
Figura 18 – Salete à espera de clientes.....110
Figura 19 – Propaganda do *Anacyclin* 121
Figura 20 – *Boletim da BEMFAM* 123
Figura 21 – *População & desenvolvimento* 123
Figura 22 – Crianças em zona de prostituição 124
Figura 23 – Anúncio da clínica da BEMFAM em Fortaleza (1986) 136
Figura 24 – Propaganda do medicamento *Benzetacil* 139
Figura 25 – Imagens para aconselhamento – use camisinha 149
Figura 26 – Imagens para aconselhamento – novas condutas 151
Figura 27 – Prostituta entrevistada pela BEMFAM em Alagoas 158
Figura 28 – Imagens para aconselhamentos – DSTS 166
Figura 29 – Imagens para aconselhamentos – Pílula e HIV 166
Figura 30 – Imagens para aconselhamento – Camisinha e violência 167
Figura 31 – Imagens para aconselhamento – Questão de gênero 168
Figura 32 – Cartaz BEMFAM 170

Figura 33 – Propaganda Alcatueba.....172
Figura 34 – Filme pornográfico em cartaz em Fortaleza 177
Figura 35 – Propaganda da pílula anticoncepcional *Neovlar* 182
Figura 36 – Prostituta no farol 1 184
Figura 37 – Prostituta no farol 2 184
Figura 38 – Criança nascida com anomalia..... 203
Figura 39 – Anúncio de farmácia com valor do *Cytotec* 206
Figura 40 – Cartelas de pílulas apreendidas 208
Figura 41 – A ligação entre prostituição e as DSTs nos jornais 235
Figura 42 – Dúvidas sobre "doenças venéreas" 237
Figura 43 – Dúvidas sobre exames pré-nupciais 237
Figura 44 – Propaganda do preservativo *Jontex* 239
Figura 45 – As multiplicadoras e a orientadora Lourdinha Muniz 262
Figura 46 – Assembleia da APROCE na boate da Eunice.....271

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População rural do Ceará entre os anos de 1930 e 1970.....66
Tabela 2 – População urbana do Ceará entre os anos de 1940 e 1970.....66
Tabela 3 – Estatísticas de atendimento dos anos iniciais de atuação da BEMFAM.....136
Tabela 4 – Volume anual de vendas do *Cytotec*, realizado pelo BIOLAB, no período de 1987-1992, em todo território brasileiro.....213
Tabela 5 – Estatística da sífilis no Ceará 273

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Prostituição em Fortaleza.....52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – Ato Institucional

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

AMOCAVIM – Associação de Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa

APROCE – Associação das Prostitutas do Ceará

BEMFAM – Sociedade Bem-Estar Família Brasil

CEPSH – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CDC – Center for Disease Control and Prevention

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNMB – Conselho Nacional de Mulheres do Brasil

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COYOTE – Organização Americana de Direitos dos Trabalhadores do Sexo (Call Off Your Old Cired Ethics).

DEF – Dicionário de Especialidades Farmacêuticas

DEPES – Departamento de Pesquisas Sociais da BEMFAM

DIU – Dispositivo Intra-Uterino

DST – Doença Sexualmente Transmissível

EMCETUR – Empresa Cearense de Turismo

ESG – Escola Superior de Guerra

FEBEMCE – Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor – Ceará

GACC – Grupo de Apoio às Comunidades Carentes

GAPA – Grupo de Apoio à Prevenção da Aids

GRAB – Grupo de Resistência Asa Branca

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

IPPF – Estrutura Internacional de Práticas Profissionais

IST – Infecção Sexualmente Transmissível

JOC – Juventude Operária Católica

LBA – Legião Brasileira de Assistência

MEAC – Maternidade-Escola Assis Chateaubriand

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde

PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PNB – Produto Nacional Bruto

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDN – União Democrática Nacional

UMC – União de Mulheres Cearenses

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

VDRL – Veneral Disease Research Laboratory

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....20
CAPÍTULO 1 – PROSTITUTAS EM FORTALEZA: CORPO, TRABALHO E SAÚDE REPRODUTIVA EM MEIO À LIBERAÇÃO DE COSTUMES.....43
1.1 O caminho das "mariposas": tentando localizar a prostituição em Fortaleza.....45
1.2 "A gente precisa é viver, de qualquer jeito": mulheres trabalhando.....65
1.3 A noite silenciada? Prostitutas entre pílulas e liberação sexual.....87
CAPÍTULO 2 – "MUITO PRAZER": A BEMFAM E AS PROSTITUTAS".....115
2.1 Prostitutas e pílulas 117
2.2 Prostitutas e patologias.....134
2.3 Prostitutas e prazer.....156
CAPÍTULO 3 – TRABALHO, CONTRACEPÇÃO E ABORTO ENTRE AS PROSTITUTAS.....174
3.1 "Mulher buchuda não ia dar lucro dentro do cabaré": contracepção entre prostitutas.....176
3.2 As garrafadas e o *Cytotec*.....200
CAPÍTULO 4 – CORPO DE BATALHA, CORPO DE LUTA.....220
4.1 "Pra cima dele eu não ia": cuidados com o corpo e doenças sexualmente transmissíveis.....222
4.2 "Minha boca é pra beijar meus filhos" ou "eu me apaixono é pelo dinheiro dele": o que pode e o que não pode no programa.....241
4.3 De "foco" a "multiplicadoras": o projeto *inter-aide* e a fundação da APROCE.....258
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....278
LISTA DE FONTES.....282
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....292
APÊNDICE A – SOBRE AS ENTREVISTADAS.....307
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....310

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....313

INTRODUÇÃO

> A função da pílula, naturalmente, é tornar o ato sexual "seguro", tanto antes ou durante o casamento; "seguro" aqui, significa evitar a gravidez. Para mim, o melhor argumento contra as relações sexuais antes do casamento sempre foi a possibilidade de ter um filho. Agora, porém, apareceu a pílula. Se uma moça fizer uso continuado dela estará livre da ameaça de um filho ilegítimo. Mas estará ela isenta da responsabilidade? O que é o ato sexual, quando não representa mais que um alívio ou um passatempo? Não é nada – é menos que nada. Torna-se enfadonho e até repugnante. Pensemos na *prostituta* e na sua penosa ronda noite após noite. Que maneira desgraçada e estúpida de ganhar o pão, que vida cruel e sem alegria – uma vida de cão! (BUCK, 1968, p. 51)

O texto acima foi extraído do artigo "A pílula e a jovem solteira" de Pearl S. Buck e divulgado pela Revista *Seleções do Reader's Digest*, em junho de 1968. Nele é discutido o uso da pílula anticoncepcional[1], um método contraceptivo que viria a ser um dos símbolos da liberação sexual a partir dos anos 1960. É perceptível, no texto em questão, para quem a pílula se destinava: às mulheres casadas. Para a mulher solteira, seu uso é rechaçado, já que a utilização poderia fazer com que esta se assemelhasse à prostituta, em sua forma "desgraçada" de "ganhar o pão".

As discussões que serão feitas nesta tese surgiram como questões ainda quando escrevíamos nossa dissertação de mestrado, entre os anos de 2010 e 2012. Fontes como a que iniciamos este trabalho nos fizeram pensar sobre a forma como foi vivida a contracepção medicalizada em um contexto de liberação dos costumes entre mulheres prostitutas. De que forma os anticoncepcionais teriam impactado a vida e atividade da mulher que ofertava serviços sexuais entre os anos de 1970 e 1990? Foram benéficos – na medida em que permitiriam às prostitutas desenvolver seu trabalho sem o temor de uma gravidez indesejada – ou as prejudicaram, já que garantiriam, para todas as mulheres que os utilizassem, uma maior liberdade para a vivência da sexualidade, tornando desnecessários os seus serviços? Esta foi uma das primeiras indagações que nos fizemos.

Sem restringir nossa problemática ao tema da contracepção, nos interessa, nesta tese, perceber de que maneira as prostitutas passaram a ser percebidas e representadas no recorte temporal mencionado – entre os anos de 1970 e 1990 – na cidade de Fortaleza, no Ceará. Nosso

[1] A pílula anticoncepcional foi criada por Jonh Rock e Gregory Pincus, estudiosos americanos que vinham realizando testes em mulheres do Porto Rico e do Haiti desde 1956. Em maio de 1960, o ENOVID – pílula que combinava progesterona sintética com estrogênio – começou a ser vendida nos Estados Unidos, lançada pelo laboratório Searle. No ano de 1961 a pílula chegou a alguns países da Europa e na Austrália, fabricada pelo Laboratório Schering AG e em 1962 chegava ao Brasil. (SOUZA JUNIOR, 2006, p. 20).

objetivo é, ainda, refletir sobre suas práticas, que buscamos acessar através de suas memórias acerca daquela situação histórica, reelaborando o passado a partir do contraste entre as fontes.

A opção por aquelas décadas justifica-se por ter sido um momento chave na maior divulgação dos métodos contraceptivos medicalizados[2], como pílulas anticoncepcionais, DIUs – dispositivos intrauterinos – e laqueaduras de trompas, caracterizado pelo aumento da presença das mulheres no espaço público, pela forte atuação da BEMFAM[3] (entidade que distribuía pílulas anticoncepcionais e inseria DIUs em mulheres pobres desde 1965) e de significativo debate sobre o prazer/orgasmo feminino. Foi ainda um momento de discussão sobre o que foi chamado de "recrudescimento das Doenças Sexualmente Transmissíveis – DSTs" e, posteriormente, de surgimento da AIDS[4]. Ao fim do recorte temos uma época de fundamental importância para a organização, a nível nacional e internacional, dos movimentos prostitutas[5].

Para a cidade de Fortaleza, apesar de já existirem trabalhos que discutem a prostituição nas décadas de 1970 e 1980, nenhum deles se propõe a refletir sobre as possíveis consequências da liberação sexual para o desenvolvimento/manutenção da atividade das prostitutas, mesmo que as duas questões fossem amplamente discutidas em periódicos da época, por vezes em uma mesma matéria. Por outro lado, ainda que muitas prostitutas participem com certa regularidade como entrevistadas em pesquisas acadêmicas de variadas áreas, questões como os usos da contracepção e o associativismo não lhes foram lançadas ou debatidas de maneira mais aprofundada para o período que elegemos. Assim, nossa escolha pela cidade de Fortaleza se fez pela existência de pelo menos duas importantes zonas de prostituição na cidade à época, bem

---

[2] Para Elizabeth Meloni Vieira, a tese da medicalização do Ocidente vem sendo discutida desde os anos 1970 por autores como Illich (1975) e Miles (1991). Baseando-se nos escritos deste, Meloni aponta que medicalizar seria "transformar aspectos da vida cotidiana em objeto da medicina de forma a assegurar conformidade às normas sociais". A medicalização do corpo feminino, para a autora, se caracterizaria pelas implicações específicas da reprodução humana. (VIEIRA, 2002. p. 19).

[3] A BEMFAM – Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil – foi criada durante a XV Jornada Brasileira de Obstetrícia e Ginecologia, no Rio de Janeiro, em 1965. Com a intenção, segundo seus criadores, de agenciar o planejamento familiar e reduzir o número de abortos realizados no Brasil ela recebeu, dois anos depois, o financiamento da IPPF (Federação Internacional de Planejamento Familiar), uma entidade que foi criada em 1952 e que possui sede em Londres. Teve forte atuação principalmente nos estados do Nordeste Brasileiro, onde distribuiu pílulas anticoncepcionais e inseriu DIUs em mulheres pobres. Suas ações receberam muitas críticas da sociedade em geral, pois foram várias as denúncias de que esta entidade estaria realizando esterilizações sem consentimento das mulheres. Criticada pelas esquerdas, por parte dos militares e por feministas, foi identificada como um órgão a serviço dos países de primeiro mundo, com intenções imperialistas.

[4] De acordo com Maria Cristina da Costa Marques, a AIDS ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida foi identificada pela primeira vez em 1981, nos Estados Unidos. Segundo a autora o "Center for Disease Control and Prevention (CDC), órgão governamental americano, anunciou que uma nova patologia estava atingindo homens que tinham em comum o fato de serem homossexuais e, em alguns casos, de usarem drogas injetáveis. (MARQUES, M.C.C., 2003. p. 39).

[5] Esses movimentos pioneiros possuíam como principais questões a luta contra a discriminação e a violência e o reconhecimento da sua cidadania (RODRIGUES, M.T., 2009).

como pela presença na BEMFAM naquele local, desde os anos 1970, e por ter sido o município onde surgiu uma das primeiras associações de prostitutas do país: a APROCE – Associação das Prostitutas do Ceará.[6]

Voltando ao recorte temporal, é preciso lembrar que este se refere a um período de transição, indo da ditadura militar à redemocratização. Para Simone Grilo Diniz, Cecília de Mello e Souza e Ana Paula Portella, o período mais repressivo da ditadura militar no Brasil ocorreu entre 1968 e 1974, momento que coincidiu com um forte crescimento econômico e industrialização. O chamado "milagre econômico", entretanto, se fez gerando uma grande dívida externa, bem como um aumento da separação entre ricos e pobres.

Ao mesmo tempo, foi um período de profundas modificações na posição das mulheres e no mercado de trabalho. Os empregos ocupados por elas, entretanto, eram aqueles de menor remuneração: no meio urbano, a maior parte das trabalhadoras estava nos serviços domésticos (GRILO; SOUZA; PORTELLA, 2005, p. 55-56). A maioria das nossas entrevistadas, mulheres pobres, fez parte dessa realidade, trabalhando inicialmente como empregadas domésticas e posteriormente como prostitutas (em cabarés ou praças e bares no Centro de Fortaleza)[7].

Na década de 1980, inflação, desemprego, recessão e a queda no investimento social e na qualidade dos serviços públicos fez com que a "sobrecarga doméstica imposta às mulheres pobres" aumentasse. Foi um momento de transição para a democracia, quando surgiram muitos movimentos sociais, que teriam papel fundamental para que uma nova Constituição fosse promulgada em 1988. Aquela carta constitucional foi considerada uma das mais progressistas do mundo, ainda que, muitas vezes, não houvesse/haja correspondência entre seus princípios e sua real implementação (GRILO; SOUZA; PORTELLA, 2005, p.56)

Segundo Adriana Piscitelli, existe um cenário feminista heterogêneo de posicionamentos no que se refere à prostituição. Para ela, durante aqueles anos – 1970 e 1980 –, feministas do mundo anglo-saxão se debatiam em "guerras de sexo" quando o assunto era prostituição e pornografia. O mesmo, porém, não ocorria no Brasil, visto que a questão não fazia parte do "leque de principais inquietações do movimento" que era profundamente marcado pela luta contra a ditadura militar (PISCITELLI, 2012, p.14).

---

[6] Atualmente a associação encontra-se desmobilizada, situação que teve início em 2013, com a morte de Rosarina Sampaio, uma importante liderança que foi presidente da entidade durante alguns anos. Em 2010, de acordo com bibliografia consultada, a APROCE desenvolvia trabalhos educativos sobre sexualidade, distribuía preservativos e incentivava a busca por serviços de saúde. Na Associação trabalhavam educadoras, prostitutas e ex-prostitutas que eram multiplicadoras de saúde (AQUINO; XIMENES; PINHEIRO, 2010).

[7] Ao final desta tese, como apêndice, consta uma pequena biografia de cada narradora desta pesquisa.

A questão é complexa e atualmente o debate feminista tem dado uma maior atenção aos limites da autonomia e da livre escolha bem como às consequências advindas do comércio do sexo, como afirma Luís Felipe Miguel. Segundo o autor, algumas estudiosas defendem que a prostituição seria um trabalho remunerado como outro qualquer, não havendo grande diferença entre os limites que fazem com que uma mulher opte por ser prostituta ou empregada doméstica (visão falha, para o autor, por não considerar casos de exploração sexual ou a inferior condição da mulher no mercado de trabalho). A legalização, nesse sentido, seria fundamental para tornar as profissionais do sexo menos vulneráveis à violência, seja a cometida por clientes ou mesmo pela polícia (MIGUEL, 2014, p. 140).

Contrárias à legalização, já que não admitem qualquer regulamentação, estariam as feministas favoráveis à descriminalização da prostituição. O posicionamento de algumas destas, ainda de acordo com Luís Felipe Miguel, é considerado como algo próximo ao "libertarianismo" ultraliberal que defende o Estado mínimo e um máximo de mercado. Sua forma de entender a questão, entretanto, estaria em desacordo com valores do feminismo, dentre outros aspectos, por não refletir criticamente sobre a importante noção de "agência" individual (MIGUEL, 2014, p. 141-142).

Para Anthony Giddens, "agência" tem relação com poder e com eventos dos quais os sujeitos são executores, considerando que, em determinado momento de sua sequência de conduta, eles poderiam ter agido de outra maneira (GIDDENS, 2003, p.10). "Atuar de outro modo", é, para o autor, intervir ou abster-se de intervir com o intuito de alterar um processo ou estado específico; perder a capacidade de "criar uma diferença" é, portanto, deixar de ser agente. O poder, de acordo com Anthony Giddens, pressupõe "relações regularizadas de autonomia e dependência entre atores ou coletividades em contextos de interação social." Entretanto, todas as formas de dependência apresentariam recursos – meios pelos quais o poder é exercido durante a interação – através dos quais é possível que dependentes influenciem os superiores (GIDDENS, 2003, p.18-19).

Flávia Biroli alerta, porém, que ao falarmos em "agência" não é possível negligenciar a posição concreta das pessoas em determinada sociedade. Para a autora, "desigualdades estruturais impactam as possibilidades de auto definição e as oportunidades disponíveis para as pessoas" (BIROLI, 2014, p.110) Assim, ao estabelecermos um diálogo entre a autora e o autor, podemos dizer que, ainda que existam os "recursos" de que fala Giddens, não podemos esquecer a vida concreta dos indivíduos: "criar uma diferença" pode ser dificultado por "desigualdades estruturais".

A reflexão sobre escolha e autonomia estaria pouco presente nas discussões de feministas favoráveis ao fim do comércio do sexo, que focam sua atenção no tráfico de mulheres e em outras coerções, além da falta de alternativas para as mulheres. (BIROLI, 2014, p.142-143). A crítica que se faz a esse enfoque estaria na vitimização e na descrença da prostituição como uma escolha deliberada. Inconscientes, desprezadas e dominadas, essas mulheres seriam vítimas precisando de salvação. Nosso trabalho recusa essa visão e, como poderemos perceber principalmente nos capítulos três e quatro, as prostitutas entrevistadas não corroboram, na maior parte do tempo, com essa forma de representação.

A discussão sobre o comércio sexual não é recente. Como aponta Raquel Sohiet (2015), desde o século XIX autoridades médicas e científicas, religiosos e políticos – notadamente homens – vêm discutindo se a prostituição deve ser legalizada, abolida ou proibida. O internamento, por exemplo, foi bastante discutido na segunda metade do século XIX, na França. O chamado "regulamentarismo" previa o isolamento das prostitutas em bordéis e o acompanhamento médico, bem como um forte controle policial. Sobre os clientes, porém, nada se falava, o que causou insatisfação em um grupo liderado pela feminista inglesa Josephine Butler que iniciou uma campanha pela abolição da regulamentação estatal da prostituição (SOHIET, 2015, p. 553).

> De acordo com Sérgio Carrara (1994), os regulamentaristas acreditavam que a prostituição seria impossível de ser erradicada e, assim, deveria ser controlada com o objetivo de cumprir uma importante função social: canalizar os impulsos sexuais dos homens para que estes não fossem direcionados às "moças de famílias". Este reconhecimento oficial e legal da prostituição causava indignação nos abolicionistas que viam nele o reforço de uma dupla moral, permitindo aos homens o exercício sexual fora do casamento, algo impensável para as mulheres (CARRARA, 1994, p.79).

> O Brasil teve seu meio médico-sanitarista e polícia de costumes, durante muito tempo, influenciado pelo regulamentarismo francês, principalmente na figura do médico Alexandre Parent-Duchâtelet. Professor da Escola de Medicina, membro do Conselho de Salubridade de Paris e da Academia Real de Medicina, Duchâtelet teve sua vida dedicada à procura de focos de contágio de doenças epidêmicas na capital francesa. Para ele, os esgotos e as prostitutas eram os receptores dos dejetos humanos devendo estas últimas ser controladas pela polícia (ENGEL, 1988, p. 54).

Somente a partir dos anos 1920 uma nova corrente passaria a predominar nos meios médicos no Brasil, assim como ocorreu anteriormente nos países europeus. O abolicionismo

veio então para as denunciar as falhas do regulamentarismo.[8] Além da já citada isenção do homem de qualquer responsabilidade, acreditava-se que o controle policial tinha feito com que a prostituição clandestina aumentasse e o registro legal das prostitutas impedisse uma possível "recuperação" (RAGO, 1985, p. 94). Assim, se o controle das prostitutas característico do regulamentarismo é criticável, a vitimização daquelas mulheres no abolicionismo também é.

Como aponta Michel Foucault (1988), "entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análises e de injunções o investiram." (FOUCAULT, 1988, p.29). Percebemos que a oferta de serviços sexuais é um tema que preocupa a administração pública e não seria diferente para o caso da cidade de Fortaleza, que desde fins dos anos 1920 tem intervenções no sentido de restringir a prostituição em determinados espaços da cidade.

Naquela época, prostitutas eram expulsas das áreas mais centrais da cidade, para que não fossem vistas pelas famílias abastadas que ali residiam. A tentativa – com traços regulamentaristas, pode-se dizer – de isolar as prostitutas em um só lugar nem sempre obteve êxito e pelo menos dois espaços da cidade ficaram conhecidos e também estigmatizados pela grande presença de cabarés. É o caso dos bairros Arraial Moura Brasil e Farol do Mucuripe.

Os estudos sobre a prostituição vêm ganhando espaço na disciplina histórica[9]. A ideia de que ela seria "a profissão mais antiga do mundo" colaborou para que, por muito tempo, estas mulheres ficasse na obscuridade. Ao pesquisar o mundo da prostituição em São Paulo em fins do século XIX e início do século XX, a historiadora Margareth Rago (1991), por exemplo, fala de um universo "povoado por muitos estereótipos e clichês"– e isso não apenas no senso comum. Segundo ela, "os lugares estão bem demarcados, as explicações prontas e as imagens projetadas sobre os personagens [...] parecem ter aderido aos corpos e se cristalizado."[10] Assim, entendemos ser necessário a desnaturalização daquelas mulheres e daquela atividade[11], abordando-as de acordo com suas especificidades, no tempo e no espaço.

---

[8] Dos meios médicos essa influência passou para os meios legais: em 1951 o Brasil assinou o Tratado Abolicionista Internacional, na ONU – Organização das Nações Unidas, comprometendo-se com a defesa da total eliminação da prostituição. (**BRASIL,** 2002. p.20).

[9] A título de exemplo podemos citar os trabalhos Pereira (2004), Pedro, Fáveri e Silva (2010) e Meiry (2015).

[10] Os trabalhos dos quais Rago fala apresentavam explicações econômicas da prostituição (prostituir-se por ser uma "vítima do sistema", para complementar o salário ou por falta de qualificação profissional), exibiam estas mulheres como *femmes fatales* ou a pensavam por um viés psicológico, onde traumas de infância tinham forte influência (RAGO, 1991. p. 21).

[11] Utilizamo-nos do termo "atividade" para nos referirmos ao trabalho desenvolvido pelas prostitutas, mas devemos ressaltar que foi apenas em 2002 que a prostituição foi incluída na CBO – Classificação Brasileira de Ocupações, documento que nomeia e reconhece as ocupações que existem no mercado do Brasil. Para Letícia Barreto, essa inserção não foi resultado de um movimento específico, mas de várias discussões ocorridas dentro das organizações de prostitutas (BARRETO, L. C. 2013. p. 109).

Para o período que abordamos, percebemos uma imagem forte, projetada sobre as prostitutas: as mudanças comportamentais advindas da liberação sexual – para qual a ascensão das pílulas anticoncepcionais é um fator importante – teriam causado uma considerável diminuição na procura pelos serviços ofertados pelas prostitutas, tornando-as obsoletas. Esse lugar demarcado (reproduzido inclusive em escritos acadêmicos), entretanto, fica menos definido quando analisamos periódicos e ouvimos aquelas mulheres.

Neste trabalho, defendemos que a imagem da prostituta foi por vezes utilizada para conter modificações nos comportamentos advindos da liberação sexual, sendo essas representações reproduzidas inclusive por elas, em alguns momentos. O uso da contracepção que, como sugere o texto que inicia esta introdução, teria sido comum entre as prostitutas em sua "vida de cão", não foi experimentado por elas de forma tão tranquila assim. O aborto, por sua vez, surge nos discursos como prática rejeitada ou, ao menos, geradora de arrependimentos: a maternidade segue enaltecida e naturalizada.

É possível dizer que um dos discursos que permeava as páginas dos jornais – de que as prostitutas não seriam mais "necessárias", visto que, com a mudança de comportamento, as pílulas e motéis as mulheres em geral estariam liberadas – tinha o objetivo de manter uma dupla moral e conter as mulheres que temiam se assemelhar às prostitutas. Essa tentativa de contenção, por sua vez, apesar de conservar o estigma[12] em relação às prostitutas, fez com que elas continuassem sendo "necessárias", favorecendo seus serviços. Vale ressaltar que aqui entendemos discurso como Michel Foucault: ele "não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar." (FOUCAULT, 1996, p.10)

A compreensão da sexualidade em Foucault também merece atenção neste trabalho: segundo o autor, a sexualidade é um "dispositivo histórico" e uma construção social que se forma a partir de variados discursos sobre o sexo (discursos regulatórios, normatizadores, produtores de "verdades" e instauradores de saberes) (FOUCAULT, 1979). O dispositivo, por sua vez, trata-se de um conjunto "heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.". A sexualidade é um

[12] Para Erving Goffman (2008), o termo "estigma" remonta aos gregos, que o utilizavam como forma de se referir a marcas corporais e destacar algo de extraordinário ou mau em quem as possuísse. Atualmente, aponta o autor, o termo é utilizado aplicado mais a "desgraça" do que "evidência corporal", referindo-se a qualidades depreciativas que causam descrédito e marginalidade aos sujeitos que as possuem. É possível dizer que o processo de estigmatização implica uma relação de poder, visto que, ao definir "marginais" (aqueles que não se adequam às normas) define também aqueles que seriam "normais" (GOFFMAN, 2008. p. 11-13).

dispositivo do qual "o dito e o não dito" são elementos e se faz na rede estabelecida entre esses elementos. (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Se a liberação sexual não causou a obsolescência dos serviços prestados pelas prostitutas e não alterou de forma significativa a maneira como elas eram compreendidas ("foco" de doenças ou "mal necessário"), com o surgimento da AIDS mudanças poderiam ser visualizadas. Inicialmente entendidas como vetor da doença, as prostitutas puderam perceber uma diminuição na procura por seus serviços. Posteriormente, foram chamadas para compor equipes de trabalho que tinham como intenção divulgar informações sobre o vírus HIV e a AIDS e a incentivar o uso do preservativo durante os programas.

No caso específico da Associação surgida em Fortaleza, percebemos que foi após esse chamado, quando as prostitutas foram objetos de políticas de saúde, que elas se organizaram como sujeitas[13] e puderam lutar por outras demandas. Contraditoriamente, o surgimento da AIDS – apesar da exacerbação do preconceito – viria a fortalecer a categoria. O uso da camisinha, por sua vez, atenuaria preocupações com a gravidez indesejada e, consequentemente, com o aborto, quando a gestação era rejeitada, mesmo que a motivação principal de sua utilização não fosse essa. A proteção para algumas DSTs também foi beneficiada.

***

É importante que discutamos sobre o conceito de prostituição. Este é definido no Dicionário da Crítica Feminista, como "atividades sexuais com caractér comercial". As autoras da obra, Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral (2005), apontam que ainda que existam homens que realizem a prostituição, seria o "sexo feminino" aquele que desenvolve majoritariamente a atividade. Defendem ainda que, mesmo que esta definição seja amplamente aceita, existem dificuldades em se estabelecer limites entre comportamentos que são considerados prostituição e os que não são[14], o que nos faz pensar nas colocações de Gail Pheterson que, ao definir o conceito no Dicionário Crítico do Feminismo, indica que a troca

[13] Adotamos o uso do termo "sujeitas" neste trabalho, como uma posição política assim como vêm fazendo outras estudiosas (Fernanda Cardozo (2009), Letícia Cardoso Barreto (2015) e Morgani Guzzo (2019)). Assim como elas, entendemos que a linguagem não é neutra e reflete a hegemonia masculina.

[14] Segundo as autoras, algumas atividades questionam a definição, como é o caso do "alterne", prática em que não há uma relação sexual, mas em geral compreende um "envolvimento físico erótico". (MACEDO; AMARAL, 2005, p. 154).

de serviços sexuais por compensações materiais ou em dinheiro também pode estar presente em um relacionamento como o casamento ou namoro. (GAIL, 2009, p. 203)

Margareth Rago (1991), por sua vez, nos alerta sobre o período de construção daquele conceito, que teria sua gênese no século XIX, a partir de uma "referência médico-policial". Para a autora, é preciso evitar anacronismos: o conceito não pode ser projetado de forma retroativa para denominar, em outras formações sociais, as práticas de "comercialização sexual do corpo feminino" (RAGO, 1991, p.23) sem que seja dedicada uma atenção especial para a especificidade da situação histórica. Segundo Margareth Rago, a prostituição constitui um fenômeno fundamentalmente urbano e se inscreve

> numa economia específica do desejo, característica de uma sociedade em que predominam as relações de troca, e em que todo um sistema de codificações morais, que valoriza a união sexual monogâmica, a família nuclear, a virgindade, a fidelidade feminina [e que] destina um lugar específico às sexualidades insubmissas. (RAGO, 1991, p.23)

É válido destacar e justificar nossa opção, neste trabalho, pelo uso do termo "prostituta". Escolhemos esta denominação por concordarmos com lideranças ligadas aos movimentos dessas mulheres. Para elas, a expressão "profissional do sexo", por exemplo, poderia esconder o estigma que sempre esteve relacionado à prostituição. Nesse sentido, é proposto o resgate do termo como uma forma de enfrentar o preconceito e valorizar as mulheres sem fazer uso de eufemismos. (RODRIGUES, M.T., 2009, p. 69). O conceito, assim pensado, apontaria para o futuro: vale a pena lembrar que, como nos diz Reinhart Koselleck (2006), "privilégios políticos ainda por serem conquistados foram formulados primeiro na linguagem, justamente para que pudessem ser conquistados [...]." (KOSELLECK, 2006, p.102).

A categoria gênero tem fundamental importância para este trabalho, visto que nos faz compreender que a distinção entre os sexos que permeiam os discursos é uma construção e não algo inato. Como aponta Joan Scott (1995) em texto clássico, falar em gênero é perceber a construção cultural do que é tido como diferença entre os sexos; é perceber como as sociedades, em determinado tempo e espaço, definem o que é o homem e o que é a mulher. Chamando a atenção para o caráter relacional e fundamentalmente social do gênero, a autora afirma que esta categoria recusa interpretações que privilegiem uma concepção de "esferas separadas" e afirma que o estudo das mulheres de forma separada tende a conservar "(...)o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro

sexo." (SCOTT, 1995, p.75). O uso da categoria[15] rejeita ainda as explicações biológicas que vinculam diversas maneiras de subordinação ao fato de que as mulheres engravidam e têm filhos e os homens são superiores em força muscular. (SCOTT, 1995, p.75).

Entendemos, contudo, que apenas o conceito de gênero não possibilita a compreensão das vivência das sujeitas dessa pesquisa, sendo a classe e raça/etnia a que pertencem de fundamental relevância para a reflexão sobre a sua marginalização, além da ocupação, é óbvio. Kimberle Crenshaw (2002, 2017) e Avtar Brat (2006) são autoras importantes para pensarmos esta discussão. De acordo com a primeira, a associação de várias formas de subordinação tem sido descrita como dupla ou tripla discriminação, cargas múltiplas ou mesmo discriminação composta. A interseccionalidade para ela, é

> uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p.177).

Avtar Brat (2006), por sua vez, ao nos questionar se a irmandade seria global, afirma que a forma pela qual o gênero é constituído/representado varia de acordo com nossa localização "dentro de relações globais de poder" (BRAT, 2006, p. 341). Ela entende que o gênero não dá conta de nossa existência, já que não existimos apenas como mulheres, mas "como categorias diferenciadas". A vida se faz nas articulações diversas – ou nas sobreposições de que fala Crenshaw – e, deste modo, não se pode excluir raça e classe.

Alda Britto da Motta (1999) aponta, igualmente, que a vida social se estrutura a partir de conjuntos de relações que, dinamicamente articuladas, lhe dariam significado. Os principais sistemas de relação são as classes sociais, os gêneros, as raças/etnias e as idades/gerações. Para a autora, "cada conjunto desses constitui-se [...] numa dimensão básica da vida social, mas nenhum deles, analisado isoladamente, dá conta da sua complexidade" (MOTTA, A.B., 1999, p. 193). No que se refere à categoria idade/geração, Alda Motta afirma que sua complexidade analítica é grande, pois ela refere-se a uma dimensão fundante das relações sociais, mas se projeta em outra dimensão: a de tempo, que seria simultaneamente "natural" e "social" (MOTTA, A.B., 1999, p. 202).

[15] De acordo com Joana Maria Pedro, ainda que a categoria venha sendo cada vez mais incorporada às reflexões de historiadores que não se dedicam aos estudos de gênero, as resistências ainda se fazem presente. Estas se devem à ideia de que o uso da categoria promoveria uma "história militante" e assim, não científica. A autora se questiona por que o mesmo não ocorre com "classe", "raça/etnia" e "geração", que mesmo sendo tributárias de movimentos sociais, não sofrem essa desqualificação. (PEDRO, 2011, p.270).

Para esta pesquisa, foi uma opção nossa priorizar as questões de gênero e classe, ainda que em alguns momentos também a idade/geração se mostre como categoria relevante. Esta última categoria nos interessa por estarmos entrevistando mulheres que possuem/possuíram uma atividade para qual a idade tem/teve um peso forte e limitador. Quanto à classe, a escolha se fez por entendermos que a pobreza exacerba o estigma em relação a atividade da prostituição. Nesse sentido, salientamos que nosso foco está na intersecção entre gênero e classe, ainda que, como apontamos, a categoria ideia/geração possa ser acionada em momentos determinados. Não foi nosso objetivo, reforçamos, explora-la de forma exaustiva.

As categorias "público" e "privado" são igualmente importantes para este trabalho, principalmente se levarmos em consideração que as prostitutas foram durante muito tempo pensadas como "mulheres públicas". Como aponta Margareth Rago (1991), o homem atuante no espaço público sempre foi percebido de forma positiva, através da imagem do político e trabalhador. A mulher no espaço público, ao contrário, precisou estar bastante atenta em relação aos seus gestos, vestimentas e atitudes para evitar ser confundida com a prostituta, a "mulher pública" (RAGO, 1991, p. 39-40). Mas em que sentido seria a prostituta uma mulher pública? Seria unicamente por seu lugar de atuação? Ou refere-se ao fato de ser ela uma "propriedade comum" (hipótese descartável já que estas mulheres apenas oferecem seus serviços não "vendendo-se" ou entregando-se de fato, a ninguém.[16])?

Regina de Paula Medeiros, em diálogo com Miles, aponta que as diferenças possuem um caráter hierárquico e valorativo. Para a construção do gênero, o lugar da mulher é o passivo ou o "outro" e do homem, o ativo, a "norma". Para Regina Medeiros (2000), nesse contexto, a prostituta ocupa um espaço ambivalente, visto que, de um lado

> apresenta um comportamento transgressor, ocupando o espaço público da rua, o que a situa no lugar de ativo; enquanto que, por outro lado, está situada em um lugar de passivo, para servir ao homem-norma (satisfazendo seus desejos sexuais) e à sociedade (minimizando conflitos sociais e econômicos). Nesse sentido, é rechazada e aceita ao mesmo tempo. (MEDEIROS, 2000, p. 16, tradução nossa.)[17]

Os escritos de Susan Okin (2008) foram essenciais para esta discussão. Para a autora, termos como público e privado não podem ser tomados como se não fossem problemáticos. Antes de constituírem esferas isoladas e neutras, são construções generificadas e carregam em

[16] Joana Maria Pedro aponta que é comum a utilização de expressões como "vender o corpo" ou "vender o sexo" como forma de desqualificar a atividade da prostituição (PEDRO, 2010, p. 11).

[17] No original: "representa un comportamiento transgresor, ocupando el lugar público de la calle, lo que la sitúa en el lugar de lo activo; mientras que, por outra parte, está situada em el lugar de lo pasivo, para servir al hombre-norma (satisfaciendo sus deseos sexuales) y a la sociedad (minimizando conflictos sociales y económicos). Por lo tanto, es rechazada y aceptada al mismo tiempo" (MEDEIROS, 2000, p. 16).

si a (a)firmação de um masculino superior e ligado ao público/político em detrimento de um feminino que deveria responsabilizar-se pela esfera doméstica, incluindo-se aí o cuidado com os filhos. A perpetuação da ideia de que público e privado são campos impenetráveis só pode sustentar-se se "argumentos bastante persuasivos de pesquisadoras feministas forem ignorados" (OKIN, 2008, p. 305). O trabalho de Okin foi importante para pensar a "privacidade" e para a compreensão do "privado" e do "público" como domínios inter-relacionados.

Buscamos, neste trabalho, positivar a denominação "mulher pública", entendendo que o termo passa a ter outro sentido quando da organização das mulheres em associações, como a APROCE. Enquanto questões referentes à contracepção, as DSTs e aborto parecem ter sido vividas e solucionadas por aquelas mulheres em redes de solidariedade e no âmbito "privado" (ainda que fossem temas amplamente discutidos em jornais da época e que, como temos discutido, não possa ser compreendido como totalmente apartados do público/político), assuntos como a violência[18], a discriminação e o risco representado pela AIDS as fez se organizar e ocupar a esfera pública, abandonando um silenciamento que tentava-se impor e recusando uma representação delas como vítimas e apolíticas.

Os temas aqui discutidos não deixam dúvidas de que estamos falando de corpos. Ceres G. Víctora (2001) nos lembra que o corpo deve ser entendido como uma "matriz de significados" e acrescenta que, ao mesmo tempo em que ele adquire sentidos na experiência social, "ele é o próprio discurso a respeito da sociedade, passível de leituras diferenciadas por diferentes agentes sociais." (VÍCTORA, 2001, p.75). Sua disposição, postura e sensações irradiam acepções que são compreendidas através de uma imagem que também é construída pelo interlocutor[19] (VÍCTORA, 2001, p. 75).

Sendo significado pela cultura continuamente, o corpo se modifica com "a passagem do tempo, com a doença, com mudanças de hábitos alimentares e de vida, com possibilidades distintas de prazer ou com novas formas de intervenção médica e tecnológica" (LOURO, 2010, p.14). O lugar social ocupado é importante para o reconhecimento do outro: de maneira mais ampla as sociedades demarcam os limites entre aqueles que estariam dentro da "norma" e

[18] É importante perceber que, para o caso brasileiro, a "violência contra a mulher", uma construção do movimento feminista desde fins dos anos 1970, parece não ter englobado reivindicações das prostitutas, visto que inicialmente referia-se à violência contra a mulher praticada por seus maridos, amantes e companheiros (GROSSI, 1994, p. 482-483). Assim, foi necessário um movimento próprio, que pensasse a especificidade da violência e preconceito sofrido pelas prostitutas, o que reforça a ideia de que não somos apenas mulheres, mas "categorias diferenciadas".

[19] Idem.

aqueles que se encontram à margem dela. (LOURO, 2010). Pensar os entendimentos sobre os corpos das prostitutas sob essa perspectiva foi fundamental para a escrita deste trabalho.

***

Maria Izilda Matos (2000) propõe, e nesse trabalho concordamos, que a dificuldade para escrever a História das mulheres ou das Relações de Gênero encontra-se mais na "fragmentação do que na ausência de documentação" (MATOS, 2000, p. 22). Nesse sentido, este trabalho tem como fontes principais: entrevistas orais, revistas médicas, publicações da BEMFAM e jornais da época.

No que se refere às entrevistas orais, acreditamos que elas são de grande valia para as questões que aqui pretendemos discutir. Como aponta Alessandro Portelli (1993), os testemunhos orais têm sido utilizados de forma ampla, atualmente, como fonte de informação para as mais variadas situações históricas. Assim como outros documentos, devem ser submetidos à análise criteriosa para que se torne possível "recuperar não apenas os aspectos materiais do sucedido como também a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo, que cada indivíduo investe em relação à história." (PORTELLI, 1993, p. 41).

Devemos recordar que não foi sempre assim. Os usos da memória e a história oral, assim como a História do Tempo Presente[20], sofreram vários ataques. No caso desta última, seus estudos eram vistos com desconfiança pelo paradigma estruturalista dominante na história dos anos 1960-1970. Declarando a necessidade de uma observação retrospectiva acerca das situações históricas, os trabalhos que apresentassem uma proximidade temporal eram rechaçados, pois a objetividade da pesquisa poderia ficar "comprometida" (AMADO; FERREIRA, 2006). Quanto ao uso das fontes orais, alegava-se que ao utilizar-se delas o pesquisador obteria não mais que um relato parcial, distorcido e, assim, não confiável.

Ainda que a busca da verdade deva ser a principal regra de todo historiador, como aponta Bédarida (2006), sabemos hoje que nenhum documento histórico deve ser tomado como um "portador da verdade", seja a memória ou um documento dito "oficial". Ao pesquisar em arquivos coloniais, por exemplo, Ann Laura Stoller (2010) nos diz que poderíamos compreender em maior profundidade o período a que nos propomos analisar se

[20] Desde que foi fundado, o IHTP – Instituto de História do Tempo Presente - lançou várias campanhas para a coleta de testemunhos orais, deixando clara a vinculação entre a História do Tempo Presente e História Oral, bem como a necessária reflexão teórica acerca desta conexão. (DUCLERT, 2002, p. 75).

considerássemos além do conteúdo a forma particular dos arquivos. Assim, a autora deixa claro que devemos tratar o arquivo como objeto e não apenas como fonte (STOLLER, 2010).

Nesse sentido, e traçando um comparativo, assim como a entrevista oral não garante a total recuperação de um passado, a fonte arquivística e tida como oficial também não garantiria, já que a documentação presente no arquivo foi selecionada – em detrimento de outras – o que nos permite entrever configurações de poder particulares (TROUILLOT, 1995). O silenciamento e o saber fragmentário que pode advir de um relato também pode ser identificado em um arquivo, jornal ou revista médica. Como aponta McClintock (2010), a procura do historiador por um passado "real" é uma utopia tanto quanto "a procura de Alice pelo coelho branco, que olha rapidamente o relógio antes de desaparecer. A história está sempre atrasada." (MCCLINTOCK, 210, p. 449).

Defendemos aqui que a metodologia da História oral não deve ser utilizada como forma de "preencher lacunas", mas no sentido de ouvir sujeitos/as que foram invisibilizados. Não é no sentido de alcançar uma "verdade", como já mencionado, que pretendemos ouvir as pessoas, mas de escutar as minorias, os marginalizados e os excluídos da história[21] que com as transformações sofridas na disciplina nas últimas décadas[22] puderam vir para o centro da discussão. As prostitutas, acreditamos, se inserem neste grupo e ao ouvirmos suas memórias sobre contracepção e DSTs, por exemplo, estaremos recusando "uma atitude que desqualifica a percepção dos sujeitos sobre uma determinada experiência que vivenciaram, para delegar exclusivamente aos agentes científicos a produção da verdade". (MINELLA, 2005, p.48)

A questão da objetividade, nos termos colocados por Donna Haraway (2009) merece, neste ponto, atenção. Aquela autora defende a objetividade como uma visão parcial, como uma mirada que tem origem em um corpo humano e, nesse sentido, é localizada. Rejeitando o universalismo e também o relativismo, Donna Haraway defende saberes localizados como "objetividade feminista", onde há o reconhecimento da corporificação daquele que produz a

[21] No que se refere à uma história oral de mulheres, Silvia Salvatici, indica que a história oral e a história de mulheres têm, desde sua gênese, apresentado aproximações significativas. Ambas têm seus inícios ligados aos movimentos políticos e sociais dos anos 1960, nos quais pretendia-se tirar histórias da obscuridade. Ainda de acordo com a autora, a publicação *Frontiers: a Journal of Women Studies*, um importante periódico de divulgação feminista dos Estados Unidos, publicou, ainda em 1977, um número especial acerca da História Oral de mulheres, tendo em vista que o assunto de fato estava se tornando relevante e urgente. De acordo com a publicação, a história das mulheres e a utilização de fontes orais estavam modificando o cenário de pesquisa histórica, ampliando-o e introduzindo novos temas de investigação, que concerniam à esfera privada das mulheres. A ideia feminista de que o privado é político ganhava espaço na academia (SALVATICI, 2005. p. 29).

[22] Sem pretender esgotar as contribuições, deve-se destacar a importância da nova história cultural na França, a "história dos de baixo" na historiografia inglesa, a influência da antropologia norte-americana e a micro-história italiana, dentre outros movimentos para a revisão epistemológica que favoreceu o surgimento e alargamento de fontes, objetos e métodos (FIORUCCI, 2010. p. 1).

pesquisa. Nesse sentido, o "conhecedor científico não procura a posição de identidade com o objeto (...) Não há maneira de 'estar' simultaneamente em todas, ou inteiramente em uma, das posições privilegiadas (subjugadas) estruturadas por gênero, raça, nação e classe." (HARAWAY, 2009, p. 26-27). A busca por essa posição inteira corresponderia, para a autora, à procura pelo objeto "perfeito" e "fetichizado". Acreditamos que tal discussão é fundamental para a pesquisa que realizamos, visto que aponta a necessidade de entendermos a pesquisa em seu caráter dialógico de duas corporalidades diferentes e localizadas.

Muitas foram as dificuldades para que conseguíssemos chegar até às narradoras desta pesquisa. A morosidade do processo junto ao CEPSH – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – e dificuldades com interlocutores permearam o início deste trabalho. Inicialmente pensamos em não submeter esta pesquisa ao Comitê. Previámos a demora e nos questionamos se de fato seria interessante ter nosso trabalho analisado e julgado com parâmetros que não eram, até então, das ciências humanas, especificamente da disciplina histórica.

Ainda assim, optamos por submeter o projeto ao CEPSH – UFSC pois, ainda que soubéssemos da possível demora nos trâmites até a realização das entrevistas, pensamos ser o aval do Comitê importante para evitar problemas futuros (como por exemplo a não aceitação de artigos em periódicos científicos por não termos feito aquela submissão). Encaminhamos nosso projeto de pesquisa, conforme padrão, via Plataforma Brasil ainda no ano de 2016, mas ele seria aprovado apenas em 2017, após pendências documentais (que se justificaram, por vezes, devido à linguagem expressa na página, pensada prioritariamente para a área da saúde) e retificações.

Uma das retificações realizadas foi a submissão de nosso projeto em concordância com a Resolução nº 510/2016 – recém aprovada à época – e não mais com a Resolução CNS nº 466/2012[23]. Apesar de alguns impasses[24], a aprovação daquela resolução foi compreendida

[23] Vale ressaltar que a Resolução 510/2016 não anula ou invalida a Resolução 466/2012. No capítulo VIII – "Das disposições finais" daquela Resolução expõe-se que o "disposto nos itens VII, VIII, IX e X, da Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012" deve ser aplicado "no que couber e quando não houver prejuízo ao disposto nesta Resolução". Além disso, em situações não contempladas na Resolução 510/2016 "prevalecerão os princípios éticos contidos na Resolução CNS nº 466 de 2012." Tal ideia de "complementaridade" é inclusive, criticada por alguns autores que percebem essa subordinação à Resolução 466/2012 como algo negativo e minimizador de autonomia para as Ciências Humanas e Sociais. Outros autores, porém, apontam que o ideal é que as pesquisas em CHS sejam avaliadas pelo sistema CEP/CONEP tomando como base a Resolução 510/2016 o que romperia com um possível vínculo de complementaridade. (LORDELLO; SILVA, 2017).

[24] Um ano após a aprovação da Resolução 510/2016, Sarti, Pereira e Meinerz (2017) apontavam que uma das dificuldades para a sua implantação estava no fato da Resolução não estar concluída, visto que faltavam instrumentos efetivos (como aqueles que definiriam os riscos na pesquisa, tão diversos dos riscos das pesquisas biomédicas) para a sua inserção na Plataforma Brasil, que dá acesso ao sistema. (SARTI; PEREIRA; MEINERZ, 2017).

como uma grande conquista para os pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais já que, como apontam Lordello e Silva, o texto marcaria o "respeito a diferentes tradições de pesquisa", mantendo o foco no respeito aos participantes e desprendendo as normas de um viés de teor estritamente biomédico (LORDELLO; SILVA, 2017, p.10).

A Resolução 510/2016 destaca, em seus termos iniciais, que

> as Ciências Humanas e Sociais têm especificidades nas suas concepções e práticas de pesquisa, na medida em que nelas prevalece uma acepção pluralista de ciência da qual decorre a adoção de múltiplas perspectivas teórico-metodológicas, bem como lidam com atribuições de significado, práticas e representações, sem intervenção direta no corpo humano, com natureza e grau de risco específico (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2016).

Além disso, o documento salienta que a relação – não hierárquica – entre o pesquisador e o participante se constrói de forma contínua durante a pesquisa e poderá ser redefinida, a qualquer momento, na interação entre as subjetividades; essa relação, inclusive, tem fundamental importância para o reconhecimento do consentimento e assentimento livre e esclarecido (que deve estar de acordo com a cultura do entrevistado, registrado a qualquer momento, não necessariamente através da escrita).

Antes da aprovação da pesquisa pelo CEPSH, já havíamos entrado em contato com Alice Oliveira, atual coordenadora da APROCE. Alice foi uma importante intermediária no início da pesquisa. Entramos em contato por telefone ainda quando escrevíamos o projeto para submeter ao processo seletivo do PPGH/UFSC e percebemos que nosso tema de pesquisa a interessou. Ela nos contou, porém, que as prostitutas eram constantemente procuradas para a realização de entrevistas, mas que o retorno e benefícios após as finalizações das pesquisas eram poucos ou nenhum. Essa questão nos fez pensar sobre as questões éticas nas entrevistas[25].

Alice Oliveira nos levaria à casa da nossa primeira entrevistada, J.M., que seria também uma importante interlocutora, visto que nos levou a outras três mulheres com as quais conversamos. Entrevistamos J.M. por duas vezes, em sua residência. Lá também entrevistaríamos R.M. que é sua amiga e madrinha de seu filho mais novo. A narradora M.A., por sua vez, também foi entrevistada em sua casa, no bairro do Farol. Chegamos à ela apresentadas por um amigo que é fisioterapeuta e atende a população daquela área em projeto social. M.G. e M.E. são amigas de J.M. e nos cederam entrevistas em uma praça, no Centro

[25] Argumento semelhante teve outra pessoa por nós procurada. Ao dizer que as prostitutas já estariam "cansadas de tantas pesquisas", sugeriu que pagássemos por cada entrevista o valor de 100 reais.

da cidade, onde ainda trabalham.[26] E.P. foi por nós entrevistada em uma lanchonete no Centro de Fortaleza. Chegamos à ela a partir da ajuda de Monique Prada[27].

Realizamos entrevistas temáticas, nas quais utilizávamos um roteiro prévio. Ainda que, em nosso entendimento a história oral de vida pudesse trazer questões importantes a serem debatidas, nem sempre contávamos com tempo ou local adequado para a realização das entrevistas. [28] Chamou a nossa atenção, por exemplo, que enquanto entrevistávamos M.E. uma colega da mesma foi até nós para avisá-la que um de seus clientes tinha chegado.

As seis entrevistadas trabalharam/trabalham como prostitutas e tinham à época da entrevista entre 53 e 73 anos de idade. Elas atuaram no Farol, no Centro de Fortaleza, e em outras cidades e estados (ainda que por curto período de tempo). Nossa intenção inicial era entrevistar 12 prostitutas, mas o atraso na liberação para as entrevistas por parte do CEPSH e dificuldades próprias da pesquisa fizeram com que diminuíssemos aquele número. Ainda que algumas narradoras dissessem conhecer mulheres que também exerceram/exerciam aquela profissão e que tinham a sua faixa de idade, entrevista-las não foi possível porque aquele era aparentemente um passado a ser negado e esquecido.

Apesar da redução no número de sujeitas dessa pesquisa, entendemos, como Verena Alberti, que não devemos guiar a pesquisa por critérios de amostragem ou, dito de outra forma, por critérios meramente quantitativos. Para a autora,

> convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos. O processo de seleção de entrevistados em uma pesquisa de história oral se aproxima, assim, da escolha de "informantes" em antropologia, tomados não como unidades estatísticas, e sim como unidades qualitativa. (ALBERTI, 2004, p. 31-32).

Assim é que excluímos do corpo de entrevistadas uma pessoa sugerida por J.M., que tinha apenas 35 anos à época, o que a colocaria fora dos critérios acima citados. Por sua idade

---

[26] M.G. vende almoços e lanches na praça José de Alencar, mas nos disse que sempre que surge oportunidade, faz programas. M.E. trabalha como empregada doméstica, mas afirmou que ainda dá "umas voltinhas" de vez em quando. Elas tinham 53 e 63 anos à época da entrevista, respectivamente.

[27] Monique Prada é trabalhadora sexual, feminista, ativista pelos direitos das prostitutas e autora do livro "Putafemista", lançado em 2018 pela editora Veneta. É também uma das fundadoras da CUTS – Central Única das Trabalhadoras Sexuais.

[28] De acordo com Bom Meihy, a "história oral de vida" indica a "narrativa do conjunto de experiência de vida de uma pessoa". No caso desta modalidade de história oral, a condução das entrevistas é geralmente feita através da "linha do tempo": segue-se a sequência dos acontecimentos. Contudo, o narrador é livre para expor os assuntos que são mais relevantes em sua vivência e nem sempre escolhe a ordem cronológica para se expressar. A subjetividade ganha destaque nesse tipo de entrevista, já que são valorizadas as narrativas sobre impressões e sentimentos e não apenas fatos. Aspectos da intimidade individual são mais explorados nesta modalidade de história oral. A História Oral de vida difere da "História oral temática", mais técnica e objetiva (MEIHY, 2002).

não teria vivido e participado de experiências e situações importantes que aqui nos interessam e sua narrativa falaria de um recorte temporal diferente daquele que elegemos.

A história pode ser definida – de acordo com Michelle Perrot (2007) – como "o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir da sociedade", mas também como o "*relato* que se faz de tudo isso". A autora chama a nossa atenção para a ausência das mulheres – por um longo tempo – desse relato e as razões para tal invisibilidade (como sua menor aparição em público e os poucos vestígios escritos e materiais deixados). Confinadas no silêncio (ou no esquecimento?), as mulheres não estariam sozinhas, mas seria sobre elas que o calar mais pesaria. (PERROT, 2007, p. 16)

Sem incorrer no erro de generalização criticado pela própria autora, há que se refletir sobre as diferenças quando as mulheres são prostitutas. Apesar das tentativas de controlar sua aparição em público, limitando seus locais de atuação, elas estão nas esquinas, nas casas pouco discretas e nos cais, como veremos no primeiro capítulo desta tese. Não podemos chama-las de invisíveis, inclusive porque os jornais estão sempre colocando-as em evidência. Devemos pensar, entretanto, de que maneira falam, que visões permeiam as páginas dos periódicos.

Margareth Rago (1991) já nos alertou e aqui mencionamos os estereótipos e clichês que povoam o universo da prostituição. Perrot aponta para os perigos da generalização e nos diz que a "prolixidade do discurso sobre as mulheres contrasta com a ausência de informações precisas e circunstanciadas." O mesmo ocorreria com imagens: elas falam mais de sonhos e medos dos artistas do que sobre mulheres reais.[29] (PERROT, 2007, p. 17). Assim, na "torrente de discursos", ouvimos pouco das singularidades das prostitutas. Elas podem ser contadas, "mas não há especificidade"[30]. Como viveram aquela situação histórica de liberação de costumes? Adiantamos que não encontramos, nesta pesquisa, as vítimas de que tanto falam os periódicos do período.

Abordaremos as narrativas construídas entre entrevistadora e entrevistadas e as práticas acessadas via memória assim como as representações presentes nos discursos que permeiam os periódicos no intuito de iluminar o nosso objeto através da comparação. Nossa intenção é perceber de que maneira as prostitutas aceitam, rejeitam ou se apropriam de discursos ou, em sentido inverso, de que maneira falas de prostitutas são apropriadas em fontes escritas.

---

[29] Ibid. p. 17.

[30] Butler destaca, discutindo sobre corpos abjetos em entrevista cedida a Prins e Meijer, como alguns corpos e vidas "não são entendidos como vidas". Ao citar o caso de refugiados turcos assassinados ou mutilados, a autora salienta que é comum surgir, na imprensa alemã, por exemplo, as histórias familiares e psicológicas dos alemães que cometeram os crimes, mas que nenhum turco tem sua história contada, o que o tornaria uma figura indistinta vivendo dentro de um discurso como uma figura "absolutamente não questionada" (BUTLER, 2002, p. 162).

De acordo com Roger Chartier (1990), as representações não são concepções neutras do social. Como construções, só podem ser entendidas enquanto vinculadas aos interesses dos grupos que as tramam. Nesse sentido, há uma relação necessária entre os "discursos proferidos e a posição de quem os utiliza." (CHARTIER, 1990, p. 17). Ainda de acordo com o autor, as percepções do social produzem práticas e estratégias (sociais, políticas), legitimam projetos e justificam condutas.

As "lutas de representação" seriam tão relevantes quanto as lutas econômicas, se pensarmos que elas pressupõem uma relação de poder, de classificações e exclusões em que um grupo impõe ou tenta impor, valores e uma determinada concepção de mundo social que beneficia seu domínio (CHARTIER, 1990, p. 17). Esses grupos se dedicam ainda à descrição da sociedade: "como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse" (CHARTIER, 1990, p.19).

Para Guacira Lopes Louro, algumas representações ganham tanta visibilidade e força que passam a ser identificadas não mais como representações, mas como a realidade (LOURO, 2010). Grupos em posições centrais tidas como normais – de gênero, raça, sexualidade, religião, classe – podem representar não somente a si mesmos, mas também aos outros. Para a autora, tais grupos "apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos." (LOURO, 2010, p. 12).

Em relação aos jornais, por exemplo, estes foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Nosso trabalho se centrou em dois periódicos de grande circulação na cidade de Fortaleza para o período do recorte: *O Povo*[31] e *Diário do Nordeste*[32] e no jornal *O Globo*[33],que nos deu uma visão sobre nossa temática em outro contexto. Estes se encontram

[31] O jornal *O Povo* foi fundado por Demócrito Rocha e por Paulo Sarasate em 1928. A partir de 1950 a sua organização como empresa lhe assegurou um lugar importante na renovação técnica, principalmente de equipamentos. Para Gilmar de Carvalho, este jornal seguia, de maneira incondicional, os postulados autoritários na década de 1960, fato que, segundo o autor, parece ter sido bem comum aos jornais cearenses, que chegavam a apoiar "até entusiasticamente, a intervenção militar". No caso de *O Povo* isso ocorria também pela proximidade de Paulo Sarasate com Castelo Branco, o primeiro dos militares a governar o Brasil, de 1964 a 1967. No início da década de 1970 os cargos de presidência e superintendência do jornal eram ocupados por mulheres: Creusa do Carmo Rocha e Albaniza Rocha Sarasate, respectivamente. (NOBRE, 2006 p. I).

[32] O jornal *Diário do Nordeste* foi fundado em dezembro de 1981 e faz parte do Grupo Verdes Mares de Comunicação. Foi lançado com uma "equipe de 80 jornalistas e a construção de um prédio de 3 andares na Praça da Imprensa. O título do editorial da primeira edição foi 'Compromisso e luta'." Informação disponível em: http://www.edsonqueiroz.com.br/institucional_historia.html. Acesso em 23 nov. 2016. O DN tinha como diretores, nesse primeiro ano, Astrolábio Queiroz e Maurício Xerez e como Editor, Francisco Bilas. De acordo com aquele periódico, seu primeiro número esgotou-se em 16 horas (VERDES..., 1981. p. 1).

[33] O Jornal *O Globo* foi lançado em 29 de julho de 1925, pelo jornalista Irineu Marinho, no Rio de Janeiro. A primeira edição do então vespertino teve duas edições, num total de 33.435 exemplares. Após o falecimento de seu fundador, o jornal ficou sob o comando de um amigo deste, o jornalista Eurycles de Matos. Roberto Marinho,

na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, no Banco de Dados do Jornal *O Povo* e para o caso do jornal *O Globo* a consulta se fez *online,* no site do jornal. A atenção que dedicamos a aqueles periódicos se deu na intenção de perceber um pouco do cotidiano da cidade e também de apreender os discursos quando o assunto era a prostituição, contracepção, DSTs/AIDS, liberação sexual e a APROCE.

Nesse sentido, não direcionamos a pesquisa para uma coluna em especial, tendo sido as notícias sobre aquelas temáticas o foco maior. Fizemos esta opção porque acreditamos que nos jornais da época não seria possível encontrar indícios, em profundidade, da experiência das prostitutas no que se refere aos cuidados com o corpo e suas percepções quanto aquela situação histórica específica. Foi possível perceber que as matérias que versavam sobre as prostitutas podiam ser encontradas nas seções cidades (o que nos permite vislumbrá-las no espaço público), nas páginas policiais (como ameaça às normas ou vítimas de violência) e também no espaço dedicado às cartas dos leitores (incomodados com sua presença pelas ruas e praças da cidade). É válido dizer que buscamos realizar a crítica dos periódicos, historicizando-o da forma como propõe Tânia Regina de Luca (2010): ao se analisar os periódicos, não se deve atentar apenas para o que foi dito. A maneira como se diz, os termos utilizados e os silêncios estabelecidos são, igualmente, objetos de análise do historiador (LUCA, 2010).

Quanto às publicações médicas, nos centramos nos Anais Brasileiros de Dermatologia. Estes se encontram disponíveis na Biblioteca das Ciências da Saúde da Universidade Federal do Ceará e também em formato *online*. O *Anais Brasileiro de Dermatologia* é o órgão oficial da Sociedade Brasileira de Dermatologia. É editado ininterruptamente desde 1925. Até 1982 apresentava periodicidade trimestral e posteriormente passou a ser bimestral. Expunha também várias propagandas de medicamentos.

Na ausência de publicações especificas sobre as DSTs, foi no Anais Brasileiro de Dermatologia que encontramos artigos tratando do "recrudescimento" de doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis e a gonorreia, bem como as discussões sobre outras doenças. Isso se explica pelo fato de que os sintomas das DSTs se apresentam, muitas vezes, na epiderme (a camada mais superficial da pele) dos pacientes.

---

primogênito de Irineu, apenas assumiria o controle efetivo do jornal com a morte de Eurycles, em 1931. A escolha pelo nome "O Globo" foi feita através de um concurso. O título "Correio da Noite" foi o mais votado, mas como a patente já tinha dono, o fundador decidiu-se pelo segundo nome mais votado. Em seu primeiro número, consta como diretor-thesoureiro Herbert Moses e diretor gerente A. Leal da Costa. Informações disponíveis em: http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/o-globo-eacute-lanccedilado-9196292. Acesso em 13 dez. 2019.

De fundamental importância para o desenvolvimento desta pesquisa são as publicações da BEMFAM. Pudemos encontrar estas na *Biblioteca* Acadêmico Luiz Viana Filho (Biblioteca do Senado Federal). Demos centralidade a aquela instituição por conta de seu trabalho de divulgação de informações sobre o planejamento familiar e métodos contraceptivos para mulheres pobres em um momento em que eram escassos – ou mesmo inexistentes – esse tipo de orientação no serviço público de saúde.[34] A ausência do Estado brasileiro neste domínio colaborou para que entidades internacionais e privadas agissem no Brasil, como foi o caso da USAID – Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional – que direcionou recursos para que a IPPF (Federação Internacional de Planejamento Familiar) financiasse as atividades da BEMFAM a partir de 1967. (CORRAL, 1996, p. 103).

Essa omissão do Estado brasileiro, de acordo com Fonseca Sobrinho, se devia a uma discordância entre os militares. Enquanto os antinatalistas acreditavam na necessidade de minimizar a natalidade para construir um país desenvolvido, os anticontrolistas, com visões geopolíticas, defendiam que a soberania de um país se consolidaria a partir da ocupação de todo território nacional (FONSECA SOBRINHO, 1983, p. 80). Percebemos, na pesquisa empreendida nos periódicos da BEMFAM, que esta instituição seguia os ditames do regime (inclusive no que se refere à manutenção da "moral e bons costumes"), buscando uma aproximação com aqueles que pensavam ser o controle de natalidade o melhor para o país.

Os periódicos *Boletim da BEMFAM* e *População & Sociedade*[35] e as publicações *Falando de AIDS: um guia para o trabalho comunitário* e *Saber ouvir, saber falar: um modelo de campanha informativa sobre a difusão da AIDS e a prevenção da doença*[36], foram de grande

[34]Somente na década de 1980, com a redemocratização do país, houve o atendimento de algumas reivindicações das mulheres no que se refere à saúde reprodutiva. Em 1983 foi criado o PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, ligado ao Ministério da Saúde. O Programa incluía o planejamento familiar, oferecendo serviços e orientações sobre a contracepção. Neste período também se tornou realidade a Comissão de Estudos sobre Direitos da Reprodução Humana – que deveria acompanhar as ações do Ministério da Saúde e oferecer subsídios para as políticas na área da reprodução – e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. (BERQUÓ, 1993).

[35] O *Boletim da BEMFAM* começou a ser editado em março de 1967 e tinha como principal objetivo legitimar as atividades visando o planejamento das famílias. Os principais temas abordados naquele periódico referiam-se às ligações entre planejamento familiar e desenvolvimento econômico, religião, aborto, saúde materna, meio ambiente, promoção da mulher, menor abandonado e outros. Posteriormente seria substituído pela revista *População & Desenvolvimento*, que teve seu primeiro número publicado em novembro/dezembro de 1985. Os dois periódicos têm formatos e temáticas que se assemelham, ainda que *População & Desenvolvimento* tenha um formato mais dinâmico.

[36] O livro *Falando de AIDS: um guia para o trabalho comunitário* foi publicado pela BEMFAM em 1989 com fundos que foram disponibilizados pela IPPF. Foi destinado a aqueles que estavam envolvidos no aconselhamento de saúde sexual e AIDS na comunidade. (BEMFAM, 1989). Saber Ouvir, Saber Falar, por sua vez, teve pesquisa e publicação realizadas com o apoio financeiro da USAID (United States *Agency* for International Development) e apoio técnico da AIDSCOM. Teve como modelo a experiência de um projeto no

valia para o desenvolvimento de nosso trabalho. Ao analisa-los, nossa atenção voltou-se para a forma como as prostitutas – possíveis usuárias dos serviços da BEMFAM em época de poucas opções de acesso aos anticoncepcionais – foram representadas quando o assunto era a contracepção, as DSTs/AIDS e o prazer. Assim como fizemos com as publicações médicas, voltamos nosso olhar para a maneira como o gênero era pensado naqueles escritos. Notamos, igualmente, que também a classe, idade e ocupação eram categorias que não podiam ser ignoradas ao nos debruçarmos sobre aquele material.

Contando com tais fontes, nosso objetivo foi entender, em um primeiro momento, o impacto da liberação dos costumes e da maior divulgação de métodos contraceptivos para a vivência pessoal e profissional de prostitutas pobres em Fortaleza durante as décadas de 1970 e 1980, bem como a atuação da BEMFAM junto a elas. Em um segundo momento, priorizamos as práticas das narradoras – acessadas através de suas memórias – no que se refere aos cuidados com os corpos quanto à contracepção, aborto, DSTs e separação de práticas sexuais entre clientes e companheiros. Por fim, discutimos a passagem das prostitutas de "foco" de doenças à "multiplicadoras" de saberes sobre as DSTs/AIDS e sujeitas de demandas com a criação da APROCE.

***

Considerando fontes e problemáticas expostas, esta tese está assim dividida:

No primeiro capítulo, intitulado "Prostitutas em Fortaleza: corpo, trabalho e saúde reprodutiva em meio a liberação dos costumes" nosso objetivo é localizar "as ruas do pecado" ou os "territórios do prazer" em Fortaleza. Além disso, entendendo a história como disciplina do contexto (THOMPSON, 2001, p. 243), pretendemos discutir a situação histórica em que iremos focalizar as prostitutas. Assim, buscamos perceber as vivências daquelas mulheres em uma situação de ditadura militar, liberação sexual e ascensão de métodos contraceptivos. Atentaremos para os discursos e representações acerca das prostitutas não apenas em Fortaleza, mas em outros locais e outras conjunturas. A intenção é dialogar com outros sujeitos/as, espaços e temporalidades, sem eclipsar, entretanto, nosso foco.

O capítulo 2, "'Muito prazer': a BEMFAM e as prostitutas" tem como objetivo discutir a atenção direcionada pela BEMFAM para as prostitutas, vislumbrando conexões com DSTs e o prazer. Aquela entidade, importante órgão de divulgação de conhecimentos e

qual foram desenvolvidos materiais educativos para grupos específicos, como crianças e adolescentes, prostitutas e homossexuais. (BEMFAM, 1992).

métodos contraceptivos desde a segunda metade dos anos 1960, em sua intenção de amoldar-se ao regime e evitar retaliações e censura por parte do governo militar, apenas voltou-se em suas publicações, para as pessoas deste estudo em fins dos anos 1980, após o surgimento da AIDS e das primeiras manifestações de prostitutas no Brasil. Nosso intuito é entender essa mudança de posicionamento e os fatores que colaboraram para tal.

No capítulo 3, "Trabalho, contracepção e aborto entre prostitutas" priorizaremos as memórias das prostitutas, buscando entender a utilização e a importância dos métodos contraceptivos para a vida pessoal e profissional delas. Em continuidade ao capítulo anterior, identificaremos os usos que as mulheres que ofertavam serviços sexuais fizeram dos métodos contraceptivos[37], principalmente quando a BEMFAM as tratava como o oposto da mulher idealizada em suas publicações. A partir do contraste entre jornais, documentos da BEMFAM e da memória presente nos discursos contemporâneos pretendemos identificar os cuidados com o corpo em relação à contracepção e o aborto.

Por fim, no capítulo 4 intitulado "Corpo de batalha[38], corpo de luta", centraremos nossa discussão nas DSTs e na maneira como se preveniam. Além disso, será nosso interesse entender as técnicas de "evitação" ou de que forma as prostitutas diferenciavam clientes e companheiros. Para essa discussão foi de fundamental importância os escritos de Gayle Rubin (2017) acerca da "ideologia sexual". O capítulo se encerra com a discussão acerca da criação da APROCE, quando aquelas mulheres passam de objetos de políticas de saúde a sujeitas de demandas ou "mulheres públicas", em busca de direitos e na luta contra a violência.

[37] No que se refere à contracepção, são escassos os trabalhos, na área da história. Elencaremos os que temos conhecimento: Petersen (2004) Silva, J. (2004), Pedro (2003a) e Menezes (2012).
[38] Termo utilizado por algumas prostitutas para se referir ao trabalho na prostituição.

CAPÍTULO 1 – PROSTITUTAS EM FORTALEZA: CORPO, TRABALHO E SAÚDE REPRODUTIVA EM MEIO À LIBERAÇÃO DE COSTUMES

> Velha zona de prostituição de Fortaleza, o Farol, encravado num dos maiores e mais importantes distritos de Fortaleza não teve, até hoje, assistência alguma visando a sua *recuperação social*. Ali, mais de mil crianças vivem em comum com *prostitutas e marginais de toda espécie* crescendo na absorção de *vícios* os mais tristes e *degradantes*. De ano em ano mais séria se torna a situação, com um agravante: todas as vezes que as autoridades empreendem uma "blitz" contra prostituição em qualquer ponto de Fortaleza, a corrida das chamadas mulheres de vida fácil se processa para lá. Cite-se, por exemplo, o fechamento das "pensões alegres" do centro da cidade. Grande parte das "mariposas" despejadas foi para o Farol. O mesmo ocorreu em relação à Cinza. Quando não têm elas, para onde ir, o caminho natural é o velho farol, isto sem se computar a quantidade de mocinhas que se prostitui no interior do Estado e termina naquela zona, um bairro inteiro de prostituição (NOGUEIRA, 1976, p. 5, grifo nosso).

O trecho acima, retirado da quinta página do jornal *O Povo* de março de 1976, mostra a preocupação com a situação do bairro Farol do Mucuripe que, há algum tempo, vinha sendo prejudicado – como propõe o autor da matéria – com a constante chegada de prostitutas no local.

Nesse pequeno extrato (retirado de um todo que ocupava quase uma página inteira) é possível mapear um pouco da atividade da prostituição na cidade de Fortaleza. O itinerário daquelas "mulheres de vida fácil" de que fala o jornal poderia começar no Centro da cidade, ou na região chamada "Cinza", ou mesmo em cidades interioranas, mas findava na zona do Farol. O lugar precisava de uma "recuperação social", que não estava sendo empreendida pelos poderes públicos, como denuncia o autor do texto. Podemos perceber ainda, como será possível vislumbrar em várias matérias de jornais, a preocupação com as crianças e uma possível degradação delas pela proximidade com "prostitutas e marginais de toda espécie".

O direito à cidade nunca foi realidade para as prostitutas. Elas constantemente tiveram que lidar com banimentos. Não raro procurou-se "isolar do mundo exterior o espaço das relações ilícitas" (RAGO, 1991, p. 14). A ida para o Farol muitas vezes se dava porque seria, naquele momento, um espaço tolerado para o tipo de serviço ofertado. Ainda assim, chama a nossa atenção o discurso "salvacionista" da matéria apresentada.

No primeiro capítulo desta tese iremos discutir o trabalho das prostitutas na cidade de Fortaleza em um momento de maior presença de mulheres no espaço público. Além disso, buscamos debater de que maneira a atividade daquelas mulheres foi compreendida em uma situação histórica de liberação dos costumes. O período inicial de nosso recorte tem como

características a mudança comportamental, os avanços contraceptivos e a organização de movimentos sociais. É preciso ressaltar, igualmente, que isso se deu durante uma ditadura civil-militar em que se buscou reprimir os sujeitos/as, mas como em outros contextos históricos, tinha a prostituta como "parâmetro de limites". Tentaremos vislumbrar, inicialmente, as prostitutas na cidade de Fortaleza, mas pensaremos na cidade como palimpsesto, com um "sentido construído e fixado pelos homens" (PESAVENTO, 2004, p.27) que buscaremos desvendar.

Salientamos que em alguns momentos iremos nos referir a outras situações históricas, sendo nossa intenção dialogar com outros sujeitos/as e temporalidades sem, com isso, nos distanciarmos de nossa temática e recorte. Ao analisarmos, como é o caso, matérias de jornais, estaremos tendo acesso a diversos discursos sobre nossas sujeitas na temporalidade que elegemos. Entretanto, não se pode pensar que discursos e vivências sejam totalmente coincidentes. As mariposas nem sempre se deixam aprisionar.

1.1 O caminho das "mariposas": tentando localizar a prostituição em Fortaleza

Segue o teu caminho mariposa
Já que esta luz te embriaga
Mas nunca te esqueças Mariposa
Que toda luz se apaga

Mariposa, de Nelson Gonçalves e Adelino Moreira, 1959[1]

De acordo com o *Dicionário Michaelis*, "mariposa", em seu sentido pejorativo, significa "meretriz"[2]. Não sabemos ao certo de onde tal definição teria surgido, mas é possível que se relacione com a significação daquele termo na própria zoologia. Segundo esta, as mariposas são insetos que têm, dentre outras características, hábitos "crepusculares", ou seja, são seres que aparecem ao cair da noite, momento do dia em que as atividades das prostitutas seriam mais "aceitáveis", como veremos adiante.

Alguns estudiosos têm, há algum tempo, se debruçado sobre a temática da prostituição em Fortaleza. Os diversos trabalhos – de historiadores, jornalistas, cientistas sociais e profissionais da área da saúde – além de mostrarem que o assunto desperta interesse em diversas áreas e que estaria distante de ser uma questão esgotável, também apontam que as prostitutas não se adequam às imposições.

Podemos dizer que há uma questão sobre a qual há concordância e que perpassa vários trabalhos sobre a prostituição, seja em Fortaleza ou em outros locais: a existência de uma tentativa empreendida pelos poderes públicos (geralmente bem quista e muitas vezes solicitada pela imprensa e sociedade) de invisibilização dessas mulheres. É preciso conter e regrar a aparição daqueles corpos no espaço público. Este, embora constitua uma esfera mais acessível às chamadas "mulheres públicas", teria para elas um caráter ainda limitado, como veremos; o corpo da prostituta é um corpo abjeto.

Em entrevista cedida a Prins e Meijer (2002), Judith Butler reluta em dar exemplos mais concretos de "corpos abjetos", visto que as tipologias seriam "exatamente o modo pelo qual a abjeção é conferida". (BUTLER, 2002, p. 161). Contudo, sua definição nos permite entender as prostitutas como sujeitas englobadas nesse conceito (ainda que nossa opção faça

[1] MARIPOSA. Intérprete: Nelson Gonçalves. Compositores: Adelino Moreira e Nelson Gonçalves. São Paulo: RCA Victor, 1959. Disco 78 rpm, lado A.

[2] MARIPOSA. In: **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos Ltda, 2020. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/mariposa. Acesso em 11 de janeiro de 2020.

com que estejamos indo de encontro ao proposto pela autora): "o abjeto para mim não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas 'vidas' e cuja materialidade é entendida como 'não importante'" (BUTLER, 2002, p. 161).

A autora propõe ainda que "deve haver uma incomensurabilidade entre a elaboração teórica da abjeção e seus exemplos" (BUTLER, 2002, p. 163) pois é possível que "o exemplo funcione em alguns contextos e não em outros". A discussão sobre o orientalismo referente às mulheres e o "corpo feminino sob véus" em espaço público pode ser interessante para pensar essa questão, visto que o uso daquela peça é complexo e ficaria em aberto se uma mulher sobre o véu é sempre uma "mulher abjeta".

Butler destaca os estudos de teóricas feministas que dizem que o véu garantiria poder e influência a algumas mulheres em países islâmicos (por ser esse poder "desviado e tornado menos identificável") e aponta a necessidade de discutir o contexto em que aquela mulher se insere, além da classe social a que ela pertence (BUTLER, 2002, p. 163). Nesse sentido – e trazendo o debate para a nossa temática – a abjeção parece servir mais às mulheres que estão envolvidas com a baixa prostituição do que a aquelas que pertencem à classe média e/ou atendem clientes de poder aquisitivo mais elevado. Discutiremos isso adiante.

Pesquisando sobre a prostituição em Fortaleza nos anos 1930 e 1940, Mardônio Guedes afirma que, naquele período, buscou-se forjar uma cidade que favorecesse os interesses das elites locais através do desenvolvimento do comércio. Com essa intenção, a administração local construiu ruas, reformou praças e buscou conduzir novas posturas que fossem condizentes com a realidade que se tentava impor. Dessa forma, era necessário disciplinar a prostituição, combatendo sua aparição em horários inapropriados. A pobreza e a mendicância também deveriam ser disciplinadas com vistas a moralizar a cidade e conservar a higiene das ruas (GUEDES, 2002). Semelhante "utopia disciplinar" foi discutida por Margareth Rago (1995) em seu "Do cabaré ao lar" quando a autora aponta que

> Indícios de uma anormalidade social, as práticas populares de vida e lazer dos trabalhadores fabris, dos improdutivos, dos pobres, das mulheres públicas, das crianças que vagueiam abandonadas nas ruas vão se tornando objeto de profunda preocupação de médicos-higienistas, de autoridades públicas, de setores da burguesia industrial, de filantropos e reformadores sociais, nas décadas iniciais do século XX (RAGO, 1995, p. 12).

Até a década de 1930, é válido salientar, Fortaleza era uma cidade monocêntrica: uma burguesia financeira e comercial se concentrava na área central, onde estavam os comércios e negócios, bem como as suas residências. Como aponta José Borzachiello da Silva (1992), "durante muitos anos o centro foi o local dos clubes mais elegantes da cidade, praças arborizadas com bancos destinados à animação e ao lazer" (SILVA, J. B., 1992, p. 44). Neste sentido é que interessava, aos poderes públicos, bem como às famílias mais abastadas, afastar as prostitutas para outros locais, de modo a não incomodar as pessoas que no centro residiam.

Guedes (2002) aponta, entretanto, que nos jornais de Fortaleza e nas ocorrências policiais era comum que prostitutas fossem presas por estarem circulando, antes das dez da noite, em lugares a elas proibidos. Assim, ainda que houvesse um esforço policial, aquelas que eram chamadas "mulheres de vida fácil" resistiam às imposições e comercializavam serviços sexuais em locais tradicionais da cidade "como o passeio público, espaço de lazer frequentado por famílias de diversos segmentos sociais de Fortaleza" (GUEDES, 2002, p. 55-56).

Na segunda metade da década de 1940, em outros bairros e ruas da cidade**,** a população também protestaria contra as prostitutas. Pesquisando igualmente a prostituição, mas referindo-se à cidade de Florianópolis da primeira metade do século XX, Ivonete Pereira (2004) afirma que, "a vizinhança, longe de ser apenas sinônimo de solidariedade, apresentava-se como vigilante, delatora e suscitadora de repressão sobre aquelas pessoas que estavam fora de seus círculos de amizade" (PEREIRA, 2004, 97). Ao que parece, o mesmo podia ser aplicado à cidade de Fortaleza. No Benfica, (um dos bairros elegantes à época[3]) na rua Marechal Deodoro, ou na localidade denominada "Cercado Zé Padre"[4], por exemplo, criticavam-se as moças prostitutas que se utilizavam das ruas escuras e desertas e aquelas que promoviam bebedeiras e gritarias em "trajes semi-paradisíacos", como aponta um periódico citado por Gizafran N. Mota Jucá em seus escritos (JUCÁ, 2000, p. 142).

Jucá indica ainda que, na década de 1950, famílias se voltavam contra uma importante *madame* que mantinha um cabaré no bairro Antônio Bezerra e as chamadas casas

[3] Para Gizafran Jucá, antes que o bairro Aldeota se consolidasse enquanto "reduto da burguesia", Jacarecanga e Benfica eram os bairros mais elegantes da cidade (JUCÁ, 2000, p. 34).

[4] De acordo com José Borzachiello da Silva (1992), o Cercado Zé Padre era uma das favelas surgidas a partir dos anos 1930 em decorrência do crescimento espontâneo e desordenado da cidade de Fortaleza. Outros aglomerados com características de favelas também se desenvolveram no período 1930-1955, são eles: Mucuripe, Lagamar, Morro do Ouro, Varjota, Meireles, Papoquinho, Estrada de Ferro. (SILVA, J. B. 1992, p.29).

de *rendez-vous*[5] começavam a aparecer entre as residências, nas praias de Iracema e do Meireles, na zona leste da cidade. No bairro Jardim América eram cerca de dez casas de prostituição. Para o autor, "como o centro já não representava o ponto exclusivo da prostituição, os bairros acolhiam o excedente" (JUCÁ, 2000, p. 144).

Se na primeira metade do século XX a tentativa de conter os "excessos" das prostitutas e impedir sua visibilidade não tinha o alcance desejado e um projeto de modernidade havia ficado mais no "nível do discurso e das ameaças do que realmente da concretude" (PEREIRA, 2004, p. 16), como ocorrera em outras cidades[6], podemos dizer que algo semelhante ainda aconteceria tempos depois, na década de 1970, como se expunha no jornal *O Povo*. Uma matéria daquele periódico chamava a atenção do leitor – já em primeira página[7] – para a "Zona de prostituição formada na Aquidaban", uma avenida "familiar" da Praia de Iracema.[8] De acordo com o jornal, a *Buate* [sic] *Madrugada* era o principal ponto de atração da área, onde o movimento começava cedo e prosseguia até a manhã seguinte.

Outros bares e cabarés compunham a então chamada "zona da madrugada" e a "freguesia" extravasava "as dependências dessas casas para praticar colóquios em plena via pública", o que causava queixas das famílias, que diziam não notar uma ação mais rígida da polícia ou mesmo do Juizado de Menores, já que eram as menores de idade que despertavam mais interesse nos "fregueses":

> As outrora tranquilias [sic] famílias da avenida Aquidaban e das demais ruas próximas vivem momentos de revolta, ante esses fatos. Estão impossibilitadas de utilizar aquela via durante a noite, porque, inclusive, correm o risco de serem agredidas. Não tem sossego a partir das 22 horas, principalmente quando malandros e mulheres se atritam, sob sopapos, gritos de histeria e pornografias (ZONA...,1973, p. 8).

Acreditamos que a impossibilidade de utilizar a via atingia de forma mais direta as mulheres que pertenciam as outrora "tranquilas famílias". Judith Walkowitz (1991), ao discutir a prostituição durante o século XIX, por exemplo, nos fala que a mulher – a autora

---

[5] É possível que o uso de termos em francês – como *Madame* e *rendez-vous* – se justifique por um "culto ao afrancesamento" existente em Fortaleza desde fins do século XIX. Para Sebastião Ponte, Paris estava na moda e ditava moda para o Ocidente e segui-la era importante para estar inserido nas novas tendências e nos novos tempos. A capital do Ceará não era um caso único no Brasil. Para Ponte, cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Florianópolis também adotavam modelos e figurinos franceses. Naquela época, "era sinal de 'chiquismo' utilizar termos e nomes franceses onde fosse possível" (PONTE, 2010. p.155).

[6] Estamos nos referindo à cidade de Florianópolis do começo do século XX, onde as "decaídas" estudadas por Ivonete Pereira (2004) resistiam e sobreviviam à uma modernização que as fazia constantemente mudar de residência.

[7] O assunto era destaque na primeira página do Jornal *O Povo* e prosseguia na página 8.

[8] Atual avenida Historiador Raimundo Girão.

refere-se à pobre – "corria permanentemente o risco de ser tomada por uma prostituta" e precisava ter cuidado com seu vestuário e gestos para não ser confundida. Nesse sentido, a "apresentação visual" e uma "identidade privada como esposas e mães" – em contraposição às "mulheres públicas" - era muito importante (WALKOWITZ, 1991, p. 419).

Figura 01 – Zona de Prostituição na Avenida Aquidaban

Fonte: Zona de prostituição formada na Aquidaban. **O Povo**, Fortaleza, p. 8, 19 de set. 1973.

Janine Gomes da Silva, por sua vez, nos diz em relação aos "territórios do prazer" em Joinville – Santa Catarina, que as moças "direitas" e de "família" deveriam precaver-se em relação aos seus caminhos. As zonas de meretrício, que podiam ser identificadas naquela cidade desde os anos 1940, eram rememoradas também por conta de determinadas recomendações. Os trajetos deveriam ser alongados para evitar que certas ruas fossem cruzadas, pois "o simples caminhar por alguns itinerários poderia afetar os 'bons costumes'" (SILVA, J. G., 2010, p. 53). Assim, é possível que essa questão de alguma maneira incomodasse aquelas que residiam nas proximidades dos cabarés. Evitar transitar por alguns caminhos talvez fosse a melhor escolha para fugir da possibilidade de ser equiparada às ditas "mulheres de vida fácil".

Diane Lamoureux (2009), ao discutir os conceitos "público" e "privado", aponta como "a distinção entre a operária e a prostituta é frequentemente tênue", pois as mulheres teriam sido destinadas ao privado e sofrem, quando penetram na outra esfera, vários ataques à sua integridade (LAMOUREUX, 2009, p. 211). Citando Carole Pateman (1988), Lamoureux nos diz que as modernas teorias do contrato social definem o público como o espaço do indivíduo independente, responsável e racional. Em contrapartida, a esfera privada estaria relacionada à intimidade e à família. (LAMOUREUX, 2009)

O "indivíduo", contudo, seria apenas o homem. Enquanto a este é permitido um livre caminhar entre as esferas (como no caso dos chefes de família), à mulher caberia apenas o lar e a maternidade, já que "todo um discurso moralista e filantrópico acena para ela, de vários pontos do social, com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize." (RAGO, 1995, p. 63). Ainda que muitas mulheres tenham exercido a prostituição como profissão e forma de se tornarem independentes – dos pais ou maridos – e/ou de assumirem a responsabilidade no sustento dos filhos, como veremos no terceiro capítulo deste trabalho, a presença delas no espaço público não era entendida como legítima, ao mesmo tempo em que suas famílias e maternidade eram, por vezes, negadas.

Retornando à discussão acerca dos espaços da prostituição em Fortaleza, o que temos percebido é que se de fato existiu uma tentativa de restringir os locais de atuação das prostitutas, não houve êxito. Por outro lado, nos mostra igualmente que não havia um "caminho natural" a ser seguido pelas chamadas "mariposas". Algumas prostitutas foram, de fato, para Farol do Mucuripe (onde muitas, inclusive, encerraram as suas atividades), principalmente após serem banidas de outras localidades. Contudo, outras áreas, até mesmo apontadas como "familiares", eram ocupadas por prostitutas ou mesmo a "expulsão" não se dava por completa, como aconteceu com a região conhecida como "Cinza", como veremos a seguir.

A área denominada "Cinza" localizava-se no bairro Arraial Moura Brasil[9], na zona oeste de Fortaleza. Situava-se próximo ao Passeio Público e à praia Formosa, por trás da Estação Ferroviária João Felipe. Segundo Francisca Ilnar de Sousa (1998), esta denominação

[9] Segundo Guilherme Studart (o Barão de Studart), José Cardoso de Moura Brasil foi um médico cearense, nascido em uma pequena povoação chamada Caixa-Só, posteriormente "villa de Iracema". Barão de Studart afirma em seus escritos que Moura Brasil foi o "príncipe da cirurgia oculista no paiz". Fez seus estudos na Bahia e mais tarde viria a residir no Rio de Janeiro, onde foi o fundador da Polyclínica Brasileira. (STUDART, 1980. p. 84-87). De Acordo com Magali Engel (1988), Moura Brasil era um "defensor apaixonado da regulamentação sanitária da prostituição." (ENGEL, 1988. p.134).

resultou da presença da *Usina Light and Power*, responsável pela iluminação pública da cidade, e das cinzas deixadas pela queima da madeira durante a produção de energia (SOUSA, 1998, p. 63). A partir dos anos 1930, com o crescimento demográfico da cidade intensificado principalmente pelo fluxo migratório[10], aquela região recebeu um grande número de migrantes que se estabeleceram junto a comunidades de pescadores já ali existentes desde fins do século XIX. Eustógio Dantas (2011), em seu estudo sobre a maritimidade em Fortaleza, procurou situar as questões do ordenamento urbano da cidade. De acordo com o autor,

> O movimento de ocupação das zonas de praia pelos pobres corresponde, essencialmente, à demanda por habitação, reprimida, dos retirantes que não conseguem se estabelecer na cidade, vendo-se forçados por política higienista de ordenamento e controle social a se fixar nos terrenos de marinha, lugar privilegiado de concentração deste segmento da população (DANTAS, 2011, p. 52-53).

A chegada das prostitutas teria provocado a expansão do bairro. Este ficou conhecido pela população como "Curral das éguas"[11], para Ilnar Souza por um motivo não tão difícil de entender: ao que parece, finalmente haviam conseguido "encurralar as mulheres prostitutas (éguas, que são 'montadas' para fins sexuais) em um espaço físico, fixo e exclusivo para elas." (SOUSA, 1998, p. 64).

Além das duas denominações citadas anteriormente, uma terceira merece ser mencionada. De acordo com Érika Pinho (2012), "Oitão Preto" era o nome de uma casa de meretrício que se localizava na entrada do Curral das Éguas e seria mais uma das designações pela qual ficou conhecido o bairro Arraial Moura Brasil. Uma das entrevistadas da autora morou por muitos anos naquela localidade e explica o nome do estabelecimento: "era um murozão preto, com um oitozão pintado, era o número oito, de longe a gente via, e o povo ficou chamando o Oitão Preto" (PINHO, 2012, p. 33).

---

[10] O maior percentual da população que se deslocava do interior do estado para Fortaleza fixou-se na zona oeste da cidade – área da atual Avenida Francisco Sá. Aquela região tinha como característica uma grande concentração industrial, sendo ocupada, em razão disso, por uma população que em sua maioria era constituída por trabalhadores. Além disso, era uma área de grande carência quanto à infraestrutura, situação destoante da zona leste da cidade. Tal fato ocorreu porque a área foi "escolhida" para receber tudo o que a cidade "desprezava", devido à sua localização geográfica: a sotavento da cidade. Seguindo o discurso médico-higienista do século XIX as edificações ditas insalubres das cidades deveriam ser construídas de modo que as doenças não fossem disseminadas: no sentido oposto ao dos ventos. E assim ocorreu na escolha da localização de equipamentos instalados na segunda metade daquela centúria, como a Santa Casa de Misericórdia, a Cadeia Pública, o Cemitério São João Batista e o Lazareto e cemitério da Lagoa Funda. (SILVA, J. B., 1992).

[11] Juliana Morais de Góis (2017) também aponta a existência de um cabaré chamado de Curral das éguas na cidade de Belo Horizonte: "(...) era um pátio largo onde mulheres atendiam em pequenos quartos. Essa era uma região mais barata, e composta pelas mulheres que já estavam no 'final de carreira'. (GÓIS, 2017. p. 63).

Mapa 1 – Prostituição em Fortaleza

Pontos A, B e C: Centro, Arraial Moura Brasil (ou "Cinza") e Farol do Mucuripe, respectivamente.
Fonte: *Google Maps*. Disponível em: http://www.ceara.com.br/fortaleza/mapadefortaleza.htm. Acesso em 15 de set. 2018.

Tal apresentação daquele estabelecimento nos fez lembrar de uma das recomendações de Parent-Duchatelet acerca do isolamento das prostitutas em "casas de tolerância na França, no século XIX – mesmo que outras indicações, como o controle acerca da saúde das prostitutas, por exemplo, fossem no Curral inexistentes. Aqueles locais deveriam ser "facilmente identificáveis por um número de tamanho grande e por uma lanterna vermelha" (PERROT, 2007, p. 78). Essa exibição interessava às autoridades policiais – porque lhes garantiria um maior controle, mas poderia ser inconveniente para as *madames* ou donos de cabaré: a apresentação inequívoca poderia afastar os clientes, visto que estes muitas vezes eram casados e desejavam sigilo. Aquela denominação, entretanto, continuaria a ser utilizada mesmo tempos depois na região da "Cinza" – localidade que segundo a imprensa teria sido "extinta" ainda na década de 1960[12] o que, como veremos a seguir, não seria exatamente verdadeiro.

[12] Em 25 de julho de 1963, o jornal *O Povo* informava aos seus leitores que "após intensa campanha feita pela imprensa, a famosa 'Rua da Cinza', que há tantos anos se erguia miseravelmente à beira mar da praia Formosa, foi extinta" (PROLIFERAÇÃO..., 1963. p. 8).

No ano de 1983, sobre um estabelecimento chamado *Bar oitão preto*, situado no Arraial Moura Brasil, o jornal *O Povo* dizia que "já foi palco de incontáveis crimes, desordens e é celeiro de marginais" e que "de preto tem apenas o nome pintado em negro e a fama, porque ele mesmo é róseo. É o número 512 da [rua] Senador Jaguaribe." (NA ANTIGA..., 1983, p. 9). Vale ressaltar que não sabemos ao certo se seria a mesma casa de prostituição ou se pertencia ao mesmo dono/a. Em todo caso, a manutenção de um nome já reconhecido pode ter sido uma estratégia para atrair pessoas interessadas nos serviços prestados naquele local, ainda que na prática pudesse ter o efeito contrário.

Figura 02 – Bar Oitão Preto

Fonte: Na antiga "Cinzas", o rastro da miséria. **O Povo**, Fortaleza, 26 abril de 1983. p. 09.

A retirada das prostitutas das ruas centrais de Fortaleza era uma recomendação antiga da Chefatura de Polícia, mas somente se concretizou – não de forma total e sem resistência –, em fins da década de 1930, com a gestão do Interventor Menezes Pimentel. O Arraial Moura Brasil, para onde muitas daquelas mulheres foram, era considerado umas das 'zonas perigosas' da cidade, destacando-se já pela "baixa prostituição e pelo comércio de maconha".

A área localizava-se bem próximo ao centro, onde, segundo Jucá (2000), adolescentes e crianças conviviam com prostitutas em condições precárias no que se referia ao saneamento básico (JUCÁ, 2000).

Devemos enfatizar que apenas a chamada "baixa prostituição" foi expulsa do Centro da cidade. As mulheres que habitavam as "pensões galantes" puderam continuar com as suas atividades[13]. Para Ilnar de Sousa (1998), somente as mulheres que faziam comércio na Rua das Flores, atual Castro e Silva, no Centro, foram transferidas para o Arraial Moura Brasil (SOUSA, 1998, p. 64). Algumas medidas restritivas à prostituição (em relação às festas e horários de funcionamento, por exemplo[14]) teriam garantido tanto a fixação de prostitutas no Curral – em condições muito precárias – quanto o crescimento do número de casas de prostituição de luxo na região central de Fortaleza. Vale destacar ainda que a vigilância nas pensões fazia com que muitas mulheres que ali trabalhavam terminassem a noite nos bares da Rua da Frente (atual avenida Beira Mar) na praia do Mucuripe, bem próximo à Avenida Aquidaban e sua "Buate (sic) Madrugada".

Para Jucá (2000), existia um acordo entre autoridades policiais e a prostituição, algo que se devia a uma "incoerência moralista". Enquanto existia um constante clima de medo nos bairros pobres – onde trabalhavam prostitutas mais carentes –, "em quarteirões inteiros das ruas centrais, como a Barão do Rio Branco, Major Facundo, Sena Madureira, Pessoa Anta e mesmo na vizinhança dos clubes elegantes, pontilhavam as procuradas 'pensões'." (JUCÁ, 2000, p. 142).

"Pensões galantes", "pensões alegres" ou "pensões altas" foram os termos usados para designar as casas de meretrício do Centro da capital cearense. Elas encontram registro desde a década de 1930 e continuavam bem procuradas até a década de 1960. Tais casas se localizavam nos pavimentos superiores de sobrados onde funcionavam

---

[13] Uma matéria veiculada no jornal *Diário do Nordeste* em julho de 1986 trazia uma discussão sobre a prostituição em Brasília, que também ocorreria com a "completa complacência das autoridades", muito possivelmente por conta da classe social atendida pelas "massagistas". De acordo com o periódico, os bordéis estavam escondidos no plano piloto e cidades satélites sob o nome de "sauna para executivos". Nas saunas, a palavra "prostituição" nunca era utilizada, constatou a reportagem que entrevistou Dona Beija, responsável pelo "comando do maior reduto de prostituição da cidade". Para D. Beija, o sexo em Brasília era o "mais gostoso do país", por ser feito "mais escondido do que em qualquer lugar do mundo". A matéria jornalística, que ocupou quase uma página inteira daquele jornal, nos faz pensar sobre o sigilo da dita "prostituição de luxo" bem como na dificuldade do/a pesquisador/a em encontrar os/as sujeitos/as da prostituição que oferecem seus serviços às classes mais abastadas (BRASÍLIA..., 1986. p. s/n).

[14] De acordo com Érika Pinho (2012), tais medidas foram adotadas a partir de 1935, pela Chefatura de Polícia. Em junho daquele ano, o Chefe de Polícia Manuel Cordeiro Neto proibia a realização de festas em cabarés de Fortaleza e ditava um toque de recolher a partir da meia noite nas tais "pensões galantes" (PINHO, 2012, p. 38-39).

comércios. Durante o dia, a discrição imperava e nem sequer as janelas poderiam ser abertas.

Além disso, as mulheres que ali exerciam a prostituição deveriam ser maiores de idade (ao menos teoricamente, visto que falsificações nos documentos não eram práticas incomuns) e apresentadas à Chefatura de polícia, onde seriam "fichadas". Era imperativo também que fizessem exames ginecológicos para que a transmissão de doenças venéreas fosse evitada. Essas pensões eram também conhecidas como "casas de tolerância", já que funcionavam com a tolerância da polícia – como já mencionamos – mas também de outros setores da sociedade, como é possível perceber no Jornal *O Povo*:

> Tendo em vistas (sic) as circunstâncias sociais da atualidade, *não fazemos aqui objeção* aos cabarés que funcionam em vários locais da cidade, por serem êles *fiscalizados e cadastrados* na Polícia e no Juizado de Menores e frequentados apenas por *prostitutas profissionais*, que não tiveram a felicidade de ser salvas desta vida que parece não ser vida (PROLIFERAÇÃO..., 1963, p. 8, grifo nosso).

Vale ressaltar que a manutenção de casas de prostituição constitui um crime, segundo o Código Penal ainda vigente[15]. A polícia que "tolera" ou o jornal que divulga tal matéria parece esquecer este fato. Além disso, de que "circunstâncias sociais" estaria falando o autor da matéria? Seria a necessidade de empregos para as mulheres vindas, em sua grande maioria, de cidades do interior em busca de ocupação? Ou tal afirmação estaria ligada às consideradas "necessidades dos homens"? Chama a nossa atenção também o tratamento dado à prostituição naquelas pensões como uma profissão, visto que se fala em "prostitutas profissionais".

Em um momento posterior, já no fim da década de 1970, uma carta endereçada ao mesmo jornal trazia uma opinião semelhante em relação à prostituição, ao mostrar um posicionamento contrário apenas à prostituição de adolescentes. Chamando a atenção para a prostituição de jovens menores de idade na cidade de Quixadá[16], o leitor Francisco Pereira Lima, na seção denominada "Cartas do Povo" discorre sobre a situação de algumas meninas com idade inferior a 16 anos. Estas estariam sendo exploradas sexualmente na "Churrascaria Imperial" em festas nas quais eram estimuladas a consumir bebidas alcoólicas e maconha.

---

[15] O Código Penal, em seu Capítulo V, Artigo 229, aponta ser crime "Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente". A pena seria a reclusão, de dois a cinco anos, e multa. (BRASIL, 1940). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm . Acesso em 13 jul. 2017.

[16] Cidade situada no interior do Ceará, a cerca de 160 km de distância da capital Fortaleza.

Colocando-se contrário somente à prostituição de menores de idade – assim como vimos na matéria anteriormente citada –, o autor da missiva busca deixar evidente a sua posição: "não estamos a nos arvorar em moralistas e *nem pretendemos acabar com a prostituição*, o que queremos é uma providência para salvar menores que habitam esta cidade tão bela como é Quixadá."(LIMA, F.P., 1979, p. 12). É interessante refletir sobre a manutenção de tal ideia em um jornal, sendo este considerado como um divulgador de imagens e ideais. É, mais uma vez, o entendimento de prostituição enquanto "mal necessário" que se apresenta.

Voltando às "pensões alegres", estas se diferenciavam das chamadas "casas de recursos" onde o serviço prestado seria considerado à época, de "menor qualidade" no que se refere ao "refinamento", mas também pela influência do modelo regulamentarista francês de Parent-Duchatelet, no qual a vigilância era central. Nas "casas de recursos" tal controle era dificultado pelo caráter clandestino dos estabelecimentos. Devemos salientar que o controle das doenças sexualmente transmissíveis era algo central no regulamentarismo, já que as prostitutas seriam, para aquela corrente, as grandes receptoras dos "resíduos seminais masculinos" (RAGO, 1991, p. 122).

Com o fechamento das "pensões" do Centro, no início dos anos 1970, muitas mulheres foram para o Farol do Mucuripe ou para outras localidades[17]. Apesar de não ter sido o único ambiente para o qual prostitutas expulsas de outras localidades foram, o Farol do Mucuripe de fato se destacaria durante muito tempo, pela forte presença de cabarés. Para José Borzacchiello da Silva (1992), a chegada de prostitutas naquele espaço remonta aos anos 1940, quando se iniciou a construção de um novo porto em Fortaleza, na ponta do Mucuripe (SILVA, J.B., 1992). Ou seja, mesmo antes de expulsões ocorrerem, aquele local já estava tornando-se conhecido pelas prostitutas que ali viviam.

O porto antigo – no Poço das Dragas – localizava-se na zona oeste da cidade, próximo ao Arraial Moura Brasil. A presença do porto, dos trapiches e o movimento de carga e descarga fazia com que fosse grande a presença de trabalhadores braçais e também de prostitutas, que prestavam serviços aos marinheiros. A construção do novo porto, de maiores proporções, faria com que aqueles trabalhadores deixassem o Poço das Dragas para fixar-se nas imediações do Farol e fez também com que parte do "meretrício" se deslocasse para

[17] Em seu trabalho, Érika Pinho aponta - com base em matéria veiculada no jornal *Correio do Ceará* - que o fechamento das pensões alegres estaria ligado às pressões da rede hoteleira, preocupada com o saneamento do Centro da cidade. (PINHO, 2012).

aquele bairro (SILVA, J.B., 1992, p. 60-61). Tal fato não deixava de causar a insatisfação de famílias ali estabelecidas. Ainda assim, seria para lá que, a Secretaria de Segurança Pública prometeria deslocar as prostitutas que ainda circulavam nas proximidades do centro da cidade, em 1960. Havia um comprometimento de que aquelas mulheres seriam instaladas nas cercanias do Farol, "onde não residiam famílias de classe média que pudessem ser perturbadas com a vida noturna dos cabarés" (JUCÁ, 2000, p. 145).

Carlos S. Versiani dos Anjos Júnior (1983) nos fala um pouco sobre essa transferência compulsória. De acordo com o autor, aquelas mulheres que trabalhavam num setor da orla marítima – hoje avenida Presidente Castelo Branco, popularmente conhecida como "Leste-oeste" –, desde as imediações da Encetur[18] foram para o Farol deslocadas. Também aquelas que exerciam a prostituição no que hoje conhecemos como "Volta da Jurema" tiveram que ceder sua localização por conta de "pressões de grupos poderosos no investimento imobiliário". (ANJOS JÚNIOR, 1983, p. 23)

Tal mudança não seria, todavia, simples. As *madames* afirmavam que o Farol era um espaço quase desértico e que não haveria ali um local adequado para aquele tipo de negócio. O acesso ao Farol era difícil, não havia calçamento, luz elétrica ou água própria para o consumo. Para garantir o êxito da transferência, Anjos Júnior (1983) afirma que o prefeito da época, General Cordeiro Neto, buscando persuadir as prostitutas,

> [...] entrou em contato com as "madames" de maior capacidade de liderança, notadamente a Lourdes Preta e a Zizi, e com a ajuda material da Prefeitura, convenceu-as a propósito da mudança. Por sinal, o primeiro cabaré a funcionar no Farol foi o Brisa Mar de propriedade da Lourdes Preta. A mudança, que ficou por conta da prefeitura (afora outros benefícios para a implantação das casas no novo local), realizou-se por etapas, as turmas mudavam quinzenalmente. Entretanto, os gastos com a mudança foram muito maiores do que a ajuda da prefeitura e a substantiva diminuição da clientela abalaram de forma significativa os rendimentos nos primeiros tempos da prostituição no Farol (ANJOS JÚNIOR, 1983, p. 24).

De acordo com Anjos Júnior (1983), a energia elétrica foi o único serviço instalado de maneira imediata, tendo sido uma exigência das prostitutas. Praticamente nada mais seria feito pelos prefeitos que se seguiram, ficando as casas de prostituição dependentes de iniciativas particulares. Érika Pinho (2012), por sua vez, nos diz que a criação da "zona do

[18] A Encetur localiza-se na Rua Senador Pompeu, nº 350, no Centro. É um edifício de meados do século XIX que durante algum tempo abrigou a antiga cadeia pública. Nos anos 1950 foi desativado, posteriormente dando lugar ao Centro de Turismo de Fortaleza, sede da ENCETUR – Empresa Cearense de Turismo, abrigando o comércio de artesanato e de produtos típicos locais.

meretrício" do Farol do Mucuripe se fez de forma improvisada e foi determinada pela construção da avenida Beira-Mar, no ano de 1962. Naquele momento, cerca de 2.000 pessoas foram deslocadas da *Rua da Frente* para as proximidades do Farol. (PINHO, 2012, p. 57) Posteriormente os casebres do *Curral* seriam também desapropriados para garantir a construção da Avenida Presidente Castelo Branco, inaugurada em 1973. Muitas daquelas mulheres também iriam para o Farol.

Em julho de 1973, o Jornal *O Povo* trazia uma reportagem que discutia a transferência das mulheres do *Curral* para o Farol do Mucuripe. A matéria cuja chamada ocupava a área central da primeira página daquele periódico e continuava na sexta página, trazia foto e trechos de conversas com as mulheres que ainda estavam no Curral e com algumas que já trabalhavam no Farol. Assim eram apresentados aqueles pontos de prostituição e seus/suas sujeitos/as:

> Mulheres de olhares distantes e pretensões imediatistas. Rostos sofridos, consequência das noites indormidas e do amanhã incerto. Invertidos sexuais, crianças opiladas, conversas intermináveis de esquina e comportamento de comunidades de rasteiro status social e econômico. Este, o quadro resumido dos dois pontos de vivência da prostituição da pobre capital (CURRAL-FAROL..., 1973, p. 1).

O autor do texto descreve espaços de prostituição em Fortaleza a partir de seus/suas sujeitos/as. Ao que parece, muda-se apenas o ambiente, já que as pessoas, as demandas, as conversas e o sofrimento ali instalado seria o mesmo. As mulheres que foram entrevistadas pelo repórter do jornal *O Povo* deixam entrever a realidade difícil dos ambientes em que habitavam. O Curral, descrito na matéria como "meio alegre, meio triste" possuía uma estrutura precária. Casebres e ruas sem saneamento compunham o lugar. Inicialmente observando a reportagem com desconfiança, as prostitutas foram, gradativamente, desabafando "suas tristezas", que de acordo com o jornal, eram muitas. A maioria delas preferia omitir os nomes. Vindas do interior em busca de emprego e de melhores condições de vida, nem sempre diziam aos pais e familiares que eram prostitutas.

No Curral, as entrevistadas pagavam Cr$ 2,50 por dia pelo quarto do cabaré. Segundo uma delas, os poucos homens que lá frequentavam pagavam apenas "quatro ou cinco contos", enquanto outros as enganavam e não pagavam. Sobre as condições de trabalho, uma das mulheres relatou à reportagem: "antigamente, aqui no Curral era bom; mas acabaram com os bar e os forró e tamo já pra morrer de fome" (CURRAL-FAROL..., 1973, p. 6). Referindo-se

a um grande buraco existente no início da ladeira próximo à praia, ela continua: "é pra não passar carro e deixar a gente sem movimento". Isso nos deixa vislumbrar tanto o desprezo pela localidade quanto as estratégias do poder público para consolidar a expulsão das prostitutas daquele lugar. A possível – já quase certa – saída do Curral não deixava de causar receio entre as prostitutas. Uma delas com "voz embargada de incerteza" dizia que estavam esperando apenas uma indenização para ir para a Jurema ou Farol.

Já no Farol, a situação era descrita de maneira bem semelhante e a fome aparecia como uma possibilidade iminente. Sobre o lugar, a reportagem do *O Povo* afirmava:

> *Selva de Pedra, Riso da Noite, Stavanger, Los Angeles, Sayonnara, Vênus e Novo Mundo* são alguns dos bares e buates (sic) da rua do Farol. Com calçamento esburacado e um movimento constante de mulheres pelas calçadas, a rua só conhece a prostituição. Dentro dos bares, duas cenas: ou mariposas conversando sentadas às mesas ou homens jogando sinuquinha, como no *Novo Mundo*. "Aqui tem mulher demais, muitas passando fome" – diz uma *madame* (CURRAL-FAROL..., 1973, p. 6).

Somos levados a refletir se essa visibilidade dada pelo jornal, na intenção de chamar a atenção da população e autoridades em relação aos locais de prostituição e expor os problemas e miséria ali instalada, não teria causado uma resposta contrária dos leitores. Para Anjos Junior (1983), passada a fase inicial da instalação na zona, deu-se, no Farol, um momento de grande movimento, quando a área não era tão povoada e não existiam tantos cabarés. (ANJOS JÚNIOR, 1983, p. 28) Assim, é possível que o foco dado pelas equipes jornalísticas ao Farol – local para o qual a cada dia se deslocavam novas prostitutas e em que se abriam novos cabarés – tenha garantido informação e suscitado uma curiosidade nos homens que para lá iriam como possíveis clientes das prostitutas. Como aponta Ivonete Pereira (2004), em seu já citado estudo sobre a prostituição em Florianópolis, as pessoas nem sempre concordavam de forma submissa com a imprensa e resultados inesperados poderiam advir de publicações que tinham outros objetivos (PEREIRA, 2004, p. 54).

Quatro meses depois do anúncio da transferência das prostitutas para o Farol, a Cinza tinha seu fim noticiado. De acordo com o jornal *O Povo*, "um dos piores antros de Fortaleza" chegava ao fim (ressaltamos, porém, que dez anos antes o mesmo jornal havia divulgado informação semelhante, como já mencionamos aqui). "Antro", vale lembrar, está ligado à corrupção, à degeneração moral. Em um momento em que tanto se prezava pela "moral e bons costumes" tal comparação deve ser ressaltada. Na Cinza, dois mil casebres seriam

indenizados e cada ocupante receberia Cr$ 150,00[19]. O periódico frisava a incerteza para aqueles que ali ainda residiam:

> Muitas pessoas saíram, não se sabe para onde, e outras estão à espera de que as máquinas da Prefeitura venham derrubar seus mocambos para, então, saírem à cata de novo ambiente, onde construirão novos casebres. A triste verdade é esta. Uma prostituta disse ao repórter que até o fim deste mês elas terão de deixar a área limpa [...] e para onde irão? Ninguém sabe. "Já bebemos de cachaça os nossos cento e cinquenta cruzeiros e só nos resta sair procurando outro local." (CINZA: CHEGA..., 1973, p. 6).

Aparentemente preocupado com a possibilidade de que ocorresse o estabelecimento dos prostíbulos em outra área da cidade, os responsáveis pela matéria tentavam alertar a Prefeitura para que providências fossem tomadas no sentido de evitar esse inaceitável "círculo vicioso". Além disso, mostravam-se pouco tocados com a situação das mulheres que ainda residiam na *Cinza*, enfatizando que "na trilha do progresso não pode haver contemplações com as desgraças, principalmente quando estas são alheias" (CINZA: CHEGA..., 1973, p. 6).

O texto é finalizado com a certeza de que aquele "lugar maldito" estava "chegando ao fim" e com a esperança de que fosse possível falar futuramente aos nossos descendentes que "a Cinza, o vento levou para nunca mais voltar". É possível perceber a tentativa da imprensa em ditar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Segundo Reinaldo L. Lohn (2014), em seu estudo sobre intervenções no espaço urbano e as políticas sociais dos governos militares, esta seria uma das atribuições do discurso jornalístico nas sociedades contemporâneas, enquanto "uma das mais destacadas instâncias organizadoras do social" (LOHN, 2014, p. 259). A esperança de ver a Cinza sumir no ar, neste caso, assemelhava-se mais a uma solicitação e esta não seria atendida.

Pouco tempo depois o mesmo jornal assumiria que a "prostituição apenas mudou de ambiente" (PROSTITUIÇÃO APENAS..., 1974, p. 12) e que apesar do crescimento e "progresso" material que se podia identificar em Fortaleza, o "aspecto social" continuava demandando ações mais enérgicas. Segundo a matéria, o motivo pelo qual as mulheres procuraram novos locais para se prostituir teria sido a "minguada quantia em dinheiro" que elas haviam recebido de indenização (150 cruzeiros, conforme já mencionamos). Criticava-se o número crescente de favelas e pedia-se, mais uma vez, uma solução para o "problema" da prostituição.

---

[19] Concluímos que a indenização tinha um baixo valor após a compararmos com o valor do salário mínimo em Fortaleza para o mesmo ano, que era de Cr$ 213,60 (NOVO..., 1973, p. 5).

Posteriormente, um artigo da seção "Reportagem de bolso" assinado por Antônio José Viana tratava o Farol como "a arca de Noé da prostituição" e apontava para a impossibilidade de "extinguir da sociedade" aquela atividade. Assim sendo, seria imperativo que as autoridades cuidassem das prostitutas "dando-lhes assistência médica, odontológica, social, colocando-as num ambiente mais condigno para uma criatura habitar" (VIANA, 1974, p. 12). Talvez valha a pena pensar, porém, se todo esse "cuidado" com as prostitutas não se deveria fazer tendo em vista, na prática, a saúde e o bem-estar dos seus clientes e não das mulheres que prestavam serviços sexuais.

Em pesquisa realizada no ano de 1980, Anjos Júnior (1983) aponta que existiam, no bairro do Farol, cerca de setenta cabarés. Cada um abrigava 5 ou 6 prostitutas. Apesar da falta de infraestrutura básica – como abastecimento de água, sistema de esgoto e coleta de lixo – as prostitutas preferiam se instalar naquela região porque a situação portuária, nas proximidades do cais do porto do Mucuripe, propiciava ganhos maiores para as mulheres, pois os estrangeiros desembarcavam e buscavam os cabarés e as prostitutas para diversão. De acordo com o autor, a Capitania dos Portos divulgava dia e horários da chegada dos navios e muitas prostitutas iam para o cais esperar os clientes. (ANJOS JÚNIOR, 1983, p. 27)

Interessante perceber que a transferência das mulheres do Curral/Cinza para o Farol não causou insatisfação apenas naqueles que faziam a imprensa. Também as prostitutas que já residiam e trabalhavam no Farol ficaram incomodadas e temerosas com a chegada daquelas que julgavam "promíscuas e violentas" (PINHO, 2012, p. 62). Algumas mulheres entrevistadas por Érika Pinho (2012) se colocavam, com grande orgulho, como fundadoras da zona do Farol. Neste sentido, elas se sentiam diferenciadas e com um certo grau de refinamento, por conta da convivência com marinheiros de várias nacionalidades e também pela utilização de perfumes e vestimentas de tecidos importados.

Podemos dizer que o descontentamento se dava ainda pela maior oferta de serviços sexuais que ocorreria com a chegada de novas mulheres e com o fato daquelas recém-chegadas do Curral/Cinza cobrarem menos por seus serviços, o que faria com que os valores cobrados, em geral, tendessem a cair. Uma matéria de jornal do ano de 1974 mencionava que a vida no Farol tornara-se mais intranquila com a chegada dos moradores/as do antigo Curral/Cinza.

> A zona prostituída do Farol vive abarrotada de mulheres vadias, pederastas e desordeiros, *sobretudo com a transferência de muita gente do submundo do vício*

> *para lá, após a extinção da "Cinza*", considerado, na época o lugar de maior incidência de prostitutas, maconheiros e homossexuais. A vida tornou-se intranquila no Farol. Dias e noites de bebedeiras. Muito barulho. Muita confusão. Brigas e mais brigas. Tudo contribui para tirar o sossego diurno daquela zona (VIANA, 1974, p. 5).

Os cabarés do Farol tinham suas estratégias para atrair os clientes estrangeiros. As *madames* e donos de casas de prostituição optavam por nomes diferenciados para chamar a atenção desses homens que pagavam mais caro pelos serviços das prostitutas[20]. Às vezes, porém, tal estratégia poderia não ter o efeito desejado. Descrevendo um pouco do dia-a-dia do Farol, o repórter Antônio José Viana nos fala dos cabarés situados nas ruas Zezé Diogo e Amâncio Filomeno, vias que absorviam a maior parte da vida boêmia do Farol ou, como diz a reportagem, "ruas do pecado":

> Nestas ruas estão situados os melhores bares, restaurantes, buates [sic] e botecos, como "Eunice", "Brisa-mar", "Chave de ouro", "Hamburg-Bar", "Nayt Andey" (vejam a escrita errada de Night and day), "Stavanger". Todos são pontos de prostitutas, homossexuais e desordeiros. Esses nomes foram colocados, de propósito, a fim de chamar a atenção de marinheiros estrangeiros, dando a entender que se trata de lugares de primeira classe[...] (VIANA, 1974, p. 5).

Como é possível perceber, a intenção de atrair clientes através de uma denominação que fosse mais familiar a eles – principalmente daqueles que dominassem a língua inglesa – esbarrava no pouco conhecimento que as pessoas do Farol tinham em relação a outros idiomas. A tentativa, contudo, era válida, pois no início dos anos 1980 rara era a semana em que um ou dois navios não atracavam no Mucuripe.

Em relação aos nomes de locais da prostituição podemos citar também o caso da área conhecida como "Alto do Louvor", na cidade de Mossoró, interior do Rio Grande do Norte. A origem do "Alto do Louvor" está associada a uma casa de lanches chamada *Art Nouveau* criada em fins da década de 1920, por Eduardo Santos e que, por ser muito frequentada por "populares e pessoas conceituadas da cidade" passou a atrair mulheres e "casas de recursos" que se instalariam nas suas redondezas.

Aquela denominação seguiu a influência marcante do francês nos nomes dos estabelecimentos, mas também nos modos de se comportar nos espaços. Entretanto, com o passar do tempo a sua pronúncia foi aportuguesada e transformada. De acordo com Sonní

[20] Para Anjos Júnior, as prostitutas preferiam os "marítimos" também porque eles as tratavam com mais atenção, eram mais confiáveis e atraentes que os "homens da terra", forma como eram denominados aqueles que moravam em Fortaleza. (ANJOS JÚNIOR, 1983, p. 115).

Lemos Barreto (2014), a nomenclatura "Alto do Louvor" ainda é usada para denominar as áreas de prostituição na cidade de Mossoró. Para a autora, a região e principalmente a rua Nilo Peçanha, conhecida zona de meretrício, eram tratadas como "endereço do crime, da desordem e da contravenção". (BARRETO, S. L., 2014, p. 62). Toda uma carga de valor negativo recaía sobre aquele logradouro nos noticiários, já que a presença de cabarés em determinadas ruas fazia com que estas deixassem "de ser vistas e praticadas como ruas semelhantes às outras que compõem o traçado urbano, para serem denominadas de zona, reduto do crime e da contravenção, lugar onde impera o vício e o pecado" (BARRETO, S. L., 2014, p. 77).

Era também como "rua do pecado" que alguns moradores mais antigos de Joinville, em Santa Catarina, faziam referência às vias nas quais acontecia a prostituição. As tais ruas, como aponta Janine Gomes da Silva, eram estigmatizadas pela presença das prostitutas (SILVA, J. G., 2010), assim como ocorria com Mossoró e com várias ruas ou até mesmo o bairro Arraial Moura Brasil ou Farol, em Fortaleza.

Como vimos, a tentativa de cercear os espaços da prostituição nem sempre contou com a aquiescência das prostitutas. Ainda que tivéssemos, em Fortaleza, bairros inteiros conhecidos – e também estigmatizados – pela grande concentração de mulheres que prestavam serviços sexuais, em outras ruas e praças as ditas "mulheres de vida fácil" se faziam presentes, numa aparição sempre incômoda.

O caso do Centro de Fortaleza é exemplar nesse sentido. Como vimos, desde a década de 1930 tentava-se afastar as prostitutas daquele espaço, mas o retorno delas sempre ocorria. Em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990 as praças daquele bairro seriam locais muito visados por mulheres que ofertavam serviços sexuais. Em 1991, estimava-se que cerca de 200 prostitutas trabalhavam apenas na Praça dos Mártires, mais conhecida como Passeio Público[21]. A concentração de bares nas proximidades da Catedral de Fortaleza e da Rua Castro e Silva (antiga Rua das Flores, de onde prostitutas haviam sido expulsas anos antes) também eram bem conhecidos pela presença de prostitutas e clientes, sendo inclusive conhecida como "Feira dos Priquito[22]".

[21] Como veremos no capítulo 4, naquele ano as prostitutas lutavam para voltar a desenvolver suas atividades naquela praça, que se encontrava há alguns meses em reforma (PROSTITUTAS PEDEM..., 1991. p. 7).

[22] Priquito: umas das formas pelas quais é conhecida a vagina no Ceará e grande parte do nordeste. De acordo com as narradoras desta pesquisa, tratava-se de um espaço composto por inúmeros bares frequentados pelas prostitutas e possíveis clientes. Lá, os programas eram acertados e depois contratante/s e contratado/s dirigiam-se aos motéis próximos. Pelos relatos situava-se no Centro da cidade, próximo à Catedral Metropolitana de Fortaleza.

Interessante perceber que muitas das chamadas “mariposas” poderiam ser encontradas em locais que faziam referência, de alguma maneira, a luz e à claridade. Seja na Cinza (que, como já mencionamos, tinha tal nome em referência à *Usina Light and Power* e os resquícios de madeira deixados pela combustão para a produção de energia) ou no Farol do Mucuripe, era perto de fontes de luz que elas estavam, apesar das tentativas de obscurece-las. Foi naqueles espaços que muitas vezes tentou-se impedir que as prostitutas ofertassem seus serviços em tempos de poucas oportunidades para as mulheres. O próximo tópico pretende discutir o entendimento da prostituição como um trabalho e perceber de que maneira esse ofício se insere em um momento de maior presença das mulheres no espaço público.

1.2 "A gente precisa é viver, de qualquer jeito" - mulheres trabalhando

Entendendo o gênero como uma categoria relacional entre homens e mulheres, mas também entre mulheres *e* mulheres (PEDRO, 2005, p. 88), acreditamos ser impossível refletir sobre as vivências das prostitutas sem relacioná-las com as experiências de mulheres que se dedicavam a outras atividades. Nesse sentido, veremos, em relação ao trabalho, que naquela situação histórica eram muitas as mulheres que vinham do interior do Estado do Ceará para a capital à procura de emprego.

Dentre elas, algumas já tinham como certo o trabalho doméstico, ou como é comum se falar no Ceará, o trabalho em "casa de família"; outras, ao chegar à cidade de Fortaleza, ficavam residindo com familiares já estabelecidos e tentavam se inserir no mercado de trabalho. Por fim, existiam aquelas que já se deslocavam para a cidade de Fortaleza sabendo que se dedicariam à prostituição.

As tabelas a seguir nos trazem números da população no estado do Ceará. Elas foram publicadas no *Anuário do Ceará*[23] do ano de 1974 e mostram um considerável e constante crescimento da população urbana entre os anos de 1940 e 1970. Ainda assim, podemos perceber que a população rural se mantinha superior, em números, à população urbana. Para os autores do *Anuário*, não apenas as migrações justificavam o aumento da população residente em cidades. Também as campanhas de vacinação e outros meios assistenciais deveriam ser considerados. No ano de 1970 a população do Ceará era de 4.361.603 habitantes, um milhão a mais do que na década anterior.

Vale ressaltar que, de acordo com a mesma publicação, o número de mulheres era um pouco superior ao número de homens. Enquanto estes somavam 48,84% da população total do estado, aquelas compunham 51,16%.

[23] O Anuário do Ceará é definido em sua edição de 1974 como "um dos mais complexos repositórios de informação em nosso estado. De uma aspiração de servir ao meio e de promover a divulgação de todas as formas de atividade de sua gente [...]". A publicação tem uma história que remonta à segunda metade do século XIX, no que se refere à tentativa de "popularização do nosso passado". De 1951 a 1963, o Anuário do Ceará foi editado por Waldery Uchoa. O trabalho deste viria a ser continuado a partir de 1971, com a publicação Anuário do Estado do Ceará, cujo objetivo seria "retomar a linha de divulgação dos fatos que forjaram a nossa personalidade, ao longo dos séculos, e da obra econômica, social e política que se ergue nesta parte do Nordeste Brasileiro". Contava desde 1971 com o apoio da iniciativa privada, dos poderes governamentais e dos meios de comunicação. A partir daquele ano tinha em sua direção Dorian Sampaio e Lustosa da Costa; este professor de sociologia e jornalista e aquele cirurgião dentista e também jornalista.

Tabela 1. População rural do Ceará entre os anos de 1930 e 1970

ANOS	POP. RURAL	%
1930	1.616.004	77
1940	2.015.846	75
1950	2.213.027	66
1960	2.581.510	59

Fonte: SAMPAIO, Dorian. Anuário do Estado do Ceará. Stylus: Fortaleza, 1974, p. 15.

Tabela 2. População urbana do Ceará entre os anos de 1940 e 1970

1940	1950	1960	1970
450.028	679.604	1.124.829	1.780.093
23%	25%	34%	41%

(Números da população urbana e sua respectiva porcentagem em relação à população total do estado).

Fonte: SAMPAIO, Dorian. Anuário do Estado do Ceará, Stylus: Fortaleza, 1974. p. 15.

Para Joana Maria Pedro (2012), as mulheres tornaram-se mais visíveis nos espaços públicos – como universidades, empregos formais e manifestações de rua – principalmente nos anos 1970, com o acelerado processo de urbanização brasileiro (PEDRO, 2012, p. 240). As maiores oportunidades de empregos, assim como a chance de estudar e ter acesso a melhores serviços sociais fez com que muitas pessoas migrassem para cidades maiores na segunda metade do século XX. Já em 1970, mais da metade da população do país morava nas cidades, como afirmam Herbert Klein e Francisco Vidal Luna (2014).

Para o caso do Ceará, fatores de ordem climática – secas principalmente, mas também cheias – e também fatores sociais, como a estrutura fundiária, que a cada dia dispensava mais mão-de-obra, dificultavam, a fixação das pessoas no campo. Estes, dentre outros elementos, favoreceram a elevação dos fluxos migratórios para a capital fortalezense. Para José Borzachiello da Silva (1992), migrar para Fortaleza era "uma das poucas alternativas de sobrevivência" para aquela "população despossuída e sem rumo". (SILVA, J. B., 1992, p. 30)

O êxodo rural favoreceu, porém, a "favelização de Fortaleza". O desenvolvimento do setor de indústrias vinculadas ao beneficiamento de produtos agrícolas teria feito surgir mais oportunidades de emprego e aumentado o fluxo migratório não apenas para Fortaleza, mas para cidades médias do Ceará, como Aquiraz, Caucaia e Maranguape. Contudo, como os

empregos gerados não absorveram toda a mão-de-obra recém-chegada do campo, muitos eram os desempregados, que só encontraram as favelas para residir (SILVA, J. B., 1992, p. 62-64). O Arraial Moura Brasil, como já vimos, era um dos espaços procurados por pessoas vindas do interior do estado. Na década de 1980, a favela do lixo, no Jangurussu, também receberia os migrantes: foi para lá que Maria Mendes, vinda de Irauçuba se dirigiu quando decidiu vir para Fortaleza em busca de trabalho. De acordo com o jornal *Diário do Nordeste*, antes de comprar um barraco de papelão para si por Cr$ 150,00, ela residiu com a irmã que já morava na favela (FAMÍLIAS..., 1982, p. 8).

Segundo José Borzachiello da Silva (1992), entre os anos de 1970 e 1978 o setor secundário apresentou um crescimento de 7,16%, passando a representar 29,96% da população ativa em 1978. Segundo o autor, parte substancial daquela mão de obra era constituída de mulheres que trabalhavam em indústrias têxteis e de confecção ou de artesanato. Entretanto, os estabelecimentos em questão não poderiam ser considerados realmente como "indústrias", visto que não apresentavam os requisitos necessários para tal (SILVA, J. B., 1992, p. 33).

Figura 03 – Porto do Mucuripe

Fonte: SAMPAIO, Dorian. Anuário do Estado do Ceará. Stylus: Fortaleza, 1971. p. 84.

Em 18 de outubro de 1975, o Jornal *O Povo* trazia, na página 07 do segundo caderno do periódico, uma matéria em que se abordava o movimento de prostitutas e o Ano Internacional da Mulher. De acordo com Wânia Cysne, responsável pela seção "Mulher", a prostituição seria um fenômeno tipicamente urbano. A atividade seria ainda "favorecida pela ignorância" e pelo "êxodo do sertanejo que acorre às grandes cidades". Ela ocorreria em "maior número nas cidades de imigração, cidades mercado e cidades porto." (CYSNE, 1975, p. 7) A "exploração" daquelas mulheres se daria por conta do "incremento populacional" e pelo reduzido poder aquisitivo das pessoas. De acordo com a autora da matéria, algumas entrevistadas afirmavam: "sou *profissional de verdade*, só que a feria não dá nem pra pagar o aluguel do quarto e as prestações" (CYSNE, 1975, p. 7).

Outra matéria do mesmo jornal, quase quatro anos depois, tratava as prostitutas em alguns momentos como profissionais quando apontava que "mulheres do proletariado [eram] levadas à *prostituição profissional*" e em outros como um "produto", como é possível notar a partir do que foi exposto sobre Lúcia da Silva, prostituta entrevistada pelo periódico:

> Comungando com os padrões do capitalismo, [Lúcia] disse naturalmente que faz "sexo" porque quer ganhar dinheiro, com uma restrição, só com quem simpatiza, mostrando-se, primariamente, adepta ao processo de seleção do produto, seleção esta que é uma constante no meio em que habita. O "produto" é previamente analisado pelo "consumidor" que leva em questão o "invólucro" ou "embalagem". O preço varia de acordo com a procura e a apresentação do "produto" é, também, fator preponderante para a valorização. Pode parecer absurdo, mas estes são os mesmos detalhes levados em conta na aquisição de produtos de consumo imediato. A prostituição não foge à regra da oferta e da procura (PROSTITUIÇÃO: UM MEIO..., 1979, p. 10).

Partindo da declaração acima, perguntamo-nos: a prostituição seria uma profissão como outra qualquer? De acordo com Santiago Morcillo (2014), em seus escritos sobre a prostituição na Argentina, desde a década de 1980 um debate acerca desse assunto tem se desenvolvido, tanto no âmbito acadêmico como no do ativismo. Essa discussão teve origem nos Estados Unidos, mas logo se estendeu a nível internacional.

Nas chamadas *Sex Wars* (ou batalha de sexo) têm-se, então, a oposição entre o feminismo radical e o feminismo libertário. O primeiro, segundo Morcillo, pensa o sexo num contexto patriarcal, de perigo e dominação; o segundo, "pró sexo", entende o sexo em sua potencialidade libertadora e de prazer. Assim, as prostitutas seriam, para uma corrente, escravas sexuais e para outra, agentes de subversão (MORCILLO, 2014).

Entre aqueles/as que pensam a prostituição como trabalho, existem, contudo, divisões: "existem visões mais liberais que pensam a prostituição como um contrato entre partes iguais, e outras que, ainda que ponham o foco em outros aspectos como o estigma ou a discriminação, buscam registrar as assimetrias sem reificar as posições" (MORCILLO, 2014, p. 15, tradução nossa).[24] Essa divisão também se dá entre aqueles/as que não defendem o "trabalho sexual": alguns pensam a prostituição como violência e estupro; outros tentam não homogeneizar todo o "mercado sexual"[25].

Discutindo possíveis "causas da prostituição", o Frei Barruel de Lagenest[26] apontava que seriam muitos os fatores que impeliam as moças para o caminho da prostituição e que nenhuma "mocinha" passaria "do dia para a noite de uma vida regular a uma vida tão irregular como a de uma prostituta". Para Lagenest, uma gravidez inesperada e o abandono da família e do pai da criança poderia levar as mulheres a ofertar serviços sexuais. Além disso, a miséria, uma família "indigna ou desajustada", habitações onde a promiscuidade tivesse espaço, a debilidade mental e a solidão seriam razões para a prostituição.

Referindo-se a esta última causa, o autor aponta que as empregadas domésticas seriam atraídas facilmente para o meretrício devido ao seu isolamento psicológico e moral. Na pesquisa por ele empreendida – e tomando como base apenas o "meretrício localizado"[27] – 85% das prostitutas da cidade do Rio de Janeiro e 89% daquelas que residiam em Belo Horizonte declaravam-se "ex-domésticas". O horário de trabalho aliado ao "baixo nível

[24] No original: "existem visiones más liberales que piensam la prostituición como um contrato entre partes iguales, y otras que, además de poner el foco em otros aspectos como la estigmatización o la discriminación, buscam registrar las assimetrias sin por ello reificar las posiciones." (MORCILLO, 2014, p. 15).

[25] De acordo com Adriana Piscitelli (2005), seria mais apropriado falar em "mercado do sexo", ao invés de prostituição. Isso porque, segundo a autora, o comércio do sexo teria dado lugar a uma "verdadeira indústria" que o termo "prostituição" obscureceria, desviando a atenção das demandas e dos vários anseios envolvidos na procura pelos serviços sexuais. Existe uma grande variedade de trabalhos sexuais. É isso o que Piscitelli nos mostra, em diálogo com Laura Agustín: "[...] a lista é imensa, abarcando os desempenhados em bordéis, boates, bares, discos, saunas, linhas telefônicas eróticas, sexo virtual através da internet, casas de massagem, serviços de acompanhantes, agências matrimoniais, hotéis, motéis, cinemas e revistas pornôs, filmes e vídeos, serviços de dominação e submissão/sado-masoquismo, prostituição na rua." No presente trabalho, nosso foco está nos cabarés e bares, onde nossas entrevistadas, assim como as mulheres apresentadas nas matérias de jornais trabalharam, muitas vezes depois de deixar o trabalho doméstico (PISCITELLI, 2005. p. 7).

[26] Jean Pierre Barruel de Lagenest foi um frade dominicano francês que pesquisou o lenocínio no Brasil. Tinha formação em Teologia, filosofia, psicanálise e sociologia e foi professor da PUC-SP. Tendo chegado ao Brasil em 1946, pesquisou a prostituição em Recife nos anos 1960, a convite da Fundação Joaquim Nabuco. Fundou, mais tarde, a Pastoral da Mulher Marginalizada e foi assessor da ONU para casos de exploração sexual. Faleceu em fevereiro de 2015. Informações disponíveis em: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/02/1594934-jean-pierre-barruel-de-lagenest-1918-2015---frade-que-pesquisou-a-prostituicao.shtml. Acesso em 12 jul. 2017.

[27] Em uma publicação dos anos 1960, organizada por H. D. Barruel de Lagenest, "meretrício localizado" é definido como aquele em que as meretrizes frequentariam apenas um determinado bordel ou uma determinada zona, "devendo à dona da casa ou gerente, obediência e porcentagem de seus ganhos" (MATTOS, 1960. p. 24).

cultural" das moças (geralmente vindas do campo) impediriam que elas tivessem algum sucesso profissional. O "luxo e desperdício" em um meio que não era o seu favoreceria uma postura desajustada. Os baixos salários eram, de igual maneira, colocados como motivos para iniciar-se na prostituição deixando de lado o trabalho nas "casas de família".

A organização internacional francesa Ninho[28], criada em Paris pelo Padre André Talvas, e atuante no Ceará desde a década de 1960, fazia um trabalho dedicado à "reeducação de prostitutas" (O PADRE..., 1966, p. 18) e, de acordo com matérias de jornais, mantinha aulas de bordado, corte e costura e alfabetização. No ano de 1966, em uma seção do jornal *O Povo* intitulada "Notas Religiosas" encontravam-se lado a lado informações acerca da realização de uma reunião, no Palácio do Arcebispado, sobre "problemas relacionados à prostituição em Fortaleza" e notícias sobre as comemorações do dia da doméstica, que ocorreriam no dia 1º de maio[29].

Naquele dia, a Juventude Operária Católica (JOC) de Fortaleza chamava as empregadas para esquecer "por algum tempo a obrigação de lavar os pratos para limpar seu espírito das rugas desta profissão tão desvalorizada". Para o evento estavam sendo convidadas "todas as domésticas de Fortaleza e *algumas patroas.*" (PROBLEMAS..., 1966. p. 11). Acreditamos que a proximidade entre os dois assuntos nas páginas daquele periódico é reveladora da preocupação da Igreja com a possibilidade das domésticas abandonarem a profissão pela prostituição, como sugeriu Barruel de Lagenest. Nos anos 1980, o Ninho ainda atuava em Fortaleza, na "adaptação de prostitutas à sociedade" (PROSTITUIÇÃO SERÁ..., 1982, p. 7).

O jornal *Diário do Nordeste*, em matéria sobre a profissão de empregada doméstica, trazia alguns relatos de mulheres que tinham aquela ocupação. As declarações foram obtidas através de entrevistas feitas pela equipe jornalística a empregadas domésticas e também retiradas da pesquisa "Trabalho doméstico e emprego doméstico: duas faces do "cativeiro feminino", realizada pela socióloga Zaíra Ary Farias. As afirmações daquelas mulheres nos ajudam a pensar sobre questões levantadas por J.P. Barruel de Lagenest.

---

[28] De acordo com Letícia Barreto, a atuação da Organização Ninho no Brasil teve início em 1963, com a vinda de voluntárias francesas a partir do convite de Dom Antônio Batista Fragoso, bispo do Maranhão. As ações teriam sido realizadas naquele estado e também no Ceará e no Piauí, antes de se espalharem para outras localidades. Em 1974, a Igreja Católica realizaria o I Encontro da Pastoral da Mulher Só e Desamparada, que viria a se chamar Pastoral da Mulher Marginalizada, seis anos depois. Em 1987 a PMM tornou-se pastoral social e foi integrada à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). (BARRETO, L. C., 2015. p. 112-113).

[29] De acordo com a matéria, as solenidades haviam sido adiadas, já que o dia da doméstica era comemorado em 27 de abril e seria uma homenagem a Santa Zita, que teria sido doméstica (PROBLEMAS..., 1966. p. 11).

Uma das entrevistadas da reportagem, Rosa Maria, disse à repórter Margareth Lima que "esse trabalho de doméstica não é nada bom. Às vezes a gente é muito humilhada e é muito trabalho pra pouco dinheiro." Outra doméstica, entrevistada pela socióloga Zaíra Farias e que não teve seu nome revelado, afirmou que aquelas profissionais não aprendiam nada, sendo a profissão "coisa que não dá futuro mesmo". Por fim, outra empregada doméstica, que também teve seu relato apresentado na pesquisa de Zaíra Farias, lamentava:

> eu acho humilhação, trabalho demais, esse tipo assim de sofrimento, sabe? Sem ter direito de falar com ninguém, de sair. Eu conheço delas assim, né? Que a empregada não tem o direito de falar com ninguém, não tem direito de sair, trabalha quem nem burro e ganha pouco. E isso é humilhação, gente. Eu acho que todo mundo tem o direito de viver melhor, de trabalhar menos... (LIMA, M., 1982, p. 21).

Lagenest sugere que o desinteresse dos patrões pela vida da doméstica fora do trabalho e mesmo uma falta de controle sobre suas saídas, aproximaria as mulheres da prostituição, principalmente se isso se desse em consonância com salários baixos:

> A quase totalidade das patroas se interessa somente pelo que faz a doméstica "da porta pra dentro". Fora, qualquer que seja a sua idade, mesmo menina de 15 ou 16 anos, vinda do interior ou da roça, pode fazer o que bem entende. Daí o grande número de domésticas que exercem de noite o meretrício e de dia a profissão de empregada. Isso é mais comum ainda nas cidades onde, por causa da abundância da oferta e da ausência de lei a respeito, o salário de empregada doméstica é ridiculamente baixo, não lhe deixando nem a possibilidade de se vestir convenientemente e, menos ainda, de ajudar a família (LAGENEST, 1977, p. 23).

O Jornal *O Povo*, na página 10 da edição de 26 de julho de 1980 nos apresenta um pouco da história de Eliane, que teria saído da cidade de Camocim[30], no interior do estado, em busca de um emprego e melhores condições de vida. À época da reportagem, Eliane tinha 18 anos e informava ter chegado à Fortaleza aos 13. Ainda que possuísse família na cidade, ela dizia que precisava trabalhar. Era empregada doméstica e estudava, "mas conheceu uma amiga que lhe sugeriu a liberdade na Cinza e resolveu experimentar" (CINZA: NO CENTRO..., 1980, p. 10). Ao que parece, haveria uma facilidade em combinar trabalho doméstico e prostituição: enquanto um é realizado principalmente durante o dia, o outro tem sobretudo na noite o seu período de realização. Ainda assim, a pesada carga de trabalho das duas atividades merece ser evidenciada quando pensamos as vivências de mulheres que se ocupam das duas atividades.

[30] Município do Ceará localizado na parte noroeste do estado. Sua distância de Fortaleza é cerca de 350km.

Lúcia, outra prostituta ouvida pela reportagem, residia na Cinza há muitos anos e possuía três filhas que moravam com sua mãe. Segundo ela, a profissão nada tinha de fácil, como alguns poderiam imaginar, mas era mais rentável que outras:

> [Lúcia] vai em casa somente uma vez por semana para deixar dinheiro para compras. Para ela, não é com facilidade que adquire o alimento das crianças, tendo para isso que ficar à disposição quase 24 horas por dia num lugar sem o mínimo conforto, e só permanece porque não tem outra alternativa: "trabalhar em fábrica ganhando o salário mínimo não dá para sustentar minhas filhas, a mãe e mais duas irmãs" (CINZA: NO CENTRO..., 1980, p. 10).

Além dos baixos salários e da inexistência de emprego para todos/as que buscavam, conseguir um trabalho passava por outras dificuldades. No início da década de 1980, o jornal *Diário do Nordeste* trazia uma matéria que versava sobre a ineficiência de postos que expediam carteiras de saúde. Aquelas carteiras eram de apresentação obrigatória para as pessoas que buscavam a admissão em alguma empresa/estabelecimento.

O número de médicos nos postos e de pessoal para a confecção das carteiras era, contudo, bastante reduzido. Isso fazia com que muitas vezes as pessoas não conseguissem ser atendidas, o que lhes causava problemas. O periódico trazia como exemplo a situação de Maria Cecília Silva que precisava da carteira com urgência, pois era uma exigência do local onde trabalhava. Sem a carteira, Cecília poderia não receber o salário naquele mês (POSTOS..., 1982, p. 10).

Discutindo estereótipos relacionados ao trabalho sexual, a autora Dolores Juliano aponta que a prostituição é encarada como um "mal trabajo", mal pago e desagradável. Contudo, seria – como declarou Lúcia para a reportagem do jornal *O Povo* – uma saída para milhares de mulheres com necessidades econômicas urgentes e com responsabilidades familiares. Segundo a autora, o estigma já existente em relação àquela ocupação se elevaria, caso as mulheres que a exercem forem pobres e cresce mais ainda se além de pobres forem negras e/ou imigrantes:

> Diante da pobreza de ofertas atraentes no mercado de trabalho feminino, o trabalho sexual é frequentemente visto como uma maneira difícil de ganhar dinheiro, mas um pouco mais rentável do que as outras opções disponíveis para mulheres pobres e/ou com pouca formação profissional. É necessário esclarecer que, embora às vezes seja dada a opção de vender sexo a mulheres de outros setores sociais ou a homens, o estigma e a rejeição social mais forte, direciona-se para aquelas com maiores necessidades econômicas, especialmente se outros elementos forem adicionados à sua condição de pessoas pobres, como pertencer a alguma minoria étnica, ter

> pele escura ou imigrante sem documentos regularizados. (JULIANO, 2005, p. 86, tradução nossa)[31]

Assim, entendemos que pensar apenas a discriminação de gênero não daria conta para pensarmos a vivência das mulheres, sendo a classe e raça a que pertencem de fundamental relevância – além de sua ocupação, é óbvio – para o entendimento do preconceito que as rodeia. É urgente pensar as diferenças dentro das diferenças, ou os grupos sobrepostos, como afirma Kimberle Crenshaw. (CRENSHAW, 2017, p. 10).

Figura 04 – Entrevistada M.A.M.S. na Boate Fascinação

Fonte: imagem cedida pela narradora.

Nesse sentido é que encontramos poucas referências às "pensões alegres" do centro da cidade visto que, como já mencionamos, o serviço lá ofertado diferenciava-se pelo público frequentador. Além disso, vale lembrar, as prostitutas eram fichadas e passavam por exames

[31] No original: "Ante la pobreza de ofertas atractivas del mercado laboralfemenino, el recurso al trabajo sexual es visto muchas veces comouna forma dura de ganar dinero, pero algo más rentable que lasotras opciones que están al alcance de mujeres pobres y/o conpoca formación profesional. Hay que matizar, que si bien se daalgunas veces la opción por vender sexoenmujeres de otrossectores sociales o en hombres, la estigmatización y el rechazosocial más fuerte, va hacia aquellas conmayores necesidadeseconómicas, más aún si a su condición de pobres se agregan otroselementos tales como pertenecer a alguna minoría étnica, tenerpiel oscura, o ser inmigrante sin papeles en regla." (JULIANO, 2005, p. 86).

que visavam atestar sua saúde, minimizando riscos para os clientes. Nesses moldes a prostituição parecia preocupar menos e aproximar-se de uma "diversão"; a prostituta pobre de clientes – na maioria das vezes – igualmente pobres era uma ameaça maior do que a prostituta que prestava serviços a não-pobres e sobre a qual se tinha algum controle.

A partir de 1982 o jornal *Diário do Nordeste* passou a contar com a seção Classificados em suas páginas. Naquela parte do periódico, na qual era possível ofertar serviços ou demonstrar interesse na contratação de algum/a profissional, pudemos visualizar a demanda por "domésticas" e entrever a pouca valorização da profissão. A expressão "salário a combinar", por exemplo, mostrava a instabilidade a que estiveram sujeitas as empregadas domésticas durante muito tempo no país, visto que contratantes e contratadas não contavam com o mesmo poder na negociação salarial[32]. Por outro lado, a procura por "mocinhas" para o serviço de faxina, visava o barateamento da mão-de-obra, visto que, por certo, a "mocinha" pouco experiente ganharia menos pelo trabalho desempenhado do que uma mulher adulta.

Figura 5 – Precisa-se de domésticas

401 - DOMÉSTICAS

CASAL COM 1 FILHA, necessita urgente de uma pessoa que cozinhe, paga-se bem, tratar, Fone. 225-31-53 — Como também de uma Mocinha p/serviço de faxina de casa.

COZINHEIRA: Precisa-se de cozinheira que faça também copa. Tratar, Telefone 224-33-24.

Emprego: procuro empregada doméstica. Tratar fone 234.0733 Anita. (401-27-28/L)

Cozinheira Forno e fogão. Exigimos referencias. Salário a conbinar. Tratar com D. Salete pelo o fone 231.25.57. (401-27-02/T)

PRECISA-SE — De babá. Tratar: 223.6143 com Mavi. Apresentar carteira de saúde e referências.
(401.25.27/T)

Figura 6 – Oferta de massagem relaxante

em geral.
Av. Dom Manoel Nº 772
Fort.-CE.

MASSAGEM RELAXANTE — Para executivo, a domicílio e privê, 221.3169.
(810.06.10/T1)

MÓVEIS RÚSTICOS — Em madeira-de-lei, confeccionamos. Patrício 224.2070.

[32] Apenas em 1º de junho de 2015 foi sancionada, pela então presidenta Dilma Rousseff, a Lei Complementar nº 150 de 2015, que regulava a Emenda Constitucional nº 72 de 2013 (ou, como ficou conhecida, a "PEC das domésticas"). A Lei, ainda que não tenha garantido total poder de negociação para a categoria, garantiu novos direitos àquelas profissionais, como seguro-desemprego, auxílio-creche e seguro em casos de acidentes de trabalho.

Figura 7 – Propaganda Free Girl's

Fonte 5: **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 1º de mar. 1982, seção Classificados, p. 26. Fonte 6 e 7: **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 11 de fev. 1986, seção Classificados, p. 32..

Pouco tempo depois seria o momento de "massagistas" aparecerem nos Classificados ofertando seus serviços. As aspas por nós utilizadas justificam-se pelo fato de tratar-se de uma terminologia que servia às prostitutas naquele momento. Interessante perceber que ao mesmo tempo em que alguns as apresentavam como "mercadorias" – como já vimos anteriormente – elas apareciam ao lado de outros profissionais que igualmente se ofereciam enquanto trabalhadoras. Como é possível observar na figura 6, uma "massagem relaxante" é ofertada na mesma coluna de um serviço de confecção de móveis rústicos. A denominação *Free Girl's*, na figura 07, por sua vez, permite dubiedade interpretativa. Ainda que possa ser traduzido como "garotas à disposição" de quem frequenta aquele estabelecimento, também pode ser compreendida como algo que vai de encontro à ideia vitimizadora que se tem daquelas mulheres e lhes atribui uma "característica de independência, liberdade e poder". (RAGO, 1991, p. 37)

Neste ponto cabe-nos discutir um pouco sobre o conceito de trabalho e contrato. Para Helena Hirata e Philippe Zarifian (2009), a noção moderna de trabalho nos remete a uma dupla definição. A primeira delas, antropológica, indica que o trabalho constitui uma característica geral da ação humana. Citando Marx, os autores apontam que o trabalho seria um ato que, em essência, se passa entre a natureza e o homem. Agindo sobre aquela e modificando-a, o homem transforma-se também, desenvolvendo suas capacidades. (HIRATA; ZARIFIAN, 2009)

A segunda definição reinterpreta a primeira centrando-se nas condições sociais em que o trabalho é executado. Na condição do assalariamento, por exemplo, "o assalariado trabalha sob o controle do capitalista ao qual pertence o produto de seu trabalho" (HIRATA;

ZARIFIAN, 2009, p. 252). Ainda que essa dupla definição situe a atividade do trabalho no ponto que une a relação homem-natureza e homem-homem, ela não é suficiente, afirmam os autores. Primeiro porque expõe um modelo assexuado de trabalho. E segundo porque apenas a relação homem-homem (com o masculino elevado a universal) é historicizada.

O conceito de trabalho nesses moldes foi questionado nos anos 1970, quando a dimensão sexuada foi inserida em alguns trabalhos. A partir daquele momento foi possível propor uma reconceituação do termo, sendo o sexo social e o trabalho doméstico – assim como o trabalho não remunerado e informal – incluídos na definição. Para Hirata e Zarifian, "trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social são considerados categorias indissociáveis." (HIRATA; ZARIFIAN, 2009, p. 254).

Antoine Prost (1995), por sua vez, aponta que durante séculos o lar e o seu cuidado foram idealizados como o "lugar da mulher". Trabalhar fora de casa seria "sinal de uma condição especialmente pobre e desprezível". Para o caso francês, estudado pelo autor, uma inversão corresponde a uma das grandes evoluções do século XX: o trabalho doméstico passou a ser denunciado como um ato de sujeição ao companheiro, enquanto trabalhar fora representava a partir de então, liberdade. Dessa forma, "em 1970, a principal justificativa do trabalho feminino, entre os quadros superiores, é a igualdade dos sexos e a independência da mulher, ao passo que entre os operários e os empregados do comércio e dos escritórios ainda predominam as justificativas econômicas." (PROST, 1995, p. 40).

Cynthia Sarti (2005) salienta, nesse sentido, que o trabalho remunerado nem sempre significou uma forma de "afirmação individual" para as mulheres pobres, tendo em vista o fato histórico de que elas sempre trabalharam e que este trabalho, justamente por não constituir uma situação nova, não abalava o lugar de autoridade do homem, mantendo quase que intocados os fundamentos patriarcais da família (SARTI, 2005, p. 99). Além disso, conceitos usados para mensurar o trabalho (como os censos demográficos) findavam por omitir a participação das mulheres, visto que durante muito tempo o trabalho feminino teve como característica a intermitência (BRUSCHINI, 1992, p. 294).

A discussão sobre o trabalho sexual também remonta à década de 1970. De acordo com Adriana Piscitelli, o termo foi cunhado por uma integrante do COYOTE (Call Off Your Tired Ethics), uma organização de trabalhadores sexuais fundada nos anos 1970, em São Francisco, Estados Unidos. Ela acreditava que a palavra prostituta estaria ligada ao estigma,

enquanto "trabalho sexual" faria referência a uma "categoria ocupacional, como trabalhadoras do setor de serviços" (PISCITELLI, 2013, p. 38), tal qual a massagista do anúncio que vimos anteriormente.

Na década de 1980, ocorreram congressos mundiais de prostitutas em Amsterdã e Bruxelas e organizações começaram a se formar, como no caso do grupo DaVida[33], no Rio de Janeiro. Adriana Piscitelli (2013) aponta que alguns setores do feminismo se aproximaram desses grupos, ao mesmo tempo que o entendimento de prostituição como trabalho passou a sofrer uma forte oposição. De acordo com a autora, os principais argumentos para rejeitar o estatuto de trabalho da prostituição seriam a concepção da prostituição como escravidão e violência contra a mulher e a ideia de que seria impossível separar a sexualidade da pessoa da prostituta: "vender a sexualidade envolveria vender uma parte fundamental do *self*" (PISCITELLI, 2013, p. 39) e o pagamento apenas camuflaria o abuso ocorrido. A oferta de serviços sexuais, nesse sentido, promoveria uma alienação, um estranhamento e distanciamento de si.

Uma matéria de jornal do ano de 1976 apresenta essa ideia de prostituta como "pessoa-objeto" ou aquela que se aliena. A reportagem que ocupava a página 4 do jornal *O Povo* trazia fotografias e era assinada por Graça Magalhães; intitulava-se "Prostituição, forma de vida, forma de morte". A equipe do periódico ouviu alguns estudiosos para tentar compreender os motivos que levavam as mulheres a exercer a prostituição. Dentre as causas possíveis, falava-se na dupla moral, em "mecanismos sociais", problemas endócrinos e no sistema capitalista. Sobre o contrato feito entre cliente e prostituta e a relevância do estigma para a iniciação na atividade, o texto aponta:

> O *"contrato"* é rápido. Quase sem palavras eles se aproximam um do outro. O homem por necessidade de companhia ou *puramente fisiológica*. A mulher, no entanto, fez disso *sua profissão*. Poderia *trabalhar* em outras atividades. Mas prefere a "vida fácil". Um dia qualquer, ainda na adolescência perdeu a super-valorizada "virgindade". Foi um estigma. [...] Sem qualquer tipo de apoio, excluída do seu

[33] Segundo o manual "Profissionais do Sexo – Documento referencial para ações de prevenção das DST e da aids" publicado pelo Ministério da Saúde em 2002, o DaVida – Prostituição, Direitos Civis, Saúde –, foi fundado em 1992, por Gabriela Leite, prostituta e importante liderança da categoria, e era responsável pela coordenação da Rede Brasileira de Profissionais do Sexo e pela promoção de encontro regionais e nacionais das profissionais do sexo. Ainda de acordo com o manual, o DaVida assessorava a criação de associações locais e articulava políticas públicas na área de saúde e prostituição. Além disso, prestava consultoria a entidades públicas e privadas, produzia, distribuía e veiculava vídeos, peças de teatro, publicações visando à prevenção das DSTs e da AIDS e ainda distribuía preservativos masculinos e femininos a profissionais do sexo. A entidade era responsável também pela edição do jornal "beijo da rua", criado em 1988, que tinha como objetivo a veiculação de notícias sobre a prostituição e os movimentos nacional e internacional. (BRASIL, 2002. p. 27-28).

> mundo social, ela vai decaindo. Ao ponto de *deixar de ser uma pessoa.* É agora uma *pessoa-objeto*. *Vende seu corpo* para ter o dinheiro que de outra forma não teria. Não conhece Betty Friedan. Também não tomou conhecimento do "ano-internacional-da-mulher" apoiado pela UNESCO (MAGALHÃES, 1976, p. 4).

Mesmo entendendo que a prostituição corresponde à venda do *self*, a jornalista não deixa de tratá-la como uma profissão, diferentemente dos setores feministas que mencionamos. Persiste, como percebemos, a ideia de que os homens teriam necessidades fisiológicas a serem supridas, enquanto a mulher, que poderia optar por outros meios de subsistência, preferiria a "vida fácil" da prostituição. Ainda que aparentemente possua agência – visto que escolhe a oferta de serviços sexuais como profissão – a imagem que se tem é de uma vítima: sem apoio, excluída da sociedade e alheia a tudo, ela vai deixando de ser pessoa em virtude do trabalho que exerce.

Em relação à compreensão da procura pelas prostitutas como uma forma de prover a necessidade por sexo, ainda bem comum no recorte temporal desta tese (mesmo entre as próprias entrevistadas, como veremos no capítulo quatro), vale a pena destacar os escritos de Carole Pateman (1993). Para esta autora, o desejo sexual (e a vontade de supri-lo) não deve ser considerado um imperativo fisiológico, visto que a fome, a sede e até a falta de um lugar para morar pode provocar a morte de pessoas, mas o desejo irrealizado, não. Quanto à necessidade por comida, especificamente, Pateman indica que "às vezes não existe alimento disponível, mas todas as pessoas têm os meios para satisfazer seus desejos sexuais à mão", não havendo a obrigatoriedade de manter relações sexuais com outra pessoa (PATEMAN, 1993).

Quanto ao "contrato", a autora percebe diferenças entre o contrato cliente e prostituta e o contrato capitalista e trabalhador. De início, Pateman argumenta que a prostituta não seria uma trabalhadora como as outras: sua posição seria incerta (mais do que a de outras trabalhadoras) e critica os grupos feministas que veem o trabalho da prostituta "exatamente como qualquer outro trabalho remunerado" (PATEMAN, 1993, p. 295). Elas também estariam mais suscetíveis a sofrerem danos físicos de seus clientes, principalmente quando trabalham nas ruas. A autora não nega que outras trabalhadoras também corram riscos de danos físicos em outras ocupações e que há pouca publicidade sobre mortas e acidentadas em

decorrência de regras de segurança inadequadas. Entretanto, o motivo da morte/dano físico não estaria vinculado ao fato de ser o trabalhador uma mulher.[34]

Um contrato de trabalho é geralmente celebrado entre um capitalista e um trabalhador. No caso do contrato de prostituição, este é feito entre uma prostituta e outro trabalhador. Para Pateman, o capitalista não tem um grande interesse no corpo e no ser do trabalhador, estando interessado apenas nas mercadorias produzidas pelo detentor daquele corpo e no lucro que dali pode advir. No caso da prostituição o acesso sexual ao corpo da mulher é o objeto do contrato (PATEMAN, 1993, p. 299). Para melhor desenvolver sua atividade seria necessário um envolvimento diferente do que ocorre em outras atividades já que

> Trabalhadores de todos os tipos podem estar mais ou menos "envolvidos com o seu trabalho", mas a relação essencial entre a sexualidade e o sentido do ser implica que, para se autoproteger, uma prostituta tem que se distanciar de si mesma para ser utilizada sexualmente. As mulheres envolvidas no negócio desenvolveram uma variedade de estratégias para se distanciar ou, numa linguagem profissional, para lidar com seus clientes (PATEMAN, 1993, p. 303-304).

A leitura de Pateman acerca da prostituição tem sofrido críticas. A afirmação de que a opressão pelos homens se daria por conta de serem trabalhadores do sexo feminino expõe o pressuposto de corpo biológico e patriarcalismo. Para Elisiani Pasini (2005), o conceito de patriarcado teve forte relevância para os estudos da mulher e para a firmação do movimento feminista, entretanto, na atualidade ele deve "ser rejeitado, pois se constituiu a partir de aspectos que são rebatidos facilmente: universalização da dominação masculina, essencialização de corpos físicos que se tornariam trans-históricos, trans-culturais, trans-contextuais." (PASINI, 2005, p. 2). Assim, a teoria do patriarcalismo deve ser apreendida como apenas uma das possibilidades dentre relações de poder e gênero e falar em "dominação masculina" pode ter um alcance maior do que teria "patriarcado".[35]

---

[34] Para a autora, a maioria dos prostitutos constitui-se de mulheres, ainda que os "contratualistas" e aqueles que fazem uma "defesa universal da prostituição" apontem que esta é uma característica acidental da atividade. A história do contrato sexual revelaria, entretanto, que há um motivo importante para que a 'prostituta' seja "uma figura feminina": a prostituição seria uma das formas pelas quais os homens garantiriam o acesso aos corpos das mulheres. Para saber mais sobre o "Contrato Sexual" ver o livro assim intitulado de Carole Pateman (1993).

[35] Para Luis Felipe Miguel (2014), o Patriarcado corresponderia a uma forma de organização política, ligada ao absolutismo e consideravelmente distinta das "sociedades democráticas concorrenciais" da atualidade. (MIGUEL, 2014b. p. 18).

Em relação ao não envolvimento com a profissão e a autoproteção enfatizadas por Pateman, Adriana Piscitelli (2013) aponta que o distanciamento ou "processo de alienação" não se encontra restrito à prostituição e cita Marx para indicar que alienar-se faz parte do trabalho produtivo no capitalismo. As emoções – socialmente produzidas, lembra Piscitelli – podem estar ausentes no trabalho sexual, mas também nas atividades das enfermeiras e aeromoças, por exemplo. Longe de ser uma "perda do *self*, o distanciamento é visto como ferramenta útil para traçar fronteiras entre atuação na atividade de trabalho e a vida fora dela" (PISCITELLI, 2013, p. 38) ou, como percebeu Santiago Morcillo (2014) em suas entrevistas, é uma maneira de mostrar-se como uma "buena profissional" (MORCILLO, 2014, p. 24).

O foco no distanciamento de si – inclusive modificando/ocultando características físicas – pode ser percebido na fala de uma prostituta entrevistada em 1975 e que serviu de título para uma matéria de jornal: "Não é fácil mudar de nome, usar peruca, *não ser a gente mesma* em troca de nada" (CYSNE, 1975, p. 7). O fato desse trecho da entrevista ter destaque como manchete é sintomático de uma visão vitimista que permeia os jornais acerca da prostituição. Em outras matérias também encontramos esta mesma concepção e uma necessidade – semelhante à colocada pela corrente abolicionista – de "salvar" as prostitutas. Ainda assim – e mesmo que pudessem ser "salvas" –, em vários momentos a prostituição era colocada como uma "chaga", uma marca que seria carregada para sempre:

> [...]Pobre criatura e nem podes algum dia amar
> Pois teu amor a todos é empenhado para poder te sustentar
> Esta é tua meta e não podes ocultar eis o preço
> De tua conduta
> *Serás eternamente prostituta*[36]

O trecho acima foi extraído de um poema enviado por uma estudante do Colégio Skema à "Página dos Estudantes" do jornal *O Povo*, em 1976. A aluna, Maria Nezira Menezes de Sousa, inicia seu texto falando dos sonhos que uma "jovem e bela" mulher trazia consigo antes de conhecer "a vida". Com as constantes decepções, os desejos e sonhos foram trancados em um "baú de frustrações". A jovem então passou a exercer a prostituição, oferecendo seu "maltratado corpo" e tendo nos olhos "estrelas sem brilho, indiferentes" e na alma "uma vida tão ausente", ideia que expõe o afastamento de si e a aderência a uma nova identidade da qual não poderia mais se desvencilhar: a menina "perdida" seria "eternamente prostituta".

[36] Trecho de uma poesia enviada por uma aluna do Colégio Skema (SOUZA, 1976. p. 42, grifo nosso).

Maria Dulce Gaspar (1988) em diálogo com Becker e Goffman, indica que o comportamento desviante tem um caráter totalizador que se sobrepõe às outras esferas da vida pessoal do sujeito, degradando-as. Ela nos diz que são vários os estudos que discutem a inquietação com o viés abrangente/totalizador da atividade da prostituição, pois este teria uma indiscutível influência na definição da identidade dos sujeitos/as (GASPAR, 1988). Para Gaspar, "em contraste com outras ocupações que, ao estipular um papel para o indivíduo, deixam margem para outras definições de sua identidade, a prostituição, devido às suas implicações morais, contamina os demais papéis" (GASPAR, 1988, p. 86).

Assim, as vivências das prostitutas são reduzidas, na maioria das vezes, à sua atividade (relação profissional e sexual) e não apenas no senso comum. Cláudia Fonseca (1996) apontava, em texto escrito na década de 1990, que eram poucas as análises que tratavam das vidas familiares e redes de vizinhanças das prostitutas. Ainda que em alguns trabalhos as prostitutas dissessem que quando não estavam trabalhando eram mulheres como todas as outras, pouco se sabe sobre as "outras faces" delas. Acabava-se por reproduzir a ideia de "eterna prostituta": "festas familiares, aniversários, namoros, filhos – elementos básicos da vivência cotidiana – estão ausentes da mesma forma que não se fala de onde vêm essas mulheres ou para onde vão" (FONSECA, 1996, p. 13). No que se refere à maternidade, por exemplo, percebemos que durante muito tempo ela foi colocada como uma realidade distante das mulheres que trabalhavam como prostitutas.

É possível perceber tal entendimento em um jornal de 1976, no qual uma matéria chamava a atenção para o elevado número de crianças em uma zona de prostituição: segundo o periódico seriam mais de mil vivendo "em comum com prostitutas e marginais de toda espécie" no Farol do Mucuripe.

O texto, escrito por Carvalho Nogueira, demonstrava preocupação com os menores que circulavam até "altas horas da madrugada", ainda que o Juizado de Menores fosse vigilante. Moradores da área ficavam apreensivos com o fato de meninos e meninas crescerem em meio à prostituição, algo que seria prejudicial para eles, mas principalmente para elas:

> Sebastião Amadeu de Oliveira (proprietário do bar e açougue): "Além do lixo e da falta d'água, temos que pedir ao governo que olhe para os meninos daqui, pois as meninas se prostituem logo aos 11 anos e os meninos pegam doenças e aprendem toda espécie de coisa ruim. Dão para ladrão com a maior facilidade do mundo."

> Benedita Cristina (doméstica): "O que é que se pode fazer, se a gente não tem para onde levar as crianças? O jeito é criar por aqui mesmo, mas é errado." (NOGUEIRA, 1976, p. 5).

Apesar de discutir o grande número de meninos/as nas ruas do Farol, em nenhum momento fica explícito que aquelas crianças poderiam ser filhos e filhas das prostitutas, algo que se repetiu em outras matérias. As creches seriam uma solução para aquela situação – evitar o temido contato com as prostitutas e "marginais" – além de garantir uma maior tranquilidade para as mães que trabalhavam fora de casa (inclusive as prostitutas).

Figura 8 – Meninas no Farol

NOGUEIRA, Carvalho. Farol do Mucuripe: mais de mil crianças numa zona de prostituição. **O Povo**, Fortaleza, 30 mar. 1976, p. 5.

Heleieth Safiotti afirmou ao Jornal Feminista *Brasil Mulher*[37] em 1975 que as creches (juntamente com parques infantis e lavanderias comunitárias) faziam parte de uma infraestrutura que permitiria que a mulher trabalhasse fora de casa. A não garantia desses equipamentos pelo Estado brasileiro deixava evidente que não havia, por parte dos governantes, um grande interesse na emancipação da mulher. Para Safiotti, a maternidade não

[37] *Brasil mulher, assim como Nós mulheres e Mulherio* eram jornais feministas – representantes do "novo feminismo" – surgidos nas décadas de 1970 e 1980, após a instituição do Ano Internacional da Mulher (1975) e que, dentre outros assuntos, discutiam a contracepção e o planejamento familiar. Apesar das divergências entre eles, existiam algumas semelhanças. Todos tinham como proposta uma ideia de política que valorizasse a subjetividade, o cotidiano e as experiências particulares de vida. Buscavam uma articulação entre emancipação da mulher e luta contra a ditadura e pelo socialismo e enfatizavam que tal articulação não deveria tratar a luta das mulheres como secundária. Para mais sobre o assunto ver o trabalho de Athaíde (2010).

deveria “minimizar a força de trabalho feminina”. Ainda que salientasse a importância do trabalho para as mulheres, a autora dizia que esta não seria a única via de libertação para elas, já que eram muitas as que trabalhavam, mas que viviam “com seus maridos na base do jeitinho” (BRASIL MULHER, 1975, p. 2).

O jornal feminista, em seu primeiro número, expunha seu interesse em falar dos problemas que seriam comuns “a todas as mulheres do mundo”. A dupla e exaustiva jornada de trabalho era um deles, assim como a escassez de opções, que fazia com que as mulheres, principalmente as recém-chegadas do interior, tivessem na prostituição a sua “única saída” (BRASIL MULHER, 1975, p. 2).

Na edição de número 15 de *Brasil Mulher*, já em sua capa podíamos perceber a creche como uma exigência: “1979: se é o ano internacional da criança, é o ano da creche”. (A matéria completa teve lugar na página 6 e iniciava-se com a denúncia de que a lei da creche não existia na prática. A lei em questão seria o artigo nº 389 da legislação trabalhista que definia, em seu parágrafo primeiro, “como obrigação as empresas onde trabalham 30 mulheres ou mais com idade superior a 16 anos, a manutenção de local apropriado onde seja permitido às empresas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação (0 a 6 meses)” (1979..., 1979, p. 6). A instalação de creches gratuitas e nas proximidades das residências e trabalho foi a principal reivindicação de 700 mulheres naquele ano, durante o 1º Congresso da mulher paulista.

Figura 9 – A relevância das creches no *Brasil Mulher*.

Fonte: 1979: se é o ano internacional da criança, é o ano da creche. **Brasil Mulher**, São Paulo, Ano 4, nº15, 1979, p. 6.

Em Fortaleza, o jornal *Diário do Nordeste* noticiava que a cidade contava apenas com sete creches no ano de 1982, mesmo que sua população já contasse com 1 milhão e 300 mil pessoas. Das sete creches, cinco eram mantidas pelo Governo do Estado, através da Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEMCE) e duas eram particulares, financiadas por entidades e convênios com a FEBEMCE e Legião Brasileira de Assistência (LBA), entidade do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, responsável pela proteção à maternidade e à infância de pessoas pobres. Juntas, as instituições prestavam um atendimento a somente 600 crianças.

As creches mantidas pelo estado possuíam escola, assistência médica e dentária e recreação. Localizavam-se nos bairros Pirambu, Parangaba, Lagamar, Antônio Bezerra (Conjunto São Francisco) e Mucuripe. Em todas elas eram mantidas crianças de zero a seis anos, filhas de "mães comprovadamente pobres", que trabalhavam fora de casa ou não tinham onde morar. O atendimento oferecido era

> internato, para crianças abandonadas, semi-internato, *filhos de mães que trabalham*, e meio expediente, para crianças carentes, assistidas pelo Projeto Casulo da LBA, que oferece escola e refeição. Três creches mantém duas turmas de crianças do "Casulo": 36 de manhã e 36 à tarde, com direito a lanche, almoço e jantar (COM 1 MILHÃO..., 1982, p. 7).

Interessante perceber que a referência das crianças era sempre suas mães; estas deveriam ser pobres de maneira comprovada e trabalhar fora para que seus filhos tivessem direito aos cuidados das creches. Em nenhum momento lê-se o termo "casal" ou "pais", o que nos permite identificar muito da responsabilização da mulher pelos filhos mesmo quando ela – assim como o companheiro – trabalhava fora. A preocupação com os filhos também afetava as prostitutas. Como veremos no capítulo 3 deste trabalho, muitas vezes elas também optaram por "encontrar alguém com quem deixar as crianças" (como faziam as mães a que se referia a matéria anteriormente citada) enquanto desempenhavam o trabalho sexual, o que as assemelhava às mulheres que exerciam outras atividades.

Em 1983, no bairro do Farol, Cecília Moura da Silva dizia ao jornal *O Povo* que a diversão das crianças que ali moravam era "a areia e a fome". Ela era apontada pelo periódico como "uma das maiores batalhadoras das *vítimas* da prostituição" e estava se dedicando junto com outras colegas em prestar assistência aos filhos das "meninas" (FAROL, 1983, p. 7). Esse apoio se dava através de uma escola para 60 crianças. Funcionando na "casa de nós

mulheres", a escola ficaria ali até que outro espaço fosse disponibilizado, pois segundo Cecília, "ninguém vai deixar as crianças sem estudar".

A entrevistada falava da importância de uma creche na região para que as "meninas" pudessem ir trabalhar sem se preocupar com quem deixariam os filhos, já que conflitos e acidentes não eram incomuns na região. Algumas vezes as pessoas que cuidavam dos filhos das prostitutas negavam-se a devolvê-los; em outras, ao serem deixados sozinhos, as crianças acabavam se machucando ou mesmo morrendo, como aconteceu com uma criança que morreu queimada em água fervente enquanto sua mãe estaria bêbada[38].

O projeto de uma creche no Farol seguia esbarrando na falta de um terreno para as instalações. A matéria era encerrada com a apresentação das especificidades de funcionamento do local a ser construído:

> A creche do Farol, se implantada, vai funcionar num sistema completamente diferente das demais. Como naquele bairro as mães trabalham à noite, as crianças ficariam internos enquanto elas ganham seu sustento. Durante o dia vai funcionar um programa de prevenção à marginalização do menor (FAROL, 1983, p. 7).

Figura 10 – Registro da Assembleia Geral da APROCE (1991)

Fonte: Entidades apoiam prostitutas. **O Povo**, Fortaleza, 24 de abril de 1991. p. 8.

[38] Embriagar-se era algo comum entre as prostitutas, já que as *madames* as incentivam a beber e a embriagar os clientes para que a casa lucrasse o máximo possível.

Podemos perceber, mais uma vez, que não há nenhuma menção aos pais das crianças que usufruirão das creches. Não sabemos se isso se dava por serem as prostitutas mães solteiras (ou se isso era uma crença sobre elas) ou se por um entendimento de que caberia apenas às mães o cuidado com os pequenos, independente do horário em que trabalhavam. Além disso, percebemos que as crianças – estivessem no Farol ou na Cinza – passavam a figurar como filhos de mulheres que trabalhavam na prostituição, algo não tão evidente em números anteriores do jornal. Com o surgimento da APROCE a proximidade entre crianças e prostitutas seria enfatizada, mas dessa vez de forma positiva, como vemos na imagem a seguir. Discutiremos sobre a criação da APROCE no quarto capítulo desse trabalho.

Entre os textos jornalísticos que tratavam a prostituição como trabalho, era comum que se frisasse ser ela a "profissão mais antiga do mundo". Pelo recorte temporal que trabalhamos – de liberação de costumes –, identificamos opiniões que apostavam, porém, num possível desaparecimento da atividade, como a que podemos ver a seguir:

> Um parênteses para as prostitutas, *que estão em crise*. A profissão mais antiga do mundo está em *débâcle*. A razão é que a *revolução sexual trouxe problemas para a classe*. Hoje em dia está muito fácil fazer sexo. A garotada emancipada está noutra. As garotas estão na de deixa pra lá e *tome pílulas*... Antigamente, se fazia tudo às escondidas e não havia motéis. [...] Hoje o bordel está vazio. Na praia do Farol existe um certo movimento. *As prostitutas mudaram de profissão.* A noite é silenciosa (S. F.ZENARDO L., 1985, p. 13).

Assim, a liberação sexual, a emancipação feminina, a chegada da pílula anticoncepcional e dos motéis foram apontados como perniciosos para a atividade das prostitutas, podendo causar inclusive o seu desaparecimento. Quem precisaria de prostitutas quando "basta namorar", como era apontado em outra parte do texto jornalístico? Entender como o corpo e a atividade da prostituta passam a ser compreendidos em um momento de liberdade sexual (ainda que mitigada por uma tentativa de manutenção da "moral e bons costumes" em um momento de ditadura) é nossa intenção no próximo tópico. Perceberemos que apesar da citada "revolução sexual" a prostituta permanece sendo procurada e acionada para impor limites à mulher "liberada".

1.3 A noite silenciada? Prostitutas entre pílulas e liberação sexual

Em 18 de novembro de 1978, um pequeno texto assinado por Cassiano Cordi[39] no jornal *O Povo* trazia críticas à pornografia e afirmava que a sexualidade havia se tornado um "bem de consumo" no país. O autor apontava que o amor havia sido substituído pelo prazer fácil, rápido e racionalizado. "Fábricas de prazer sexual" multiplicavam-se, por conta da descoberta das pílulas anticoncepcionais, pela destruição de princípios cristãos ligados à castidade e devido à "industrialização do divertimento". Essa concepção de sexualidade estaria em ascensão, visto que ela não estava abrangendo apenas

> *as seculares casas de prostituição*, mas a sociedade como um todo. Mesmo nos próprios casais, legitimados pelas leis religiosas e civis, o encontro sexual toma como tônica dominante *o menor investimento* possível de *capital afetivo* a fim de que a relação se torne funcional, intensa e se possível cotidiana. [...] O que pode produzir uma sociedade encaminhada de forma tão escandalosa, para o abismo da desordem moral?[...] a nossa sociedade está profundamente desorientada, *prostituída* e doente. Vamos ficar inertes? (CORDI, 1978, p. 3)

O texto acima, extraído da página 3 de um jornal de sábado, traz questões pertinentes para este trabalho. Podemos perceber que nele o autor faz uma separação entre onde é aceitável que a sexualidade seja um "bem de consumo" – as "seculares casas de prostituição" – e onde não é – a "sociedade como um todo". Ao que parece, a perda do *self* de que falamos no tópico anterior estaria ocorrendo em outras vivências e com outros/as sujeitos/as e não apenas para as mulheres que exerciam a prostituição; para estas a tal perda não seria, aparentemente, um problema, visto que era algo que estaria inserido numa situação e ambiente "secular".

A descoberta de métodos contraceptivos, o esquecimento de princípios cristãos e a pornografia (que reduzia o sexo à "mera corporeidade", para Cassiano Cordi) trouxeram como resultado uma sociedade "prostituída e doente" e algo precisava ser feito para mudar aquela situação. No entanto, o problema não estaria na prostituição em si, mas na prostituição da sociedade, quando as práticas dos prostíbulos estariam difundindo-se, escapando de limites

[39] Em uma breve pesquisa realizada na internet, encontramos um pouco da biografia de Cassiano Cordi. O autor do texto jornalístico é graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e em Teologia pelo Sthudium Theoligicum. À época da matéria citada, o autor fazia Mestrado em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Posteriormente Cassiano Cordi viria a concluir um mestrado em Teologia e um doutorado em Filosofia, na Pontifícia Universidade Católica – RJ e Universidade Gama Filho, respectivamente. Informações disponíveis na Plataforma Lattes: http://lattes.cnpq.br/1137085440818248. Acesso em 02 de dez. 2019.

estabelecidos e aceitos. Interessante perceber, igualmente, que ao fazer a crítica da sexualidade enquanto um bem de consumo, o autor acaba utilizando – não sabemos se de forma intencional ou não – termos como "investimento" e "capital" para se referir a afetividade. Como sabemos, tais termos fazem parte de um vocabulário ligado aos negócios e à economia e se não foi intencional, como forma de fortalecer sua crítica, apenas mostra que o próprio autor apresentava uma visão já "danificada" pelo sistema e realidade que recriminava.

Como já discutimos na introdução deste trabalho, o momento inicial de nosso recorte – 1970 – tem como marcas a liberação dos costumes, a grande divulgação dos métodos contraceptivos medicalizados (como as pílulas anticoncepcionais, dispositivos intrauterinos e laqueadura de trompas), uma forte discussão acerca do planejamento familiar e do controle de natalidade, além da rearticulação do movimento feminista naquela geração no país, no panorama internacional que instituiu o Ano Internacional da Mulher (1975). O Brasil, entretanto, apresentava uma especificidade e não podemos minimizá-la: vivia-se uma ditadura civil-militar desde 1964 e esse regime faria com que aquela situação histórica fosse vivenciada de forma diferente.

Enquanto, nos anos 1960, o movimento jovem nos Estados Unidos e na Europa era inovador não apenas em termos políticos, mas também por colocar em questão as hierarquias e relações de poder[40], no Brasil a situação era outra. Como aponta Céli Pinto (2003), a década de 1960 foi desde o seu início essencialmente política: conservadores que eram representados pela União Democrática Nacional (UDN), empresários, proprietários de terra, parte da classe média, além das Forças Armadas Nacionais, claro, uniam-se "ao redor da bandeira comum e altamente simbólica do anticomunismo" (PINTO, 2003, p. 42); do outro lado estava a esquerda representada pelo PTB – Partido Trabalhista Brasileiro – e partidos clandestinos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), parte significativa do operariado, empresários nacionalistas, intelectuais, artistas, estudantes, movimentos camponeses e uma parcela da Igreja Católica.

[40] Para Celi Pinto, os movimentos feministas em ascensão nos EUA e Europa durante os anos de 1960 e 1970 estavam profundamente vinculados com a efervescência cultural e política do período. A derrubada de alguns "mitos" foi importante para o surgimento dos movimentos sociais. A Guerra da Coréia e do Vietnã tiveram forte relevância para o fim do *american way of life* e sua ideia de que "havia um lugar certo para cada um atingir a felicidade" na sociedade americana. Na Europa, o sonho da revolução socialista foi minado pela revelação dos crimes de Stalin e pelas invasões da Hungria (1956) e Tchecoslovaquia (1968). Nos Estados Unidos, os movimentos *beatnik* e *hippi*e e em Paris, o Maio de 1968 são as respostas de uma nova geração em sua procura por espaço e voz na política. (PINTO, 2003. p. 41-42).

Em 1964, o golpe militar inaugurou um período marcado pela cassação de direitos políticos, prisões arbitrárias, desaparecimentos, exílio, tortura. Esse quadro de irregularidades se agravaria em 1968 com a decretação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5). Em 1969, com o governo de Emílio Garrastazu Médici, radicalizou-se a política da repressão. A censura foi imposta no país ultrapassando questões políticas e chegando aos costumes; os estudantes tinham aulas de educação moral e cívica e um grande patriotismo ufanista foi promovido, fixando-se duas opções apenas: amar ou deixar o país. Muitos foram os exilados, os que partiram para a luta armada e os que tiveram que silenciar. Ainda assim, foi naquele momento que o movimento feminista se reorganizaria.

Naquele momento já existiam – e continuariam a coexistir com o movimento feminista – os movimentos de mulheres de classe média e pobres no país. Estes buscavam intervir no mundo público a partir da condição da mulher enquanto donas-de-casa, mães e esposas. Eram exemplos de organizações desse tipo os clubes de mães, o movimento pela anistia e os movimentos contra a carestia.

Assim, o feminismo brasileiro durante os anos 1970, é responsável por um debate sobre a experiência feminina e, ao mesmo tempo, contemporâneo da ditadura, que buscava emudecer aqueles que faziam oposição. Para Cynthia Sarti (2001), à resistência que faziam as mulheres à ditadura somaram-se as mudanças pelas quais passava o país durante a distensão "lenta e gradual" dos governos militares finais. O feminismo iniciado com mulheres de classe média, chegou a alguns movimentos de mulheres nos bairros. Estes eram, na maioria das vezes, apoiados pela Igreja Católica, através de trabalhos pastorais com base na Teologia da Libertação.

Essas uniões geraram algumas situações de disputa, em que Igreja e feministas buscavam a supremacia dentro dos grupos populares. Em geral, contudo, o que prevaleceu foram as alianças: feministas, grupos de esquerda e Igreja: todos contra o regime ditatorial. Apenas em fins da década de 1970, quando foi se consolidando o processo de "abertura política", houve algum espaço para as reflexões sobre questões de gênero, ficando os conflitos entre o movimento e a Igreja Católica mais manifestos. Em um primeiro momento, no entanto, "desacordos sabidos eram evitados, pelo menos publicamente. O aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões permaneceram no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos "grupos de reflexão" sem ressonância pública" (SARTI, 2001, p. 38).

Avanços como o crescimento do mercado de trabalho e a expansão do sistema educacional, assim como os novos comportamentos sexuais relacionados ao acesso aos anticoncepcionais e as terapias psicológicas modificaram substancialmente o espaço privado. Experiências novas colocavam em questão valores tradicionais e autoritários. Também essas mudanças foram fundamentais para o surgimento do feminismo no Brasil nos anos 1970. Algumas delas foram percebidas como responsáveis por um "alargamento" de práticas da prostituição na sociedade como um todo, como vimos no início deste tópico, mas para além disso, foram igualmente compreendidas como problemáticas para a atividade das prostitutas.

Em uma matéria de jornal do ano de 1982, Carlos Versiani dos Anjos Júnior, cujos escritos já citamos[41], foi entrevistado e afirmava que existiam alguns fatores que impediam as prostitutas de ter um bom desempenho com vistas a conquistar uma "poupança" financeira para deixar a profissão. Segundo o pesquisador, a mudança liberalizante do comportamento sexual das jovens solteiras favorecia a queda no número de frequentadores nos cabarés. Os clientes, especialmente os jovens das camadas médias urbanas haviam diminuído as idas à zona, já que não tinham grandes dificuldades para encontrar parceiras sexuais.

É provável que o pesquisador tenha chegado a essa conclusão por conta de declarações dadas a ele pelas próprias *madames* e prostitutas que no Farol trabalhavam. Uma delas, D. Mazé, "confidenciou a Anjos Jr.: 'Homem hoje não precisa procurar prostituta na zona, tem muita moça de família por aí que faz o mesmo que as mulheres da vida, e com tanto motel para facilitar as coisas..." (CYSNE, 1982, p. 19).

Indo de encontro a essa ideia, Délcio Monteiro de Lima (1977) discutia o que denominou como "fidelidade à prostituição". Ao contrário do que se anunciava à época, ele apontava que uma simples leitura diária no jornal desmentia aqueles que acreditavam estar a prostituição em declínio. Para Délcio Lima, a atividade estava, na verdade, em "ascensão e prestígio", ainda que a lealdade àquelas mulheres não deixasse de causar estranhamento devido à "ampla liberdade e até permissividade sexual" vivida naquele tempo (LIMA, D.M., 1977, p. 195-196).

[41] A publicação do livro de Carlos S. Versiani dos Anjos Júnior teve grande visibilidade na imprensa fortalezense. Somente no jornal *O Povo*, o livro "A serpente domada: um estudo sobre a prostituta de baixo meretrício" foi discutido em matéria que ocupou as páginas do periódico em três dias seguidos: 9, 10 e 11 de março de 1982. Pouco mais de dois meses depois aquele pesquisador voltaria a ser entrevistado pelo jornal, mais uma vez falando de sua pesquisa, que seria debatida no VI Mulher Maio Mulher, evento que ocorreria nos dias 21 e 22 de maio e teria como tema central a prostituição "em termos amplos e gerais". As atividades realizadas também consistiam na exibição de filmes e eram coordenadas pelo grupo feminista 4 de janeiro (PROSTITUIÇÃO E OUTROS..., 1982. p. 13).

De acordo com os escritos de Délcio Lima, as prostitutas e seus serviços sobreviviam por conta de desvios socioculturais, disparidades econômicas e devido ao machismo, principalmente. Além disso, deveria ser levado em consideração o receio que tinham alguns homens de se comprometer afetiva e sexualmente de maneira mais profunda com uma mulher e/ou as dificuldades para sustentar uma parceira fixa, bem como a necessidade daqueles que usavam a prostituição como forma de canalizar seus impulsos sexuais na falta de tempo para relações duradouras e mais complexas (LIMA, D.M., 1977, p. 195-196).

Ainda de acordo com o autor, a volta das prostitutas ao regime de confinamento (visando o controle sanitário e "reeducação" das mulheres) era uma ideia relançada sempre que possível. Ele acreditava, porém, que esse tipo de prostituição estaria com os dias contados nos centros urbanos, principalmente porque muitas prostitutas estariam fugindo do estigma relacionado ao "ponto fixo", pois o prostíbulo não daria "status à mulher". Outro motivo seria a especulação imobiliária, que faria com que os donos de imóveis os vendessem, causando a saída das mulheres daquelas casas, como ocorreu com as pensões alegres no centro de Fortaleza.

Para evitar a marginalização, a prostituta no Brasil estava investindo em sua "valorização profissional", ficando atenta às suas atitudes e vestimentas, como forma de arrefecer a repressão, cuidando de si mesma e de seus clientes. Apenas para enfrentar a concorrência é que essas mulheres modificavam seu comportamento, mostrando "os dotes físicos e o conhecimento dos meandros do sexo. Fora dessas situações, a *nossa prostituta* já tem acentuada consciência do ridículo e da vulgaridade. Hoje, prostituta analfabeta e cafona fica marginalizada." (LIMA, D.M., 1977, p. 200)

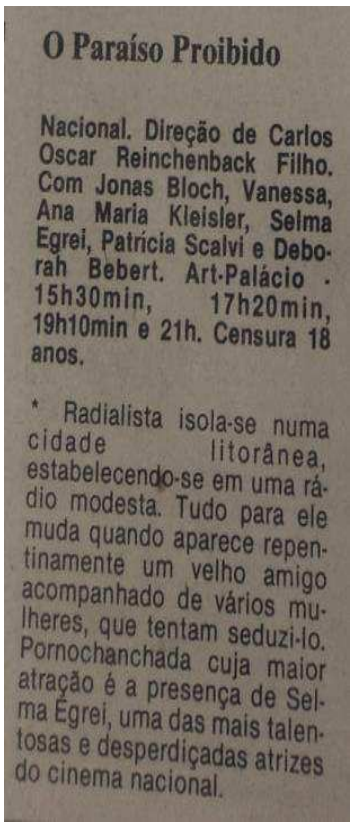
Assim, também a mulher prostituta deveria – como propõe o autor de "Comportamento Sexual do Brasileiro" – cuidar de sua valorização profissional, aproximando-se de mulheres que possuíam outras profissões para aquela mesma situação histórica. O texto é eivado de preconceitos em relação à prostituta pobre, que seria sem instrução e "cafona"; nesse sentido o problema não seria ser prostituta, mas ser vulgar e exagerar em chamar atenção para o corpo quando não se enfrenta "concorrência". Notamos, nesse sentido, para o período analisado, um duplo movimento: a crítica à prostituição da sociedade e a aversão à prostituta que apelava à "vulgaridade".

Na Coluna "Opinião" do Jornal *Diário do Nordeste* de março de 1982, "prostituição" era usada mais uma vez em sentido conotativo e mais abrangente, como forma de expor uma

insatisfação com o "enorme desprezo à moral" à época. Hélio Passos, autor do texto, dizia que se "prostituiu a dignidade da arte", para referir-se ao à suposta degradação da literatura e do cinema que, sob o pretexto de fazer uma "crítica dos costumes de uma sociedade corrupta", findou por corromper-se e "explorar mercantilmente as paixões populares" (PASSOS, 1982, p. 2). Hélio Passos condenava a pornografia que, segundo ele, havia tomado de conta do país, mostrando o ato sexual "em sua anormalidade" constituindo uma provocação à nossa formação religiosa e costumes:

> As cenas eróticas das revistas, do filme, das fotografias, é um triste exemplo da arte degradante. O artista, na sua atividade criadora, deve poder gozar de uma suprema liberdade. Só os regimes totalitários receiam esta liberdade e a procuram confinar dentro de um enquadramento ideológico. Mas liberdade criadora não pode ser confundida com libertinagem. Não é mal exprimir o mal de maneira artística, o que só poderia ter como consequência um efeito altamente moralizador. O mal é exprimir o mal como um bem, comprazendo-se nele, exaltando-o e até quase procurando justifica-lo (PASSOS, 1982, p. 2).

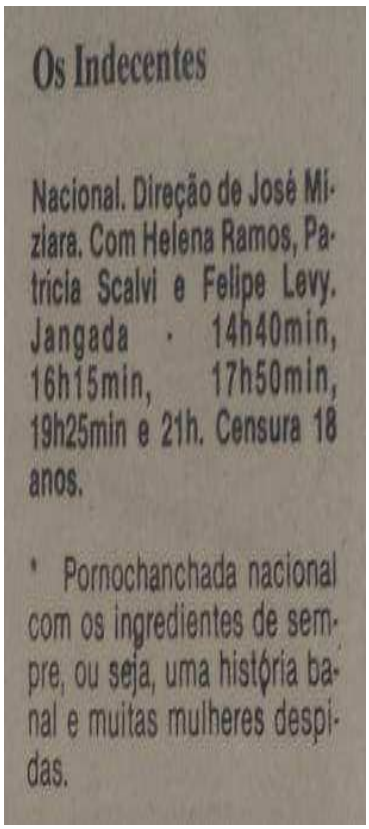
Figura 11 - sinopse de "O paraíso perdido"
Figura 12 – sinopse de "Os indecentes"
Figura 13 – sinopse de "Sexo com sorriso"



O Paraíso Proibido

Nacional. Direção de Carlos Oscar Reinchenback Filho. Com Jonas Bloch, Vanessa, Ana Maria Kleisler, Selma Egrei, Patrícia Scalvi e Deborah Bebert. Art-Palácio - 15h30min, 17h20min, 19h10min e 21h. Censura 18 anos.

* Radialista isola-se numa cidade litorânea, estabelecendo-se em uma rádio modesta. Tudo para ele muda quando aparece repentinamente um velho amigo acompanhado de várias mulheres, que tentam seduzi-lo. Pornochanchada cuja maior atração é a presença de Selma Egrei, uma das mais talentosas e desperdiçadas atrizes do cinema nacional.



Os Indecentes

Nacional. Direção de José Miziara. Com Helena Ramos, Patrícia Scalvi e Felipe Levy. Jangada - 14h40min, 16h15min, 17h50min, 19h25min e 21h. Censura 18 anos.

* Pornochanchada nacional com os ingredientes de sempre, ou seja, uma história banal e muitas mulheres despidas.

Sexo com Sorriso

(Spogliamoci Così, Senza Pudor)

Italiano. Direção de Sergio Martino. Com Ursula Andress, Barbara Bouchet, Alberto Lionello, Johnny Dorell e Brenda Welch. Gazeta - 15h30min, 17h30min, 19h30min e 21h30min. Censura 18 anos.

* Três episódios. No primeiro, mulher de advogado tem problemas para encontrar-se com o amante; no segundo, marido ciumento contrata detetive para seguir sua mulher; e no último, rapaz que adora futebol decide integrar uma equipe de futebol feminino. Desfile de duas das mais belas mulheres do cinema internacional, inteiramente despidas. Cotação: péssimo.

Figura 14 – sinopse de "O touro indomável"

O Touro Indomável

(Raging Bull)

Americano. Direção de Martin Scocese. Com Robert de Niro, Cathy Moriarty e Joe Pesci. Drive-In Aldeota - 19h30min e 21h30min. Censura 16 anos.

* Jack La Mota começa sua carreira de boxeador aos 19 anos, incentivado pelo pai. Com o passar do tempo, Jack mostra um futuro promissor na profissão, acaba sendo envolvido por grupos de fraudadores, o que o leva à cadeia. Mas retorna para ser um dos maiores "boxeadores" dos EUA. Candidato a 8 Oscars da Academia de Hollywood, premiou Robert de Niro como o melhor ator. Reapresentação de um dos melhores filmes do ano passado. Cotação: bom.

Figuras 11, 12, 13 e 14: Sinopse de alguns dos filmes em exibição nos cinemas de Fortaleza em janeiro de 1982. Críticas ao enredo banal das pornochanchadas e à nudez feminina característica daquele gênero cinematográfico – apesar da censura 18 anos – eram comuns, assim como descrições lacônicas e que buscavam desestimular possíveis espectadores. A diferença entre a descrição feita dos três primeiros filmes acima e do filme "O touro indomável" é notória. Fonte: **O Povo**, Fortaleza, 16 de mar. de 1982, seção roteiro, p.22.

Se a "prostituição da sociedade" causava preocupação entre aqueles não ligados à Igreja, obviamente não deixaria de inquietar os religiosos. Em junho de 1977 uma matéria do jornal *O Povo* informava que o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, condenava a utilização de pílulas e DIUs e afirmava que os cientistas responsáveis pela descoberta de tais métodos estariam perplexos diante da "promiscuidade sexual" e proliferação de doenças que a contracepção estaria propiciando. Ele mostrava-se igualmente indignado com o crescimento do número de "abortos criminosos" e com a possibilidade de que este "delito' fosse autorizado por um projeto de lei que já estaria tramitando no Congresso Nacional. Por fim, criticava também a possível regulação da prostituição acreditando ser tudo isso "fruto de uma civilização louca" (CARDEAL, 1977, p. 14).

Apesar de termos encontrado algumas matérias em que liberdade sexual, contraceptivos e prostituição eram relacionados, chama atenção o fato de que, ainda que as pílulas/DIUs e as mudanças de comportamento estivessem tornando a sociedade "prostituída" – como supõem alguns –, para as prostitutas, a questão da contracepção era raramente levantada. Antes de adentrarmos neste tema específico, acreditamos ser interessante falarmos

um pouco sobre a forma como as pílulas anticoncepcionais chegaram à América Latina e ao Brasil especificamente.

Para Joana Pedro (2003a), nos países de terceiro mundo – dentre eles o Brasil – a divulgação das pílulas anticoncepcionais estava inserida nas políticas internacionais voltadas para a diminuição da população. O investimento na redução da população no Brasil e na América Latina estava relacionado com a Revolução Cubana (1959): os políticos norte-americanos teriam, a partir de então, começado a perceber a América Latina, em geral, e em particular o Brasil, como um ambiente propício para uma Revolução Comunista (PEDRO, 2003a).

O Nordeste brasileiro teria passado a merecer atenção especial, devido às constantes secas e a sua população descrita como "pobre, doente e sem instrução" em dois artigos de primeira página no *New York Times*, em 1960. (GORDON apud FONSECA SOBRINHO, 1993, p. 84) A preocupação dos EUA aumentaria ainda mais, quando no início de 1962, uma equipe liderada pelo diplomata Merwin L. Bohan, após viajar pelos estados nordestinos, redigiu um relatório apresentando suas constatações a partir das observações feitas. A primeira página do documento afirmava que

> A contínua consolidação de poder de políticos esquerdistas radicais em locais-chave, e a emergência rápida e cancerosa das ligas camponesas lideradas por comunistas – uma organização paramilitar em potencial – tem dado novas dimensões nacionais e hemisféricas para os problemas do nordeste. O espectro da revolução (...) agiganta-se claramente no nordeste (...) isto representa um problema político explosivo para o Brasil e como tal, um problema para a segurança dos Estados Unidos (BOHAN, apud FONSECA SOBRINHO, 1993, p. 87).

Esta região do Brasil apresentava-se para os EUA naquele momento como uma "Cuba em potencial" e segundo Fonseca Sobrinho, a equipe de Bohan pensou ser conveniente que fossem implantados sistemas de abastecimento de água, serviços de saúde, bancos de empregos, cursos e bolsas de estudos, além de programas de eletrificação, construção de estradas e distribuição de alimentos; "tudo deveria trazer o símbolo da *Aliança para o Progresso*" (BOHAN, apud FONSECA SOBRINHO, 1993, p. 88). A *Aliança*[42] colaboraria para o

[42] A *Aliança para o Progresso* foi instituída em 1961, durante a Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, promovido pela OEA (Organização dos Estados Americanos) em Punta Del Leste, Uruguai, e inauguraria uma nova fase na postura dos EUA frente aos países latino-americanos: agora além da diplomacia e da intervenção militar, uma terceira opção complementaria aquelas duas: a ajuda econômica. A preocupação maior era atender aos setores da população que apresentassem maior insatisfação já que, como aponta Motta, "na ótica das teorias da modernização, a revolução comunista representava ameaça

desenvolvimento dos países da América Latina, mas exigia, em contrapartida, que os governos fizessem o possível para evitar que as populações crescessem demasiadamente. (SCAVONE, 1998, p. 89)

A partir da discussão empreendida por Fonseca Sobrinho, percebemos ainda que para alguns políticos brasileiros, setores das Forças Armadas e grupos de esquerda, a limitação da natalidade seria algo maléfico para o Brasil. Para os dois primeiros porque aumentariam os espaços vazios já existentes no país, prejudicando a segurança e produção de riquezas; para os grupos de esquerda porque representava uma nova forma de imperialismo, uma tentativa de dominação exterior e capitalista sobre questões nacionais. Outra corrente, entretanto, acreditava na necessidade desse controle. Militares da ESG – Escola Superior de Guerra – também preocupados com a segurança nacional e o aumento de "inimigos internos" a combater; médicos interessados na abertura de maiores espaços para o planejamento familiar e grandes empresários, certos do prejuízo para o desenvolvimento econômico nacional que o crescimento demográfico "desenfreado" poderia causar (FONSECA SOBRINHO, 1993).

A partir da segunda metade dos anos 1960 destacava-se no Brasil a ação da BEMFAM – Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil –, entidade que teve forte atuação nos estados do Nordeste[43]. Responsável pela distribuição de pílulas anticoncepcionais e pela inserção de DIUs, aquela instituição tinha como foco principal o corpo das mulheres pobres. Até hoje a BEMFAM tem as suas primeiras ações criticadas, até mesmo em publicações próprias [44].

De acordo com a historiografia e com matérias de jornais das décadas de 1960, 1970 e 1980 pesquisadas, a BEMFAM foi apontada como responsável pela esterilização de mulheres sem consentimento prévio e pela distribuição de pílulas sem falar às usuárias sobre seus efeitos colaterais. Tendo sido criada em 1965, durante a XV Jornada Brasileira de Obstetrícia e Ginecologia, no Rio de Janeiro, a instituição tinha como principal órgão de

---

maior nas áreas atrasadas, em que a pobreza e a desigualdade extremas serviam de estímulo ao questionamento radical da ordem social e política." (MOTTA, R. P. S., 2010, p. 239).

[43] Em trabalho anterior, discutimos ligações existente entre a criação da BEMFAM e o governo americano em sua tentativa de conter o crescimento populacional na América Latina e em especial no Brasil. Para saber mais sobre o assunto, ver Menezes (2014).

[44] Estamos nos referindo à declaração de Aníbal Faúndes, que pode ser vista no livro comemorativo "BEMFAM 40 anos". Faúndes afirma que aquela entidade "apregoava que a solução para os problemas sociais do Brasil era reduzir o número de filhos das famílias (especialmente das mais pobres) e desenvolvia algumas *atividades que pareciam indicar que qualquer ação que reduzisse o número de nascimentos se justificava* (...) (COSTA, N.F.P, 2005, p. 12, grifo nosso).

divulgação o *Boletim da BEMFAM*, que começou a ser editado em março de 1967 e cujo objetivo era legitimar as atividades visando o planejamento das famílias.

A BEMFAM, apesar de constantemente colocar o Planejamento Familiar como um direito e escolha dos esposos, nos deixa entrever nas páginas de seu *Boletim* que aquele assunto não deveria, na prática, restringir-se apenas aos quartos dos casais, deixando óbvio que o sexo havia tornado-se "objeto de disputa, e disputa pública" (FOUCAULT, 1988, p. 29):

> O Planejamento Familiar é uma meta e um objetivo de todos os brasileiros conscientes voltados para o BEM-ESTAR e o DESENVOLVIMENTO do BRASIL. Una-se a nós nesta causa. Precisamos de todos. VOCÊ, TAMBÉM, É RESPONSÁVEL PELO FUTURO E DESTINO DE NOSSA PÁTRIA (BOLETIM DA BEMFAM, ano V, nº 9, 1971, p. 8).

Em conferência pronunciada no *Ciclo de Extensão da Escola Superior de Guerra,* por sua vez, Walter Rodrigues[45], dirigente da BEMFAM, apresentava os principais setores de oposição às atividades de Planejamento Familiar, prestados por aquela instituição. Seriam eles: Igreja Católica, pessoas bem intencionadas, mas "com pouca informação sobre os problemas demográficos" e "elementos esquerdistas". De acordo com a publicação, os "esquerdistas" viam no controle da natalidade um entrave para a Revolução de esquerda e para as reformas estruturais mais radicais e necessitavam de "tensão social como elemento fundamental para alcançar estes objetivos." No entanto, para o autor, o Planejamento Familiar não propiciaria esta tensão, já que "o mesmo objetiva a elevação do bem-estar da coletividade." (RODRIGUES, W., 1978, p. 22).

Ideias como a de que a "Segurança Nacional" cresceria com o aumento da população eram rechaçadas. Segundo o documento, a importância de um país não estaria no número de habitantes; para Walter Rodrigues, dados como "renda per capita, PNB e tradições culturais" eram mais relevantes para mensurar a influência de uma nação frente às outras. Com um discurso notadamente eugênico, a publicação expõe que:

> Quanto à Segurança Nacional, basta consultar o Serviço de Estatística do Exército, para verificar que, todos os anos, somente uma pequena parcela do contingente humano que se apresenta para a prestação do Serviço Militar é considerada capaz. Em 1977, por exemplo, somente no Rio de Janeiro, o Serviço de Alistamento Militar do Ministério do Exército apresenta os seguintes dados: dos 148.000 alistados,

[45] Walter Rodrigues foi o primeiro secretário executivo da BEMFAM, cargo que ocupou de 1966 a 1984. Em 1973 era o diretor responsável pelo periódico que estamos citando, o Boletim Informativo da BEMFAM.

> foram considerados incapazes por motivo de saúde 70.074, ou seja, quase 50%. A mesma fonte estima que para 1978 uma porcentagem de 70% inaptos para o Serviço Militar, apresentando a subnutrição como causa da maioria das dispensas. A questão, portanto, é a da qualidade dos cidadãos e não da quantidade dos mesmos, sendo a tecnologia o grande fator na guerra moderna (RODRIGUES, W., 1978, p. 44).

É possível identificar nas publicações da BEMFAM também um temor quanto a possibilidade de "adulteração" da população. Em um *Boletim* do ano de 1976 é apresentada uma entrevista cedida pelo então Presidente Ernesto Geisel, quando este esteve no México. Comparando a situação dos países desenvolvidos com o caso do Brasil, o general aponta:

> Daí a fórmula que os países desenvolvidos adotaram e que, à medida em que o povo se educa, vai-se realizando: *que é a limitação de natalidade*. Vejam bem que as classes mais favorecidas, as mais educadas, as que têm mais recursos financeiros, fazem seu planejamento familiar e limitam sua natalidade. Mas são justamente as classes mais pobres, as doentes, as menos educadas, as que têm menos capacidade de trabalho, que têm famílias numerosas. *E isto então não significará, no sentido humano, quase que uma degenerescência?* (PAIVA, 1976, p. 4-5, grifos no original).

O trecho da entrevista apresentado no *Boletim da BEMFAM* pretende evidenciar que a ação da entidade era válida e necessária; seria, portanto, uma forma de justificar sua atuação junto às camadas mais pobres. Apesar de não ser uma afirmativa dos dirigentes da entidade, mas do Presidente do Brasil à época, o fato dessa colocação estar nas páginas daquele periódico mostra que há uma concordância com a questão explicitada, principalmente se considerarmos que não se trata de um caso único. Na sessão intitulada *A Imprensa Publicou*, chama atenção o que afirmou o ecólogo Vasconcelos Sobrinho na Revista *Visão* de 04 de setembro de 1978 e que foi divulgado em um *Boletim da BEMFAM*, naquele mesmo ano: "Eu gostaria que todos nós pudéssemos ter muitos filhos, para encher o Brasil de gente capacitada. O problema é que a explosão demográfica está ocorrendo *nas subclasses,* que encherão o Brasil de gente incapacitada, cada vez mais." (A IMPRENSA..., 1978, p. 12, grifo nosso).

Não é demais lembrar que era de corpo e de vivência da sexualidade que se falava quando o assunto era "controle de natalidade". Nesse sentido, concordamos com Susan Okin (2008) quando esta afirma que "o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político" (OKIN, 2008, p. 314) e entendemos que a situação do Farol poderia preocupar aqueles que queriam evitar uma "deturpação" da população.

Como já mencionamos, era comum nos jornais à época que se destacasse o elevado número de crianças que viviam no Farol do Mucuripe. Em matéria do ano de 1979, por exemplo, o Padre José Nilson dizia ser comum ver meninas de 13 e 14 anos já grávidas. Os moradores corroboravam a informação e expunham que o número de mulheres de "vida fácil" a cada dia aumentava "assustadoramente" e que com elas vinham as crianças. Ainda assim, as prostitutas não pareciam estar englobadas nas políticas de controle de população e muito menos naquelas de planejamento familiar, já que a concepção de família vigente as excluía dessa possibilidade. É possível que a alta mortalidade infantil do local fosse uma das justificativas para que as políticas populacionais desprezassem aquelas mulheres. Na matéria em questão vimos que, como a infraestrutura do local era extremamente precária e o saneamento básico praticamente inexistente, a mortalidade infantil alcançava "índices alarmantes" (SOARES, 1979, p. 24).

Em seus estudos sobre as mudanças sociais no Brasil de 1960 a 2000, Herbert S. Klein e Francisco Vidal Luna (2014) apontam que até a metade do século, o Brasil apresentava altas taxas de natalidade. No ano de 1960, por exemplo, o número de filhos das mulheres que tinham entre 14 e 49 anos era 6,3. Contudo, o declínio começaria logo, entre os anos de 1965 e 1970 e estaria ligado à utilização de contraceptivos e à esterilização, como apontam os autores:

> O declínio na fertilidade não foi causado por nenhuma mudança em relação à idade do início da vida sexual ou do casamento, ao número de mulheres casadas ou de mulheres sem filhos. A idade do primeiro casamento entre as mulheres não sofreu alteração até bem depois dessa transição no índice de natalidade, nem o número de casamentos caiu, ou aumentou o de mulheres sem filhos. *Tampouco houve alteração no número de crianças nascidas fora do matrimônio.* Muitos desses fatores, incluindo o número de divórcios, sofreriam alterações nas décadas seguintes, mas todas essas mudanças ocorreriam bem depois da queda na taxa de natalidade. *A única alteração efetivamente ocorrida nesse período foi a adoção em massa de contraceptivos e de procedimentos de esterilização,* que impactaram a segunda metade da década de 1960 no Brasil e em toda a América Latina. (KLEIN; LUNA, 2014, p. 37-38)

De acordo com Elza Berquó (1993), os dados sobre a contracepção no Brasil em 1986 indicavam que "o cenário contraceptivo brasileiro era caracterizado por elevada prevalência de uso, em torno de 70% *para mulheres casadas ou unidas* com idades entre 15 e 54 anos. Para todas as mulheres, *independentemente do estado conjugal*, este percentual era da ordem de 43%" (BERQUÓ, 1993, p. 368).

O casamento – e as uniões – são colocados, na maioria das vezes, como o ponto de partida para se pensar a fertilidade. Isso ocorre porque são indicativos de uma maior exposição da mulher ao risco de engravidar. Nos escritos de Klein e Luna (2014), anteriormente citados, aponta-se que para que o decréscimo nos números de nascimentos se tornasse possível, não ocorreu nem uma alteração na idade tida pelas mulheres ao casar-se, nem uma redução no número de casamentos. O número de separações também não sofreu grandes modificações à época. Entretanto, um ponto foge aos números relacionados aos matrimônios – ainda que não deixe de estar com eles relacionado. Menciona-se que não ocorreu uma diminuição no número de crianças nascidas fora do matrimônio, o que pode significar filhos oriundos de relações extraconjugais ou advindos de relacionamentos entre pessoas solteiras.

Nesse sentido, é possível dizer que mulheres não casadas não teriam acompanhado a forte utilização da pílula e outros métodos contraceptivos como fizeram as mulheres casadas. Acreditamos ser esta uma generalização complicada. Ainda assim, vejamos agora um estudo que, apesar de tratar de período posterior ao nosso recorte, pode lançar luz sobre a possibilidade de não utilização de métodos contraceptivos pelas mulheres solteiras ou que estivessem fora de uma "relação estável".

Em pesquisa realizada com homens e mulheres de classes populares em quatro vilas da cidade de Porto Alegre entre os anos de 1993 e 1994, Ondina Leal e Bernardo Lewgoy (2001) perceberam que práticas contraceptivas estavam mais associadas ao grupo de mulheres que tinham entre 26 e 35 anos, com relacionamento estável – cinco anos ou mais com o mesmo parceiro – e que já tinham filhos. Já as "mulheres mais jovens, sem aliança ou unidade doméstica constituída, sem uma situação de trabalho e emprego mais estável" eram as que menos recorriam aos métodos contraceptivos preventivos (LEAL; LEWGOY, 2001, p. 73).

Em seus escritos, os autores têm como foco o modelo de "pessoa" acionado em grupos populares e como esta referência estaria relacionada à decisão de ter ou evitar filhos. Para eles, não deixou de constituir um paradoxo o fato de o grupo que tinha mais "condições sociais de reprodução" ter sido o que mais se utilizou dos métodos contraceptivos. Isso se dava, eles explicam, por conta da sanção social, que é mais forte em relação ao aborto do que em relação à contracepção. O aborto também era mais duramente criticado para essas mulheres, principalmente se elas já tivessem filhos. Isso ocorria porque há uma argumentação, comum entre as classes populares, que diz que "quem cria um, cria outro". Dessa forma, Leal

e Lewgoy argumentavam em sua pesquisa que "já ter um filho indica um estado irreversível de identidade da mulher, com fortes conotações morais, o que agravaria o aborto nessas condições (LEAL; LEWGOY, 2001, p. 72).

Quanto às mulheres de menos idade e sem aliança conjugal, o aborto seria mais "tolerável", visto que para se assumir uma gravidez perante outras pessoas é preciso considerar possibilidades implicadas numa rede de interesses, obrigações e sociabilidades. Um "desequilíbrio moral-material" e a possibilidade de uma resposta não satisfatória/negativa em "termos de redes e alianças da gestante" quanto à estratégia de utilização da gravidez para favorecer enlaces matrimoniais pode fazer com que o "não-assumir" a gravidez seja não apenas aceitável, mas esperado.

Os autores apontam que o reconhecimento social da gravidez ou o "acordo comunitário" é necessário para que ali exista, de fato, uma pessoa. O "não assumir" (ou o aborto) será "uma resultante de vários outros desdobramentos e ponderações: 'o namorado não assumiu', 'a família materna não assumiu', 'ninguém assumiu que queria para criar', 'não tinha condições', 'foi resultado de estupro', 'implicou risco de vida para mãe'." (LEAL; LEWGOY, 2001, p. 70).

Chás e poções para fazer descer a menstruação (ainda que utilizados junto com drogas como o *Cytotec*, de reconhecida ação abortiva) não são identificados como meios abortivos se não houve a consideração social da gravidez. Para os autores não se trataria de uma gestação, mas antes um projeto interrompido ou "apenas uma desordem".

A discussão empreendida por Leal e Lewgoy nos leva à reflexão sobre a utilização da contracepção pelas prostitutas. Ainda que a oferta de serviços sexuais faça com que a relação com o corpo seja diferente da relação que têm outras mulheres, acreditamos que o debate acerca do "reconhecimento social da gravidez" pode contribuir para as questões aqui expostas, já que uma gestação oriunda de uma relação prostituta-cliente não pode ser encarada como a afirmação de um projeto coletivo, resultado esperado e desejado de um programa[46].

Dentre as nossas entrevistadas, encontramos um significativo silêncio em relação ao aborto e quando mencionado, o relato sobre tal prática traz consigo um discurso de arrependimento. Como veremos no capítulo 3 dessa tese, duas de nossas entrevistadas disseram que recorreram ao aborto, mas que hoje carregam consigo um sentimento de

[46] Neste ponto, vale ressaltar, nos centramos unicamente nas gravidezes que poderiam vir a ocorrer a partir de uma relação sexual entre prostituta e cliente, estando excluídas as gravidezes oriundas das relações entre prostitutas e seus companheiros.

remorso. Segundo o que nos foi contato, os abortos seriam de gravidezes decorrentes de relações com homens com os quais tiveram um maior envolvimento (uma das narradoras disse que abortou de um cliente pelo qual "se apaixonou" e outra disse que abortou de um homem com o qual já "vivia"), o que nos faz pensar se, assim como as entrevistadas de Leal e Lewgoy, as narradoras não teriam considerado gravidezes oriundas de um programa como "uma desordem" e, assim, as omitido. Discutiremos o assunto adiante, como já mencionado.

Considerando o que foi colocado até aqui, é válido ainda refletir se o trabalho da prostituta não poderia equiparar-se ao casamento no que se refere ao risco de gravidez, o que deveria fazer com que estas mulheres também tivessem um espaço a ser considerado nas pesquisas sobre anticoncepção.

A incorporação de uma perspectiva de gênero pelos demógrafos poderia ajudar na maior visibilidade daquelas mulheres. Como aponta Ana Maria Goldani (1997), na maioria das vezes as pesquisas demográficas tratam como óbvias algumas particularidades e relações entre homens e mulheres. Este posicionamento é reducionista e finda por direcionar não só os temas investigados, mas também a interpretação dos resultados. Para a autora, a vantagem da perspectiva de gênero

> quando se trata de entender o comportamento reprodutivo da população, pode ser exemplificada nas análises sobre os processos de decisão da fecundidade que tratam de identificar o papel das relações de poder entre homens e mulheres [...] ou com temas pouco analisados, como o dos casais que optam por não terem filhos, cujas opiniões, valores e ideais, ao contrastarem com o grupo predominante de pais, ofereceriam elementos importantes para entender as tomadas de decisão sobre a fecundidade (GOLDANI, 1997, p. 77).

Acreditamos que a discussão acerca dos processos decisórios da fecundidade entre prostitutas é um tema, assim como o assunto apontado por Goldani, pouco analisado e que poderia colaborar não apenas para a melhor compreensão do grupo dominante, mas para minimizar invisibilidades e desfazer concepções equivocadas acerca das prostitutas e suas vivências.

Por outro lado, mesmo que entendamos que pesquisas demográficas invisibilizam alguns temas e sujeitos/as[47], pensamos que algumas pessoas – como algumas prostitutas – não se opõem a isso e por vezes até preferem ser invisibilizadas. Juliana Jayme, Alessandra

[47] Chamou nossa atenção, por exemplo, o fato de que na pesquisa sobre "Anticoncepção" empreendida no ano de 1986 pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as "mulheres chefes de família sem cônjuge" foram excluídas da investigação. (IBGE, 1991, vol. 2, p. 82).

Chacham e Mariana Morais (2013) investigando a relação entre identidade, trabalho e território entre profissionais do sexo que atuavam em Belo Horizonte - MG, perceberam que a força do estigma e o entendimento de que a prostituição se tratava de um trabalho não permanente, colaborava para que não houvesse uma união "em torno de uma identidade profissional do sexo ou prostitutas", prejudicando uma organização que poderia vir a trazer benefícios para aquelas mulheres. As entrevistadas da autora muitas vezes escondiam da família a sua atividade e para outras pessoas diziam ser "auxiliar de produção" em fábricas ou "do lar". As que se apresentavam como prostitutas o faziam, de acordo com as autoras, "por já estarem envolvidas com algum movimento social ou partido político" (JAYME; CHACHAM; MORAIS, 2013, p. 155).

Nesse sentido, é escassa a informação (em jornais, revistas médicas ou dados demográficos) acerca do uso da contracepção por mulheres que ofertavam serviços sexuais para o recorte desta tese. Em parte, isso ocorreu porque muitas vezes, como mencionamos, as prostitutas não queriam ter a sua atividade divulgada e assim não foi possível identifica-las; por outro lado, parecia não haver interesse em suas vivências, quando estas envolvem concepção e, consequentemente, contracepção e aborto.

Nas fontes pesquisadas – inclusive nos documentos da BEMFAM (como veremos no capítulo 2) – existe um silenciamento em relação à questão do uso do contraceptivo pelas mulheres que ofertam serviços sexuais. Além disso, se a concepção – e também a contracepção – sempre foram tratadas como "assuntos de mulher", no caso das prostitutas esta responsabilidade parecia ser dobrada. Como veremos no capítulo 3 desta tese, as mulheres que entrevistamos nos disseram que o risco de gravidez nunca foi um assunto preocupante para os clientes. Se o advento da pílula anticoncepcional ocasionou, de fato, uma redução na procura pelas prostitutas foi porque reduziu-se o temor de uma gravidez indesejada das mulheres "de família", temor que, aparentemente, nunca houve quando a relação sexual ocorria com prostitutas.

Perceberemos adiante a existência de alguns discursos que negam a maternidade para aquelas mulheres, seja omitindo a existência da família da prostituta ou tratando-a como estéril. Questionamo-nos a quem interessa encobrir esse aspecto da vida da mulher que oferta serviços sexuais. Acreditamos que não estamos incorrendo em erro se imaginarmos que pensá-las como inférteis é bem mais "confortável" do que admitir que elas recorriam ao aborto quando de uma gravidez não desejada em tempos de ainda limitado acesso aos

anticoncepcionais. Sabemos, entretanto, que essa não discussão do aborto, restringindo este ao reduto do privado, contribui para que o "aborto não seja desnaturalizado, e para que as questões éticas, morais e religiosas que o envolvem também não sejam alvo de debates" (NECKEL, 2003, p. 294).

Em relação à legislação que pune o aborto e recorrendo ao Código Penal – Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 –, capítulo I, artigo 124, verificamos que é tido como crime: "provocar aborto em si mesma ou permitir que outrem lho provoque". A pena é a detenção, que varia de 1 a 3 anos. Quando o aborto é provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (artigo 125) a pena pode variar de 3 a 10 anos de reclusão e no caso de ter sido admitido pela gestante (artigo 126) tem pena mínima de um e máxima de 4 anos de reclusão (BRASIL, 1940). Como percebemos, a pena para a mulher que decide abortar é inferior a pena aplicada a alguém que provoque o aborto em uma mulher.

A partir da Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984, a detenção poderia ser cumprida em regime semiaberto (trabalho durante o período diurno em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar, com trabalho externo admitido bem como a frequência a cursos de instrução de segundo grau, superior ou profissionalizante) ou aberto (possibilidade de trabalhar, frequentar cursos e realizar outras atividades autorizadas, recolhendo-se no período noturno e dias de folga). Já a pena de reclusão, geralmente, deveria ocorrer em regime fechado, em estabelecimento de segurança máxima ou média. Antes disso, tanto na reclusão e na detenção o sentenciado deveria ficar sujeito a trabalho remunerado (às mulheres caberia apenas o trabalho interno[48] em estabelecimentos especiais ou seção adequada da penitenciária) e a isolamento durante o período noturno. Na reclusão, entretanto, aquele que cumpria sentença estaria sujeito a isolamento durante o dia, pelo período de até três meses (BRASIL, 1940).

Apesar de existir uma punição para quem aborta, percebemos que a lei não trata como iguais mulheres e homens ou mulheres e *mulheres* visto que o terceiro, neste caso, pode ser um médico ou uma mulher, por vezes uma parteira, também chamada de "cachimbeira"[49]. Talvez fosse legítimo pensar que esse abrandamento da pena da mulher se daria por uma implícita negociação entre legisladores e autores de práticas já estabelecidas. Em um momento de pouca acessibilidade aos métodos contraceptivos e no qual caberia ao homem

[48] A Lei nº 6.416 de 1977 passou a admitir o "benefício do trabalho externo".

[49] "Cachimbeira" – Parteira das classes pobres, de processos puramente *intuitivos ou empíricos*, aparadeira, comadre. O nome vem de cachimbo, pelo hábito de fumá-lo, de gente mais pobre do sertão [...]". (CHAVES JÚNIOR, 1985. p. 38, grifo nosso).

por excelência o papel de provedor da família, o aborto era, muitas vezes, a solução encontrada para uma gravidez indesejada e/ou que ocorria fora do casamento (com prostitutas, por exemplo). Assim, talvez a atenuação da pena significasse uma cumplicidade existente entre mulheres que abortam e a sociedade, incluindo-se aí aqueles que fazem as leis e julgam os transgressores/as.

Não é difícil encontrar matérias versando sobre aborto nos jornais de Fortaleza. Em uma delas, no ano de 1982, noticiava-se que uma "fábrica de abortos" havia sido descoberta e fechada no distrito de Parangaba. Uma "quadrilha" de mulheres, como a notícia expôs, havia sido descoberta pela polícia. Os abortos aconteciam na casa de uma delas, Maria Mirtes de Figueiredo Araújo, que tinha 51 anos à época e morava no bairro João XXIII.

O jornal *Diário do Nordeste* salientou que Mirtes era mãe de sete filhos antes de dizer que esta havia sido procurada por sua irmã Enilba, uma enfermeira, que queria sua casa emprestada para realizar alguns abortos. De início reticente, Mirtes disse sim à solicitação quando a irmã ofereceu uma parte dos ganhos obtidos com os abortos (dois ou três mil cruzeiros por cliente). Indagada sobre o número de abortos já ocorridos em sua residência, ela não soube responder, pois havia "perdido a conta". Além disso, disse participar de tudo por não saber que "fazer" aborto era crime. De acordo com a matéria, a polícia buscava identificar as "clientes" para poder indiciá-las no inquérito. Junto a elas os amantes, maridos e namorados também seriam indiciados por tentarem "esconder o fruto do amor proibido" ('FÁBRICA..., 1982, p. 8).

A concepção de que os abortos ocorridos na casa de Mirtes seriam, principalmente, uma forma de pôr fim às gestações ocorridas em relações proibidas ratifica a ideia que expusemos a pouco a partir dos escritos de Leal e Lewgoy (2001): a de que o aborto, ainda que condenado, é esperado em relacionamentos não estáveis. Por não se saber quem eram as clientes ainda, não era possível afirmar com segurança que se tratasse de mulheres que estavam em "relações proibidas"; contudo, os jornalistas assim pareciam entender e ajudavam na construção de um ideário que colocava o aborto entre casadas como uma prática menos frequente.

O entendimento de que o companheiro também deveria ser responsabilizado pelo aborto feito pelas mulheres não foi identificado em outra matéria, em 1986. Em 8 de julho daquele ano, o jornal *Diário do Nordeste* noticiava que Evandina Clementino, de 25 anos, havia morrido em decorrência de um aborto provocado. De acordo com o médico legista que

procedeu o exame de necropsia, "a pessoa que fez o 'serviço' deixou dentro útero da mulher a cabeça do feto". Segundo a matéria, o delegado Evandro Alves de Souza estava investigando responsabilidades e apurava denúncias segundo as quais o autor do aborto havia sido um farmacêutico bioquímico. Evandina era doméstica e não encontramos referência na notícia de que fosse casada. Seus pais diziam não saber da gravidez.

O periódico chamava atenção para a precariedade da clínica na qual, segundo acusações, a doméstica havia realizado o aborto depois de ter ido à missa com uma amiga. Denúncias apontavam que o local – Clínica Integrada Perpétuo Socorro – era especialista no procedimento "há tempos" e que era "frequentada por dezenas de mulheres diariamente". Tal fato, de acordo com o jornal, só naquele momento havia chegado ao conhecimento da polícia. Interessante perceber que a denúncia só ocorreu após a morte de uma cliente. Possivelmente a clínica continuaria a funcionar normalmente – mesmo que o serviço por ela ofertado fosse considerado crime – se o falecimento de Evandina não apresentasse a repercussão que teve.

Em algumas matérias de jornais em circulação em Fortaleza, pudemos encontrar alguns poucos relatos de prostitutas sobre as gravidezes e abortos que tiveram. Laura, por exemplo, disse à reportagem do Jornal *O Povo* que já havia parido 26 vezes; que oito de seus filhos morreram com um pouco mais de um ano de idade e que tivera 17 abortos: a prostituta não deixou claro se os abortos foram espontâneos ou provocados e a repórter, ao que parece, não a questionou ou achou desimportante que isso fosse registrado em seu texto (MAGALHÃES, 1976, p. 4). Não sabemos ao certo se foi uma afirmação da entrevistada ou uma inferência da jornalista Graça Magalhães ao refletir sobre os números apresentados, mas o periódico dizia que Laura não conhecia "a técnica da pílula". Ao analisarmos tal opinião somos mais tentadas a entender que Laura não se utilizava daquele método contraceptivo do que de fato desconhecesse a pílula anticoncepcional.

Se pensarmos os cabarés como locais de sociabilidades, onde além de manter relações sexuais as pessoas bebiam e conversavam sobre assuntos diversos (bem como buscavam soluções para questões cotidianas), não é difícil que em algum momento o assunto debatido nas mesas durante o dia ou a noite, tenha sido contracepção. Em pesquisa anteriormente realizada, percebemos que desde a década de 1960 os temas "controle de natalidade", "planejamento familiar", "métodos anticoncepcionais" vinham sendo bastante discutidos nos mais diversos veículos de comunicação, fosse por médicos, políticos, feministas, religiosos ou educadores. Ainda que estivéssemos em um momento de ditadura

civil-militar, em que manifestações que buscassem colocar questões como a liberação dos costumes e a contracepção no centro das atenções não eram bem-vindas, os assuntos não deixavam de ser discutidos, mesmo que com cautela. Para o caso das pílulas anticoncepcionais, por exemplo, eram comuns as matérias que destacavam os riscos para a saúde e para a moral que aquele método poderia representar (MENEZES, 2012). Além disso, vale ressaltar que o Farol contava com farmácias onde as cartelas de pílulas certamente eram vendidas.[50]

O trecho a seguir nos mostra um pouco do cabaré como espaço de sociabilidades, como um local em que além dos programas ocorriam conversas e discussões diversas:

> Enquanto a surrada radiola toca "O Ébrio" de Vicente Celestino, seguido de "Paixão de um homem", de Valdick [sic] Soriano, elas conversam num ambiente meio alegre, meio triste, junto a um poste, próximo a um bar do "Curral". Os assuntos são os mais diversos [...] Num boteco do lado, vários desocupados batem papo."(CURRAL-FAROL..., 1973, p. 6).

Como o maior movimento nos cabarés ocorria no horário da noite – nada impedindo, contudo, que as prostitutas tivessem seus serviços procurados durante o dia também – as manhãs e tardes ficavam livres para que aquelas mulheres pudessem trabalhar em outro lugar, bem como para descansar, conversar ou para ter outros lazeres, como os banhos de mar na praia, de onde chegava Graça, "embriagada e repetindo os versos da música desafio de Luiz Américo, 'quando eu tiver com a minha cuca cheia de cachaça'", às onze e meia da manhã de uma terça-feira de julho de 1973 na companhia de quatro colegas (CURRAL-FAROL..., 1973, p. 6).

A música era descrita como parte integrante do ambiente do cabaré, como é possível perceber a seguir: "À noite, o Farol é todo festa. Muita música no ar, nos cabarés que funcionam até duas da manhã, indo até de manhã nos fins de semana" (NOGUEIRA, 1976, p. 5) ou em outro trecho em que garrafas à mostra e mesinhas, assim como a "música de fossa na vitrola" eram apresentados como itens que não podiam faltar nas casas da Cinza (NA ANTIGA..., 1983, p. 9). Assim, é bem possível que no caso das casas de prostituição o

[50] Anjos Júnior afirma em seus escritos que o Farol contava com farmácia e outros comércios, apesar de possuir uma infraestrutura bem precária no início dos anos 1980. O autor cita a atuação de José Abílio, um "enfermeiro diplomado e farmacêutico prático do local, com larga experiência em farmácia e morando há 18 anos no Farol". Além disso, as entrevistadas desta pesquisa que residiram no Farol falaram sobre a existência de farmácias, onde algumas delas inclusive chegaram a comprar pílulas (ANJOS JÚNIOR, 1983).

assunto da contracepção tenha chegado também através de uma música específica, bem conhecida à época.

A canção que versava sobre contracepção a que estamos nos referindo é *Uma vida só*, mais conhecida como *Pare de tomar a pílula,* lançada em 1973 por Odair José. A seguir, a letra da música na íntegra:

> Já nem sei há quanto tempo
> Nossa vida é uma vida só
> E nada mais
> Nossos dias vão passando
> E você sempre deixando
> Tudo pra depois
>
> Todo dia a gente ama
> Mas você não quer deixar nascer
> O fruto desse amor
> Não entende que é preciso
> Ter alguém em nossa vida
> Seja como for
>
> Você diz que me adora
> Que tudo nessa vida sou eu
> Então eu quero ver você
> Esperando um filho meu
> Então eu quero ver você
> Esperando um filho meu
>
> (refrão)
> Pare de tomar a pílula
> Pare de tomar a pílula
> Pare de tomar a pílula
> Porque ela não deixa o nosso filho nascer (3x)[51]

A canção "Uma vida só" foi composta por Odair José, após uma sugestão do locutor Carlos Guarani, à época diretor artístico da Rádio Globo. A proposta agradou o cantor, mas não foi fácil concretizá-la. Segundo Odair José, era difícil encontrar palavras que rimassem com "pílula" e mesmo o assunto – "hormônios sintéticos que impedem a ovulação" – era complicado para se desenvolver uma música (ARAÚJO, 2002, p. 60-61). Odair, contudo, conseguiu fazê-la e a obra seria um de seus principais sucessos até a atualidade.

De acordo com Paulo César de Araújo (2002), Jairo Pires (diretor artístico de Odair José) viu bastante potencial na canção e indicou que ela deveria ser gravada imediatamente. A canção fez parte do lado A de um compacto simples e teve sucesso instantâneo. Em entrevista

[51] UMA VIDA só (Pare de tomar a pílula). Intérprete: Odair José. Compositor: Odair José. São Bernardo do Campo: CBS, 1973, Compacto Simples.

cedida a Paulo César Araújo, Odair disse que acredita ter lançado a música na quarta-feira e que no dia posterior, "ela já estava em primeiro lugar nas paradas". Apesar de não ter sido o primeiro cantor a falar de pílulas em suas canções[52], foi com Odair José que o assunto ganhou sucesso no meio musical (ARAÚJO, 2002, p. 62).

Figura 15 – Prostitutas em mesa de bar no Farol

Fonte: Curral-Farol: rota triste da prostituição. **O Povo**. Fortaleza, 24 jul. 1973. p. 06.

Pare de tomar a pílula, entretanto, seria censurada. De acordo com Araújo, o governo militar patrocinava a BEMFAM em sua campanha de controle de natalidade. A atuação dessa entidade iria ao encontro da ideia das elites brasileiras à época: em vez de dividir os alimentos, seria melhor diminuir os comensais. Assim, enquanto o governo apoiava o uso da pílula, na rádio a orientação era o oposto. Temendo "o que poderia ser uma espécie de conclamação à desobediência civil e também porque em um "reinado de terror e virtude" não são toleradas referências explícitas à sexualidade, o governo decretou a proibição do disco de Odair José em todo o território nacional" (ARAÚJO, 2002, p. 64). A canção apenas deixaria de ser proibida em 1979, com um decreto assinado pelo então presidente João Figueiredo. O documento liberava todas as músicas que haviam sido vetadas pela Censura Federal, como as de Odair José, Chico Buarque e Geraldo Vandré.

[52] De acordo Com Paulo César de Araújo, a primeira música brasileira a mencionar aquele método contraceptivo foi "Anunciação", de Caetano Veloso e Rogério Duarte, lançada em 1967 (ARAÚJO, 2002, p. 62).

A música "Uma vida só", como percebemos, expressa o pedido de um homem para que sua companheira pare com os anticonceptivos, já que eles impediriam que nascesse o "fruto do amor" dos dois. Ainda que estivesse pondo foco na vivência e intimidades de um casal, é possível que setores mais conservadores, como a Igreja Católica, apoiassem a ideia central da canção: o sexo para a procriação. Para a vivência das prostitutas, tal questão não teria sentido: a possibilidade de procriação deveria ser afastada e a pílula seria um artifício de grande importância para garantir a oferta de serviços sexuais sem que desta resultasse uma gravidez não desejada.

A censura à música que falava de pílula – mas também de sexo e intimidade – se justificava pelo entendimento daquele método como algo responsável pelo crescimento de uma sociedade corrompida, como já expomos aqui. Os motéis, por sua vez, também estariam entre as novidades que estavam fazendo a sociedade "se prostituir", mas a publicidade e número de matérias sobre eles só cresciam.

Figuras 16 – Propaganda do motel Eldorado
Figura 17 – Propaganda do motel Castelinho

Fonte (Figura 16 e 17): **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 1º mar. 1982, seção Classificados, p. 27.

Assim como as pílulas, os motéis também eram encarados como prejudiciais ao trabalho das prostitutas, pois facilitariam o acesso ao sexo e diminuiriam a procura pelas mulheres nos cabarés – ainda que fossem considerados como "locais de prostituição" (CNBB..., 1979, p. 9). Nas entrevistas realizadas constatamos, porém, que também as prostitutas se utilizavam daqueles locais. As narradoras que trabalhavam no centro da cidade,

por exemplo, combinavam os programas nos bares ou em praças e de lá iam para motéis das proximidades. Antes da "febre dos motéis", vale ainda lembrar, os carros já garantiam contatos mais íntimos. Com a indústria automobilística em vertiginosa ascensão, multiplicavam-se os *drive-ins* (CARMO, 2001, p. 112).

A diminuição da procura pelas prostitutas era sentida e divulgada em matéria de jornal, em 1984. Em outubro daquele ano, uma *madame* entrevistada pelos jornalistas do *O Povo* dizia que pretendia desistir da atividade. Nelita Ferreira Nunes, arrendatária há alguns meses do Navy Bar, no Farol, dizia que seu estabelecimento era modesto, de pouca frequência e que ela estava perdendo "noites e madrugadas de sono, não raro sem ganhar nada". Nelita informava também que estava cada vez mais difícil conseguir mulheres que quisessem "dar serviço em cabaré", que estava procurando e que tinha ido longe, até a Jurema e Caucaia e havia voltado de "mãos abanando" (ESTÁ FALTANDO... 1984, p. 12).

Figura 18 – Salete à espera de clientes

A longa espera do cliente faz Salete ficar muito à vontade

Fonte: Está faltando mulher nos cabarés do Farol. **O Povo**, Fortaleza, 07 de outubro de 1984. p. 12.

É possível que o pouco interesse em trabalhar nos cabarés do Farol estivesse relacionado com os ganhos, cada vez mais diminuídos. Maria Salete dos Santos, descrita na

matéria como “muito falante”, tinha 20 anos e era nascida em Carnaubal[53]. Ela falava aos repórteres que em muitas madrugadas não conseguia nenhum cliente e que “dinheiro bom só quem dá é gringo”: enquanto os cearenses reclamavam para pagar Cr$ 5 mil, os estrangeiros seriam mais generosos. Salete dizia receber três ou quatro homens em seu quarto, mas que o ideal seria receber “de 20 em diante”.

Para uma breve análise da fotografia de Maria Salete veiculada pelo jornal, pode ser interessante citar os escritos de Peter Burke (2017). De acordo com o autor, desde o início da história da fotografia, esta teria sido discutida como forma de auxiliar a escrita da História. Os jornais, por exemplo, há muito tempo a utilizam como “evidência de autenticidade” e o autor as considera, de fato, como “evidência da cultura material do passado”, nos possibilitando perceber vestimentas, posturas e comportamentos, ainda que interferências possam ser feitas pelos fotógrafos (BURKE, 2017, p. 39).

Ao optar por apresentar essa fotografia de Salete junto à matéria, o jornal nos permite vislumbrar um pouco do ambiente do cabaré e da postura e comportamento daquela prostituta diante da equipe de reportagem: despreocupada com a visibilidade que teria, Salete aparece sentada comodamente em uma mesa e com um sorriso provocativo. A imagem da prostituta destoa da figura muitas vezes difundida por aquele mesmo jornal em anos anteriores, qual seja, a de mulheres com “olhares distantes” ou “rostos sofridos”, como já vimos neste trabalho; vale lembrar, como aponta Roy Porter (2011), que retratos posados “captam como as pessoas desejam ser lembradas” (PORTER, 2011, p. 300). Por outro lado, a intenção do jornal parece ser provar que de fato havia muita espera por clientes, tanto que Salete estava bem “à vontade” na hora do registro.

O elevado número de gravidezes das mulheres que trabalhavam ofertando serviços sexuais também era discutido na matéria. A prostituta Francisca dizia ao repórter que já havia sido mãe oito vezes. Sete de seus filhos haviam falecido, restando apenas uma menina de 6 anos.

Através de entrevistas feitas com mulheres prostitutas entre os anos 1960 e 1980, Érika Pinho (2012) parece não ter lançado a questão da contracepção para suas narradoras. Contudo, a entrevistada Novinha, por exemplo, mencionou as frequentes gravidezes entre as prostitutas, que muitas vezes recorriam ao aborto. Dona Novinha foi prostituta e

[53] Município cearense localizado à 330 km de Fortaleza.

posteriormente *madame* de cabaré, "vendendo as chaves"[54] às inquilinas, as mulheres que faziam programa. Ela afirmou para a pesquisadora que nunca abortou e que não incentivava outras mulheres a fazê-lo e aponta que o melhor deveria ser se prevenir, pois abortar era um "crime bárbaro".

Aquela *madame* disse também que muitas vezes acolheu mulheres que engravidavam e que eram expulsas de outros locais pelas donas dos cabarés, tendo inclusive sido questionada por um dos clientes se sua casa seria "um cabaré ou uma maternidade". Isso ratifica nossa impressão de que a gravidez não era interessante para uma prostituta e que os métodos contraceptivos seriam importantes para o seu trabalho, até mesmo porque, além de não ser um momento de ganhos, o período da gravidez seria uma ocasião de dívidas em que "a prostituta ficará devendo não só as despesas concretas, mas também o 'tempo' que deixou de faturar quando estava inativa. [...] a gravidez, principalmente nos últimos meses da gestação, é um dos momentos mais críticos na vida da prostituta." (A PROSTITUTA..., 1982, p. 21). Além disso, também o período pós aborto, vale ressaltar, é um momento delicado que necessita de descanso e cuidados.

É bem possível que o precário acesso à saúde fizesse com que algumas prostitutas não tivessem as informações necessárias para demandarem por contraceptivos. Em 1980, um periódico de Fortaleza afirmava que muitas das pessoas que ainda residiam na "Cinza" não entravam em um consultório médico há pelo menos 10 anos (CINZA: NO CENTRO..., 1980, p. 10). Ainda assim, devemos lembrar que era possível comprar pílulas anticoncepcionais nas farmácias – mesmo sem receita – ou adquiri-las de outras maneiras. Uma de nossas narradoras, por exemplo, nos disse que a dona da casa de prostituição em que ela morava dava a ela e as outras "meninas" as cartelas de pílulas, mensalmente. Tal fato deixa óbvia a tentativa de controle e de garantir que suas funcionárias trabalhassem mais e sem preocupações com uma possível gravidez. Além disso, os anticoncepcionais impediriam que as mesmas ficassem um período sem trabalhar ou com menos clientes do que o "normal". Voltaremos a este assunto no terceiro capítulo.

A discussão empreendida neste tópico buscou assinalar um movimento duplo em que a liberação de costumes, acesso à contracepção e mudança de comportamento eram compreendidos como ruinosos para a atividade da prostituição e ao mesmo tempo apontados como causadores da "prostituição da sociedade". É possível pensar, em concordância com

[54] Alugando os quartos para os programas.

Ilnar de Sousa (1998) em “ato prostituinte”, como algo relacionado à vida sexualmente ativa da mulher solteira, separada ou viúva. Para Sousa, essa concepção está profundamente arraigada aos princípios religiosos que compreendem como sendo o único objetivo da relação sexual a reprodução. De forma contrária, “toda relação sexual que visa o prazer está, portanto, mergulhada no pecado, na podridão, na lama, ou seja, tem seu fundamento na prostituição. ” (SOUSA, 1998, p. 113).

Ainda que houvesse uma preocupação com o número de crianças na zona do Farol ou da “Cinza”, aparentemente a utilização da contracepção pelas mulheres que ofertavam serviços sexuais nunca teve incentivos e o aborto para elas não foi explicitamente condenado. Em um momento em que sua profissão seguia sendo entendida como uma provável causa da infertilidade, como veremos no capítulo seguinte, é possível que as prostitutas mães fossem vistas como uma exceção à regra.

Os métodos contraceptivos medicalizados, desde a sua ascensão no início dos anos 1960, sempre dividiram opiniões. Controle de população e imperialismo para alguns, autonomia da mulher para outros. Havia ainda aqueles que acreditavam se tratar de um “empecilho à formação moral da juventude e mesmo da família” (MÉTODOS..., 1985, p. 7). Seja como for, os anticoncepcionais deveriam se destinar a um grupo de mulheres do qual as prostitutas não fariam parte, ao menos explicitamente. Se à mulher – apesar de pequenas e lentas mudanças no período estudado – caberia os cuidados com os filhos desde a concepção, também a contracepção seria uma obrigação sua, com a maior divulgação de métodos que centravam a ação em seus corpos. Isso não seria diferente para as prostitutas.

O temido processo de “prostituição da sociedade”, ao que parece, prosseguiria. Já na redemocratização, em matéria divulgada no jornal *Diário do Nordeste*, o autor de uma pequena matéria questionava-se acerca da “nova moral da nova república”. Em aparente tom saudosista, inquietava-se com termos usados em músicas e em novelas:

> O maior sucesso musical do momento – pasmem – é exatamente a melodia que tem letra a redescobrir termo de irrecorrível chulice, antes só ouvido em bordéis: “tesão”. No “Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa”, de Hidelbrando Lima e Gustavo Barroso essa “palavrinha” significa: “orgasmo do pênis”. E como o vocábulo fez “sucesso”, a cantora Simone já o pespegou em outra letra...romântica. Que maneira esquisita de se fazer romantismo![...] Há outras letras; múltiplas intenções cavilosas, indecentes mesmo. O galã da novela das 7 [...] entra pelo vídeo para fazer sala entre pessoas sérias e prostitutas, que tudo aceitam, o verbo “desbundar”, em todas as declinações que antes só eram ouvidas em cabarés... (CAMPOS, E., 1986, p. 3)

A “nova moral” da nova república também verá crescer no Brasil os movimentos de prostitutas, para o descontentamento de alguns. Será a partir da redemocratização que as prostitutas começarão a ser pensadas como sujeitas, como agentes em toda a sua corporalidade. O surgimento da AIDS será importante para que elas se organizem e lutem contra o preconceito e a violência. Discutiremos melhor o protagonismo das prostitutas em suas associações no capítulo 4. Em nosso próximo capítulo, veremos a atenção dada às prostitutas pela BEMFAM. Aquela entidade, como vimos, foi um importante órgão de divulgação de conhecimentos e métodos contraceptivos desde a segunda metade dos anos 1960, mas em sua intenção de amoldar-se ao regime e evitar retaliações e censura por parte do governo militar, apenas voltou-se em suas publicações, para as mulheres deste estudo, em fins dos anos 1980, com o surgimento da AIDS e das primeiras manifestações de prostitutas no Brasil. Nosso intuito é entender essa mudança de posicionamento e os fatores que colaboraram para tal.

CAPÍTULO 2 – "MUITO PRAZER": A BEMFAM E AS PROSTITUTAS

> As "características" femininas, se é que realmente existem, resultam mais de fatores culturais do que de fatores genéticos relacionados com o sexo. Resultam do método pelo qual as meninas são educadas, que por sua vez depende em grande parte do conceito que a sociedade faz do papel da mulher. A mulher é condicionada desde a infância ao seu futuro papel de mãe, cada aspecto da sua vida é marcada por esse condicionamento. A maternidade tornou-se, assim, um instrumento de sujeição social e cultural da mulher (MULHER, 1977, p. 3).

Este capítulo pretende discutir a atenção dedicada às prostitutas pela BEMFAM – Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil –, importante órgão de divulgação de informações sobre métodos contraceptivos para mulheres pobres, desde a segunda metade dos anos 1960, principalmente no nordeste brasileiro, como mencionamos no capítulo anterior. Nosso intuito é vislumbrar a utilização dos serviços da BEMFAM pelas mulheres que ofertavam serviços sexuais, em um momento de poucas opções no que se refere à informação e disponibilização de métodos contraceptivos. Atentaremos, igualmente, para possíveis conexões entre prostituição e DSTs/AIDS e prostituição e prazer.

O texto que inicia este capítulo foi extraído da matéria intitulada "Mulher" divulgada no *Boletim da BEMFAM*[1] do primeiro semestre de 1977. Como é possível perceber, o discurso aponta para uma compreensão das tais "características" femininas – questionando inclusive a existência delas – como uma construção cultural e não como algo inato, trazido nos genes com o nascimento.[2]

Segundo seus criadores, a BEMFAM tinha como objetivo inicial, desde a sua gênese, agenciar o planejamento familiar e reduzir o número de abortos realizados no Brasil. Aquela sociedade recebeu, dois anos após a sua fundação, o financiamento da IPPF (Federação Internacional de Planejamento Familiar), uma entidade que foi criada em 1952 e que possui sede em Londres[3].

---

[1] O *Boletim da BEMFAM* começou a ser editado em março de 1967 e tinha como principal objetivo legitimar as atividades visando o planejamento das famílias. Os principais temas abordados naquele periódico referiam-se às ligações entre planejamento familiar e desenvolvimento econômico, religião, aborto, saúde materna, meio ambiente, promoção da mulher, menor abandonado e outros. Posteriormente seria substituído pela revista *População & Desenvolvimento*.

[2] Esse *Boletim* foi produzido a partir da colaboração de Theognis Nogueira, na assessoria médica, José Maria de Arruda e Flórida M. Acioli na asssessoria sociológica, Claudinor Evangelista Filho na parte de documentação, Evanil Nogueira Moreira na redação e revisão e Ceci J. Pereira na diagramação e montagem. Walter Rodrigues era o diretor responsável e Márcio Ruiz Schiavo o coordenador técnico.

[3] De acordo com o *Boletim* da BEMFAM de junho de 1972, "A 9 de fevereiro de 1967 o Comitê Executivo da IPPF decidiu oficialmente a aceitação da BEMFAM como membro filiado à Federação Internacional de Planejamento Familiar. Em outubro de 1971 a BEMFAM foi elevada à categoria de "Full Member". (A SOCIEDADE... 1972, p. 4).

De acordo com alguns autores[4] e matérias de jornais com as quais dialogamos, essa instituição estaria ligada aos interesses de países desenvolvidos e, sob o pretexto de difundir informações sobre o planejamento familiar e promove-lo, teria sido responsável pelo controle de natalidade de populações pobres. Posteriormente, quando do surgimento da AIDS[5], aquela sociedade desenvolveu projetos junto aos grupos que teriam "comportamento de risco", como prostitutas, homossexuais e meninos/as que viviam nas ruas.

A leitura de ideias, que apontam a maternidade como um meio de dominar as mulheres, em um periódico ligado à BEMFAM – Sociedade Civil Bem-Estar familiar no Brasil – nos causou surpresa e estranhamento, pois nos fez lembrar da definição de *gênero* nos termos de Joan Scott. Esta autora define "gênero" em duas partes que se inter-relacionam: gênero como "elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos" e gênero como "forma primária de dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1995, p. 86).

Não temos aqui a intenção de tratar aquela instituição como uma grande defensora da igualdade entre as pessoas. Contudo, não deixa de causar inquietação a utilização de escritos como esse – ou outros de semelhante teor que veremos neste capítulo – nas publicações daquela entidade. Fica óbvio que a intenção é se adequar a um contexto histórico em que as mulheres ocupam cada vez mais o espaço público e buscam escapar a determinados condicionamentos.

Mas de que mulheres a BEMFAM falava? De que forma o entendimento das "características femininas" anteriormente referida poderia ser aplicado à vivência de todas as mulheres? Ou, para sermos mais diretas, que atenção a BEMFAM deu às prostitutas, sujeitas de nosso estudo? Iniciaremos esta discussão refletindo sobre a utilização da contracepção pelas prostitutas.

---

[4] Ver, por exemplo, Fonseca Sobrinho (1993), Pedro (2003a), Petersen (2004) e Menezes (2012).

[5] De acordo com Flávio Vilas-Bôas, AIDS é "um acrônimo formado por iniciais da expressão inglesa *Acquired Immune Deficiency Syndrome* [...] usada pela primeira vez em 1982 para designar uma nova 'doença' constatada no início daquela década". O isolamento do vírus causador da doença, o HIV, ocorreu ainda no ano de 1983, por pesquisadores dos Estados Unidos e da França e favoreceu o desenvolvimento de medicamentos que impedem a proliferação do vírus, mas não o eliminam, mantendo-se a doença ainda sem cura (VILLAS-BÔAS, 2015, p. 30).

2.1. Prostitutas e pílulas

O planejamento familiar, objetivo que fundamentava a atuação da BEMFAM segundo os seus fundadores, não aparecia, nos escritos daqueles que compunham a BEMFAM[6] como uma possibilidade para as prostitutas. Isso não causa espanto se pensarmos na idealização de mulher que perpassava os documentos que aqui analisamos e que a seguir discutiremos. Tal projeção embasava-se em um entendimento relevante para a sobrevivência daquele órgão: era melhor para aquela instituição agir com cautela em tempos de ditadura civil-militar. Além disso, não se pode esquecer o conservadorismo de homens e mulheres comuns, não ligados ao governo.[7] Acreditamos que ações que atentassem contra a "moral e os bons costumes" poderiam inviabilizar a atuação da BEMFAM.

Nesse sentido, é possível perceber nos textos divulgados pela instituição uma postura cuidadosa e que tenta adequar-se à situação do país. Assim, ainda que fosse feita uma defesa da contracepção "moderna"[8] (pílulas e DIUs) havia, em geral, uma preocupação em não apresentar opiniões que viessem a ser entendidas como uma afronta aos "costumes sadios". Mesmo que seus textos tivessem uma circulação restrita[9], pensamos que a BEMFAM, que surgiu menos de um ano após a instalação de uma ditadura civil-militar, seguia os ditames do regime, e as usuárias de seus serviços em nada deveriam se assemelhar às militantes de esquerda, como as estudantes que estavam no Congresso da UNE (União Nacional dos estudantes) em 1968 e que tiveram cartelas de pílulas apreendidas.[10]

---

[6] Chama atenção o fato de que, até os dias atuais, a BEMFAM nunca possuiu uma mulher em sua Presidência. Além disso, apenas uma mulher ocupou o cargo de Secretária Executiva. Ela se chamava Carmen Calheiros Gomes e exerceu essa função durante sete anos (1990-1997).

[7] Ao analisar cartas enviadas à Divisão de Censura de Diversões Públicas, Carlos Fico aponta como o conservadorismo de homens e mulheres comuns podem chocar aqueles que pensam a memória da ditadura apenas como resistência ao regime. Para mais sobre o assunto, ver Fico (2014).

[8] Walter Rodrigues, primeiro secretário executivo da BEMFAM e durante muito tempo diretor responsável pelo *Boletim da BEMFAM*, define os contraceptivos em métodos "modernos" (pílulas e DIUs) e "tradicionais" (condon, diafragma vaginal, coito interrompido, abstinência periódica e ducha vaginal). (PLANEJAMENTO FAMILIAR E PROMOÇÃO..., 1973, p. 2-3).

[9] Era possível fazer a assinatura do *Boletim* (que era gratuita) e também solicitar livros. Na seção "Correio do Leitor" de um *Boletim* de 1979, Maria Bernadette Borges Bueno Netto, em nome do Núcleo de Estudos de Serviço Social da Universidade Católica do Paraná pedia que fossem enviados para aquela universidade 70 exemplares do livro "Planejamento Familiar e Desenvolvimento Brasileiro" de autoria de Walter Rodrigues, diretor responsável pelo periódico (SERVIÇO...,1979, p. 4).

[10] Segundo Maria Cecília Adão, uma das formas de repressão aplicada às mulheres militantes durante a ditadura, era criar uma imagem que as desvalorizasse. A militante política era exatamente o oposto daquelas mulheres que, por exemplo, uniram-se a seus maridos na defesa da ordem na Marcha com Deus pela Família e Liberdade, em 1964. A mulher pertencente às organizações de esquerda era uma ameaça aos padrões familiares. O governo militar procurou vincular militância à promiscuidade e uma "prova da tentativa de desmoralizar as militantes foi a exibição das caixas de anticoncepcionais apreendidas junto das participantes do Congresso da UNE em Ibiúna." A pretensão era mostrar que as mulheres ali presentes não buscavam apenas a discussão de questões políticas. (ADÃO, 2002, p. 71).

A entidade mostrava-se, por exemplo, totalmente contrária à prática do aborto. O *Boletim* de janeiro/março de 1979 dedicou-se à questão, concluindo que

> matar um feto é um ato imoral sob qualquer circunstância. Nem o fato de, recentemente, os partidários dos direitos da mulher sustentarem que o aborto deve ser um assunto privado entre a gestante e o seu médico e que toda mulher deve ter o direito de decidir sobre a interrupção da gestação, diminui a sua gravidade (O ABORTO..., 1979, p. 9).

Assim, se a BEMFAM se aproximava de algumas correntes feministas ao expor que a maternidade poderia ser uma forma de subjugar as mulheres e que características femininas não eram congênitas, ela afastava-se quando deixava de reconhecer o aborto como um direito delas, em um momento em que o aborto era descriminalizado na França[11] e nos Estados Unidos[12].

O movimento feminista, ao reivindicar o direito à informação e o acesso aos métodos anticoncepcionais seguros – masculinos e femininos – e propor a possibilidade da vivência da sexualidade apartada da função biológica da reprodução, tratou o prazer sexual como um direito e o tornar-se mãe como uma escolha. O aborto, assim, era uma de suas bandeiras, não como método contraceptivo, mas como uma maneira de garantir que a maternidade seria opção e não fatalidade biológica. (ALVES, 1991, p. 61)

Aproximar-se desse discurso possivelmente traria riscos para a continuidade dos trabalhos da BEMFAM e a entidade preferiu posicionar-se contra os abortamentos[13]. Um de seus boletins, inclusive, tratou dos abortos na cidade de Fortaleza: segundo pesquisas, eram seis mil por ano. Esses abortos seriam praticados por "parteiras diplomadas e 'caximbeiras', sem conhecimentos técnicos necessários." O mais alarmante, segundo a entidade, era "que os seis mil casos anuais geralmente se referem às mesmas pessoas" (SEIS...,1971, p. 6). Apesar de não ficar totalmente evidente quem seriam essas pessoas, acreditamos que os autores estivessem se referindo às mulheres pobres, visto que o profissional entrevistado pela BEMFAM, o médico ginecologista José Gerardo da Ponte, falava dos atendimentos realizados na Assistência Municipal para onde iam, em geral, pessoas de poucos recursos.

---

[11] De acordo com Françoise Thébaud, a Lei Veil, que descriminaliza o aborto e autoriza a interrupção da gravidez em meio hospitalar foi aprovada em 1974 e passou a ser adotada definitivamente em 1979 (THÉBAUD, 2003, p. 213).

[12] A legalização do aborto nos Estados Unidos ocorreu em 1973, quando o Estado decidiu proibir o aborto apenas após a 24º semana (TORRES, 2012, p. 41).

[13] O *Boletim da BEMFAM* também abria espaço para a citação de documentos religiosos ou para opiniões de pessoas que, embora ligadas à Igreja Católica, concordavam com a utilização dos métodos contraceptivos. Ser favorável ao aborto faria a instituição perder estes apoios tão necessários para atingir parcela importante da população brasileira.

Se a Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil se mostrava contra o aborto, era, em contrapartida, totalmente favorável à modificação do texto do Decreto-Lei 3.688 de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais) (BRASIL, 1941) vigente até o fim da década de 1970 que em seu capítulo I, "das contravenções referentes à pessoa", artigo 20, proibia: "anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto ou evitar gravidez". A entidade tratava este artigo como um "dispositivo legal anacrônico" e chamou de "fato histórico" em prol do planejamento familiar a alteração do texto com a supressão da parte final que tocava na questão do acesso à contracepção (PONTO...,1979, p. 3).

No que se refere à "promoção da mulher" chama atenção a postura daquela Sociedade, como já foi mencionado no início deste capítulo. Segundo o *Boletim*, a época moderna teria como uma de suas características a "afirmação da mulher na vida social", fosse através de sua maior frequência nos cursos universitários, por sua melhor qualificação profissional ou por sua participação política. Dentro dessa evolução a mulher passou a ter, de acordo com vários números daquele periódico, os mesmos direitos que o homem no casamento, dividindo com ele a responsabilidade pelo lar e pelos filhos.

O "Boletim Especial" de janeiro, fevereiro e março de 1975 – Ano Internacional da Mulher instituído pela Organização das Nações Unidas – foi totalmente dedicado à mulher, com matérias como "ONU descreve o papel da mulher", "1975: ano internacional da mulher", "status da mulher na ONU", "emancipação da mulher só com Planejamento Familiar", "elas não temem o desafio profissional", "participação da mulher no desenvolvimento", dentre outras. Vale ressaltar que a equipe responsável por aquela edição contava apenas com uma mulher[14], o que nos deixa entrever as relações de poder que permeiam a temática das tecnologias reprodutivas. Segundo Lucila Scavone (1996), estas são "direcionadas quase exclusivamente para as mulheres, embora a produção, a difusão e o controle das mesmas estejam majoritariamente com os homens". (SCAVONE, 1996, p. 111-112)

Abrindo aquele *Boletim*, temos a reprodução da mensagem enviada pelo então presidente Ernesto Geisel à Organização das Nações Unidas e à OEA – Organização dos Estados Americanos –, extraída do *Jornal do Brasil* de 9 de março de 1975. Nela, o então presidente salientava que "mais do que nunca" a mulher tinha uma "participação dinâmica em todos os planos da vida nacional e no esforço comum da grande nação" que se estava construindo. Ele observava também que a Constituição Brasileira estabelecia a igualdade

[14] Para aquele número a equipe era composta por: Moacyr Junqueira, redator-chefe, Raimundo Alexandre da Costa Filho, na assessoria médica, José Maria Arruda, na assessoria Sociológica, Márcio Ruiz Schiavo na coordenação técnica e Ana Maria Mello, responsável pela produção e arte.

entre todos, independentemente de sexo, origem, cor ou religião. Por fim, afirmava que o Brasil não estava e "não poderia estar alheio ao progresso da mulher na sociedade moderna, que se soma à sua *contribuição tradicional à família* e à formação dos mais altos *valores morais da comunidade*" (GEISEL..., 1975, p. 1, grifo nosso).

A ideia de modernidade e "progresso da mulher" se esvaem quando logo na continuação de sua mensagem o presidente Ernesto Geisel evoca termos como "tradicional", "família", e "valores morais". Não era possível, porém, no ano internacional da mulher, negar a visibilidade que elas estavam começando a ter naquela situação histórica, inclusive nas manifestações de rua, fossem elas contrárias ou a favor da ditadura.[15] A forma como o então Presidente Geisel expressa esse entendimento em sua mensagem, entretanto, deixa claro que ao "progresso da mulher" deveriam ser estabelecidos limites: a mulher ainda deveria se portar como "rainha do lar", aquela que cuida da família.

É possível que sua forma de atuação (geralmente em concordância e dando visibilidade ao governo militar) tenha sido responsável por fazer com que a BEMFAM conseguisse e mantivesse o reconhecimento que obteve por parte do Governo Federal como uma entidade de Utilidade Pública, através do Decreto-Lei Nº 68.514 de 15/04/1971, ainda durante o governo do presidente Emilio G. Médici[16]. A entidade, inclusive, passou a utilizar esta informação nas capas de suas publicações, como forma de expor sua legitimidade.

Assim, ainda que a partir das publicações da BEMFAM seja possível visualizar um novo ideal de mulher – que frequenta a universidade, que trabalha e que divide com o marido as responsabilidades do relacionamento –, avançar no sentido de uma desvinculação total entre mulher e mãe não foi uma opção daquela entidade, pois certamente faria crescer o número de críticas direcionadas a ela.

A mulher poderia "ocupar novas funções na vida moderna, mas sem renunciar à sua missão de mãe" (1975... 1975, p. 3). Ter poucos filhos e poder dedicar-lhes mais atenção é, de acordo com o *Boletim*, a melhor maneira de exercer a maternidade (PLANEJAMENTO FAMILIAR E PROMOÇÃO..., 1973, p. 20). Além disso, a mulher "moderna" evitaria o aborto, considerado um "ato imoral", (O ABORTO..., 1979, p. 9) como já vimos, e não faria uso de métodos tidos como "tradicionais" como a camisinha, a *tabelinha*, o coito interrompido ou o diafragma já que estes seriam menos confiáveis (RODRIGUES, W., 1973, p. 2-3).

---

[15] As mulheres estiveram nas ruas nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, na Passeata dos 100 mil, atuaram em grupos de mães, no movimento sindical, em movimentos pela anistia de presos políticos e também pelas Diretas Já (PEDRO, 2012. p. 240-241).

[16] Para saber mais sobre a relação daquela entidade com o governo militar ver Fonseca Sobrinho (1993).

Ainda em relação a um ideal de mulher, em um dos artigos publicados no *Boletim* de setembro de 1971 é descartada qualquer ligação entre o uso dos anticoncepcionais e a liberação da mulher na vivência de sua sexualidade:

> E não se alegue que a anticoncepção seja instrumento de dissolução dos costumes; o problema da regulação voluntária dos nascimentos é, na realidade, *estranho ao problema do erotismo*. Isto porque *não se trata aqui de liberar o instinto sexual*, liberando o indivíduo do temor de uma gravidez; trata-se, isto sim, de dar àqueles que se propõem a constituir família, os meios de conseguir um *sadio equilíbrio físico, psíquico e social*, no sentido proposto pela Organização Mundial de Saúde (AS MOTIVAÇÕES..., 1971, p. 3).

Percebemos, no trecho citado, que a obtenção do prazer sexual despreocupado não seria o real objetivo da utilização das pílulas. O uso dos anticoncepcionais estaria mais relacionado à obtenção da saúde, já que as constantes gravidezes poderiam trazer desequilíbrios físicos, mentais e sociais.

A mulher que utilizava-se da contracepção hormonal deveria continuar fonte de "amor" e "pureza", como bem salientava parte do texto da propaganda de *Anacyclin*, que consta no *Boletim* de janeiro, fevereiro e março de 1975: "Para a plenitude do amor na essência de sua pureza..." Essa "plenitude" poderia ser vivida com a utilização da pílula, já que esta não interferiria no ato sexual, como ocorria no caso da camisinha e do coito interrompido, que acrescentavam elementos e atitudes estranhas ao ato.

Figura 19 - Propaganda do *Anacyclin*

Fonte: **Boletim da BEMFAM**. Ano IX, nº89, Jan/Fev/Mar 1975, p. 20.

Em relação à prostituição – antes do surgimento da AIDS – encontramos apenas breves menções, que se faziam no sentido de indicar como o planejamento familiar era importante e configurava uma necessidade urgente. No *Boletim* de outubro, novembro e dezembro de 1976, por exemplo, ao discutir sobre o "Menor: um desafio que exige planejamento familiar", Sérgio Campos, autor do texto, tratava da questão dos menores abandonados no município de Duque de Caxias, na região da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro (CAMPOS, S., 1976, p. 6).

Descrevendo a atuação do juiz Liborni Siqueira no combate ao "abandono, a delinquência e a prostituição", o texto expunha a opinião do magistrado sobre a situação dos menores de idade. Para ele, o planejamento familiar era "um dos meios mais eficazes" para enfrentar "o *problema do menor* na Baixada Fluminense". Isso seria, por sua vez, a solução também para a criminalidade, já que 70% dos crimes naquele município eram praticados por menores de 18 anos (CAMPOS, S., 1976, p. 6).

A equipe da BEMFAM visitou alguns locais, acompanhada de um advogado indicado por aquele juiz. No antigo prédio da prefeitura, os menores se abrigavam e, de acordo com a entidade, praticavam "vários delitos: prostituição, pederastia, consumo e tráfico de drogas"[17]. Lá seria possível encontrar meninas de 12 anos, algumas delas grávidas. Um outro ponto da cidade – a Galeria Peterpan, no Centro – era conhecido como um "verdadeiro celeiro da prostituição". Ali, crianças de 13 anos estariam sendo exploradas por donos de hotéis.

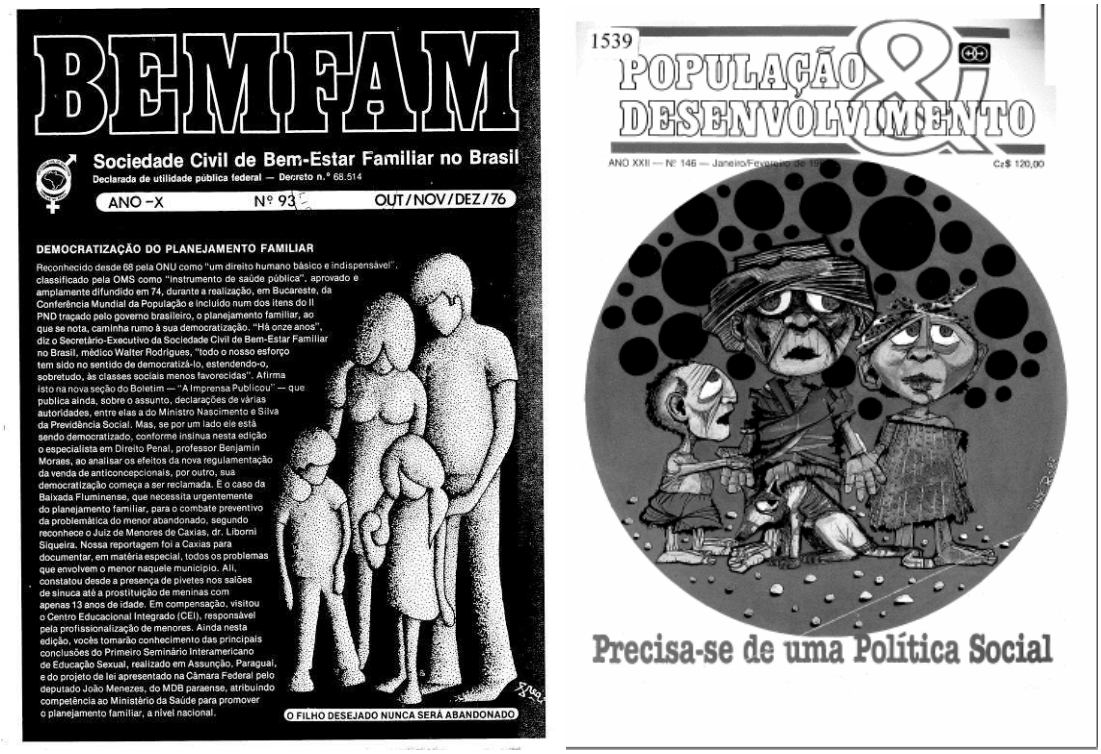
No primeiro semestre de 1978, novamente o juiz Liborni Siqueira se fazia presente nas publicações da BEMFAM. Dessa vez a seção "A imprensa publicou" reproduziu um trecho de uma entrevista cedida por ele ao jornal *O Fluminense*, de 31 de janeiro daquele ano. Nele, Siqueira apontava que

> O número de menores que hoje se prostituem é estarrecedor. São pequenas vítimas da própria estratificação social que se submetem numa infra-estrutura da pobreza absoluta, da desagregação familiar e da ausência total de aplicação da lei. Infelizmente, a idéia de implantação do Planejamento Familiar perambula pelos tecnólogos de gabinete, sem se saber como dar início ao processo (SIQUEIRA, 1978, p. 10).

[17] Interessante perceber que, com exceção de "tráfico de drogas" os delitos mencionados seriam cometidos não pelos menores, como é colocado, e sim por aqueles que, sendo maiores de idade, procuram crianças e adolescentes para manter relações sexuais.

Como é possível perceber, o planejamento familiar mais uma vez é colocado como solução para a prostituição de menores. Evitar nascimentos parece ser, para a entidade – pela reprodução e relevância dada ao posicionamento do juiz –, a melhor opção para evitar a existência de menores que se prostituem. Nesse trecho é perceptível a presença de uma ideia que foi responsável por muitas críticas à BEMFAM: a de que é preciso acabar com os pobres, e não com a pobreza e suas causas. Na intenção de justificar as atividades da BEMFAM e criticar o Estado por ainda não ter implantado uma política de planejamento familiar, aquele *Boletim* deixa de apresentar uma solução para os menores que já se prostituem, visto que voltar no tempo não é uma opção.

Figuras 20 – *Boletim da BEMFAM*
Figura 21 - *População & Desenvolvimento*



Fonte: acervo da autora.

A preocupação com os menores estava presente também nos jornais de Fortaleza, mas o planejamento familiar não era colocado como uma saída para o "problema", como vimos no capítulo anterior. Em um deles, os repórteres entrevistaram os moradores do Farol acerca da forte presença de crianças nas ruas daquele bairro. As pessoas que ali residiam, diziam frases como "aqui nasce menino todo dia. E cresce como Deus criou batata"[18] ou que

[18] "Como Deus criou batata": crescem de qualquer maneira, sem nenhuma atenção.

os pequenos cresciam “com todos os vícios da maior zona de prostituição de Fortaleza e uma das maiores do nordeste” (NOGUEIRA, 1976, p. 5), mas, diferente do que era proposto pela BEMFAM, o uso de contraceptivos não era colocado como uma solução. Se quanto a este aspecto BEMFAM e jornais apresentavam uma visão que os separava, em relação ao entendimento de prostituta como mãe, ambos estavam unidos.

Não encontramos, nas páginas do *Boletim,* nenhuma discussão que tratasse das prostitutas como mães ou como mulheres que poderiam vir a ser usuárias dos serviços da BEMFAM, principalmente das orientações para a utilização de contraceptivos orais. Assim, para a instituição, a prostituta não é apresentada como mulher passível de engravidar. Em contrapartida, a mulher jovem que tem uma gravidez indesejada pode tornar-se prostituta para sobreviver.

Figura 22- Crianças em zona de prostiuição

Fonte: NOGUEIRA, Carvalho. Farol do Mucuripe: mais de mil crianças numa zona de prostituição. **O Povo**, Fortaleza, 30 de março de 1976. p. 5.

Isso fica evidente quando, ao discutir sobre gravidez na adolescência uma matéria aponta que não desejar uma gestação, principalmente durante a adolescência, “contribui para o surgimento de menores abandonados” e que a prostituição aparece como a única forma de enfrentar as pressões da sociedade e da família.” (MEDICINA...,1979, p. 13). Indo ao encontro dessa ideia, no mesmo *Boletim*, mas na seção *Fatual*, o Dr. Carlos João Araújo, Presidente da Associação Brasileira de Reprodução Humana, apontava que a ausência de programas de planejamento familiar no Brasil foi muito prejudicial, pois fez com que 65% das

crianças nascidas no país estivessem "anêmicas, desnutridas e deficientes" e como resultado teríamos, no futuro, uma "mão de obra subutilizada" a "marginalização de menores" e a "prostituição precoce" (PESQUISA..., 1979, p. 15). Assim, percebemos que apenas a prostituição "precoce" preocupa e tem espaço naqueles escritos.

Neste ponto, para pensarmos a prostituição infanto-juvenil, é interessante citar os escritos de Aparecida Fonseca de Moraes (1998). Esta autora aponta que a situação das mulheres na prostituição geralmente esteve acomodada em um "sistema de representação social que tem nas suas polaridades a vitimização e a acusação" (MORAES, A. F. 1998, p. 18). De um lado e do outro, essa forma de classificação é violenta, pois indica pessoas diferentes e retiram da constituição dos/as sujeitos/as a vontade própria. Quando se trata da prostituição infanto-juvenil, a vitimização é ainda mais forte e, claro, a autora age com cautela ao expor essa noção.

Para Moraes, o uso das categorias "abuso" e "exploração" sexual são importantes porque protegem meninas e jovens dos sistemas de acusação, mas não responderia a todas as questões que podem permear o envolvimento delas com a prostituição. A autora pergunta-se

> Com essas categorias como explicar, por exemplo, os diferentes interesses e experiências sexuais, sabendo-se que a faixa etária adolescente não é homogênea e que qualquer intervalo produz mudanças significativas? Como considerar situações em que adolescentes, sem estarem submetidas à figura de um explorador, organizam os seus programas sexuais como "forma de ganhar a vida"? Como abordar outros aspectos conflitivos da adolescência feminina, como desejos e transgressões? Como perceber formas de resistências dessas jovens? (MORAES, A. F., 1998, p. 20)

O que a autora propõe, como percebemos, é que não é possível generalizar as vivências de adolescentes na prostituição. Ela aponta, inclusive, que a utilização da categoria "meninas" – empregada, como vimos, pela BEMFAM e também nos jornais de Fortaleza – está bastante integrada com uma ideia de vitimização e que é preciso pensar fora do discurso oficial, já que neste a "ordem do prazer e da liberdade", de grande relevância para a vivência da juventude se encontra ausente. Não há espaço para tais questões "na representação instituída da adolescência feminina pobre e 'abandonada'" (MORAES, A. F., 1998, p. 22).

Como já mencionamos, será apenas com o surgimento da AIDS que a prostituição de mulheres adultas será assunto nas publicações da BEMFAM. Não havia, até então, nenhuma vinculação entre prostitutas adultas e métodos contraceptivos, nem mesmo uma que recomendasse a utilização de métodos anticoncepcionais para evitar o nascimento de crianças que viessem a ser abandonados e/ou tornarem-se "marginais".

A prostituição infanto-juvenil preocupa, enquanto as prostitutas adultas parecem não existir. Longe de constituir um respeito a atividade desempenhada por essas mulheres, tal posição mais parece marcar uma necessidade de mantê-las na invisibilidade, como pessoas que, contraditoriamente, sempre existiram – a tal "profissão mais antiga do mundo" – e que sempre souberam como resolver suas questões. Entendemos, repetimos, que a BEMFAM agia com cautela em respeito à "moral e aos bons costumes" e também atuava em concordância com as leis e o posicionamento do país.

É válido ressaltar que em 1951 o Brasil assinou o Tratado Abolicionista Internacional, na Organização das Nações Unidas. Ser um país abolicionista significa defender a total eliminação da prostituição. Nesses países a atividade é tolerada (já que os abolicionistas são contra qualquer regulamentação) e a prostituta não é considerada uma criminosa (BRASIL, 2002, p. 20).

Além disso, o Código Penal de 1940 (BRASIL, 1940) apesar de não criminalizar a prostituta, previa penas para atividades relacionadas, como "induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem" (art. 227), favorecer a prostituição (art. 228), manter casa de prostituição (art. 229), dentre outros. Nesse sentido, indicar pílulas para prostitutas poderia ser compreendido como favorecer/incentivar a atividade da prostituição. Ainda assim, pensamos que é possível que a BEMFAM, em sua prática, possa ter englobado mulheres que prestavam serviços sexuais, ainda que em suas publicações não exista nada que nos comprove isso[19].

Nos documentos que pesquisamos[20] encontramos referência às prostitutas em idade adulta apenas a partir de 1985. Ali percebemos a gênese de uma mudança de postura daquela entidade em relação à sujeita-tema desse estudo. Em Janeiro/Fevereiro daquele ano, uma matéria do *Boletim da BEMFAM*[21] mencionava brevemente as prostitutas em uma matéria que possuía como tema a 30ª Assembleia Anual do Conselho Diretivo da OPAS – Organização

[19]Em nossa pesquisa de mestrado, entrevistamos algumas usuárias dos serviços da BEMFAM em Fortaleza durante os anos 70 e 80. Elas afirmaram que não havia dificuldade para obter consultas e pílulas anticoncepcionais junto à entidade, sendo necessário apenas preencher "uma ficha" (fazer um cadastro). Quanto à inserção do DIU, o acesso seria dificultado, já que era necessário ter o consentimento do companheiro para a realização do procedimento. Essa exigência, entretanto, era algo que poderia ser burlado, como demonstrou uma de nossas narradoras à época (MENEZES, 2012).

[20] Consultamos 82 números do *Boletim da BEMFAM e de População & Desenvolvimento*, no período de 1967 a 1989.

[21] Não há uma constância na periodicidade desta publicação. Seus primeiros números eram mensais, tinham em média quatro páginas e não possuíam imagens. Posteriormente, em meados da década de 1970, torna-se trimestral e passa a contar com mais páginas, algumas delas ilustradas. No fim da década de 1970 torna-se semestral. Essa inconstância persiste ainda na década de 1980 que, conforme vimos, alternará momentos em que era bimestral e outros em que era quadrimestral.

Panamericana de Saúde[22]. O Plano de Ação para a América Latina e Caribe aprovado durante aquele evento previa o combate à mortalidade infantil, desenvolvimento de programas de nutrição e prevenção e controle de doenças tropicais.

A Organização recomendava a rápida implementação de suas recomendações e uma maior atenção com os grupos mais vulneráveis, como crianças menores de cinco anos, refugiados, mendigos e prostitutas. Nesta matéria, obviamente, a BEMFAM frisou a posição da OPAS quanto ao Planejamento Familiar: este deveria ser um direito dos casais e os governos deveriam promover uma ampla difusão e orientação (ATENÇÃO..., 1985, p. 16).

Assim, apesar de não haver uma relação entre a contracepção e as prostitutas nas indicações da OPAS, aquelas mulheres começavam a aparecer enquanto sujeitas, ainda que apresentadas como um grupo "vulnerável". O planejamento familiar, ao ser exposto como direito "do casal", fazia com que prostitutas fossem excluídas desse benefício, visto que elas não eram, na maioria das vezes, identificadas como mulheres que podiam possuir companheiro e filhos. Esta ideia, entretanto, finda por ser abandonada quando são realizadas pesquisas em que as prostitutas são ouvidas e quando a sua atividade passa a ser entendida como uma profissão através da qual ela sustenta a si mesma e a sua família.

Uma dessas pesquisas é a de Cláudia Fonseca (1996), que discute "a dupla carreira da mulher prostituta". Abordando, além da profissão, a família da prostituta, a autora busca dar visibilidade a uma realidade que é praticamente ignorada pelo senso comum. Ela ajuda, ainda, a visualizar aquelas mulheres como integrantes de outras redes e universos simbólicos que não se resumem à sua profissão e "a desgrudar o tema da prostituição do jogo pendular polícia/médico" (FONSECA, 1996, p. 8). Nossa tese vai ao encontro dessas ideias. Ainda que estejamos pensando o uso da contracepção, o fazemos vendo-o como uma opção importante para a vida pessoal e profissional das prostitutas.

A revista *População & Sociedade*[23] de janeiro/fevereiro de 1986 trouxe uma matéria que nos deixa entrever um pouco da vivência de prostitutas na cidade de Maceió, capital de

---

[22] A criação da OPAS remonta ao ano de 1902 quando 11 países do continente americano se reuniram em Washington, nos Estados Unidos, para a primeira Convenção Sanitária Internacional das Repúblicas Americanas. Esta tinha como objetivo pensar estratégias para acabar com a epidemia de cólera que assolava a América desde fins do século XIX. O Brasil tem participação na OPAS desde sua fundação. O sanitarista Oswaldo Cruz representou o Brasil na terceira Convenção Sanitária, realizada em 1907, no México. Informação disponível em http://www.paho.org/bra/images/stories/GCC/portifolio%20opas%202016%20web%2001.pdf?ua=1. Acesso em 13 jul 2017.

[23] Encontramos registros da revista *População & Sociedade* desde janeiro de 1986. Seu primeiro número foi publicado em novembro/dezembro de 1985 e, segundo a BEMFAM, substituiria o *Boletim* que já havia cumprido "satisfatoriamente seus principais objetivos" e agora daria lugar a uma publicação "mais ágil e dinâmica, coerente com as *novas condições sócio-econômicas e culturais do país*." (SCHIAVO, 1985. p. 3). Os

Alagoas, inclusive no que se refere à contracepção. O texto em questão inicia-se dando foco a este assunto, quando mencionava a não utilização, por aquelas mulheres, dos métodos contraceptivos:

> Pesquisa realizada em Maceió aponta que a maioria das prostitutas não usa qualquer tipo de método anticoncepcional, fato que sugere estarem elas expostas a um grande número de gravidezes. Entretanto, isso não ocorre, segundo explicações médicas, porque a multiplicidade de parceiros, aliada às péssimas condições de higiene favorecem as infecções pélvicas e as doenças sexualmente transmissíveis, o que dificulta a ocorrência e/ou manutenção de uma gravidez. (A "DIFÍCIL..., 1986, p. 34).

O trecho acima foi retirado de uma matéria que abordava a "difícil vida fácil" das prostitutas e ocupou duas páginas. Nela se apresenta, a princípio, uma preocupação com uma informação obtida na pesquisa: a maioria daquelas mulheres não usava nenhum tipo de método contraceptivo, apesar da atividade por elas exercida. Em seguida, tal preocupação parece dissipar-se, visto que as explicações médicas indicavam que os motivos para a não ocorrência/manutenção da gravidez estaria no modo de vida daquelas mulheres, que estavam mais suscetíveis às doenças contraídas a partir da relação sexual.

É possível identificar, neste entendimento, a continuidade de uma ideia que remonta ao século XIX, quando médicos se debruçavam sobre os hábitos cotidianos da prostituta. De acordo com Magali Engel (1988), o olhar médico não negava a esterilidade da prostituta ao concluir que elas eram "menos fecundas" do que outras mulheres. Buscava-se, contudo, fundamentos científicos que dessem a aquela designação um caráter de veracidade (ENGEL, 1988).

Assim, aspectos como "atividade sexual excessiva e praticada sem a finalidade da reprodução, a alimentação irregular e de má qualidade, o sono insuficiente, a ausência ou precariedade de asseio" eram apontados como fatores responsáveis por um corpo débil. Esta debilidade acarretaria em alterações no ciclo menstrual e na incapacidade para "conceber e/ou gerar um filho" (ENGEL, 1988, p. 78-79). Portanto, ainda que exista mais de um século separando as duas situações históricas, essa visão ainda tinha força, muito provavelmente em decorrência da manutenção de um tipo de investigação que não priorizava as principais pessoas nelas envolvidas.

---

dois periódicos têm formatos e temáticas que se assemelham, ainda que *População & Desenvolvimento* tenha de fato um formato mais dinâmico. Acreditamos ser possível que a retirada do nome BEMFAM daquele periódico tenha se feito no sentido de desvincular a publicação da visão negativa que se tinha sobre aquela Sociedade desde sua atuação inicial. Além disso, a mudança na denominação apontava para uma nova situação histórica com o fim da ditadura, como aponta o trecho citado.

A pesquisa feita pela BEMFAM que aqui citamos, foi realizada em convênio com a Secretaria Estadual de Saúde de Alagoas e tinha como objetivo obter informações sobre as condições "sócio-sanitárias" a que estavam submetidas as prostitutas nas cidades de Maceió e Arapiraca, em Alagoas. Nesta cidade, 107 questionários foram respondidos enquanto naquela foram 94. A investigação levantou vários dados, como origem social, escolaridade, religião, estado civil e outros, mas não os expôs na matéria. Outras informações, que nos interessam mais de perto, foram apresentadas e aqui as comentaremos.

A primeira questão que queremos destacar refere-se ao número de gravidezes que as mulheres entrevistadas informaram. Este dado é importante porque contradiz a ideia de prostituta estéril, exposta pela BEMFAM. Das 94 pesquisadas em Maceió, 81 disseram que já tinham engravidado. Segundo a pesquisa, 23 destas contaram ter engravidado apenas uma vez e outras 20, duas vezes. No entanto, de acordo com a BEMFAM, foram totalizadas 237 gravidezes, o que deixa óbvio que as outras mulheres tiveram o número mínimo de três gravidezes.[24]

Do total de 237 gravidezes, 72 foram interrompidas: 32 por abortos espontâneos e 40 por abortos provocados, segundo as mulheres pesquisadas. Interessante perceber que apesar de um número significativo de abortos, não se discute como necessária a utilização da contracepção para aquelas mulheres da mesma forma que é possível perceber em documentos anteriores da entidade. Além disso, percebemos que os pesquisadores não consideraram possíveis omissões, visto que a prática do aborto, além de constituir crime, é bastante julgada por questões morais. Assim, "esquecimentos" são possíveis pois, como aponta Flávia Motta, "se não a prática, ao menos a memória sobre a prática do aborto parece impedida pela moral cristã" (MOTTA, F. M., 2008, p. 687).

De 94 mulheres de Maceió, 44 utilizavam métodos contraceptivos. Ou seja, a ideia da BEMFAM de que a maioria das prostitutas não utilizava qualquer método contraceptivo confirma-se por um número que representa uma maioria inexpressiva. Das 44 mulheres, trinta e duas usavam pílulas, cinco haviam se submetido à esterilização, duas usavam óvulos ou espumas, duas usavam injeções contraceptivas, duas utilizavam o dispositivo intrauterino e uma usava o diafragma.

Nada se comenta, porém, sobre a forma como aquelas mulheres tiveram conhecimento sobre estes métodos ou como os adquiriram. Ignora-se, ainda, que métodos

[24] Acreditamos que a matéria dá destaque apenas às mulheres que tiveram poucos filhos para não apresentar uma contradição após mencionar que as prostitutas têm dificuldade de engravidar/manter uma gravidez. A discordância vem à tona, entretanto, com um simples cálculo matemático.

foram utilizados para praticar o aborto e a utilização de preparos caseiros para "fazer vir a menstruação"[25]. Quanto a este último ponto, isso talvez tenha se dado por que a classe médica geralmente considera os chás medicinais populares inócuos (MOTTA, F. M., 2008, p. 685).

Barruel de Lagenest (1977), em escritos por nós já citado, menciona que a gravidez indesejada era algo comum entre as prostitutas que, de acordo com ele, muitas vezes nem sabiam que haviam engravidado. O autor acredita inclusive que, em algumas ocasiões, um filho poderia vir a despertar a ternura naquelas mulheres, fazendo-as "modificar o seu comportamento". Contudo, discutindo sobre o "drama da mãe solteira", diz que

> Quando se trata de uma prostituta, a ocasião é evidentemente próxima. A criança aparece "por acaso", a tal ponto que habitualmente é impossível determinar com certeza quem é o pai. A mãe é inclinada a considerá-lo como puro "acidente de percurso", e muitas provocam um aborto, antes mesmo de ter consciência de sua maternidade: o filho não é mais que um fenômeno fisiológico (LAGENEST, 1977, p. 44).

Ao falar que o filho esperado não seria "mais que fenômeno fisiológico", acreditamos que o autor refere-se ao "fazer vir a menstruação", eufemismo para o aborto. Nesse sentido, o filho não desejado seria expelido tão logo possível: seria um "acidente de trabalho". As proposições de Lagenest, bem como os dados obtidos na pesquisa da BEMFAM, nos trazem questionamentos. Seria de fato interessante a não prevenção da gravidez para as prostitutas? Seria isto conveniente para o desempenho de suas atividades?

Neste ponto, concordamos com Carlos S. Versiani dos Anjos Júnior (1983) quando este expõe que a gravidez seria um período crítico para a vida profissional da mulher prostituta. Em pesquisa realizada com prostitutas pobres na cidade de Fortaleza no ano de 1980, o autor afirma que engravidar poderia "bloquear temporariamente os ganhos" das meretrizes. Ainda de acordo com ele, essas mulheres faziam grandes esforços para evitar a gravidez. Algumas não tinham acesso às pílulas anticoncepcionais e provocavam o aborto, fazendo uso da medicina "popular" ou mesmo de medicamentos, como injeções conjuntas de *maturon*[26]*, orastina*[27] e *begrafina*[28].

---

[25] Fazer vir a menstruação" pode ser entendido como um "eufemismo para práticas abortivas", de acordo com (PEDRO; et al., 2003b. p. 155).

[26] *Maturon,* do Laboratório *Organon,* era um "hormônio gonadotrófico sérico, extraído do soro de éguas prenhes". Era indicado para "amenorréia primária e secundária" (ausência da menarca ou da menstruação por 3 ciclos consecutivos ou 6 meses, para mulheres com ciclos considerados normais), "esterilidade por falta de ovulação; hemorragia uterina disfuncional". Constituía um medicamento também indicado para homens no tratamento de azoopermia (ausência de espermatozoides ativos no sêmen ejaculado), oligospermia (secreção insuficiente de esperma) e de "deficiência psicossocial". (DEF, 1978/1979. p. 472).

[27] De acordo com o Dicionário de Especialidades Farmacêuticas, *Orastina*, do laboratório *Hoechst* era um tipo de "ocitocina sintética" (DEF, 1978/1979. p. 512). Ocitocina, por sua vez, é um hormônio usado para induzir o

Carlos S. Versiani dos Anjos Júnior (1983) aponta que as mulheres do Farol utilizavam em larga escala também o procedimento de triturar comprimidos de *melhoral*[29] e tomá-los com o refrigerante *coca-cola* para provocar a menstruação. Além disso, existia a prática de tomar três goles de água gelada antes e após cada relação sexual para fazer vir a menstruação, o que as entrevistadas do autor garantiam dar certo.

Outros métodos – estes para impedir a fecundação – eram as lavagens vaginais logo após a relação, sendo necessário que o sabão fosse virgem, que fossem adicionadas gotas de *ginotricin*[30] e que o líquido atingisse as áreas mais internas possíveis para garantir a eficácia. Contudo, os supositórios vaginais eram considerados mais eficientes. De acordo com Anjos Júnior, estes eram

> pequenos cilindros de cera, que podem ser comprados sem receita médica na farmácia do bairro. São colocados no fundo da vagina antes do ato sexual e, ao se derreterem, bloqueiam a fecundação, matando os espermatozoides, numa ação idêntica às geleias intravaginais, tipo "bregel", mas de custo mais elevado (ANJOS JÚNIOR, 1983, p. 130).

Apesar de só dedicar dois parágrafos de seu livro para discutir a contracepção/aborto entre as prostitutas, o autor nos fornece elementos importantes para pensar a contracepção entre estas mulheres, que utilizavam desde medicamentos comprados em farmácias a métodos "populares", o que nos faz pensar que "o discurso médico, embora presente e disseminado (...), não é identificado como uma única possibilidade de explicação de processos como dores, sintomas e o que é o nosso foco aqui, a reprodução humana" (LEAL, 1994, p. 129).

Além disso, somos levadas a nos questionar sobre o conhecimento que elas tinham sobre esses métodos e os efeitos que eles poderiam causar em seus corpos. Em pesquisa sobre o cliente da prostituta, Ilnar de Sousa nos deixa vislumbrar a utilização da pílula anticoncepcional por aquelas mulheres ao mencionar que muitas delas só faziam o exame preventivo do câncer de útero por acreditar na necessidade de "raspar a massa do

---

parto. "É ela quem promove as contrações uterinas, que provocam a dilatação do colo uterino e a descida do bebê no canal da pelve feminina." Informação disponível em: http://www.sentidosdonascer.org/blog/2015/06/ocitocina-o-hormonio-do-amor/. Acesso em 07 jul. 2017.

[28] Não encontramos referências sobre este medicamento nos DEFs de 1978/1979 e 1984/1985.

[29] Apesar de ser um medicamento sobre o qual existem referências desde a década de 1950, não encontramos dados sobre ele nos DEFs de 1978/1979 e 1984/1985. Indicado para dor de cabeça, atualmente o *Melhoral* tem em sua composição ácido acetilsalicílico e cafeína. Informação disponível em: http://www.bulas.med.br/p/bulas-de-medicamentos/bula/3046/melhoral.htm. Acesso em 12 de set. 2017.

[30] De acordo com o Dicionário de Especialidades Farmacêuticas de 1978/79, Ginotricin (Laboratório *Merrell*) é um "anti-séptico ginecológico contendo tirotricina, quinosol, ácido lático, etc". (DEF, 1978/1979. p. 413).

anticoncepcional" (SOUSA, 1998, p. 20) que se acumulava naquele órgão. Ideia que, ao que parece, era corrente à época.[31]

Vale ressaltar ainda que, apesar das diversas marcas de pílulas disponíveis no período[32], a contracepção medicalizada não era para aquelas que foram entrevistadas por Anjos Júnior (1983) como uma grande possibilidade, por motivos financeiros. Talvez não seja totalmente equivocado pensar, de igual maneira, que algumas prostitutas preferissem evitar as pílulas por conta dos vários discursos a respeito daquele método, que o colocavam como causador de inúmeros tipos de câncer ou outras mazelas, como a citada no trabalho de Ilnar de Sousa (1998), apontada anteriormente. Pensar o porquê da não utilização, entretanto, não foi interesse da BEMFAM, na pesquisa supracitada.

Assim, como foi exposto, um contexto de ditadura e mesmo a legislação acerca da prostituição inviabilizaram que a BEMFAM pudesse orientar seus serviços para aquelas mulheres. Além disso, a ligação prostitutas e pílulas não parece ser algo evidente ou mesmo necessário para a BEMFAM – visto que uma suposta esterilidade acompanhava aquela mulher e seu corpo "doente" em sua atividade[33].

Pesquisas científicas no período de nosso recorte viriam a fortalecer essa concepção e corroborar os malefícios da liberação sexual para todas as mulheres. Em outubro de 1985, o jornal *Diário do Nordeste* trazia a matéria intitulada "Liberdade sexual, principal causa da infertilidade na mulher hoje", na qual se indicava que entre mulheres com múltiplos parceiros sexuais havia sido constatada a presença de "anticorpos" que agiam contra os espermatozoides. A descoberta da ligação entre a "promiscuidade sexual" e a infertilidade surgira da "observação de grupos de mulheres inférteis na Europa, México e Estados Unidos[...]." (LIBERDADE..., 1985, p. 14).

A matéria em questão não se refere especificamente às prostitutas, mas a todas as mulheres que possuíssem "múltiplos parceiros". Contudo, é possível inferir que as prostitutas estavam nela englobadas por sua atividade (ainda que o termo "liberdade sexual" não pudesse ser utilizado para nos referirmos à ocupação daquelas mulheres). Nesse sentido – e sabendo

---

[31] Em trabalho anteriormente realizado, ouvimos esta mesma afirmação de uma de nossas narradoras. Ver: Menezes (2012).

[32] Em pesquisa anteriormente realizada, encontramos as seguintes marcas de anticonceptivos orais, que eram comercializados entre os anos 1960 e 1980: *Novulon, Lindiol, Nordette, Ciclofarlutal, Sequens, Anacyclin, Ovanon, Anfertil*, dentre outros.

[33] Roy Porter aponta, em seus escritos, que o corpo saudável, enquanto produtor e reprodutor, seria a garantia de um Estado saudável. Uma opinião contrária a essa surgiria com Thomas Malthus, que entendia o corpo saudável, altamente reprodutor, como um "inimigo do Estado". Vale a pena refletir se, as visões neomalthusianas, em voga no recorte desta pesquisa, não fariam com que as prostitutas fossem excluídas das políticas de controle de natalidade, pois, em decorrência das mazelas atribuídas ao seu corpo, não seriam compreendidas como ameaça ao Estado. (PORTER, 2011, p. 320).

da parcialidade do jornal na seleção das matérias veiculadas – entendemos a reportagem como um discurso de alerta às mulheres em geral: a "prosmiscuidade" poderia acarretar a perda da fertilidade feminina (e também da feminilidade, em um contexto no qual a maternidade só aos poucos deixaria de ser vista como uma "obrigação" das mulheres), o que causaria, por sua vez, a equiparação da mulher "liberada" à mulher prostituta.

Contudo, se a conexão prostitutas-contracepção é praticamente inexistente para a entidade, o mesmo não ocorre quando o assunto é a AIDS. A maneira como tal discussão é feita, a priori nos surpreendeu positivamente. É o que veremos no próximo tópico deste capítulo.

2.2 Prostitutas e patologias

De acordo com Conceição Pires, a prevenção das DSTs – doenças sexualmente transmissíveis[34] – era uma preocupação da BEMFAM. Para a autora, a primeira forma de atuação daquela instituição se deu pela instalação, em vários estados, de clínicas de planejamento familiar nas quais era possível obter informações quanto às doenças transmitidas pelo sexo e os diversos métodos contraceptivos (PIRES, 2007).

Em um segundo momento, a BEMFAM, a partir de consórcio com o Centro de Pesquisas de Assistência Integrada à Mulher e à Criança, estabeleceu convênios com municípios e estados das regiões mais carentes, sobretudo no Nordeste brasileiro (PIRES, 2007, p. 464). Nas páginas do *Boletim da BEMFAM,* contudo, não encontramos matérias que versassem a respeito da prevenção de DSTs, o que para nós é contraditório se pensarmos nos propósitos da entidade, que foram indicados por Conceição Pires.

Em maio de 1970 um texto da BEMFAM defendia que o planejamento familiar contribuía para o diagnóstico do câncer e que várias clínicas estavam dando uma "contribuição vital para a campanha internacional em prol da diagnose e prevenção" daquela doença (PLANEJAMENTO FAMILIAR CONTRIBUI..., 1970, p. 3). Em relação às DSTs, entretanto, nada era mencionado.

Acreditamos que se aquela Sociedade prestava informações em relação às doenças sexualmente transmissíveis isso acontecia de forma secundária, já que o foco deveria estar no Planejamento Familiar. Além disso, pensamos que a prevenção de doenças transmitidas através do sexo seria encarada como um assunto destoante para uma instituição que se propõe a pensar o "bem-estar da família", visto que estas doenças estariam mais ligadas, no senso comum, às pessoas que teriam um comportamento sexual tido como "reprovável".

---

[34] De acordo com site oficial do governo, o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais passou a usar a denominação "IST" (infecções sexualmente transmissíveis) no lugar de "DST" (doenças sexualmente transmissíveis) desde novembro de 2016. A nova nomenclatura seria uma das atualizações da estrutura do regimento do Ministério da Saúde por meio do Decreto nº 8.901/2016 publicado no Diário Oficial da União em 11.11.2016. O termo IST já era usado pela OMS – Organização Mundial de Saúde – e segundo Adele Benzaken, diretora do Departamento, "A denominação 'D', de 'DST', vem de doença, que implica em sintomas e sinais visíveis no organismo do indivíduo. Já 'Infecções' podem ter períodos assintomáticas (sífilis, herpes genital, condiloma acuminado, por exemplo) ou se mantém assintomáticas durante toda a vida do indivíduo (casos da infecção pelo HPV e vírus do herpes) e são somente detectadas por meio de exames laboratoriais". Nesse sentido, seria IST mais adequado e os funcionários do Departamento estavam sendo orientados a usar o termo IST na elaboração de documentos e mensagens eletrônicas. Neste trabalho o/a leitor/a encontrará a expressão "Doenças Sexualmente Transmissíveis" e sua sigla DST, pois é assim que as fontes citadas e as entrevistadas se referem a aquelas infecções. Fizemos essa opção para tornar o texto homogêneo e evitar possíveis confusões.

No *Boletim da BEMFAM* de junho de 1972, a prevenção das DSTs não é colocada como finalidade da entidade, o que de certa forma justifica a ausência do assunto nas páginas do periódico. De acordo com o documento, as clínicas da BEMFAM tinham as seguintes metas:

> a) Esclarecer os pacientes sobre a responsabilidade que têm para com os filhos já nascidos ou nascituros e para com a sociedade;
> b) Combater o aborto provocado pelo emprego de métodos anticoncepcionais;
> c) Tratamento do casal estéril;
> d) Determinação precoce do câncer ginecológico (PLANEJAMENTO FAMILIAR: CONCEITO..., 1972, p. 4)

Assim, é possível que o tratamento das DSTs se fizesse de forma vinculada ao tratamento da esterilidade[35] – visto que algumas doenças podem prejudicar a fecundidade de homens e mulheres – ou mesmo a partir dos exames que investigavam a ocorrência de câncer de colo de útero, já que as análises citopatológicas possibilitam o diagnóstico não apenas do câncer, mas de diversas enfermidades.

Em Fortaleza, no ano de 1971, a BEMFAM registrava a abertura de duas novas clínicas: a primeira no Grêmio da rede ferroviária Cearense, na avenida Francisco Sá e a segunda no Conjunto Habitacional José Walter, no Mombubim (NOVAS..., 1971, p. 2). No ano de 1972, existiam 76 clínicas da BEMFAM em todo o Brasil. Grande parte delas no Nordeste, como já foi colocado. Havia um laboratório central de citopatologia, localizado no Rio de Janeiro, a serviço dos consultórios da BEMFAM do país.

A tabela a seguir mostra o número tratamentos iniciados, as consultas subsequentes e o número de exames citopatológicos realizados desde 1966 até 1971. É notável e surpreendente o crescimento na procura pelos serviços da BEMFAM para o período citado. Se em 1966, pouco tempo após sua fundação, quase 2.200 pessoas procuraram a BEMFAM, apenas 5 anos depois esse número aumentaria em mais de 108 mil. Os retornos às consultas também mostram que a entidade dispunha de credibilidade e/ou, pode-se pensar também, prestava serviços que podiam não ser facilmente encontrados em outros locais, como hospitais públicos. Se levarmos em consideração que ao fim de seis anos 250.188 pessoas iniciaram o tratamento na BEMFAM e que em 1971 o número de reconsultas foi de 800.971, podemos dizer que cada pessoa ia, em média, 3 vezes a aquela instituição.

[35] Este assunto também não tem muito espaço nas publicações da BEMFAM. É possível que a divulgação de tal serviço se fizesse no sentido de dirimir a desconfiança em relação ao caráter de controle de natalidade que teria a atuação da entidade. Desconhecemos qualquer ação da BEMFAM no sentido de tratar esterilidade para o período que estamos estudando.

Tabela 3 - Estatísticas de atendimento dos anos iniciais de atuação da BEMFAM.

Estatísticas de atendimento						
ANO	**1966**	**1967**	**1968**	**1969**	**1970**	**1971**
Início de tratamento	2.198	11.936	18.518	35.847	71.147	110.542
Consultas subseqüentes	2.834	27.419	101.811	192.855	427.700	800.971
Citologia	1.822	16.099	29.146	53.260	71.534	170.039

Fonte: Planejamento Familiar: conceito e origem. **Boletim da BEMFAM**. nº 6, jun. 1982, p. 6.

No que se refere aos exames citopatológicos, apesar de seu crescimento em número no decorrer dos anos – o que também demonstra a confiança depositada pela população no tratamento ali obtido –, pode-se dizer que nem todas as pacientes[36] atendidas os realizavam, pois, considerando apenas o ano de 1971 como exemplo, tem-se que, de 110.542 novos/as usuários/as e 800.971 reconsultas, apenas 170.039 exames foram realizados. É provável que as mulheres que se dirigissem a aquelas clínicas o fizessem apenas para receber as cartelas de pílulas e não quisessem se submeter a exames.

Para Carmen Barroso, em meados dos anos 1980, algumas patologias ginecológicas bastante comuns eram raramente tratadas, apesar da facilidade de diagnóstico e tratamento. Por vezes as próprias mulheres não consideravam essas doenças suficientemente sérias para buscarem informação. Assim, irregularidades menstruais e corrimentos vaginais seguiam sem solução, apesar de causarem certo desconforto. De forma paralela, doenças mais sérias também não eram tratadas e poderiam vir a trazer complicações severas.

Figura 23 – Anúncio da clínica da BEMFAM em Fortaleza (1986)

Fonte: **O Povo**, Fortaleza, 07 jun. 1986, (Caderno Classificados), p. 12.

[36]Embora seja possível realizar exames citopatológicos para investigar infertilidade em homens, acreditamos que a maior parte das análises tenham sido realizadas a partir do material colhido em pacientes mulheres, visto que a maior parte dos serviços prestados – assim como os métodos contraceptivos indicados – se dirigia à elas.

De acordo com a autora, que cita dados do Ministério da Saúde do ano de 1984, a partir da experiência clínica em diversas regiões do país foi possível observar um aumento significativo de infecções gonocócicas e da sífilis, enfermidades que podiam ocasionar dados sérios para homens e mulheres e para as crianças, no caso de mulheres grávidas. Para o ano de 1974, as doenças transmissíveis mais comuns eram a sífilis e a gonorréia, com 43.452 e 61.265 casos, respectivamente.[37] O decoro das mulheres, naquela situação histórica, devia ser considerado como motivo para a pouca procura por atendimento, como indica Barroso:

> O tratamento e o controle das doenças sexualmente transmitidas apresenta problemas especiais, pois as mulheres não dispõem de informação para evitar a doença; a vergonha e o medo, geradas por atitudes negativas do pessoal médico e da sociedade em geral, contribuem para que evitem procurar tratamento, a menos que haja manifestações agudas (BARROSO, 1985, p. 50-51).

Nesse sentido, foi somente após a manifestação de graves sintomas que uma mulher de 36 anos, casada, branca e natural do Rio de Janeiro teria procurado atendimento médico. De acordo com o *Anais Brasileiro de Dermatologia*[38] do ano de 1980, uma paciente informou que, três meses antes da consulta ocorrida na Clinica Dermatológica Sifilográfica do Hospital dos Servidores do Estado – INAMPS, no Rio de Janeiro, havia se submetido a um exame ginecológico onde foi detectada uma espécie de ferida em seu colo uterino. O tratamento foi feito com iodo e a paciente não retornou para a reconsulta. Quinze dias após aquela ocasião, surgiram manchas no rosto, que a mulher atendida confundiu com picadas de algum inseto (RUTOWITSCH, 1980).

Se havia uma facilidade de diagnóstico como apontou Barroso, esse caso seria uma exceção, já que alguns dias depois foi possível perceber o equívoco. As lesões da face aumentaram em número e tamanho e atingiram o tronco, braços e principalmente as pernas daquela mulher. Surgiram "lesões papulosas e pápulo-crostosas" e o estado geral da paciente era precário, com dificuldades de locomoção, em virtude das dores nos locais afetados pelas lesões.

Questionada quanto aos seus antecedentes, a mulher negou "passado venéreo e etílico". O fato da paciente ser casada não apresentou-se como relevante e nada foi mencionado sobre a importância de que seu parceiro também fosse examinado. Para o

---

[37]Carmen Barroso retirou esta informação do Anuário Estatístico do Brasil de 1978 (BARROSO, 1985, p. 51).

[38] O *Anais Brasileiro de Dermatologia,* como já expusemos na introdução deste trabalho, é o órgão oficial da Sociedade Brasileira de Dermatologia. É editado ininterruptamente desde 1925. Até 1982 apresentava periodicidade trimestral. Posteriormente passou a ser bimestral. Dividia-se em três partes: artigos originais, temas de atualização e secções especiais. Apresentava ainda várias propagandas de medicamentos.

tratamento administrou-se "penicilina benzatínica[39]". Após a 4ª dose, a publicação afirma que a paciente apresentou grande melhora clínica e "solicitou sua alta urgente, não retornando mais para continuação do tratamento". As causas para a interrupção não foram mencionadas (RUTOWITSCH, 1980).

Acreditamos que parte da vergonha em procurar atendimento ou mesmo em dar continuidade aos tratamentos se deviam ao fato de que estas doenças estavam ligadas a mulheres de comportamentos sexuais tratados como "desviantes" ou "inadequados", como já mencionamos. Segundo Magali Engel, "as imagens do cancro, da chaga, da úlcera, da gangrena, do vírus" (ENGEL, 1988, p. 74) foram frequentemente usadas para identificar a prostituição e, acreditamos, não apenas em um sentido figurado. Tal identificação pode ter feito com que muitas mulheres – prostitutas ou não – tenham evitado ir aos consultórios médicos; umas temendo serem confundidas, outras temendo serem descobertas ou discriminadas. Discutiremos mais sobre esse assunto em nosso capítulo quatro, partindo das entrevistas que realizamos.

A automedicação, a utilização de remédios caseiros, da chamada "medicina popular" também não está descartada, assim como a resistência não apenas das mulheres, mas de pessoas em geral em aceitar remédios proscritos.[40] Sobre a automedicação, em específico, podemos citar a carta escrita por José Matias Costa, um leitor do jornal *Diário do Nordeste*, que denunciava camelôs que vendiam antibióticos "em feiras como se fossem bananas". O leitor apontava que o medicamento *Tetraciclina* – utilizado no tratamento de algumas DSTs – estaria sendo comercializado em praças do Centro da cidade de Fortaleza, sem receita médica, o que configurava, para ele, um grande risco à saúde da população (COSTA, J.M., 1986, p. 3).

A ligação entre DSTs e prostitutas podia ser encontrada em jornais (como veremos adiante) e também nas publicações médicas. O Anais Brasileiro de Dermatologia de Janeiro/Março de 1970 trazia, na página anterior ao primeiro artigo daquele número, uma propaganda do medicamento *Benzetacil reforçado,* do laboratório *Fontoura-Wyeth S.A*.

---

39 A penicilina foi descoberta "por acaso" no ano de 1928 por Alexander Fleming, um oficial médico inglês que, por descuido, deixou recipientes de vidro com culturas de bactérias, sem supervisão durante alguns dias em seu laboratório. Esse desleixo fez com que, em seu retorno, Fleming encontrasse uma das culturas contaminada com mofo. Ao analisar o material, ele percebeu que aquele bolor, proveniente do fungo *Penicillium*, destruía, após secretar uma substância, as bactérias. A penicilina só foi isolada uma década depois e sua utilização em seres humanos só ocorreu em 1940, momento a partir do qual o mundo passou a contar com um medicamento que garantiria, na maioria das vezes, a cura de pessoas com tuberculose, pneumonia e sífilis, dentre outras enfermidades. (ALEXANDER...2009). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-24442009000500001 Acesso em 16 ago. 2017.

[40] Ivonete Pereira levanta essa questão ao discutir sobre a não continuidade de tratamento para doentes de sífilis em Florianópolis nos anos 1930 (PEREIRA, 2004, p. 78).

Segundo aquele anúncio, o remédio era "específico para a cura da Blenorragia", doença mais conhecida como gonorreia. A publicidade trazia a imagem de um homem[41] segurando um jornal. A posição das notícias faz com que nossa atenção seja direcionada para o que seria a primeira *matéria* da página do periódico. O texto desta afirma:

> BLENORRAGIA E SÍFILIS: DOIS FLAGELOS QUE RECRUDESCEM. Nova Iorque 21 - O número de novos casos de blenorragia e sífilis relatados aumentou 12,4 e 7,1% sôbre o ano anterior. O problema preocupa em tôdas as partes do mundo os setores responsáveis pela saúde pública. Salienta-se o fato de ambas haverem recrudescido nos últimos 10 anos. Fenômenos que responsáveis da OMS atribuem não só ao intenso movimento migratório da última década, como também a *falta de controle sanitário sôbre a prostituição onde ela exista.*[42]

Figura 24 – Propaganda do medicamento *Benzetacil*

Fonte: Anais Brasileiro de Dermatologia. Vol. 45, Nº 1, jan/mar 1970. s/n

O anúncio utiliza-se de uma notícia – aparentemente real – para fazer a propaganda de *Benzetacil*. Apesar de os números "preocuparem" todas as partes do mundo, como se

[41] As mãos, as unhas sem esmalte e o cigarro nos fazem pensar que se trata de um homem. Ainda que mulheres possam fumar e ter unhas não pintadas, acreditamos que é intenção da publicidade indicar ali a imagem comum de um homem, que sentado em sua poltrona, lê o jornal enquanto fuma. O assunto da mensagem (o aumento nos casos de DSTs devido ao pouco controle da prostituição) também constitui uma indicação de que o tema interessa aos homens, visto que eles são os principais clientes das prostitutas.

[42] Propaganda de Benzetacil do laboratório Fontoura-Wyeth S.A. **Anais Brasileiro de Dermatologia**. Vol. 45, Nº 1, jan/mar 1970. s/n (grifo nosso).

coloca, a solução vem logo no centro da página. Não é preciso evitar relações sexuais com pessoas de outros lugares e nem mesmo com as prostitutas (apesar de se cobrar um "controle sanitário" sobre a prostituição): *benzetacil* é "prático, seguro, econômico. Chama atenção, de igual maneira, a posologia do tratamento. As mulheres necessitariam de duas doses do remédio, enquanto os homens de apenas uma. A razão para tal é exposta de modo pouco elucidativo pela BEMFAM em uma publicação posterior. Para a gonorreia, "tanto o diagnóstico clínico quanto o controle de cura são mais difíceis na mulher" (COSTA; FONTES; PETTI; 1997, p. 75).

É interessante perceber que o uso dos métodos contraceptivos eram colocados como um dos motivos para o crescimento – ou como se falava, "recrudescimento" – dos casos de doenças transmitidas através do sexo. Analisando o "Comportamento Sexual do Brasileiro" em livro publicado na década de 1970, Délcio Monteiro Lima após inquérito realizado nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e Brasília, apresenta a opinião de vários profissionais a respeito do assunto (LIMA, D.M., 1977).

O médico ginecologista Fernando Pedrosa Filho, do Rio de Janeiro, por exemplo, acreditava que seriam vários os motivos para o retorno das "moléstias do sexo". Segundo ele, a maior liberdade sexual era uma realidade e o sexo não era mais utilizado apenas para a procriação. Fazia-se uso dele também para demonstrar amor, recreação ou mesmo em relações "fugazes". Além disso,

> O indiscutível aumento dos desquites, a procura de parceiros novos, a insegurança e inquietude conjugal que induzem mais facilmente às relações extraconjugais constituem também fatores atuantes no aumento da frequencia sexual indiscriminada. Somem-se a isso as *facilidades da anticoncepção*, a falta de esclarecimento sobre o tema e o despreparo da população. E, finalmente, como fatores importantes no aumento das doenças venéreas, a inexistência de serviços especializados em venerealogia, além do uso abusado e indiscriminado dos antibióticos com consequente resistência farmacológica (LIMA, D.M., 1977, p. 179).

Assim, uma das razões para o crescimento dos casos das tais "doenças venéreas" seria a utilização indiscriminada de remédios como *Benzetacil* ou mesmo da *Tetraciclina*, já que isso estaria causando o surgimento de organismos resistentes à medicação. Além disso, podemos perceber uma aparente crítica para aquela situação histórica de maior igualdade entre homens e mulheres. A liberdade sexual é tomada como problemática, já que resultaria em doenças. O mais lógico é que o médico, ao abranger tal questão, estivesse se referindo às mulheres, visto que o comedimento sexual não era tão cobrado dos homens como era delas e

que o advento da "pílula anticoncepcional e a "revolução dos costumes do final dos anos 1960 mudariam radicalmente as imagens de mulher" (PINSKY, 2012, p. 516).

É exatamente no motivo "facilidades da anticoncepção" que queremos focar nossa discussão. Se pensarmos que para as mulheres de classe média as pílulas anticoncepcionais estavam acessíveis nas farmácias mais próximas e que mulheres pobres poderiam contar com os serviços da BEMFAM, podemos dizer que, seguindo o raciocínio do ginecologista Fernando Pedrosa Filho, anteriormente citado, a BEMFAM teria contribuído para o recrudescimento de doenças sexualmente transmissíveis como a sífilis e a gonorréia, principalmente porque, como aponta um jornal de Fortaleza, para adquirir as pílulas gratuitamente bastaria apenas o "preenchimento de um cartão de identificação" (REMÉDIO...,1986, p. 12).

Discutir o crescimento no número de casos destas doenças nas publicações poderia causar temor e inviabilizar o planejamento das famílias, tão almejado pela instituição e feito principalmente através do uso de pílulas anticoncepcionais. Entretanto, ao fazer vistas grossas para o problema e dirigir-se para casais idealizados em que a monogamia seria seguida à risca, a BEMFAM findava por contradizer-se em seu objetivo de promover saúde.

Mais uma vez demonstrando sua proximidade com o regime militar, a entidade, em uma Conferência pronunciada por Walter Rodrigues no Ciclo de Extensão da Escola Superior de Guerra[43] no ano de 1978, defendia que o uso da anticoncepção também se justificava pela "moderna concepção de sexualidade": não mais se podia questionar a "validade ética do amor físico" e marido e mulher teriam o direito a uma "vida sexual normal" livres da possibilidade de uma gravidez indesejada (RODRIGUES, W., 1978, p. 22). Assim, ainda que se fale numa concepção moderna de vivência do "amor físico", é entre o casal que este deve existir.

O conferencista acrescentava que, no Brasil, as classes abastadas tinham acesso ao Planejamento Familiar e geravam filhos "de alto nível sócio-econômico. Aos pobres, por sua vez, este direito era negado, ficando eles "entregues à *proliferação desenfreada*, muitas vezes contra a vontade, que resulta em crianças *doentes e retardadas*" (RODRIGUES, W., 1978, p. 22).

As doenças transmissíveis que dizimavam as crianças do Brasil à época, segundo Walter Rodrigues, eram : "diarréias infecciosas, gripe, pneumonia, tuberculose pulmonar, sarampo e tétano". A sífilis congênita, ainda que não apresentasse números tão significativos

[43] De acordo com Ana Rita Fonteles Duarte (2014), a Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada no ano de 1949 vinculada ao Ministério de Defesa. No período da ditadura tornou-se "o principal centro de elaboração e disseminação de um pensamento acerca da segurança nacional e das formas de combater ameaças ao projeto implementado numa parceria entre militares e civis." (DUARTE, 2014, p. 14).

como os destas doenças, mas igualmente transmissível e mortal, não era mencionada, apesar de naquele momento ser uma preocupação da classe médica[44]. Ao que parece essa ausência de discussão é justificada pelo fato de ser uma doença que, transmitida da gestante para a criança, é adquirida através da "relação sexual ou contacto oral ou genital" (SUPLICY, 1983, p. 305), situação a que estavam suscetíveis todas as usuárias de pílulas cujos parceiros não fizessem uso de preservativo durante a relação.

Com o surgimento da AIDS, porém, mudanças aconteceram. Não se podia ignorar uma doença também sexualmente transmissível, potencialmente fatal e sem cura. Para Wildney Feres Contrera (2000), no início da epidemia, pensava-se que os doentes compunham um grupo seleto, composto por aqueles que viajavam, que possuíam um "estilo de vida diferente" ou que eram reconhecidamente "transgressores/as", como os usuários de drogas e as prostitutas. Uma categoria era exceção: eram os hemofílicos, tratados como "vítimas da Aids". Havia, nesse sentido, um imaginário social de que "pessoas normais" estariam livres da possibilidade de contrair o vírus HIV. Nas palavras da autora

> (...) dentro do Imaginário Popular, cristalizou-se a ideia de que AIDS fazia parte de grupo ou grupos de risco de "pessoas diferentes", o que permitiu a legitimação da exclusão social dos doentes ou soropositivos, como ato punitivo pelas transgressões praticadas (CONTRERA, 2000, p. 19-20).

No ano de 1986, o Ministério da Saúde, através de portaria, estabeleceu a notificação compulsória dos casos de AIDS, com o propósito de fazer um controle sistemático e um mapa da epidemia no Brasil. Foi também naquele ano em que foi criado o Programa Nacional de Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis. Ainda de acordo com a autora, na década de 90 a doença tornou-se "democrática", uma vez que constatava-se que o vírus HIV não fazia distinção de sexo, credo, orientação sexual ou raça (CONTRERA, 2000, p. 19-20).

Nesse contexto, começaram a ser criadas, em várias partes do mundo, organizações não-governamentais para de alguma maneira lidar com a epidemia. Nesse sentido, a AIDS

[44] No *Anais Brasileiro de Dermatologia* do ano de 1977, um artigo chamava atenção para o ressurgimento da sífilis congênita – "uma forma quase extinta" – com o "recrudescimento da sífilis". Para os autores, a eficácia da *penicilina* permanecia "inabalável" e constituíam fatores para o reaparecimento da doença: "maior promiscuidade sexual entre os jovens, maior número de casos oligo-sintomáticos, a falsa idéia do controle da enfermidade, o deslocamento rápido das pessoas nos modernos meios de transporte dificultando a identificação dos contatos, o relaxamento do controle sanitário pelas autoridades competentes, o afrouxamento dos laços familiares, a falta de educação sexual nos jovens, a homossexualidade, o tratamento da doença por pessoas despreparadas, o abandono de medidas profiláticas, etc.". Interessante perceber que o uso de pílulas anticoncepcionais não é citado como motivo para o crescimento no número de casos de sífilis, assim como a ideia de que a *penicilina* pode falhar é descartada. Defender tais possibilidades seria colocar em dúvida os benefícios da utilização daqueles medicamentos, algo passível de críticas em uma publicação médica. Chama atenção, de igual maneira, o caráter moral que permeia o trecho, ao identificar a "promiscuidade" e a "homossexualidade" como razões para o ressurgimento da sífilis (LOWY; et al., 1977).

teria funcionado como um impulsionador importante na organização de setores que eram até então marginalizados da sociedade, seja em função de seu sexo, cor, comportamento ou classe social. Para Dilene Raimundo do Nascimento (2005),

> particularmente no Brasil, num momento em que passava a vigorar uma Constituição que defendia a cidadania e estabelecia o direito de todos à saúde garantida pelo Estado, a AIDS contribuiu para o avanço da luta pela qualidade do sangue dos centros hemoterápicos e para a mobilização dos doentes e infectados pelo vírus HIV, que criaram organizações não-governamentais em defesa do direito à informação e medidas concretas de controle da doença por parte dos poderes públicos (NASCIMENTO, 2005, p. 91).

É nesse contexto que surgem a Abia (Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS) e o Grupo Pela Vidda. A Abia foi criada no Rio de Janeiro, em 1986 e era composta por cientistas, autoridades civis, militares, religiosos e intelectuais que compreendiam a doença não apenas em seu aspecto médico, mas como algo que estava atingindo toda a sociedade. Sua meta era monitorar as políticas públicas relacionadas ao vírus HIV/AIDS e também a produção e difusão de informações atualizadas sobre o vírus e a doença. Já o Grupo Pela vidda (também criado no Rio de Janeiro em 1989) tinha como meta lutar pela dignidade e integração do doente de AIDS: para Dilene do Nascimento esse Grupo tratava a luta contra o HIV como uma luta contra a desinformação e o preconceito, cuja arma seria a solidariedade (NASCIMENTO, 2005).

Assim, será naquela situação histórica que a prostituição, que no século XIX e início do XX foi compreendida como uma doença, "um foco infeccioso que ameaça a saúde e a vida" (ENGEL, 1988, p. 74) por sua ligação com a sífilis, voltará à cena, desta vez dividindo o palco com os homossexuais, bissexuais e usuários de drogas injetáveis.[45] É nesse contexto que a BEMFAM também passa a dar uma maior visibilidade a aquelas mulheres, que até bem pouco tempo pareciam não existir para a entidade.

Na matéria em que se tratava da "difícil vida fácil" das prostitutas na cidade de Maceió, já citada neste capítulo, a questão das doenças sexualmente transmissíveis foi discutida. O número baixo de casos, entretanto, chamou a atenção da BEMFAM, que desconfiava de sua veracidade/completude:

> Quanto à incidência das doenças sexualmente transmissíveis, apurou-se que apenas 14,9% delas haviam contraído gonorréia, 6,4%, linfogranuloma e 4,3%, sífilis. Os técnicos acreditam que com relação a este item tenha havido sub-notificação. Com

[45] Para Carmen Dora Guimarães, a Aids fixou-se no imaginário social como uma doença gay ou doença de "bicha rica". Não se pode negar a associação da doença à figura da prostituta, mas isso se faz de "modo menos explícito" (GUIMARÃES, 1996, p. 295).

> relação à prevenção e tratamento destas doenças, a pesquisa registrou que mais da metade delas nunca fez exame preventivo do câncer ginecológico e que 38 delas ingerem antibióticos como forma de prevenir estas doenças de transmissão sexual (A "DIFÍCIL..., 1986, p. 35).

Nesse sentido, as prostitutas não diferiam tanto de outras mulheres ou homens que se automedicavam (podendo comprar remédios nas praças, como vimos) e de outras mulheres que não se submetiam aos exames ginecológicos: esta situação, ao que parece, os/as aproximava. Quanto à possibilidade de sub-notificação levantada pelos pesquisadores da BEMFAM em razão dos poucos casos de DSTs confirmados pelas prostitutas, podemos dizer que não era um consenso a máxima que vinculava prostitutas e doenças transmitidas a partir do sexo de forma tão óbvia. Délcio Monteiro de Lima (1977), por exemplo, acreditava que supor que "alguém acometido de doença venérea se envolveu, necessariamente com prostitutas" seria uma "tolice", característica de pessoas "ingênuas".

Para ele, que escrevia na segunda metade da década de 1970,

> [...] as mulheres que fazem do sexo profissão representam o agrupamento do mais baixo índice de contaminação dessas enfermidades. Certamente por serem mais atentas ao problema, mais esclarecidas dos seus riscos e, do ponto de vista profilático, comumente mais protegidas, aspecto, aliás, não muito lisonjeiro entre nossos costumes (LIMA, D. M., 1977, p. 178).

É realmente possível que as mulheres entrevistadas pela equipe da BEMFAM tenham mentido/omitido que tinham/tiveram alguma enfermidade. A certeza sobre isso nunca teremos. Sabe-se, contudo, que o grupo de pessoas que fez o levantamento era composto por 16 estudantes de psicologia, três funcionários da BEMFAM, quatro técnicos da Secretaria de Saúde para a cidade de Maceió e 10 estudantes das áreas de saúde e letras, dois funcionários da BEMFAM e três técnicos da Secretaria de Saúde, para o caso da cidade de Arapiraca.

Ainda que a linguagem em nossa sociedade – e na ocidental como um todo – seja profundamente marcada pelo sexismo e pela primazia do masculino[46] e que por esta razão não saibamos quantas mulheres compunham a equipe de pesquisa, é possível imaginar que uma preponderância masculina possa ter influenciado as respostas emitidas. Como aponta Cláudia Fonseca (1996), "é evidente que além de qualquer identificação com seu objeto de estudos, o

[46] De acordo com Carmen Rosa Caldas-Coulthard 2007), desde a década de 1960 estudiosos começaram a perceber que a linguagem nas sociedades ocidentais, por ser um sistema arraigado em estruturas patriarcais, finda por refletir e enfatizar a supremacia masculina. Como aponta a autora, gramaticalmente dar prioridade a um gênero quando falamos de grupos mistos pode não ser problemático quando nos referimos a carros e bicicletas, "mas quando falamos de 1 milhão de mulheres e um homem pelo pronome masculino 'eles', esta escolha pode ser interpretada como discriminatória e pode ter consequências sociais importantes." (CALDAS-COULTHARD, 2007, p. 237).

sexo de um indivíduo tem grande influência sobre seu acesso a dados e situações de campo. Homens presenciam cenas que seriam vedadas a mulher e vice-versa." (FONSECA, 1996, p. 31). Assim, além da vergonha que pode ter conduzido a decisão de não assumir que se teve/tem alguma doença, deve-se considerar que fazê-lo é pôr em risco a profissão e a clientela.

Das 94 entrevistadas em Maceió, pode-se dizer que a grande maioria já tinha ouvido falar sobre as DSTs. Cerca de 98% tinha conhecimento sobre a gonorreia e 93,6% sobre a sífilis. 78 daquelas mulheres sabiam algo sobre a AIDS e 38 haviam mudado o comportamento após o aparecimento desta doença. As mudanças de comportamento foram: diminuição do número de parceiros, evitar sexo anal e oral assim como beijos e conversas próximas.

Como se percebe, as modificações de conduta acima elencadas não eram suficientes para evitar contrair o HIV, o vírus da imunodeficiência humana, ou mesmo doenças como a sífilis e a gonorreia. Posteriormente, já em setembro/outubro de 1987, a BEMFAM ainda discutiria a situação das prostitutas de Alagoas, na matéria intitulada "'O sexo, sem açúcar, sem afeto, sem amor'. O drama das 200 prostitutas que querem sair do inferno", na qual algumas delas duvidavam inclusive da existência da AIDS:

> A sífilis e a gonorréia são as doenças sexualmente transmissíveis mais comuns entre essas mulheres. Elas acham que o conhecimento completo de uma doença tem que passar, necessariamente, pela prática e sabedoria popular. A medicina oficial, dizem, não é suficiente para esclarecer suas dúvidas. Assim, para elas, a AIDS é apenas uma doença inventada, uma mentira que está, contudo, prejudicando as suas atividades (O SEXO..., 1987, p. 21).

A ideia de que a AIDS não passava de uma invenção era compartilhada também com os homossexuais, grupo mais estigmatizado com o surgimento da doença.[47] Defender esse argumento, além de demonstrar incredulidade diante das notícias, pode ser pensado como uma maneira de se defender do preconceito que os/as atingia – no caso dos gays e das prostitutas – e proteger a continuidade das suas atividades – no caso daqueles que trabalhavam na prostituição –, como aponta o trecho citado. No que se refere ao entendimento da medicina oficial como insuficiente para sanar possíveis dúvidas, podemos pensar sobre o significado desta colocação em dois possíveis sentidos: a medicina tida como "oficial" é

[47] De acordo com Elias Ferreira Veras, era comum que em meados da década de 1980 os homossexuais e travestis desacreditassem da aids, dizendo ser ela uma doença inventada pelos Estados Unidos (VERAS, 2015, p. 199).

insuficiente porque é precária, não acessível a todos; e porque não compreende/explica todas as vivências daquele grupo.

Érika Pinho (2012), em seu trabalho já citado sobre a prostituição em Fortaleza entre os anos de 1960 e 1980, apresenta relatos que mostram que doenças sexualmente transmissíveis eram um assunto que inquietava as prostitutas. Para evitar contrair "doenças venéreas" algumas das entrevistadas faziam o asseio no cliente, através do uso de bacia, sabonete e até *lysoform* [48].

Uma das pesquisadas da autora se espanta de não ter "pego" doenças, já que ficava com muitos homens durante a noite. Ela acredita que o exame do órgão sexual do cliente antes de apagar a luz pode ter garantido a sua saúde. Encontramos tal prática também entre nossas entrevistadas, como veremos no capítulo quatro desta tese. As prostitutas que participaram da pesquisa de Érika Pinho disseram também que a camisinha não era usada, como é possível ver no relato de Dona Dorinha: "[...] ninguém não usava camisinha não. Mas existia! Existia, camisa de Vênus[49], que chamava na época, mas era uma coisa tão assim... que a gente só ouvia falar mesmo, era só mesmo de ouvir, sabe? Eu nunca usava, eu nunca usei". (PINHO, 2012, p. 116). Ao que parece este quadro só iria mudar com o aparecimento dos primeiros casos de AIDS e ainda assim, lenta e parcialmente.

Afirmando que só teve problemas com as DSTs uma única vez, quando estava grávida, e antes de começar a se prostituir, uma outra entrevistada de Érika Pinho apontava de que forma as prostitutas poderiam curar-se dessas doenças em momentos de opções escassas de atendimento médico:

> Tinha um enfermeiro lá no centro da cidade chamado Almeida. E eu, grávida do meu primeiro filho, peguei uma doença, mas foi do rapaz, do pai da criança. Naquele tempo chamava de cavalo de crista, já ouviu falar? Antes d'eu ter o neném, por que assim, eu tive o primeiro, mas ele morreu logo. Antes d'eu ter ele eu tive que fazer um tratamento. Era uns caroços, umas verrugas, umas coisas e tinha que cortar... aí eu fazia o tratamento lá, nesse enfermeiro Almeida. Aí ele fez esse tratamento em mim e eu fiquei boa! Foi só essa. Mas na boate mesmo eu nunca peguei nada não. (PINHO, 2012, p. 175).

[48] Neste caso não sabemos se a entrevistada se referia ao *Lysoform* vendido em farmácias ou ao que é utilizado para desinfetar ambientes.

[49] De acordo com Waldemar Diniz P. de Carvalho (1986), a origem do condom é desconhecida. Existem algumas referências que o apontam como forma de evitar doenças sexualmente transmissíveis. Teria sido Fallópio, em 1564, que descreveu um condom feito de linho, utilizado para evitar a disseminação de doenças. Segundo o autor, no século XVIII surgem referências a este método como contraceptivo, em poesias pornográficas publicadas na Inglaterra. No século XIX, o material do condom passa a ser de borracha e não mais de matéria animal. A partir de 1930 começam a ser produzidos os de látex e a partir de 1960 as *camisinhas* de plástico descartável (CARVALHO, 1986, p. 79).

As situações relatadas confirmam, de certa maneira, o que mencionamos anteriormente sobre medicina "insuficiente" por ser precária/não suficiente para atender aos que necessitam e por não conseguir explicar as experiências destas mulheres. Ainda que as omissões e falseamentos sejam sempre possibilidades quando se trabalha com entrevistas – o que, por sua vez, não torna a narrativa menos verdadeira –, nos indagamos se de fato Délcio Monteiro Lima (1977) teria razão ao afirmar que seriam as prostitutas as mulheres mais atentas ao problema das DSTs e por isso as que menos se contaminariam através destas doenças. De todo modo, a BEMFAM responderia à descrença das prostitutas na "medicina oficial" com duas publicações que aqui discutiremos.

O livro *Falando de AIDS: um guia para o trabalho comunitário*[50] foi publicado pela BEMFAM em 1989 com fundos que foram disponibilizados pela IPPF. Tendo sido produzido por Gill Gordon e Tony Klouda (que compunham a Unidade de Prevenção da AIDS da IPPF) em 1988, foi adaptado para o Brasil por Vanderley Crisósthomo. Na publicação não consta a sua tiragem e nada sabemos de sua circulação. O livro conta com 98 páginas sendo algumas ilustradas.[51] Foi destinado a aqueles que estavam envolvidos no aconselhamento de saúde sexual e AIDS na comunidade: professores, profissionais de saúde e planejamento familiar, líderes de jovens e educadores de adultos poderiam valer-se do material como apoio para elucidar questões pertinentes à prevenção da AIDS.

O *Guia* poderia e deveria ser adaptado, dependendo da situação de cada país. Trechos poderiam ser reescritos para ficarem mais compreensíveis, seções poderiam ser omitidas ou ampliadas. Os autores também deixavam explícito que, ainda que alguns trechos do livro pudessem ser considerados "ofensivos ou desagradáveis" aqueles que os utilizassem deveriam pensar bem antes de suprimi-los.

Os profissionais deveriam falar e ouvir as pessoas abertamente para contribuir com o "amor sem medo". Os "trabalhadores de campo" também precisavam adaptar as informações anticoncepcionais para que o risco de infecção viesse a ser considerado. Salientava-se, igualmente, que os conselhos já oferecidos pelos "profissionais de planejamento familiar" para a prevenção de DSTs poderiam ser "igualmente úteis na prevenção da infecção pelo

[50] BEMFAM**. Falando de AIDS**: um guia para o trabalho comunitário. Rio de Janeiro: BEMFAM, 1989.

[51] Não há, no livro, divisões por capítulos, mas podemos perceber separações pela mudança da fonte (letras maiúsculas e em negrito). As partes destacadas dessa forma são: "Como usar este guia", "Introdução", "O que é AIDS?" "Como uma pessoa é infectada pelo HIV", "A AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis", "A AIDS e os bebês", "Aleitamento", "Um pouco mais sobre fazer amor com segurança", "E os grupos de risco?", "O teste para anticorpos ao HIV", "O controle da infecção em ação", "Reduzindo o risco das transfusões de sangue", "Pessoas com infecção pelo HIV", "Receios e preconceitos", "Trabalhando em conjunto" e "Lembre-se...".

HIV" (BEMFAM, 1989, p. 21) o que nos faz pensar se a BEMFAM de fato prestava esse serviço, apesar de não discutir sobre ele em publicações anteriores.

Agora em outra situação histórica – não mais de ditadura e censura acentuada – e tendo em vista as mudanças na vida das mulheres, conquistadas a partir do movimento feminista, bem como a descoberta da AIDS, é possível perceber algumas mudanças na postura da BEMFAM quanto à "vivência do amor" e ao método a ser empregado entre os casais. A pílula anticoncepcional, método eficaz, sem vinculações com o erotismo, como se propunha, deveria ceder lugar ao condom, ou camisinha, que poderia evitar a contaminação pelo vírus do HIV, ao contrário dos contraceptivos orais[52]. Era necessário, assim, retomar uma "inseparável interface da anticoncepção com a proteção da saúde" existente desde práticas antigas de contracepção, mas que se desvinculou, dentre outros motivos, por questões morais e pela alta eficácia de métodos como a pílula anticoncepcional e o dispositivo intrauterino (LAGO, 1996).

Para Elza Berquó e Marta Rovery de Souza (1994), tradicionalmente os homens utilizavam a camisinha como forma de se protegerem de doenças sexualmente transmissíveis, fosse em situação de iniciação sexual ou em relações extraconjugais. Esta postura também evitava que as mulheres engravidassem, ainda que a intenção primordial de seu uso não fosse essa. Com a descoberta da *penicilina*, a preocupação com as DSTs enfraqueceu, reduzindo-se a utilização do condom. O surgimento da AIDS, contudo, viria a exigir mudanças na conduta dos indivíduos e mesmo "alterações no nível de consciência" para aceitar a utilização de um método estigmatizado, ligado ao sexo ilícito e a comportamentos não muito aceitáveis. Esta mudança poderia, de acordo com as autoras,

> [...] atingir todas as pessoas, independente de idade e sexo. Aquelas pessoas que por serem estéreis, ou por terem sido esterilizadas, ou por estarem fora do período reprodutivo e que, por isso, já não precisavam mais ter preocupações com o uso de anticoncepcionais, também passaram a ter de recorrer, em sua prática sexual, a métodos de barreira no sentido de prevenir a doença. Ou seja, a AIDS vem recolocar a questão de um método antigo e de pouco uso até meados da década, como foi o condom. (BERQUÓ; SOUZA, 1994, p. 163)

Em relação à maneira como abordou as pessoas, podemos dizer que o *Guia* da BEMFAM apresenta, em um primeiro olhar, uma visão da doença e daquela situação histórica que poderíamos considerar como mais aberta e menos preconceituosa. Mas será mesmo?

---

[52] Os efeitos que traria para o controle de natalidade (ou controle do nascimento de pessoas pobres, intenção maior da BEMFAM, de acordo com várias denúncias) a chegada da AIDS e o foco no condom como método de prevenção merece maiores estudos. Salientamos que neste trabalho não desenvolveremos este tema, mas apenas a atenção dada pela BEMFAM às prostitutas, sujeitas desta tese.

Como exemplo desta postura tem-se a utilização do termo "atividade de alto risco" e não "grupo de risco" como ainda é possível identificar atualmente, no senso comum. Os autores também dizem que não se deve "assumir posições sobre o comportamento sexual de outras pessoas" (BEMFAM, 1989).

No caso das prostitutas, o *Guia* discute que a opressão sobre elas e outros grupos, como os homossexuais, aumentara bastante em decorrência da cobertura dos meios de imprensa que usavam expressões como "praga homossexual" ou "as prostitutas disseminam a AIDS". Imagens como a que segue são apresentadas com a intenção de criticar a ideia de que apenas prostitutas, usuários de drogas injetáveis e homossexuais estariam suscetíveis de contrair o vírus.

Figura 25: Imagens aconselhamento – use camisinha

Fonte: Bemfam (1989, p. 46)

Tais colocações constituem um ponto positivo na publicação, se compararmos com o que era possível ler nos jornais da época. Em dezembro de 1985, por exemplo, o jornal *Diário do Nordeste* noticiava a solução para a AIDS: "Receita: vem do Rio de Janeiro a dica de um santo remédio para a AIDS: Comida caseira". (RECEITA, 1985, p. 5) A tentativa da utilização do humor e da "metáfora alimentar"[53] como uma forma de chamar atenção no

[53] Nas palavras de Michel Bozon (2004), "o binômio comer/dar está fundamentado na metáfora da absorção, apropriação e consumo do parceiro passivo (a mulher ou o sujeito simbolicamente feminilizado) pelo sujeito

periódico aparece na publicação da BEMFAM como "fique só com um parceiro". Ainda assim, a expressão "pego uma boa garota" usada no diálogo não deixa de ser carregada de simbolismo, onde a mulher – assim como aquela que é "comida" – encontra-se em completa passividade.

Ainda em relação à situação ilustrada pela BEMFAM, não está expresso, de forma clara, o que se quer dizer com "boa garota" e encontraremos algo semelhante no exemplo que se segue. Trata-se de situações hipotéticas que deveriam ser discutidas em grupos de aconselhamento:

> Um homem é infectado pelo HIV, depois de fazer sexo com uma mulher que encontra no bar. Volta para casa e sua mulher, grávida, é infectada.
> Um dependente de drogas do norte, que está infectado pelo HIV viaja, e faz sexo com um rapaz do sul. A namorada seguinte deste é infectada pelo HIV (BEMFAM, 1989, p. 47).

Acreditamos ser contraditório, apesar de negar que prostitutas e não-héteros constituíam "grupos de risco" e que a AIDS na verdade poderia atingir a todos, mostrar em seguida que mulheres que podiam ser encontradas em bares ou a "boa garota" (eufemismo para prostitutas?) e homens que tenham relações sexuais com outros homens são potenciais portadores do vírus do HIV. Além disso, ainda que a fonte em questão não mencione a bissexualidade[54], chama atenção a crítica feita a aqueles que teriam uma "sexualidade mal definida", o que pode ser compreendido também como um alerta para que as mulheres ficassem mais atentas quanto aos homens com os quais estavam se relacionando.

Diálogos apresentados nas imagens do *Guia*, por sua vez, também contradiziam as afirmações da BEMFAM: para ficar livre de DSTs/Aids só "saindo da prostituição". Nesse aspecto a BEMFAM parece mais próxima dos textos religiosos, quando estes falavam daquelas que se prostituíam:

> Eis agora que as prostitutas se tornam um perigo imediato já que, pelo próprio exercício de sua profissão, são suscetíveis de se tornarem um dos mais perigosos grupos de contaminação. Estima-se que 15% dos homens, cuja fonte de contaminação não pôde ser determinada, tiveram relações com prostitutas, o que faz crer que estas tenham sido os agentes transmissores. E nada mais lógico, se

---

ativo." De acordo com o autor, assim como o ato sexual, a reprodução também seria um domínio masculino, onde as mulheres constituiriam "receptáculos vazios e passivos" (BOZON, 2004, p. 23-24).

[54] Em setembro de 1985, o Secretário de Saúde do Estado do Ceará, Elias Boutola, recomendava a rejeição das doações de sangue de bissexuais e homossexuais após a confirmação de quatro casos da doença no estado. O secretário falava, ainda, da necessidade de se "evitar a promiscuidade". Note-se, contudo, que a manchete chama atenção apenas para a recusa do sangue de bissexuais. (BOUTALA..., 1985, p. 4). Para Carmen Dora Guimarães (2001), a bissexualidade era mais intensamente denunciada que a homossexualidade (GUIMARÃES, 2001. p. 26).

> pensarmos no papel da promiscuidade na transmissão do vírus da Aids. (CHARBONNEAU, 1987, p. 43-44)

Figura 26 – Imagens para aconselhamento – novas condutas

Fonte: Bemfam (1989, p. 98).

Expunha-se ainda, na publicação, a necessidade de que a renda feminina fosse aumentada para que diminuísse a "necessidade de oferecerem serviços sexuais" (BEMFAM, 1989, p. 90).

As páginas do *Guia* trazem, como é possível perceber, definições de homens e mulheres. Enquanto a "boa garota" que está no bar é portadora do vírus HIV, a que está em casa – *lócus* ideal da mulher – prestes a ser mãe é vítima e contrai AIDS do marido que não usou camisinha. "'Vítima' anônima de um parceiro contaminado" ou 'culpada' por si mesma" assim a mulher era pensada (GUIMARÃES, 2001, p. 29).

A negação da atividade da prostituta é menos perceptível em uma outra publicação a que tivemos acesso. Trata-se de *Saber ouvir, saber falar: um modelo de campanha informativa sobre a difusão da AIDS e a prevenção da doença,* publicada no ano de 1992[55]. Vale ressaltar que as pesquisas que lhe dão suporte tiveram início no ano de 1989. Assim

[55] BEMFAM. **Saber ouvir, saber falar**: Um modelo de campanha informativa sobre a difusão da AIDS e a prevenção da doença. Rio de Janeiro: BEMFAM, 1992.

como o *Guia*, não sabemos nada sobre sua circulação e tiragem[56]. Nesta documentação interessa-nos o trabalho realizado junto às prostitutas de Vila Mimoza, no Rio de Janeiro.

Naquela Vila foi instalada a *Rádio Mimoza*[57], uma rádio comunitária constituída por um sistema de alto-falantes espalhados pela Vila, uma zona de prostituição existente na cidade do Rio de Janeiro desde o início do século XX.[58] A Rádio foi resultado da experiência de colaboração entre a BEMFAM e a Associação das Prostitutas e visava a prevenção da AIDS no contexto do Programa Integrado de Planejamento Familiar do Rio de Janeiro. Essa ação da BEMFAM foi consequência de uma reestruturação em suas atividades, ocorrida na segunda metade da década de 1980, quando um programa de Saúde Reprodutiva foi implementado inicialmente em três estados: Pernambuco (1984), Rio de Janeiro (1985) e Ceará (1986).[59] A rádio apresentava uma programação musical, mensagens de prevenção da AIDS, serviços de informação, publicidade – anúncios de camisinhas – e depoimentos de mulheres que passaram a usar o preservativo e ficaram satisfeitas.

Para a constituição da rádio alguns grupos focais de prostitutas foram formados e ouvidos. A intenção era subsidiar a criação da campanha de informação sobre HIV/AIDS sem que "mitos, tabus e preconceitos vigentes em relação à doença e à sua prevenção" (BEMFAM, 1992, p. 14) fossem reforçados. As falas das mulheres versavam sobre a visão que tinham de si mesmas – sua profissão, os clientes, os amigos[60] –, o conhecimento a respeito das DSTs e da AIDS e os métodos de prevenção de doenças.

De acordo com o documento, as entrevistadas prostituíam-se por falta de opção ou por considerar a atividade rendosa. Assim como aquelas ouvidas por Érika Pinho (2012), as pesquisadas "desinfetavam" os órgãos genitais dos clientes e, além disso, faziam uso de *Benzetacil* contra a gonorreia e a sífilis. De 27 entrevistadas, apenas duas admitiram já terem contraído uma DST. Para elas, os homens é que transmitiam essas doenças para as mulheres, o que pode ser entendido aqui como uma visão que busca subverter a ideia de prostituta enquanto "suja" ou "doente".

---

[56] A pesquisa e publicação foram realizadas com o apoio financeiro da USAID (United States Agency for International Development) e apoio técnico da AIDSCOM. Teve como modelo a experiência de um projeto no qual foram desenvolvidos materiais educativos para grupos específicos, como crianças e adolescentes, prostitutas e homossexuais (BEMFAM, 1992).

[57] De acordo com o material da BEMFAM, as prostitutas insistiam na escrita de "Mimoza com Z" ou invés de "S".

[58] À época da pesquisa a Vila era formada por 44 casas onde moravam aproximadamente 500 mulheres que recebiam em média seis mil fregueses por mês. Lá funcionava a Associação das Prostitutas do Rio de Janeiro, que foi fundada com o objetivo de organizar a comunidade contra a especulação imobiliária (BEMFAM, 1992).

[59] Paralelamente ao Programa de Saúde Reprodutiva foi desenvolvido um Programa de Prevenção às DSTs/HIV/AIDS. Este contemplava grupos de homossexuais, organizações de prostitutas e instituições de meninos de rua (COSTA, N.F.P., 2005, p. 89-90).

[60] "Amigos" deve ser entendido como clientes fixos.

Quanto ao uso da camisinha, muitos clientes não queriam usar e alguns diziam que não acreditavam na existência da AIDS ou entendiam-na como uma doença de homossexuais. Essa compreensão também podia ser identificada em jornais da época. Uma matéria de jornal do ano de 1986 divulgava uma colocação de Lair Guerra de Macedo Rodrigues, coordenadora do Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS do Ministério da Saúde acerca do temor diante dos dados sobre a doença. Segundo a coordenadora, "a população cearense não precisa se preocupar, porque a AIDS não é transmitida facilmente, a não ser por contato sexual, *especialmente* entre homossexuais e bissexuais." (SAÚDE...1986, p. 4, grifo nosso).

Tendo estas questões, os dirigentes da BEMFAM e as prostitutas, de acordo com o documento, pensaram em estratégias para sensibilizar o cliente a usar o preservativo. Cartazes e rádio foram utilizados. Evitou-se falar de AIDS para não aumentar a tensão e afastar ainda mais os clientes, situação que destoa da que mostramos anteriormente, em que era preciso abandonar a atividade da prostituição para minimizar os riscos de contrair o vírus do HIV. Os programas se fundamentaram em três linguagens: a publicitária (anúncios de camisinha), a humorística (piadas sobre o uso do preservativo) e a do exemplo (relatos de experiências). De acordo com o texto, buscava-se a persuasão e não a imposição. A rádio também constituiu um veículo importante para os clientes que tinham pouco estudo.

Aquele material mostra-se importante ao nos indicar, através de mensagens que buscavam persuadir os homens para a importância do uso do preservativo, o que vinha sendo praticado entre mulheres e clientes, desautorizando o saber destes e afirmando a importância do ritual para a enunciação dos discursos, ressaltando a "qualificação que devem possuir os indivíduos que falam" (FOUCAULT, 2014, p. 37) como indispensável:

> - Não há como perceber quando uma pessoa está contaminada, o que significa que todo mundo corre risco quando transa sem camisinha.
> - Tanto sexo anal como o vaginal são arriscados quando não se usa camisinha;
> - Lavar o pênis ou a vagina com álcool, tomar antibióticos, uma boa alimentação ou somente fé em Deus não diminuem o risco de contrair Aids.[...] (BEMFAM, 1992, p.20)

No estado do Ceará, em 1985, o jornal *O Povo* noticiava que a BEMFAM contava com 234 postos de atendimento, sendo 19 destes na cidade de Fortaleza. Por mês eram realizados cerca de 15 mil atendimentos nas cidades do interior e 4. 681 na capital. Os convênios eram estabelecidos com municípios e empresas e de acordo com Aldamara Costa, coordenadora técnica da entidade no Ceará, a BEMFAM exigia do conveniado três profissionais: da área da saúde, educação e medicina, para que "recebam o treinamento e o apliquem nas localidades a que são destinados" (BEMFAM..., 1985, p. 7).

Com o surgimento da AIDS, podemos identificar a atuação da BEMFAM no Ceará junto à Secretaria de Saúde do Estado, como ocorreu durante o carnaval de 1989 nas praias de Canoa Quebrada, Majorlândia, Paracuru, Prainha e Iguape. Como o jornal *O Povo* noticiou, uma ação ocorreria de sábado à terça-feira de carnaval, quando seriam distribuídas 50 mil camisinhas (SAÚDE..., 1989, p. 9). A entidade também agia em praças, junto a outras instituições que integravam a luta contra a AIDS (SEMANA..., 1989, p. 9), como a GAPA[61] (Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS) e o GRAB[62] (Grupo de Resistência Asa Branca). No ano de 1991 uma associação viria se unir a estes grupos e à BEMFAM na luta contra a AIDS e a discriminação. Seria a APROCE – Associação das Prostitutas do Ceará – sobre a qual falaremos no capítulo quatro.

Mesmo que a BEMFAM tenha tido uma presença marcante nas ações de distribuição de preservativos e de materiais explicativos sobre a AIDS e atuado junto às prostitutas em Fortaleza, desconhecemos qualquer pesquisa, feita naquela cidade, que se assemelhe à realizada no Rio de Janeiro, na Vila Mimoza. Em relação a esta, apesar de não ser possível o acesso às entrevistas completas e das escassas referências a quem fala (o que pode ter ocorrido por uma opção da BEMFAM ou das próprias prostitutas em manter o anonimato), consideramos interessante o fato da entidade ter ouvido as prostitutas. Destaque-se, contudo, que a pessoa da prostituta só foi ouvida pela BEMFAM quando passou a ser identificada como um vetor de proliferação da AIDS – ainda que a instituição tentasse, de forma falha como vimos –, negar este entendimento.

É importante enfatizar, ainda, a tarefa incumbida às prostitutas: elas é que deveriam convencer seus clientes a usar o preservativo. Essa posição – de certa maneira imposta pela

---

[61] O GAPA – Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS – nasceu a partir de discussões de um grupo de pessoas na cidade de São Paulo. Essas pessoas possuíam um engajamento político e estavam ligadas à formação de grupos de militância homossexual. Nas reuniões do grupo discutia-se qual deveria ser a atuação do Estado e da sociedade em geral diante da nova doença, que surgiu de forma preconceituosa, como enfermidade de minorias: usuários de drogas, homossexuais, hemofílicos e prostitutas seriam culpados pela propagação. Entre os anos de 83 e 85 propunha-se a possibilidade de se criar um programa estadual para AIDS, em São Paulo. No entanto, o desconhecimento fazia com que as autoridades médicas não reconhecessem a gravidade da situação; a doença seguia sendo rotulada como um problema de "veados ricos". Buscando alterar essa concepção, o GAPA surgiu em 1985, tendo como objetivo a atualização, discussão e difusão de informações sobre a doença. (CONTRERA, 2000, p. 37- 40).

[62] Em sua página na internet, o GRAB – Grupo de Resistência Asa Branca – é descrito como "uma Organização Não-Governamental – ONG, sem fins lucrativos ou vinculação partidária, reconhecida como de Utilidade Pública Municipal. Fundado em 1989, sendo uma das organizações LGBT em funcionamento mais antigas do Brasil, o GRAB tem atuado diretamente no enfrentamento ao preconceito por orientação sexual, desenvolvendo ações no âmbito da proposição, execução e controle social de políticas públicas, assim como do ativismo em torno dos direitos da população homossexual, tendo como missão melhorar a qualidade de vida de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Pessoas Vivendo com HIV/AIDS no Estado do Ceará." A instituição atua em projetos nas áreas dos Direitos humanos, saúde e ativismo. Fonte: http://www.grab.org.br. Acesso em 23 nov. 2019.

BEMFAM naquele projeto – reafirmava a posição da mulher, mesmo a prostituta, enquanto cuidadora e pessoa atenta às necessidades dos homens. É possível identificar várias marcas de gênero nestas publicações, inclusive no que se refere ao prazer, tema de nosso próximo tópico.

2.3 Prostitutas e prazer

De acordo com Magali Engel (1988) , nos textos produzidos no século XIX sobre a prostituição, a sexualidade era concebida pelos médicos como uma função, "um dado da natureza humana", que estaria fortemente ligada com a necessidade de reprodução. O desejo e o prazer sexual seriam, assim, necessidades fisiológicas. Entretanto, o seu excesso seria um "veneno para o corpo" e manifestá-lo livremente poderia provocar a destruição do organismo (ENGEL, 1988, p. 71). A prostituição, nesse sentido, seria o espaço da sexualidade doente e pervertida, vinculada às relações extraconjugais, à degradação dos costumes, ao prazer excessivo e à não-reprodução. A moralidade, por sua vez, seria definida "pelas noções do homem-pai e da mulher-esposa-mãe, integrantes fundamentais da instituição higiênica do casamento" (ENGEL, 1988, p. 87).

Sem esquecer todas as especificidades do recorte temporal desta pesquisa, é possível dizer que há semelhanças entre o entendimento de moralidade vigente no século XIX e o que permeou as páginas das publicações da BEMFAM durante os anos 1970. É importante lembrar que, como já foi colocado neste capítulo, as pílulas anticoncepcionais eram indicadas para mulheres específicas: aquelas que quisessem se dedicar melhor à sua "missão de mãe". Como apontavam os que faziam a entidade no início dos anos 1970, os métodos contraceptivos não deveriam ter quaisquer ligações com o erotismo. Se o prazer ocorresse seria como um efeito positivo do uso, e não o objetivo maior da utilização da pílula[63].

Assim, se o prazer acompanhasse ou não o trabalho da prostituta, os contraceptivos não seriam para elas indicados, visto que é para o planejamento das famílias que eles são recomendados. Esta indicação, entretanto, não foi seguida à risca. Como já vimos, algumas prostitutas entrevistadas pela BEMFAM em Maceió usavam a pílula como método contraceptivo. A finalidade que permeava o uso não apenas daquele método, mas de outros, conforme foi possível observar na publicação, não parecia ser exatamente o prazer e grande parte das pesquisadas teria manifestado "o desejo de abandonar a profissão" (O SEXO..., 1987, p. 21).

---

[63] Em um *Boletim da BEMFAM* de 1971, após apontar que os efeitos colaterais dos anticoncepcionais orais desapareciam a partir do desenvolvimento da tolerância ao medicamento (o que ocorria no terceiro ou quarto ciclo), alguns benefícios do uso da pílula eram elencados. Eram eles: "sensação de bem-estar; ausência de ansiedade, dismenorréia, tensão pré-menstrual e corrimento vaginal; melhoria do estado da pele; cabelos menos gordurosos; aumento de satisfação sexual, etc..." O fato de ter sido citado como um efeito colateral positivo e em último lugar em uma lista com sete outros "benefícios" mostra que a intenção da pílula não deveria a liberação dos costumes (A BEMFAM...,1971. p. 2).

Segundo a pesquisa empreendida pela BEMFAM, a maioria das prostitutas de Maceió e Arapiraca vivia um "drama" e queriam "sair do inferno", pois sentiam-se "muito mal" na profissão, achando-a "insuportável". Vivendo sem expectativas, não lhes restaria "mais nada do que esperar a morte" (O SEXO..., 1987, p. 21). Denominando-as como "malabaristas do sexo", a matéria informava que aquelas mulheres, porém, tinham

> um desejo comum: abandonar um dia a profissão, encontrar um companheiro, formar uma família normal, com filhos e tudo o mais que recomenda a tradição judaico-cristã, onde a mulher deve ter a função única de reprodução. Elas revelam que, longe do pecado, pretendem alcançar "a vida de mulher pura", à imagem e semelhança da Virgem Maria (O SEXO..., 1987, p. 21).

É possível que as prostitutas tenham feito uso das emoções em seus discursos, buscando alguma possibilidade de melhoria em suas vidas. Como aponta Judith R. Walkowitz (1994),

> ao apresentar-se diante de um juiz ou de um responsável por uma obra de caridade, as prostitutas contavam frequentemente a "história da sua desgraça", usando as mesmas convenções melodramáticas – sobre a sedução de vítimas femininas inocentes por libertinos maldosos das classes superiores – que as mulheres da classe média empregavam para a explicar a prostituição. (WALKOWITZ, 1994, p. 420)

Assim, da mesma maneira que as prostitutas de que fala Walkowitz, é plausível que as mulheres entrevistadas pela BEMFAM tenham usado a estratégia de contar a "história de sua desgraça" como forma de sensibilizar a equipe e, de alguma maneira, obterem algum benefício. Dizer, para pessoas desconhecidas, que gostavam de exercer aquela atividade tão estigmatizada não deveria ser algo fácil e contrariava o que os pesquisadores esperavam ouvir.

Além disso, não podemos esquecer as seleções feitas pela BEMFAM para escrever a sua matéria. Tentando ser coerente com uma intenção de mostrar a "difícil vida fácil" das prostitutas, a entidade pode ter excluído as opiniões divergentes. As fotografias utilizadas no documento – e neste caso, também a legenda empregada – nos fazem inclusive pensar se a entidade de fato acreditava nessa "vontade de mudança" que teria sido demonstrada pelas prostitutas.

Apesar de 62% das entrevistadas já terem exercido outras profissões – como balconista, manicure, empregada doméstica e costureira – elas contam que optaram pela

prostituição porque ganhavam pouco ou "por *não terem mais interesse* em continuar nessas profissões."[64] Esta última motivação não é discutida pela BEMFAM.

Figura 27 – Prostituta entrevistadas pela BEMFAM em Alagoas.

Quer a "vida de mulher pura"

Fonte: O sexo, sem açúcar, sem afeto, sem amor. O drama das 200 prostitutas que querem sair do inferno. **População & Desenvolvimento**. Ano XXI, Nº 144, set/out, p. 22, 1987.

Na mesma matéria, a pesquisadora e economista Maria Piedade Soares, integrante do DEPES – Departamento de Pesquisas Sociais da BEMFAM –, dizia que prostituta precisava ter um controle sobre o cliente, para que o programa fosse mais rentável. Nas relações sexuais, que aconteciam "sem orgasmo", a pesquisadora indicava que se apelava, geralmente, para a tática do fingimento.

Uma das pesquisadas descreveu de forma sucinta o modo como fazia para a pesquisadora: "entro com o cara no quarto e finjo na cama...fingir, entende, o cara goza, paga, e tchau, tchau." Entendemos, a partir desse exemplo, que se a satisfação sexual não era uma

[64] Também era por "razões de dinheiro" que as prostitutas da França do século XIX diziam ter entrado na prostituição. Algumas diziam que preferiam o trabalho fabril, "mas a diferença do que se ganhava era muito grande" (WALKOWITZ, 1994, p. 420).

realidade para as prostitutas na prática, era algo aceito e mesmo desejado pelos clientes. De outra maneira, não haveria motivos para o emprego da tal tática do fingimento.

Se para as prostitutas o prazer era algo esperado e em alguns casos almejado pelo cliente, para as esposas e namoradas a situação era diferente e só mudaria lentamente. Podemos dizer que a contracepção e o prazer são assuntos que se encontram entrelaçados para o período que analisamos (ainda que entidades como a BEMFAM buscassem, por vezes, negar essa vinculação). De acordo com Carla Bassanezi Pinsky (2012), com a possibilidade, advinda da ascensão dos contraceptivos orais, de apartar sexo e gravidez, abriu-se espaço para que as mulheres questionassem

> publicamente antigos valores como a castidade feminina, a exigência da "integridade física" da futura esposa e a dupla moral sexual, que, entre outras coisas, admitia e incentivava o sexo dos homens com prostitutas. Na nova realidade que se instaurava (não sem traumas e ambiguidades), fazer sexo antes (e mesmo sem) o casamento não seria mais suficiente para comprometer a reputação das mulheres, pelo contrário, aos poucos o acesso à informação e à busca do prazer passariam a ser considerados "direitos" da mulher (PINSKY, 2012, p. 517).

Percebendo as mudanças em curso, e mais uma vez buscando garantir sua atuação ao se adequar ao contexto vivido, a BEMFAM declarava, em 1975, que a "emancipação da mulher" só se faria com o planejamento familiar (mas não com o acesso irrestrito às pílulas anticoncepcionais, vale ressaltar). No número especial do ano internacional da mulher, a entidade trazia uma matéria com Romy Medeiros da Fonseca, advogada e presidente do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil (CNMB), expondo a sua opinião sobre o assunto. Romy Medeiros, de acordo com Celi Pinto, tinha boas relações com os militares e representava uma transição entre o "velho" e o "novo feminismo". [65] Assim, é possível que essa "boa relação" explique sua presença naquele periódico.

Para a advogada, a mulher brasileira havia se acostumado "a ficar dentro de casa, exercendo os papéis de mãe e reprodutora, isolada dos acontecimentos" (EMANCIPAÇÃO..., 1975, p. 8) e seria preciso conscientizá-la e lhe arrancar o rótulo de "rainha do lar". Essa mudança, contudo, não poderia ser brusca, de "um dia para o outro". Além disso, não se poderia confundir "libertinagem sexual com liberdade feminina".

Quase que lhes tecendo um elogio, Romy Medeiros expunha que as mulheres brasileiras tinham pouco apreço pelos movimentos femininos "promovidos por lésbicas, feias

[65] Em 1949, Romy Medeiros criou o Conselho Nacional de mulheres e destacou-se, no Congresso Nacional, pelo direito das mulheres casadas, tendo sido de fundamental importância para o Estatuto da Mulher Casada, aprovado em 1962. (PINTO, 2003. p. 46-47).

e frustradas". Ela dizia também ainda não entender como o homem brasileiro poderia condenar os anticoncepcionais, já que é "mundialmente conhecido como 'machão'" e "nas mínimas coisas" ele punha "sexo no meio" (EMANCIPAÇÃO..., 1975, p. 8).

Assim, notamos que as colocações expostas no órgão de divulgação da BEMFAM eram passo à frente, passo atrás. Ao mesmo tempo em que se salienta a importância dos contraceptivos para as mulheres, limitava-se o seu uso aos casais e criticava-se os possíveis excessos compreendidos como "libertinagem". A referência negativa ao feminismo é evidente, através da desqualificação das mulheres que compunham aquele movimento[66] (o que pode ter ocorrido também porque o movimento feminista era um grande crítico da atuação da BEMFAM[67]). Por fim, a crítica ao "machão" que a tudo associa o sexo. Gostaríamos de salientar, porém, uma contradição neste trecho: se pílula era sobre planejamento e não sobre liberação/sexo porque relacioná-las às analogias estabelecidas pelos "machões"?

O sexo na adolescência também foi um assunto discutido nos boletins da BEMFAM. O *Boletim* de outubro/dezembro de 1979 abordava a presença do sexo nos meios de comunicação, considerando-a exagerada e prejudicial:

> atualmente encontramos o sexo em toda parte, seja num 'out door', numa publicidade, nas páginas dos jornais, nas revistas, na televisão, no cinema. É uma convivência cotidiana e forçada. Essa pressão diária inevitavelmente irá influenciar o comportamento dos adolescentes, que são extremamente vulneráveis a qualquer carga de informação que mobilize seus instintos e suas emoções. (SEXO..., 1979, p. 12)

Saber o que os adolescentes estavam pensando sobre sexo era importante para a BEMFAM, pois assim seria possível "eliminar suas dúvidas e preocupações". Nesse sentido, aquela matéria trazia as opiniões de alguns adolescentes a respeito de sexo, masturbação, "homossexualismo" e influência dos meios de comunicação.

Interessante perceber que esta discussão se fazia em um momento de grande censura empreendida pelo governo militar a livros, periódicos e programas de TV. A censura a estes veículos de informação pôde basear-se no Decreto-Lei nº 1077 de 26 de janeiro de 1970. Neste, apresentam-se como evidentes os riscos que as "publicações obscenas e canais de

---

[66] Para Joana Maria Pedro (2012), até o fim dos anos 1980, poucas mulheres aceitavam a denominação "feminista" pois ela frequentemente, no senso comum, estaria associada às mulheres assim descritas por Romy: feias, lésbicas, mal-amadas e anti-homens (PEDRO, 2012, p. 239-240).

[67] O planejamento familiar era um tema difícil no movimento, pois "sempre fora entendido no Brasil como controle da natalidade das populações pobres". Para Celi Pinto (2003) essa visão devia-se, em parte, à presença da BEMFAM, "organismo norte-americano" que distribuía pílulas às mulheres pobres sem maiores informações quanto aos possíveis efeitos colaterais. (PINTO, 2003, p. 46).

televisão" poderiam causar para a "instituição da família" e a "segurança nacional". Nesse sentido, era preciso preservar "os valôres éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade" através da não tolerância aos meios de comunicação que "insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira", já que eles obedeciam a um "plano subversivo", prejudicial à integração nacional (BRASIL, 1970). [68]

Os escritos da BEMFAM não representavam ameaça aos "valores morais". Eles inclusive pareciam concordar com a necessidade de censura ao expor que "para quem desperta para o sexo, ficar inerte *a essa gama de estímulos* é praticamente impossível" e que "a televisão mostra mulheres semi-nuas, programas que frequentemente enfocam o sexo e piadas picantes" (SEXO..., 1979, p. 12).

Um exemplo de programa que foi censurado, já em 1982 – momento de abertura política, portanto[69] – foi o Programa *TV Mulher*[70], mais especificamente o quadro *Comportamento Sexual* apresentado por Marta Suplicy. O quadro em questão tinha apenas cinco minutos diários de duração e buscava responder dúvidas de telespectadores que entravam em contato através de cartas. Os assuntos tratados eram os mais diversos: virgindade, masturbação, intimidades no namoro, sexo na gravidez, disfunções sexuais, sexo na meia idade, orgasmo, homossexualidade, contracepção, dentre outros.

A didatização, característica indispensável do discurso médico-midiático (NATANSOHN, 2005, p. 301), favorecia o sucesso do programa e a aproximação dos/as telespectadores/as que muitas vezes tratavam a apresentadora por "querida" ou "amiga", o que demonstra um carinho por aquela que os/as 'ouvia' e sanava suas dúvidas e apreensões. Como aponta Ângela de Castro Gomes (2004), a escrita epistolar deve ser entendida como uma ação terapêutica e tem sempre uma razão. Informar, pedir, desabafar, estimular e agradecer

---

[68] BRASIL, Decreto-Lei nº 1077 de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 26 de janeiro de 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm. Acesso em 15 set. 2016.

[69] Para Carlos Fico, o aparato repressivo desenvolvido e posto em prática pelos militares era tão presente e articulado que a maior dificuldade dos presidentes que conduziram a 'abertura política' foi desmontá-lo. (FICO, 2002, p. 255).

[70] "TV Mulher" foi um programa de variedades direcionado ao público feminino, exibido pelo TV Globo. Era apresentado por Marília Gabriela e Ney Gonçalves Dias e tinha roteiro, direção e edição de Rose Nogueira. Até meados de 1986, a direção geral era de Nilton Travesso e Régis Cardoso e a coordenação de Durval Honório. Gravado em São Paulo, de início o *TV Mulher* contava com três horas de duração. O programa era ao vivo e em seu momento inicial, transmitido apenas para São Paulo, Rio de Janeiro e Juiz de Fora. Seu horário de exibição era pela manhã e teve muita variação de horário. Dividia-se em seções de até cinco minutos e os assuntos abordados eram variados, como comportamento sexual e os direitos da mulher, temas tabu até então. Outras seções tratavam dos preços de produtos da cesta básica, receitas culinárias, bastidores da televisão, estética e outras. Cada assunto era discutido por um/a apresentador/a específico. Informações disponíveis em http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/auditorio-e-variedades/tv-mulher.htm. Acesso em 13 set. 2016.

(GOMES, 2004, p. 19) são alguns dos motivos apontados pela autora e que pudemos visualizar em cartas enviadas à Suplicy.[71]

Um dos assuntos das cartas, conforme já mencionamos, era o orgasmo. Pudemos perceber, a partir de algumas missivas[72], que não eram apenas as prostitutas que usavam a tal "tática do fingimento". Selecionamos alguns trechos em que as telespectadoras expunham a questão:

> [...]Tudo começou quando mi casei Minha lua de mel foi uma droga, sem sentido nenhum *fingi o tempo todo* ao meu marido[...] (SUPLICY, 1983, p. 219).
>
> [...]Sou casada a quase 6 anos, tenho três filhos, minha vida sexual nunca foi normal pois não consigo chegar ao orgasmo durante o ato [...] *Finjo todas as vezes* em que tenho relação e meu marido me julga super satisfeita não tenho coragem de contar a verdade a ele pois é muito orgulhoso e se julga um super homem (na cama) [...] (SUPLICY, 1983, p. 226).
>
> [...]Quando meu marido percebe que eu *estou fingindo*, eu fico toda envergonhada mas assim mesmo nós conversamos, ele me ajuda muito falando e praticando também, mas não adianta[...] (SUPLICY, 1983, p. 225).

Percebemos que também era do interesse das esposas/companheiras mostrarem-se satisfeitas com o desempenho dos maridos/companheiros. Mesmo sem "sentir nada" essas mulheres não diziam não aos esposos, talvez por considerarem que a relação sexual era uma obrigação após o casamento ou por medo de que os homens procurassem outras mulheres – por muitas vezes, as prostitutas. Valeria a pena refletir também se tal atitude não se relaciona com a obtenção de contrapartidas materiais já que, como aponta Gail Pheterson (2009), "a troca de serviços sexuais por uma compensação financeira ou material pode ser caracterizada como prostituição, mas também pode estar presente em relações como namoros ou o casamento." (PHETERSON, 2009, p. 203).

Assim, o "direito ao prazer" propiciado, dentre outros fatores, pela ascensão de métodos contraceptivos, findou por tornar-se obrigação, de acordo com algumas interpretações. Magali Engel (1988), por exemplo, chama a nossa atenção para o fato de que o "progresso" que representou para as mulheres a disseminação da pílula anticoncepcional adveio de uma "intervenção crescente de saberes científicos". (ENGEL, 1988, p. 14). Estes saberes continuariam, nos anos 1980, a ditar normas e fixar formas, por exemplo, para um bom desempenho e a obtenção de prazer nas relações sexuais. Segundo a autora, a mulher idealizada para aquela situação histórica era a "mulher 'liberada'" que havia deixado de ser

[71] As cartas que tivemos acesso encontram-se no livro "Conversando sobre sexo", lançado pela autora em 1983.
[72] Mantivemos, assim como Suplicy, a grafia original das cartas.

passiva sexual, afetiva e socialmente e que devia sempre atingir o orgasmo, preferencialmente através da penetração. Dessa forma ela garantia "o seu próprio prazer e o do seu parceiro" (ENGEL, 1988, p. 14).

Dentro desta discussão é interessante refletirmos sobre os escritos de Sérvulo A. Figueira, que nos fala sobre a necessidade de atentar para a diferença na velocidade das mudanças entre duas dimensões: a sociocultural, onde estão incluídos os objetos produzidos, e a dimensão subjetiva, que resiste mais às mudanças. Para o autor, talvez seja a subjetividade "a área de maior inércia no processo de mudança social" (FIGUEIRA, 1987, p. 13). Assim, a ascensão de métodos contraceptivos modernos não foi capaz, por si só, de modificar aquela subjetividade, o que possivelmente fez com que nem todas as mulheres se sentissem "autorizadas" para viver com uma maior liberdade a sua sexualidade.

Os escritos de Maria Lygia Quartim de Moraes (1985) vão ao encontro das proposições de Sérvulo Figueira. Para ela, os anticoncepcionais teriam oferecido apenas as "condições materiais" para a liberação da sexualidade, visto que tais mudanças se dariam em um espaço determinado e ainda povoado por fantasmas. Neste espaço as mulheres conhecem a separação sexo para procriação e sexo para satisfação sexual, dualidade própria de "suas representações amorosas: o sexo puro (que a coloca no lugar da santa, da mãe) e o sexo sujo (relacionado ao fantasma da prostituição) (MORAES, M.L.Q. 1985, p. 147). Pelo trecho extraído da matéria da BEMFAM citado anteriormente, é possível que esse fantasma perseguisse até mesmo as prostitutas, que queriam sair da prostituição e assemelhar-se ao modelo inatingível de Maria, mãe de Jesus, como vimos em trecho citado anteriormente.

Em relação às mulheres pobres, salienta Jeni Vaitsman (1997), em diálogo com Karen Giffin, que ainda que "alguma versão da ideologia feminista" circulasse na sociedade brasileira no início da década de 90 – recorte final deste trabalho – é preciso pensar a maior presença das mulheres de baixa renda na esfera pública, assim como o uso que elas fazem do controle de natalidade como um "requisito para a sobrevivência da unidade familiar" e não exatamente como um fenômeno impulsionado pela possibilidade de escolha, restrito a apenas alguns grupos de nossa sociedade (VAITSMAN, 1997, p. 305-306).

Ainda que alguns autores de fato acreditem que com a maior divulgação de métodos como a pílula, a procura pelas prostitutas diminuiu durante os anos 1970 e 1980, não há um consenso. Elza Berquó e Marta Rovery de Souza (1994), por exemplo, nos dizem que a liberação sexual teria "tornado usual a prática do sexo sem o recurso à área da prostituição" (BERQUÓ; SOUZA, 1994, p. 161), Délcio Monteiro de Lima (1977), por sua vez, realizando pesquisas em sete cidades brasileiras durante os anos 1970, afirmava que caberia aos

psicólogos e sociólogos responder porque uma larga faixa de homens continuava a procurar prostitutas, mesmo com "ampla liberdade e até permissividade sexual" naqueles dias (LIMA, D.M., 1977, p. 195).

De acordo com a pesquisa empreendida por aquele autor, a maioria dos homens que buscavam trabalhadoras sexuais eram casados (60%), o que para ele deixava vislumbrar insatisfação conjugal decorrente de um desajustamento conjugal. Lima usava alguns dados para justificar esse entendimento. Ao questionar as prostitutas sobre "o que querem esses homens (casados)? ", as respostas foram: "apenas prazeres sexuais – 56%; "variar de mulher" – 32% ; "prazeres sexuais diferentes" – 12%. (LIMA, 1977, p. 203).

Existia – não sendo equívoco acreditar que ainda existe, certamente – uma ideia difusa de que as prostitutas são mulheres que cedem a todos os desejos dos clientes, a depender da retribuição financeira ou material que tais práticas possam garantir. Em uma carta enviada ao quadro *Comportamento Sexual*, por exemplo, uma mulher de 63 anos queixava-se por ter sido abandonada pelo marido que teria tirado "uma prostituta da zona" e por não ter podido lutar por ser a prostituta "muito astuta" e muito mais jovem do que ela (SUPLICY, 1983, p. 253).

Algumas entrevistas feitas pela BEMFAM com prostitutas da Vila Mimoza nos fazem questionar da generalização de tal compreensão. Ao abordar o "conhecimento e comportamento em relação à AIDS e às DSTs" (BEMFAM, 1992, p. 15), buscou-se colher dados em relação à prática do sexo oral. A publicação expõe que houve certa dificuldade em trabalhar esse assunto, pois "todas reagiram à questão com manifestações de vergonha ou nojo"[73]. Uma das pesquisadas teria dito: "a gente é julgada, é tudo o que não presta. Não admito chupar e gozar na boca, nem com meu cara" (BEMFAM, 1992, p. 28).

Em pesquisa realizada em Fortaleza, Érika Pinho (2012) também identificou que os bordéis reproduziam, de certo modo, "valores ligados à conjugalidade burguesa", havendo preconceito com algumas práticas sexuais – o que não quer dizer que elas não pudessem ser realizadas no íntimo dos quartos. A autora afirma que as mulheres que realizavam sexo anal e oral eram denominadas *completas* (PINHO, 2012, p. 49).

No que se refere ao prazer para homens e para mulheres – prostitutas ou não – podemos dizer que há certa incoerência no discurso da BEMFAM. Apesar de afirmar que o machismo só será extinto quando a sexualidade for democratizada como "prática da liberdade" e que o prazer não pode estar acessível apenas para alguns privilegiados

[73] Uma de nossas entrevistadas também demonstrou sentimento semelhante ao falar daquela prática. Discutiremos esse assunto em nosso capítulo quatro.

(SCHIAVO, 1988, p. 26), a entidade apresenta colocações e imagens que vão de encontro a tais premissas.

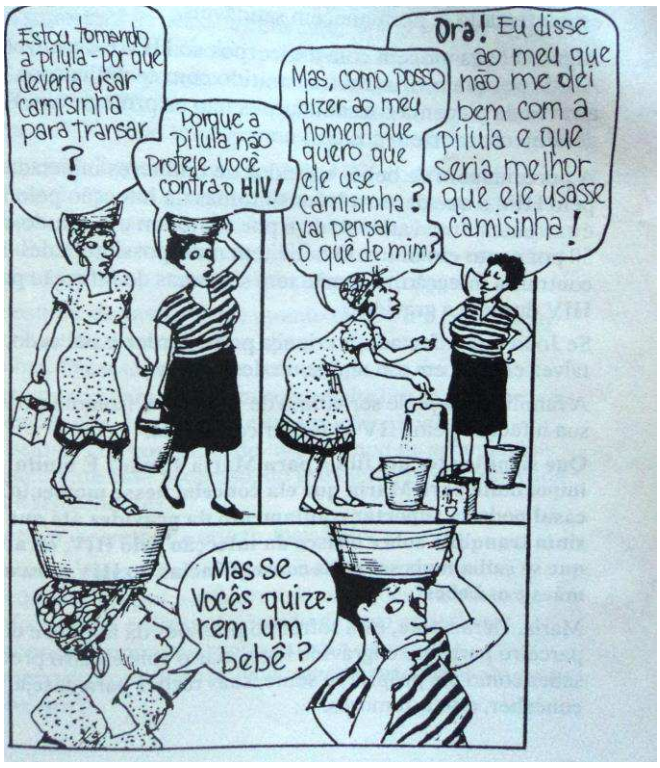
Ainda que percebamos – como já exposto – principalmente após o surgimento da AIDS, uma maior discussão sobre o prazer, cabe-nos pensar quem seria a pessoa detentora deste prazer. Nos exemplos, situações hipotéticas disponibilizadas no livro "Falando de AIDS: um guia para o trabalho comunitário", pudemos vislumbrar as mulheres como ativas sexualmente, como nota-se no exemplo a seguir: "Mara adora fazer amor. Ainda não deseja comprometer-se e por isso *tem uma quantidade de namorados*. Sempre insiste que os namorados usem camisinhas com o nonoxinol-9[74], se fazem sexo com penetração" (BEMFAM, 1989, p. 37). Ao falar em "namorados" e não clientes, o exemplo apresentado deixa claro que não se tratava de uma prostituta, mas de uma mulher que tinha uma vida sexual ativa e vários parceiros. Este é, porém, um dos únicos modelos em que a mulher é exibida como "liberada".

As pessoas que tinham interesse em utilizar o *Guia* no trabalho comunitário eram estimuladas a falar de forma realista sobre as DSTs e o HIV, inclusive estimulando as prostitutas a deixarem aquela atividade, orientando "para que busquem uma ocupação confiável" (BEMFAM, 1989, p. 91). Pessoas que tinham parceiros que não estavam colaborando, deveriam tentar entrar em um acordo com eles. Podemos perceber que existem aí duas formas de enfrentar a questão. A prostituta deveria deixar sua atividade, mas aqueles que têm um relacionamento e estão expondo-se a situações que põe em risco a si mesmo e a parceira – os exemplos apresentam majoritariamente homens – podem entrar "em acordo".

Nas imagens a seguir, parece haver uma aceitação da traição, quando são os homens que traem, o que denota, mais uma vez, que a publicação não estava livre de marcas de gênero. Os diálogos que se seguem mostram que as esposas, ainda que fiquem insatisfeitas (atente-se para a expressão da esposa no terceiro quadrinho da história à esquerda), não decidem deixar seus companheiros por conta da infidelidade. Contrair uma DSTs, ao que parece, é algo comum entre os homens. O amigo entendeu pelos sintomas que seria uma doença que se pegou "fazendo sexo". O conselho dado pela profissional que aplica as injeções nos indica o acordo possível: "fiquem só um com o outro, *ou* usem camisinha".

[74] Espermicida que, acreditava-se, seria eficaz contra o vírus HIV. Para Vieira et. al. (1999), as pesquisas sobre os microbicidas vaginais tais como o Nonoxinol apresentavam resultados incongruentes e ainda não haveria "consenso entre os pesquisadores sobre a recomendação desses produtos na prevenção da transmissão da AIDS". (VIEIRA, et. al., 1999, p. 340).

Figura 28 – Imagens para aconselhamento - DSTs
Figura 29 – Imagens para aconselhamento – pílula e HIV



Fonte 29: BEMFAM. 1989, p. 23.

Figura 30: BEMFAM. 1989, p. 25.

O outro diálogo também nos deixa entrever uma aquiescência do marido adúltero. Uma mulher preocupa-se em proteger-se do HIV, mas mostra-se temerosa em pedir para que o marido use o preservativo, pois não quer que ele pense que ela o trai. Em momento algum, interessante perceber, as duas mulheres, que têm companheiros, questionam o fato de possivelmente estarem sendo traídas. Tal situação é aparentemente normal e aceitável.

Figura 30 – Imagens para aconselhamento – camisinha e violência

Fonte: BEMFAM. 1989, p. 92.

Para Carmen Dora Guimarães (1996), sugerir que o marido utilizasse o preservativo para prevenir DSTs poderia trazer riscos para o relacionamento e estes poderiam ser, para a autora, maiores do que a própria doença. Tal pedido poderia comprometer a postura de "recato e passividade da sexual" da mulher e também colocaria em cheque a honra do homem, já que ele perderia o controle da sexualidade da mulher. Dessa forma, tal solicitação pode causar crises no relacionamento, abandono do lar e violência, como vimos no quadrinho anterior. A infidelidade do marido, afirma Guimarães, dificilmente teria tais efeitos, visto que geralmente tende a ser perdoado se ele cumprir as "obrigações em casa" (GUIMARÃES, 1996, p. 298).

Vieira et. al. (1999) destacam, igualmente, as "obrigações de casa" – ou a dependência econômica das mulheres em relação aos companheiros – como uma desvantagem social que as coloca em situação de vulnerabilidade para exigir o uso do preservativo. Além disso, os autores chamam atenção para a dependência social e emocional como um fator que

diminui o poder de negociação e de estabelecimento de limites na relação por parte das mulheres. (VIEIRA et al, 1999, 328)

Figura 31 – Imagens para aconselhamento – questão de gênero

Fonte: BEMFAM, 1989, p. 82.

Algumas prostitutas entrevistadas pela BEMFAM (e também nesta pesquisa) relataram que viveram/viviam situações parecidas. Elas diziam que pedir para os clientes usarem a camisinha seria arriscar perder o programa (pois assim eles achavam que elas estavam doentes) e que os companheiros e clientes fixos não encaravam bem esse pedido, pois entendiam que aquelas mulheres estariam fazendo sexo sem o uso do preservativo com outros homens, o que configuraria uma traição.

Dessa forma, algumas imagens que permeiam a publicação deixam transparecer marcas de gênero, sendo válido atentarmos para os escritos de Scott, segundo a qual devemos reconhecer "homem" e "mulher" como "(...) categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque, mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas" (SCOTT, 1995, p. 93).

Na publicação intitulada "Saber ouvir, saber falar – um modelo de campanha informativa sobre a difusão da AIDS e a prevenção da doença", os clientes das prostitutas – muitos deles casados – colocavam o prazer como algo de que não queriam abdicar e isso se

relacionava com um dos motivos expostos para não usar a camisinha. Segundo eles, o método tiraria a sensibilidade e assim, o prazer. Não apenas os clientes pensavam assim: algumas prostitutas também concordavam com essa opinião.

Percebendo que pedir para as mulheres abandonarem a atividade da prostituição não era a decisão mais sábia para evitar novos contágios com o vírus HIV e em consonância com a situação histórica – mais uma vez – de surgimento de movimentos de prostitutas no Brasil e no mundo, a BEMFAM aparentava, de certa maneira, aliar-se a elas, quando alertava para a necessidade de identificar "representantes legítimos do grupo", ouvir "o que eles têm a dizer" e buscar um "compromisso recíproco nas ações" que se seguiriam (BEMFAM, 1992, p. 6). Era preciso "saber ouvir" para "saber falar" e orientá-las (e para deslegitimar seu conhecimento). Dessa maneira, passa-se de uma visão de prostituta que quer "sair do inferno", que se espelha em Maria e para quem o orgasmo é totalmente inexistente para a prostituta que pode falar de prazer e é fonte dele, desde que o preservativo seja utilizado.

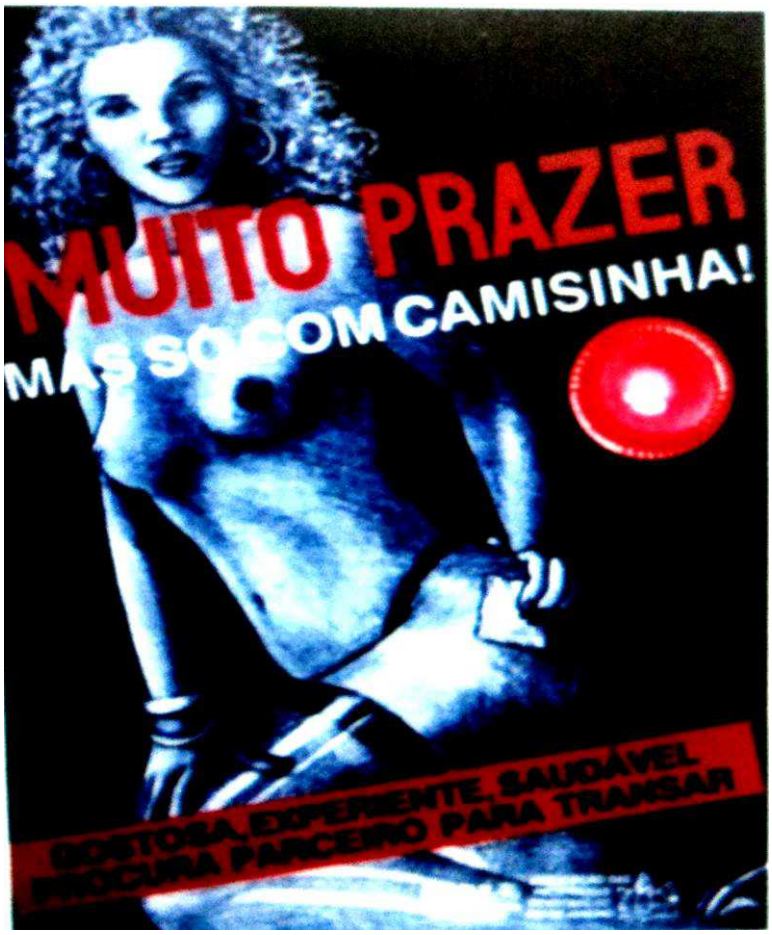
As prostitutas, contudo, tinham algumas ressalvas quanto ao uso da camisinha. De acordo com as entrevistadas, o preservativo causava assaduras e ardência (principalmente nos dias em que se tinha muitos clientes). Além deste, outro motivo foi apontado para a recusa da camisinha e este de caráter econômico. A constatação da ejaculação do cliente era importante para a cobrança dos serviços: algumas vezes a camisinha poderia acarretar prejuízos para as mulheres já que com o preservativo nem sempre percebiam se o freguês já havia ejaculado. Uma das entrevistadas falou dos prejuízos para o prazer, ainda que não fique evidente de quem seria aquela sensação: "com camisinha não dá prazer; não se sente o pênis latejar lá dentro" (BEMFAM, 1992, p. 31).

Notamos que a confirmação da ejaculação – consequentemente, do orgasmo do cliente, era essencial no trabalho dessas mulheres. Uma delas descreve a relação sexual em o "freguês chega, transa, acabou" e outra dizia não conversar com os homens, pois "conversa atrasa a gente" e a dona do cabaré chamaria a sua atenção. Para além do sexo, uma das pesquisadas dizia não ser apenas "puta", pois os homens também a procuravam para "conversar, por amizade" (BEMFAM, 1992, p. 28).

Compreendemos, assim, que o prazer das prostitutas poderia até ser desejado por alguns clientes, mas isso não era uma regra. O prazer que interessa durante o programa é o deles e isso não parece ser exatamente questionado por elas, ainda que algumas reclamem da forma como os clientes as tratam. Para uma das entrevistadas existiam duas formas possíveis: "como gente e como animal." (BEMFAM, 1992, p. 28).

Nesse sentido, ao vermos os cartazes que foram utilizados nos cabarés em Vila Mimoza entendemos que se trata de um acordo, uma troca: você terá prazer, mas para isso terá que usar o preservativo.

Figura 32 – Cartaz BEMFAM



Fonte: Costa, N.F.P. (2005, p. 91).

Essa compreensão de prostitutas como pessoas que não sentem prazer durante as relações sexuais com clientes também pôde ser encontrada nos jornais em circulação em Fortaleza. Uma matéria do jornal *Diário do Nordeste* de junho de 1986, dizia que a manutenção da prostituição era ocasionada pelos clientes, sendo necessário combater o "mal pela raiz": se não houvesse a procura, não haveria o serviço a ser ofertado. Ao entrevistar uma prostituta, porém, percebemos que a culpa recairia não sobre os clientes, mas sobre as esposas que não cederiam aos desejos dos maridos:

> Deixemos que uma "call girl" explique: "a única coisa que nos mantém em atividades são as esposas. Se dessem aos maridos tudo o que eles desejam,

> estaríamos arruinadas. A maior parte dos clientes é formada por homens casados que pedem à prostituta a felação total e alguns até se sentem tímidos para explicar que pedem isto porque suas esposas se negam a fazê-lo. E as mariposas adoram. Não porque pensam em sentir qualquer êxtase (*nenhuma delas trabalha pelo prazer sexual*) mas porque é muito lucrativo (SANTOS, 1986, p. 21).

Nesse sentido, o prazer das trabalhadoras sexuais estaria apenas no lucro alcançado ao realizar práticas a que as esposas se negam, como o sexo oral. Entendemos, no entanto, que tal generalização é problemática e pode ocultar outras vivências. Vale ressaltar ainda que, como vimos anteriormente, nem todas as prostitutas se submetiam a realizar tal prática sexual, algumas por nojo. Uma das pesquisadas de Vila Mimoza disse inclusive que a prostituta "tem que domar o homem" e que na relação sexual ela só deveria fazer o quisesse, "nada é obrigatório". (BEMFAM, 1992, p. 28)

Assim, podemos dizer que apenas com o surgimento da AIDS houve alguma atenção por parte da BEMFAM para a sujeita deste estudo. Compreendemos, entretanto, que o silêncio sobre elas também seria uma forma de discurso, visto que a prostituta foi durante muito tempo o oposto da mulher idealizada pela entidade. Seguindo um movimento maior que as enfocou – sob uma perspectiva de saúde pública, como aponta Legardinier (2009, p. 199) – a BEMFAM passou a, lentamente, dar visibilidade para aquelas mulheres em um momento no qual elas mesmas começavam a se organizar enquanto movimento.

Percebemos que boa parte do discurso da BEMFAM findava por vitimizar as prostitutas, ainda que algumas falas deixem entrever certa agência. É possível dizer ainda que a entidade reafirma a dupla moral mães *versus* putas quando cita estas apenas em publicações específicas ou propõe que o melhor seria que elas deixassem aquela profissão. Mesmo em tempos de AIDS, continuam, na Revista *População & Desenvolvimento*, as matérias sobre os usos das pílulas anticoncepcionais, o que nos deixa vislumbrar uma divisão entre as que podem usar pílulas anticoncepcionais e as que devem "convencer os homens" a usar a camisinha.

Encontramos diferenças na maneira em que homens e mulheres – prostitutas ou não – viviam a sexualidade. Enquanto "Mara adora fazer amor", um amigo avisa ao outro que ele contraiu uma doença que se "pega fazendo sexo". Sem orgasmo e com o prazer na relação direcionado para o homem que usa o preservativo, até mesmo a prostituta "faz amor"[75]. Como nos diz Jeffrey Weeks (2001), "a linguagem da sexualidade parece ser avassaladoramente masculina" (WEEKS, 2001, p. 41).

---

[75] Estamos nos referindo a um dos cartazes a ser exposto na Vila Mimoza. Nele, uma prostituta fazia o convite : "Muito prazer. Venha *fazer amor* comigo." (BEMFAM. 1992**,** p. 21).

A publicação “Saber ouvir, saber falar...” deixa explícito que entre ficar só com a esposa *ou* usar o preservativo, a segunda opção iria vencer: suscitou-se a sugestão – não fica evidente na publicação quem teria proposto – de vender camisinhas em cabarés e boates da Vila Mimoza, para evitar que os homens se comprometessem com suas esposas quando estas encontrassem preservativos em seus bolsos (BEMFAM, 1992, p. 18).

Percebemos, assim, que o prazer é majoritariamente para os homens e um jornal de Fortaleza denunciava que a mulher liberada ainda não havia sido “aceita totalmente” (ZENARDO, 1986, p. 7) ao mesmo tempo em que cresciam os anúncios de massagistas e de remédios para renovar o “vigor sexual” do homem, “em qualquer idade”.

Figura 33 - Propaganda de Alcatueba

Fonte: **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 10 nov. 1985, p. 15.

Interessante perceber que, ainda que nas páginas das publicações da BEMFAM os métodos anticoncepcionais não fossem indicados para elas, algumas prostitutas podem ter utilizado a contracepção na forma recomendada pela entidade: para ter um maior sucesso profissional, cuidar melhor de sua família e sem vinculações com o erotismo. O prazer, conforme vimos, é destinado ao homem que, a partir do surgimento da AIDS, terá que usar a camisinha (não sem resistência); às prostitutas caberia o fingimento. Se o prazer e as pílulas não pertencem à prostituta, o mesmo não ocorre quando o assunto é a AIDS. Aliás, é só a partir desta doença que aquelas mulheres encontram frestas para serem vislumbradas.

Ao final deste capítulo, nos perguntamos se as prostitutas seriam de fato mulheres tão diferentes de todas as outras mulheres. A tática do fingimento e a ausência de prazer, a não realização de certas práticas nas relações, a ideia de mulher como “cuidadora”, o medo em propor o uso do preservativo e até mesmo a vontade de assemelhar-se à virgem Maria nos

indicam apenas algumas semelhanças. O próximo capítulo nos mostrará outras semelhanças, assim como diferenças; as identificaremos nas práticas que acessaremos via memória de nossas narradoras.

CAPÍTULO 3 - TRABALHO, CONTRACEPÇÃO E ABORTO ENTRE PROSTITUTAS

No início dos anos 1980, Rose Marie Muraro entrevistou diversas mulheres e homens abordando sua sexualidade a partir de um viés de classe e da realidade que os cercava. Ao questionar as mulheres operárias sobre a distribuição gratuita de pílulas pelo governo, uma resposta chamou nossa atenção. Uma das entrevistas afirmou que com a "fartura de pílula" os homens não mais se casariam, já que encontrariam "a mulher da pílula em todas as esquinas" (MURARO, 1983, p. 263).

Rose Marie Muraro compreendia que, apesar da maioria das opiniões a respeito da distribuição de contraceptivos ser positiva, persistiam argumentos tradicionais. A pílula era identificada como uma ameaça para a "espécie", para a "segurança da mulher", pois esta não teria mais como casar-se e, assim, também como uma ameaça à família. A "mulher da pílula", que poderia ser encontrada em "todas as esquinas" foi percebida pela autora como um "novo tipo de mulher", que estaria "em toda parte" e trazia consigo o fantasma do "fim da ordem conjugal" (MURARO, 1983, p. 263). Ainda que a indicação da possível presença dessas mulheres em "todas as esquinas" expresse uma ideia de numerosidade, é possível inferir que a entrevistada estivesse se referindo a prostitutas, pelo local em que elas estariam – as esquinas – ou às várias mulheres que, por sua conduta de aceitação do método, poderiam se comparar a aquelas.

A questão principal que nos motivou a iniciar esta pesquisa foi o uso dos anticoncepcionais entre as prostitutas nas décadas de 1970 e 1980. Interessava-nos entender a utilização ou recusa da contracepção medicalizada – pílulas anticoncepcionais, DIUs e laqueaduras de trompas – entre aquelas mulheres, e partimos do pressuposto de que aqueles métodos, em ascensão desde os anos 1960, teriam trazido vantagens para a sua atividade, proporcionando uma maior segurança na separação entre as relações sexuais com clientes e a gravidez. Posteriormente, como já exposto, ampliamos nossa problemática, abrangendo outras questões, como o aborto (que discutiremos neste capítulo) e os cuidados com o corpo no que se refere às DSTs/AIDS e às práticas sexuais. Por fim, a intenção é discutir a prostituta como "mulher pública" com o associativismo.

As entrevistas realizadas com prostitutas, entretanto, mostraram que o uso de tecnologias contraceptivas não foi vivenciado de forma tão tranquila e óbvia por elas e que o elogio à maternidade aparece nos discursos de forma constante, como veremos ao longo deste

capítulo. O aborto, por sua vez, é muitas vezes negado, sendo assumido apenas quando a relação entrevistada - entrevistadora alcança um nível mais elevado de confiança.

Assim, buscamos refletir sobre a forma pela qual a liberação dos costumes em dois aspectos específicos – principalmente a difusão da contracepção medicalizada, mas também uma maior discussão sobre aborto[1] – impactou as atividades da prostituição. Como vimos nos capítulos anteriores, os jornais e a BEMFAM ignoraram, muitas vezes, a utilização de anticoncepcionais pelas prostitutas e não havia, de forma explícita, uma preocupação com o número de abortos por elas praticados. Nesse sentido priorizaremos, neste capítulo, as memórias de nossas entrevistadas em relação ao uso dos contraceptivos e ao aborto. A partir do contraste entre jornais, documentos da BEMFAM e da memória presente nos discursos contemporâneos, pretendemos iluminar nosso objeto neste capítulo: os cuidados com o corpo no que se refere à contracepção e o aborto.

Devemos lembrar que a metodologia da História oral não foi aqui utilizada na intenção de "preencher lacunas", mas no sentido de ouvir pessoas sobre as quais muito já se falou, mas pouco se ouviu. É recuperar o vivido "conforme concebido por quem viveu" (ALBERTI, 2004, p. 23), tendo em mente que a memória é "um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento" (BOSI, 1994, p. 39). Como viveram aquela situação histórica de liberação de costumes e, em particular, de que maneira seus corpos e trabalho foram afetados pela contracepção medicalizada, um dos símbolos dessa liberação? Refletir sobre essa questão é nosso objetivo nesse capítulo.

[1] De acordo com Alisa Del Re (2009), a noção de liberdade sexual teve uma importância fundamental nos argumentos de feministas que eram a favor do direito ao aborto. De acordo com a autora, muitos estudos realizados após a aprovação de leis que permitiam a interrupção do aborto apontaram que não era apenas por motivos materiais que as mulheres optavam pelo aborto. Muitas delas tinham, inclusive, informações sobre contraceptivos, mas preferiam abortar do que dar continuidade a uma gravidez não desejada (RE, 2009. p. 24).

3.1 "Mulher buchuda não ia dar lucro dentro do cabaré": contracepção entre prostitutas

Antes de iniciarmos as entrevistas entendíamos que, se uma gravidez não desejada para uma mulher que não trabalha na prostituição poderia trazer dificuldades para o seu trabalho e carreira, para a prostituta isso seria ainda mais evidente. Além disso, compreendíamos que a contracepção medicalizada seria um artifício desejado por mulheres que exerciam aquela ocupação, já que, diferente de mulheres casadas ou em união (que poderiam contar com o apoio dos companheiros em parte dos casos), aquelas teriam que arcar sozinhas com a criação do/a filho/a (caso não optassem pelo aborto), visto que não era incomum que os clientes fossem negligentes em relação à prevenção de uma gravidez e incrédulos quanto à possível paternidade de filhos oriundos de um programa, principalmente os ocasionais.

Sobre essa questão, podemos apresentar um trecho da entrevista[2] feita com uma de nossas narradoras[3], que teve seis filhos de clientes:

> Valderiza Menezes: E...os pais deles?
> M.A.: Os pais é assim: "meu não é não!" A gente tem certeza que é, né? Eu, pelo menos eu tenho certeza [de] quem é os pais. E outra coisa: cada um é um pai, né? (risos), mas eu sabia tudinho! Mas eles não era pai...e o pai e a mãe sempre foi eu, graças a Deus (risos)
> Valderiza Menezes: E eles...os homens não se preocupavam...
> M.A.: Não!
> Valderiza Menezes: ...assim, "ah, não vou...[...] tenho medo dela engravidar"... eles não tinham essa preocupação?
> M.A.: Não, tinha isso não... é "se vira". (M.A.M.S., 73 anos, 2018)

M.A. nunca casou e disse ter vivido apenas um curto período de tempo com uma pessoa que tratou como um senhor que a "ajudava". A entrevistada afirma que sempre informava aos clientes, pais de seus filhos, quando estava grávida, mas estes negavam a

[2] Foi nosso objetivo, nesta pesquisa, tratar as narrativas orais como uma construção dialógica. Anne McClintock (2010) recomenda, nesse sentido, que para minimizar desigualdades entre pesquisador e pesquisado, ou uma "hierarquia que organizam aqueles que trabalham e falam diferentemente dos que pensam e escrevem" (MCCLINTOCK, p. 2010, p. 450) seria importante que os historiadores não ocultassem as seleções e intervenções realizadas e nem seus desconhecimentos. Além disso, não se deve optar por preservar "a 'voz' dos narradores em sua pureza artificial, enquanto o historiador invisível detém a autoridade executiva." (MCCLINTOCK, 2010, p. 477).

[3] Ainda que nenhuma de nossas entrevistadas tenha requerido o anonimato, optamos por indicar apenas as iniciais de seus nomes. Fizemos essa escolha por compreender que elas tratam, em vários momentos das entrevistas, de temas delicados e íntimos e também por estarmos em concordância com a Resolução 510/2016 no que se refere à exigência de respeito aos participantes e à avaliação da pesquisa de "modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes" quanto à sua honra, imagem e privacidade. No apêndice A o/a leitor/a poderá encontrar uma pequena biografia de cada entrevistada desta pesquisa.

paternidade e não reconheciam os filhos[4]. Como é possível observar no fragmento da entrevista citada anteriormente, antes que pudéssemos finalizar a pergunta sobre a existência, nos clientes, de uma preocupação com os filhos ou mesmo com uma possível gravidez das prostitutas com as quais se relacionavam, M.A. nos interrompe de maneira enfática: "Não!", deixando evidente que a prostituta é que deveria ser responsável pela contracepção e, caso engravidasse, também pela parte do "se virar", abortando ou sustentando sozinha a criança.

É válido questionar se essa falta de preocupação dos homens com uma possível gravidez das prostitutas não estaria relacionada a uma concepção vigente na estrutura patriarcal: a de que ter filhos seria uma "expressão de virilidade" (BARBOSA, 1989, p. 105-106). Ainda que, na maioria das vezes, os clientes se negassem a assumir como filhos as crianças nascidas a partir de um programa, devemos lembrar, como aponta Michel Bozon (2004), que a masculinidade, na maioria das culturas, é desafiada pelos pares, devendo ser constantemente exposta por meio da recusa a comportamentos tidos como femininos, pela iniciação precoce – muitas vezes com prostitutas – para garantir a certeza da heterossexualidade, através da "virilidade permanente no desempenho sexual" e também por uma "comprovada capacidade de procriar" (BOZON, 2004, p. 28-29).

Figura 34: Filme pornográfico em cartaz em Fortaleza

Fonte: A supremacia do filme pornô. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 24 de junho de 1986. p 24. (Seção Variedades).

[4] Desconfiamos se de fato a narradora teria como ter a certeza acerca da paternidade de seus filhos, visto que ela afirmou que realizava muitos programas e "dava muito lucro" nos cabarés em que trabalhava, fato que fazia com que fosse bem quista pelas madames, segundo ela.

Além disso, os filmes pornográficos, em alta no recorte desta pesquisa[5] podem também ter colaborado para que não houvesse esse temor de uma gravidez por parte de clientes de prostitutas, já que

> todos os personagens desse 'sexo explícito' nem engravidam, nem recorrem a métodos anticoncepcionais. Ao contrário, apesar de serem enfatizados os prazeres obtidos com atos fecundantes, estes surgem na tela e na literatura totalmente desligados dos riscos de gravidez (PRADO, 1985, p. 30).

A narradora M.A. nos disse que nunca fez nada para evitar as gravidezes e que quando acontecia, apenas "esperava pra ter o nenê". Ela relata ter feito apenas um aborto, e que este só teria ocorrido porque sua patroa a levou em um carro para uma clínica e somente lá disse que seria feito o procedimento. Afirma que nunca usou pílula anticoncepcional e quando perguntada sobre os motivos, alegou que não gostava de "tomar comprimido" e que "tinha medo" de ingeri-los; justificou-se ainda dizendo que "tinha vontade" de ter seus filhos, o que para nós indicou uma aceitação da maternidade como destino natural de toda mulher, mesmo que fora de uma relação socialmente aceita e em decorrência de sua atividade.

Assim como outras entrevistadas, M.A. trabalhava quando estava grávida e nos disse que não "era muito bom não", tanto pela procura diminuta (outra narradora disse que depois de 6 meses de gravidez os homens não "queriam mais") como pelo incômodo de ter relações sexuais principalmente em estágio avançado da gestação:

> M.A: [...] não era muito bom não, mas a gente tinha que ganhar, né...o dinheiro, né?
> V.M.: A senhora trabalhava até quantos meses de gravidez?
> M.A: Até...a hora de sentir dor.
> V.M.: Mas...a sua patroa, ela exigia isso?
> M.A.: Não [hesitante]...mas...na boate?
> V.M: Sim.
> M.A: A gente tinha que ficar até a hora de ir pra maternidade [...], porque ela ia...não queria sustentar a gente, né? [...] é ruim mesmo...a gente sofre um pouquinho. (M.A.M.S., 73 anos, 2018).

Apesar das dificuldades, M.A. assegurou, como já mencionado, não ter feito uso de pílulas anticoncepcionais; afirma também não ter utilizado DIU, camisinha, chás ou outros preparos caseiros para fazer "descer as regras" ou mesmo se submetido a uma cirurgia de

[5] Em junho de 1986, uma matéria do jornal Diário do Nordeste criticava o que chamava de "Supremacia do filme pornô" nos cinemas de Fortaleza. De acordo com o periódico, dois dos oito cinemas da cidade eram destinados apenas à exibição desses filmes, que eram, em geral, de baixa qualidade técnica e artística. Os gerentes desses "cines" consideravam que o negócio era muito rentável, enquanto o jornal alertava para a baixa frequência do público em filmes como "A História Oficial", vencedor do Oscar de melhor película estrangeira em 1986 (A SUPREMACIA..., 1986. p. 24).

laqueadura de trompas. Ela mostra-se orgulhosa por ter sustentado seus filhos[6] "de um tudo" com o dinheiro conseguido na prostituição e é lacônica ao responder questões referentes ao uso de contraceptivos.

Aparentemente, a construção feita de si no momento da entrevista como uma mulher que conseguiu criar os filhos sozinha torna o uso da contracepção algo que deve ser rechaçado. Nesse sentido, não é demais lembrar que o fato vivenciado e registrado na memória é narrado em concordância com as intenções que se quer no presente, o que torna necessário uma análise que considere e trate a narração da forma como ela se apresenta (BORGES, 2009).

M.A. diz sentir saudade da época da prostituição, na qual era feliz e podia cuidar de seus filhos "direitinho", sem precisar de ninguém; a atividade que exerceu durante anos lhe traz boas lembranças, mas é justificada, frente à pesquisadora, principalmente por esse cuidado e pelo sustento financeiro que tornou possível aos seus filhos. Vale salientar que ela diz ter se iniciado na prostituição pelo convite de uma amiga e somente após ter engravidado (ainda quando trabalhava como empregada doméstica), pois a patroa não permitiu que ela continuasse no emprego. Assim, a ocupação constituía apenas parte da vida dela e não "única atividade definidora de sua identidade" (BARRETO, L. C., 2013, p. 11) – como ocorre com outras profissões – e a narradora deixa isso evidente na entrevista, ainda que soubesse que nosso interesse maior era em conversar sobre seu trabalho como prostituta.

É válido relembrar – já que este assunto já foi discutido no primeiro capítulo – que o advento dos métodos anticoncepcionais modernos foi vivenciado de forma diferenciada entre as mulheres. Como indica Lucila Scavone (2001), os contraceptivos constituíram uma das principais chaves para que a escolha da maternidade pudesse ser feita com maior liberdade e embora tenha sido "uma das reivindicações mais importantes do movimento feminista contemporâneo, sobretudo o europeu, ele nem sempre foi produto de uma conquista das mulheres, especialmente nos países do sul." (SCAVONE, 2001, p. 51). Assim, enquanto no caso francês, por exemplo, a contracepção pode ser entendida como uma conquista do movimento feminista, no Brasil e em outros países da América Latina ela esteve vinculada a políticas demográficas de controle da população.

Como vimos no capítulo anterior, algumas mulheres pobres tiveram acesso às pílulas e DIUs através de organismos como a BEMFAM. Para o caso das prostitutas tal possibilidade

[6]A entrevistada afirma que teve seis filhos, mas dois morreram ainda pequenos. M.A. nos disse que cuidou também de uma menina que foi abandonada pela mãe. Hoje esta filha adotiva tem uma filha que está sob os cuidados da narradora.

parece não ter existido, por motivos já discutidos. As entrevistas realizadas ratificam o que percebemos no discurso da instituição: as pílulas e DIUs eram direcionadas para mulheres casadas, apenas. Tais métodos não deveriam ser utilizados por mulheres solteiras ou que tinham como profissão a prostituição. Dentre as entrevistadas desta pesquisa, apenas uma disse ter conhecido o trabalho da BEMFAM, mas somente quando a AIDS surgiu e a instituição passou a atuar junto a aquela população, utilizando-as inclusive como multiplicadoras.

A narradora J.M., diferente de M.A., nos disse que fez uso de pílulas anticoncepcionais, mas assim como M.A., afirmou que os homens não se preocupavam com a possibilidade de que uma gravidez pudesse ocorrer, deixando a cargo das mulheres esse cuidado:

> V.M.: [...] algum homem chegava no cabaré e perguntava assim: "você toma pílula?" Ou eles não se preocupavam com isso?
> J.M.: Não se preocupavam, minha filha. E naquele tempo, não existia negócio de camisinha não... (J.M.L., 59 anos, 2018a)

É preciso salientar que na época em questão as camisinhas já eram comercializadas. No decorrer da entrevista pudemos entender o que a narradora quis dizer com "não existia": não havia, no caso, um acesso facilitado às camisinhas, já que elas não eram distribuídas em postos de saúde ou por instituições, como viria a acontecer após o surgimento da AIDS.

J.M., apesar de ter utilizado pílulas anticoncepcionais durante alguns anos, nos conta que engravidou treze vezes. Destas, oito crianças chegaram a nascer e em cinco vezes ela abortou (os relatos são confusos no que se refere ao número de abortos espontâneos e provocados, como veremos adiante). Em nosso primeiro encontro, a narradora disse que comprava os comprimidos, assim como as outras mulheres que moravam no mesmo cabaré que ela (com exceção de duas, que tomavam injeções mensais porque não "se deram" com as pílulas). No segundo encontro, porém, a narradora afirma que ficou sabendo dos anticoncepcionais através da dona do cabaré e que esta comprava as cartelas para todas as "meninas":

> V.M.: Quem foi que lhe falou do anticoncepcional?
> J.M.: Foi a dona do cabaré.
> V.M.: Ela disse que a senhora tomasse?
> J.M.: Ela disse que eu tomasse...porque eu cheguei grávida que nem eu te contei, aí *ela mandou fazer o aborto* aí depois ela mesmo ela comprou os comprimidos e me deu. Aí eu tomei *Anfertil* 8 anos (J.M.L. 59 anos, 2018b).

Esse curto trecho da entrevista realizada com J.M. nos permite refletir sobre importantes questões referente ao corpo da prostituta e sua autonomia. Primeiramente podemos ressaltar o fato da dona do cabaré ter mandado "fazer o aborto", questão que será discutida no próximo tópico. Em segundo lugar deve-se ressaltar a atitude da madame em oferecer pílulas anticoncepcionais sem o acompanhamento médico necessário a uma adolescente. Tendo iniciado na prostituição ainda muito moça, entendemos que os contraceptivos poderiam ter trazido sérias consequências para a narradora.

Em seu relato, porém, a entrevistada não revelou nenhum problema de saúde que pudesse ter relação com os contraceptivos ou mesmo os abortos que realizou. Ainda assim, não podemos esquecer dos efeitos colaterais que ela disse ter sentido com o uso das pílulas, o que pode ter sido acentuado pelo fato de ter começado a toma-las ainda muito jovem:

> V.M.: Com o *Anfertil*, a senhora sentiu o que?
> J.M.: No começo nada...aí do meio pro fim eu tava...tava ficando doida. Se tu falasse alto comigo eu avançava em cima. E aí dava assim um agoniamento na minha cabeça...
> V.M.: Enjoo também?
> J.M: Enjoo, assim...parecia que eu tava era prenha...tinha comida que eu provocava...aí eu fui pro médico, o médico disse que era dos comprimidos. Aí ele passou outro comprimido...Neo...*Neovlar*. Ele passou *Neovlar*. Ah, minha filha com esse *Neovlar* aí quase que eu vou, viu? Eu só tomei uma semana. Eu fiquei com umas pataca[7] roxa no corpo. Eu digo: eu não vou mais tomar nenhuma desgraça dessa. Aí a dona do cabaré disse: "mulher, eu vou comprar pra tu o que eu usei três anos. É o Nordeste[8]". Aí eu tomei, não senti uma dor numa unha, minha filha...nada.
> V.M: Mas a Sra. nem engordou, nem emagreceu, nem nada assim não?
> J.M: Fiquei do mesmo jeito. Já o *Anfertil* eu tomei ele oito anos, mas eu fiquei igual um bujão de gás (J.M.L. 59 anos, 2018b).

Como é possível perceber, a tentativa de evitar uma gravidez acabava esbarrando nos diversos efeitos colaterais das pílulas anticoncepcionais. Enjoos, nervosismo e alterações de peso eram de fato reações adversas comuns nas primeiras pílulas lançadas no mercado e, porque não dizer, que ainda persistem. Ainda assim, notamos que J.M. não desistiu de utilizar os comprimidos, tendo experimentado várias marcas até encontrar uma que se adaptou. Ela nos conta, contudo, que chegou a engravidar utilizando o anticoncepcional *Nordette*, fato que a fez não mais querer usar as pílulas.

Em matéria assinada por um médico no jornal *Diário do Nordeste* de março de 1982, alertava-se para os riscos do sexo precoce e da utilização de pílulas anticoncepcionais antes dos 17 ou 18 anos (CHAIB, 1982, p. 2). O autor do texto, Salomão Chaib, citava os estudos

[7] "Pataca": manchas na pele, geralmente de forma circular.
[8] O anticoncepcional a que J.M. se referia chama-se *Nordette*, mas assim como ela, outras entrevistadas falavam "Nordeste", assim como denomina-se a região brasileira.

do professor Carlos Alberto Salvatore, titular de Ginecologia da Faculdade de Medicina da USP para justificar sua preocupação. Vale frisar que a apreensão era apenas com as jovens. Em nenhum trecho da matéria os possíveis riscos do "sexo precoce" para os rapazes foram mencionados.

O primeiro efeito nocivo dos anticoncepcionais estava relacionado à ovulação. De acordo com Salvatore, as pílulas poderiam dificulta-la permanentemente, fazendo com que usuárias muito jovens fracassassem em tentativas futuras de engravidar. Além disso, o crescimento das jovens ficaria comprometido, pois os anticoncepcionais causariam uma parada antes do tempo. Por fim, chamava-se a atenção para o crescimento artificial dos seios causados pelos anticoncepcionais e a flacidez que ocorreria com a suspensão do medicamento.

Figura 35 – Propaganda da pílula anticoncepcional *Neovlar*

Fonte: **Jornal Brasileiro de Ginecologia**, Vol. 72, nº1, julho de 1971. (contracapa).

Percebemos que uma preocupação moral perpassava o texto de Chaib (1982). A questão que movia sua escrita não era apenas referente à saúde das adolescentes. Ele concordava com Salvatore quando este afirmava serem os meios de comunicação, em grande parte, os responsáveis pela iniciação sexual precoce das meninas e destacava o "solapar

permanente das bases morais", a "degradação dos costumes" e a "corrupção moral" (CHAIB, 1982, p. 2).

Tais efeitos, ao que parece, não chegaram ao conhecimento das narradoras que afirmaram ter utilizado pílulas anticoncepcionais e, se chegaram, parecem não tê-las preocupado. Uma gravidez, ao contrário, preocupava muito mais. Ainda que J.M. tenha nos dito que foi a dona do cabaré que lhe deu as pílulas, também era interesse seu evitar filhos. Vinda do interior do Piauí, após conflitos com seus familiares e sem parentes em Fortaleza ou outra ocupação, manter-se na prostituição era necessário para a sua sobrevivência.

Dos efeitos colaterais que sentiu, apenas o nervosismo a fez pensar em trocar a marca dos anticoncepcionais: "[...] mas o *Anfertil* eu *só fiz mesmo engordar*. Eu só parei porque quando tava depois dele de 8 anos eu tava ficando doida. Eu ia assim num canto, se tu olhasse pra mim e eu não te conhecesse, eu dizia logo: "Que é?! Perdeu alguma puta parecida comigo?!" (J.M.L, 59 anos, 2018, grifo nosso).

Chama atenção o fato de nem mesmo o aumento de peso ter feito J.M. repensar o uso da pílula. Destacamos esse tema porque o padrão/ideal de corpo feminino à época era o corpo esbelto e, acreditamos, aquelas que seguissem esse modelo poderiam ter mais oportunidade de programas. A narradora afirma, porém, que chegava a ter 12 clientes por noite e que não ser vaidosa – não utilizar maquiagem, fazer unhas ou sobrancelha – nunca teria sido um empecilho para a sua atividade. Ela alega que à época chegavam muitos navios no Farol, o que fazia com que a procura pelas prostitutas fosse muito elevada.

Sobre essa questão, a coluna "Mulher" do jornal *O Povo* trazia, em fevereiro de 1980 a matéria "Seu corpo está preparado para o verão?", na qual apresentava dicas de alimentação, exercícios físicos e depilação. Com a chegada do verão – "estação maravilhosa e descontraída" – o jornal recomendava que o corpo da mulher estivesse "certinho para acompanhar a moda":

> Você já experimentou sua tanga, seu biquíni, seu maiô, ou já usou vestidinho todo fresquinho, que comprou para usar no verão? Como está seu corpo? Tudo *no lugar* ou alguma gordurinha teima em despontar naqueles lugares estratégicos: região dos seios, estômago, cintura, quadris e coxas (SEU CORPO..., 1980, p. 26, grifo nosso).

Denise Bernuzzi de Sant'anna (2014), em seus escritos sobre a história da beleza no Brasil, aponta que entre os anos 1960 e 1970, com a "voga internacional dos três S (*sun, sex and sea*)," o corpo magro, jovem e bronzeado havia se tornado o símbolo maior de sensualidade, beleza e saúde. Na imprensa valorizava-se a magreza das pernas e braços,

alongando a mulher. O cós baixo das calças *saint-tropez* e os biquínis pediam uma barriga magra e sem flacidez (SANT'ANNA, 2014, p. 128-129). Como percebemos, esse ideal chegaria aos anos 1980 e continuaria a guiar mulheres na busca de um corpo desejado.

Matérias de jornais feitas junto às prostitutas também se mostravam atentas aos padrões de beleza e chamavam a atenção do leitor para o "desgaste" causado pela atividade:

Figura 36 – Prostituta no Farol 1

Figura 37 – Prostituta no Farol 2

Fonte: Farol, zona localizada. **O Povo**. Fortaleza, 09 de março de 1982. p. 19.

As legendas das fotos, "as mais cotadas conseguem alguma coisa" – no sentido de que seriam melhor pagas ou mais procuradas – e "a natureza da atividade desgasta e desprivilegia" põem em destaque a necessidade de cuidar da beleza para garantir sucesso na ocupação. A própria profissão, porém, findaria por "desgastar" a aparência, devido às noites mal dormidas, à alimentação precária, ao consumo de bebidas e de drogas não raras vezes. Chama nossa atenção, contudo, a postura das mulheres ao serem fotografadas. Elas não estão

intimidadas, muito pelo contrário. A primeira com um picolé e a segunda com um vestido ou saia esvoaçante, parecem fazer um convite aos jornalistas. Não há vergonha por seu corpo ou profissão. Elas olham fixamente para os jornalistas e também para os leitores.

Voltando à questão da contracepção, a narradora R.M. também afirmou que sofria de crises de nervosismo com os anticoncepcionais, fato que a fez repensar seu uso:

> Tomava, mas eu não me dava. [...]Ficava nervosa, mulher, qualquer coisa eu me esquentava, queria brigar, ficava nervosa... aí eu: "não, num dá certo não". [...] era aquela dor de cabeça. Era um nervosismo medonho, qualquer coisinha eu tava me zangando das coisas, queria que tu visse! Quebrava as coisas de qualquer... os meninos me aperreasse, eu tivesse com água num copo eu jogava bem aculá, era assim, ficava perturbadinha (R.M.S., 63 anos, 2018).

R.M. afirmou que chegou a tomar as pílulas por quatro anos e que tentou utilizar marcas diferentes, mas não se "dava", ou seja, não se adaptava a nenhuma. Pela quantidade de vezes que falou o termo "nervosa" e "nervosismo" em seu relato, percebemos que esta era realmente uma questão que a incomodava. Diferente de J.M., R.M. tomou conhecimento das pílulas através das mulheres que também eram prostitutas e que aparentemente tiveram maior capacidade de adaptação do que ela.

Ao consultarmos a bula de *Anfertil* no Dicionário de Especialidades Farmacêuticas (DEF), verificamos que "nervosismo" era colocado como uma das "reações adversas observadas em pacientes que usam anovulatórios" e não apenas naquelas que usam *Anfertil* (ANFERTIL, DEF, 1978/1979, p. 269). Tal estratégia do laboratório – no caso o *Fontoura Wyeth* , mesmo laboratório do anticoncepcional *Nordette* – visava garantir a utilização do produto, já que os efeitos colaterais citados seriam comuns a todos os anticoncepcionais, usar outra marca não faria diferença.

Enquanto para algumas reações adversas apresentadas não havia contestação ou confirmação de correlação, para outras a relação era aceita:

> *Sabe-se* que as seguintes reações adversas ocorrem em pacientes com uso de anovulatórios: *náusea*, *vômito*, sintomas gastrointestinais (tais como cólicas intestinais e flatulência), hemorragia intermenstrual, *manchas sanguíneas*, alterações no fluxo menstrual, amenorreia durante e após o tratamento, edema, cloasma ou melasma com possibilidade de persistência, alterações nas glândulas mamárias (sensibilidade anormal ao toque, aumento de volume e secreção), *alterações no peso* (aumento e diminuição), alterações na erosão e secreção cervicais, supressão da lactação quando administrados imediatamente após o parto [...] (ANFERTIL, DEF, 1978/1979, p. 269).

Como já mencionamos, as narradoras desta pesquisa sofreram com alguns dos efeitos colaterais acima elencados. Em relação à reação que mais inquietava J.M. e R.M. – o

nervosismo – entretanto, o laboratório afirmava que embora tenha sido relatada pelas usuárias "não se confirmou nem refutou a existência de associação". Apontava-se ainda, na publicação, a necessidade de se fazer exame físico, principalmente das mamas e órgãos pélvicos, incluindo-se "esfregaço de Papanicolau". A finalidade seria obter a completa história clínica da paciente antes da prescrição das pílulas e de forma periódica, durante a sua administração, algo que não foi seguido de maneira exata pelas entrevistadas, como temos apresentado.

R.M. diz ainda ter engravidado enquanto tomava as pílulas: "eu engravidava era tomando comprimido, servia não, pra mim não. Prestava não [...]" (R.M.S., 63 anos, 2018). Situação semelhante teria ocorrido com J.M., que diz ter ficado grávida de um cliente enquanto tomava o anticoncepcional *Nordette*, como mencionado anteriormente. Isso teria feito com que ambas deixassem de crer na eficácia das pílulas e, enquanto J.M. disse ter optado por não mais se utilizar daquele contraceptivo, R.M. escolheu se submeter a uma laqueadura de trompas.

Ainda que a possibilidade de falha da pílula anticoncepcional existisse, é possível que esquecimentos possam ter ocorrido, ainda que as entrevistadas neguem:

> V.M: Mas a senhora tomava bem direitinho?
> J.M.: Tomava bem direitinho! Toda noite, toda noite, toda noite!
> V.M.: Não tinha perigo da senhora esquecer?
> J.M.: De jeito nenhum! E era na mesma hora! Que ela [a dona do cabaré, que lhe deu as pílulas]: "ó, J. na hora que você tomar o primeiro, você tem que tomar até o último". Todo dia oito horas da noite eu tomava. (J.M.L., 59 anos, 2018b)

Devemos lembrar, entretanto, que a ingestão de bebidas alcoólicas e o uso de drogas, práticas assumidas por algumas narradoras podem ter feito com que os anticoncepcionais não fossem tomados da maneira prescrita nas bulas. J.M., por exemplo, ao ser perguntada se bebia, respondeu prontamente: "muito, minha filha! Eu tanto bebia como me drogava" e ao ser questionada se achava que existia diferença entre atraso menstrual e gravidez apontou que naquele tempo não saberia identificar pois "só vivia beba e drogada" (J.M.L., 59 anos, 2018b).

Em pesquisa realizada com "profissionais do sexo" residentes na cidade de Florianópolis – Santa Catarina, no início dos anos 2000, Leandro Oltramari e Brigido Camargo (2004) buscaram compreender as representações sociais daquelas mulheres em relação à contracepção e as doenças sexualmente transmissíveis. Uma parte das mulheres entrevistadas durante o estudo revelou preocupar-se com a ingestão de bebidas alcoólicas, pois poderia prejudicar a administração correta das pílulas. Diante desta possibilidade, aderir

ao método injetável foi apontado como o mais seguro. A comercialização de bebidas alcóolicas dentro do cabaré era/é bastante comum, já que seria uma fonte de renda complementar no estabelecimento. Algumas mulheres ouvidas na pesquisa de Oltramari e Camargo afirmaram, porém, que evitavam

> ingerir muita bebida para não perderem o controle das suas ações preventivas. Para as entrevistadas, a preocupação com a administração do anticoncepcional está ligada à probabilidade considerada de rompimento do preservativo, ou mesmo a retirada deste pelo cliente (OLTRAMARI; CAMARGO, 2004, p. 84-85).

Com semelhante intenção de se sentir mais segura em relação ao risco de engravidar foi que R.M. optou pela laqueadura de trompas. Ela nos contou que trabalhou, durante um tempo na cidade de Belém, capital do Pará e também em uma região de garimpo, em Macapá, no estado do Amapá. R.M. e J.M. se conheceram quando trabalhavam em Fortaleza, no local conhecido como "Feira dos priquito", no Centro da cidade, onde se tornaram amigas. Elas receberam uma carta de uma conhecida que havia ido para Macapá, onde esta contava que lá era um bom lugar para ganhar dinheiro. Juntas, R.M. e J.M. resolveram mudar-se, na pretensão de "melhorar de vida".

Quando questionada se a experiência havia sido válida ela responde positivamente e salienta que em Macapá ganhava mais dinheiro com os programas:

> Foi lá que graças a Deus que lá a gente *demo boa vida aqui pra quem tava aqui*, né? Porque nós sofria, porque nós passava a noite todinha, né? Na batalha...dormia pouco, porque a gente só dormia até meio dia, uma hora, doze horas a gente se acordava pra poder tomar banho e comer e já ir...tinha vez que nós nem dormia, passava era dia e noite acordada, *pra poder mandar dinheiro pra casa*. Eu trouxe dinheiro pra comprar foi uma casa, eu que não quis comprar porque *eu quis me operar pra não ter filho*, porque mulher...eu não podia encostar num homem! Eu engravidava de resguardo, minha filha! Era...pra mim engravidar era uma coisa horrível! Só me chamavam eu de Maria buchuda! (risos) (R.M.S., 63 anos, 2018)

Assim como M.A., percebemos que R.M. também tinha muito forte em seu discurso um apelo à maternidade como forma de justificar a sua atividade. O apelo à emoção também se fez presente, quando ela ressalta que dormia pouco e sofria para poder sustentar os filhos que ficaram em Fortaleza ou em cidades do interior do Ceará[9]. Ela revela, inclusive que "caiu na prostituição" para poder "dar de comer" ao seu primeiro filho, nascido quando ela tinha 16 anos e que uma de suas filhas, a quem ela presenteou com um brinco e colar de ouro na época

[9] Durante as viagens que fizeram para a região norte do país, R.M. e J.M. deixaram os filhos com familiares em Fortaleza e em cidades do interior do estado. Elas dizem que nem sempre era possível deixar os filhos juntos e estes ficavam, muitas vezes, separados de seus irmãos, sob o cuidado de tios, tias e avós.

em que trabalhou em Macapá, pretende guardar o mimo para sempre, pois representaria, conforme disse a narradora, a "lembrança do sofrimento" de sua mãe. Outras narradoras, como E.P. e M.G., nos disseram que não trabalhavam a noite inteira, pois não tinham com quem deixar seus filhos e priorizavam estes, em detrimento da atividade[10].

No que se refere ao uso das emoções nos discursos, Cristina Scheibe Wolff (2015), ao discutir o uso do gênero e dos sentimentos ligados à maternidade nos discursos de resistência às ditaduras militar no Cone Sul, nos diz que tal estratégia causa compaixão e empatia e é totalmente legítima. Nesse sentido, as emoções podem constituir um aspecto privilegiado para a análise da forma como as pessoas se relacionam com o passado (WOLFF, 2015).

A crença de que a pílula não era um método seguro, comprovada, segundo ela, pela gravidez enquanto tomava as cartelas, fez com que R.M. visse na laqueadura de trompas a solução para seu problema de não poder "encostar em homem", algo inevitável em sua profissão. O desejo por separar de forma garantida sexo e procriação a fez inclusive deixar de lado a oportunidade de comprar uma casa para poder fazer a almejada cirurgia.

Carmen Barroso (1985), escrevendo sobre "a saúde da mulher", apontava que as condições de vida extremamente difíceis e a falta de apoio das instituições públicas faziam com que as mulheres escolhessem de maneira racional e sem serem coagidas a tal a optar pela alternativa que oferecesse maiores garantias contra uma gravidez indesejada. Contudo, é preciso destacar que "o desejo de um método eficaz, que está na raiz do crescimento das esterilizações, não pode ser reduzido apenas a condições econômicas. O controle da fecundidade também envolve as questões relacionadas à autonomia e à autodeterminação da mulher." (BARROSO, 1985, p. 44).

Assim, além da preocupação com as dificuldades que representava para o seu trabalho uma nova gravidez (diminuição no número de clientes, principalmente a partir do 6º mês, e consequentemente diminuição dos ganhos durante o final da gravidez e, geralmente, pouco ou nenhum ganho no período inicial de puerpério) e a necessidade de trabalhar mais para garantir o sustento de mais um filho, é preciso pensar que controlar a fecundidade também era uma forma de se tornar mais independente, principalmente em um momento anterior ao surgimento da AIDS, em que os homens se recusavam a usar a camisinha.

Desse modo, é preciso identificar o "contexto material e sexual" em que uma mulher se encontra para entender suas escolhas contraceptivas. Se os homens com os quais ela se

[10] Pagar outras mulheres para que estas ficassem com seus filhos também era algo feito pelas entrevistadas, quando possível. Quatro dentre as seis entrevistadas relataram tal prática.

relaciona são resistentes ao uso de métodos contraceptivos e se recusam a assumir qualquer responsabilidade – como é o caso de muitos homens que frequentam os cabarés, como relatam nossas narradoras –, ela pode eleger "o método que é menos conspícuo, o mais garantido e o menos dependente da cooperação masculina" (BARROSO, 1984, p. 174).

Em seu livro "Gênero e Contracepção: uma perspectiva sociológica", Luzinete Minella (2005) apresenta o resultado de várias pesquisas realizadas entre os anos de 1994 e 2000 a respeito da esterilização feminina e vasectomia, confrontando subjetividades e pontos de vista com discussões médicas, sociológicas, antropológicas e estudos demográficos. No capítulo 2, mais especificamente, Luzinete Minella analisa a perspectiva de mulheres esterilizadas a respeito da laqueadura de trompas na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, considerando vantagens e desvantagens daquele método.

De acordo com a autora, o principal motivo apontado pelas entrevistadas para a realização da esterilização foi claramente "não querer mais ter filhos", contudo, problemas de saúde como pressão alta, problemas no útero, colesterol e problemas nervosos ligados à utilização da pílula também foram colocados como razão para fazer a opção pela laqueadura. A pílula teria sido, inclusive, o método contraceptivo mais utilizado anteriormente pelas mulheres que decidiram fazer a esterilização.

Se os relatos apresentados por Minella em seu livro indicam que algumas das entrevistadas não se adaptaram à pílula – uma disse que "não passava bem" tomando-as, outra que o comprimido "a fazia mal" e outra que era "um horror" –, a esterilização, também não seria para elas a solução. Algumas tiveram complicações após a operação, como cansaço, dores na bexiga, desânimo e perda de vontade sexual. Para a autora, a incorporação da "cultura da esterilização" e a "renúncia radical à maternidade" presente entre as mulheres de setores populares que escolheram a laqueadura pode ser compreendido como uma forma de assegurar que o pouco que possuem seja satisfatório para alimentar a poucos e representaria um "poderoso instrumento de acomodação" (MINELLA, 2005, p. 61).

Mais uma vez devemos destacar que é preciso pensar os direitos reprodutivos como escolhas que se fazem dentro de alternativas possíveis. Para o caso de R.M., que não adaptou-se à pílula, não contou com assistência médica e informações sobre métodos contraceptivos diversos e precisou responsabilizar-se sozinha pela contracepção (já que muitos clientes não se preocupavam com a possibilidade das prostitutas engravidarem) que opções existiam? Assim, entender os direitos reprodutivos – e também os sexuais – como simplesmente uma escolha de cada um

> pode ocultar que as condições em que as pessoas escolhem são constituídas por uma série de assimetrias, expressas no acesso desigual a recursos materiais e simbólicos. O ambiente em que as alternativas se definem é, assim, um elemento fundamental para que se possam compreender as possibilidades efetivas de escolha (BIROLI, 2018, p. 140-141).

Quando questionamos a narradora desta pesquisa, R.M., se ela havia sentido algo com a operação (assim como as entrevistadas de Luzinete Minella) ela afirmou de imediato que "não, graças a Deus!". Relatou em seguida, porém, que pouco depois de retornar da cirurgia, já em casa, precisou voltar para o hospital, onde ficou internada por cinco dias.

> [...]só senti no primeiro dia que eu cheguei, porque eu cheguei do hospital, era umas nove pra 10 horas da manhã, quando foi onze horas pra doze horas, ela [J.M.] tacou um prato de comida pra mim, aí eu voltei. Comadre J[11]., tacou um prato de comida, minha filha, eu peguei e comi, que eu tava lá com fome, que eu num tinha comido mesmo antes da operação. Aí comi, aí voltei pro hospital e ela ficou com a menina, dando de mamar. [...] aí eu ainda passei cinco dias internada, num foi comadre? (R.M.S., 63 anos, 2018).

A partir do relato de R.M. é possível pensarmos em algumas questões. De início, a ideia de que somos testemunhas de nossas recordações e, como aponta Ecléa Bosi, apelamos ao outro para que "confirme a nossa visão" (BOSI, 1994, p. 407), algo que fica evidente no pedido de ratificação através da colocação "num foi comadre?". A segunda das questões refere-se ao fato de que a narradora aparentemente não contou com as informações necessárias acerca do pós-operatório da cirurgia que faria, tanto que alimentou-se de maneira inadequada. A expressão "tacou um prato de comida" nos faz imaginar que a narradora comeu demasiadamente e/ou não ingeriu alimentos leves. Por outro lado – é uma terceira questão – é possível também que ela tivesse essa informação, mas que não contasse naquele momento com a alimentação apropriada: a fome sentida a fez comer o que lhe foi ofertado.

Chama atenção ainda que J.M., tenha ficado responsável pela filha da narradora durante o tempo em que ela ficou internada, inclusive amamentando-a, já que aquela também tinha uma filha de poucos meses à época. Em relação ao pai da criança, nada foi comentado e aparentemente R.M. não contava com o apoio de seus irmãos e irmãs para situações como essa.[12] A amizade com J.M. permitiu inclusive que R.M. morasse durante seis anos em sua

[11] J.M. foi madrinha de uma das filhas de R.M., mas a menina faleceu quando tinha apenas um mês e quinze dias. Posteriormente R.M. é que viria a ser madrinha de um dos filhos de J.M. Elas continuam muitos próximas, se veem com certa frequência e comemoram juntas aniversários e dia das mães.

[12] A entrevistada conta-nos apenas que um de seus irmãos a ajudou para que a cirurgia se tornasse possível, assinando um termo de responsabilidade exigido pelo hospital. Quando questionamos se era necessário que fosse um homem que assinasse, ela nos disse que não e salienta que os outros membros (homens e mulheres) da família não quiseram fazer isso por ela, o que pode denotar uma não aceitação da cirurgia devido, em parte, à ocupação que a narradora exercia.

casa constituindo uma família que possivelmente não era compreendida como tal. O laço e parceria entre as duas serve igualmente para desmistificar a ideia de que prostitutas seriam sempre concorrentes e rivais.

Trabalhando a temática da família em uma zona de prostituição na região do Maciel, no estado da Bahia, Jeferson Afonso Bacelar (1982) tratou o meretrício como somente um dos aspectos da vida da prostituta. O autor tinha como objetivo, em seu trabalho, entender a organização de um tipo específico de família: aquelas chefiadas por mulheres que exerciam a atividade prostituicional e que compunham grupos sociais geralmente formados por elas e seus filhos (BACELAR, 1982).

Bacelar discute que, apesar das sociedades mostrarem uma acepção da "realidade familial" que passa a ser compreendido como padrão ou "a própria família", (e esta ter, com a presença do Estado e aparelhos direcionados para a sustentação da ordem, no aparato jurídico-normativo a sua legitimação), é preciso lembrar que "pelo próprio caráter ontológico do comportamento humano, os indivíduos não se mantêm inteiramente controlados pela ordem normativa." (BACELAR, 1982, 10).

O autor aponta que a família da prostituta apresenta dois desvios fundamentais em relação à norma vigente: ser chefiada, de forma geral, por mulheres em uma "sociedade de homens" e "numa sociedade de sexos legítimos, ser a ilegitimidade sexual" (BACELAR, 1982, p. 30). Ainda assim, os escritos de Bacelar salientam que nenhum indivíduo será sempre um "desviante". No que se refere à prostituta, é possível verificar apenas uma quebra parcial do modelo familial aceito na sociedade, mantendo-se na família regras que definem as relações entre membros e a transmissão de valores em vigência (BACELAR, 1982, p. 13-14).

A autoridade e a liderança, na família da prostituta, é exercida pela mãe, que lidera os outros membros do grupo (BACELAR, 1982, p. 111). Assim, sendo responsável pela manutenção e segurança de sua família, J.M. permitiu que R.M. morasse por um longo período em sua casa, algo que poderia ter gerado tensões e atritos caso houvesse a presença de um parceiro. Isso se daria, para Bacelar, porque se reestabeleceriam "tipificações da sociedade abrangente" caracterizadas por padrões que definem a dominação do homem em determinadas áreas da convivência social (BACELAR, 1982, p. 111).

Apesar da complicação após a realização da cirurgia de laquedura, a narradora R.M. afirma que sua vida mudou: "melhorou, né? Que eu parei de ter menino. (risos)". A entrevistada M.G. (M.G.V.P, 53 anos, 2018), que também se submeteu à laqueadura, nos deixa perceber, em seu discurso, a importância daquele método para a melhoria da sua vida pessoal e profissional: a entrevistada nos disse o dia, mês, ano e horário em que fez a cirurgia.

R.M. relata que depois da laqueadura ainda manteve-se por muito tempo na prostituição, primeiro em Fortaleza e depois novamente em Macapá, na área do garimpo. Com as dificuldades crescentes e a diminuição no número de clientes (que segundo ela, preferem as mulheres mais jovens), resolveu colocar uma "banquinha" onde vendia café, almoço e cachaça, fazendo programas apenas ocasionalmente, quando clientes antigos a procuravam.

Pode-se dizer que a laqueadura de trompas trouxe vantagens para a vida profissional de R.M., já que ela pôde exercer com maior tranquilidade sua profissão, livrando-se dos efeitos colaterais da pílula e libertando-se da ameaça de uma gravidez indesejada. Quanto às DSTs, o risco persistia, mas como veremos adiante, as prostitutas entrevistadas diziam possuir técnicas para identificar clientes que estariam doentes. Aparentemente, a preocupação com doenças só se iniciou com a ascensão da AIDS. Ainda que uma DSTs exigisse tratamento e preferencialmente uma parada nas atividades, nada preocuparia tanto como uma doença sobre a qual pouco se conhecia.

Dados referentes ao ano de 1989[13], divulgados no jornal *O Povo*, mostravam que em Fortaleza a laqueadura de trompas era o segundo método contraceptivo mais utilizado pelas mulheres, com 41,6% de usuárias. A pílula ocupava o posto de "preferido" das mulheres: 49,5% das pesquisas afirmavam utilizar aquele contraceptivo. Já em tempos de AIDS, a camisinha tinha um uso diminuto: 2,1% das entrevistadas a utilizavam em suas relações. (PERMISSÃO..., 1992, p. 25).

Na mesma página daquele periódico, o número de esterilizações no nordeste era tratado como "espantoso", mas a matéria revelava que ele só tendia a crescer durante o ano eleitoral, visto que era, muitas vezes, utilizado para a compra de votos. A ginecologista Sílvia Bonfim, da Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC), criticava o elevado número de esterilizações e colocava-se como forte defensora do DIU como anticonceptivo capaz de enfrentar os excessos de laqueaduras. Para a médica, a esterilização era a "opção última" (PERMISSÃO..., 1992, p. 25).

Utilizando-se também da contracepção medicalizada, a entrevistada E.P. revela, ao contrário das outras narradoras já citadas, que adaptou-se bem às pílulas. Ela nos contou que tomou pílulas de marcas diferentes, mas só recorda de *Nordette*. Afirmou que nunca usou anticoncepcionais em "injeção" e que comprava as cartelas de pílula que, de acordo com o que se lembra, não eram caras. Antes que nós perguntássemos, ela adiantou-se em falar sobre

[13] Os dados foram coletados pelo Ministério da Saúde/OPAS no ano citado e em cinco cidades: Belém, Brasília, Fortaleza, São Paulo e Rio de Janeiro.

a ausência de reações adversas: “o anticoncepcional nunca me...fez efeito colateral. Nem emagrecia, nem engordava, nem passava apetite, nem dava enjoo, nunca. Toda vida eu me dei com comprimido.” (E.M.P., 55 anos, 2018).

E.P. é maranhense, mas mudou-se para Fortaleza aos 16 anos, quando passou a trabalhar em “casa de família”. De forma semelhante a outras entrevistadas, ela afirma que “entrou” na prostituição para sustentar o filho. Este, único que ela possui, foi fruto de um relacionamento que teve com um homem que não quis “assumir a criança”. Após o nascimento de seu filho, E. P. trabalhou em uma fábrica de roupas e como garçonete em um cinema ao ar livre, mas à convite de uma colega foi conhecer um cabaré e os ganhos – superiores aos dos outros empregos – teriam lhe convencido a trabalhar apenas na prostituição.

Como já mencionamos, a prostituição é colocada como a ocupação que garantiria à entrevistada sustentar seu filho, mas em outro momento de nossa conversa ela vai além e fala não apenas em dar o sustento, mas em oferecer “boa vida” à criança: “ganhava dinheiro que dava pra mim levar meu filho pra ir almoçar no [shopping] Iguatemi, comprar roupa de marca [...], praia, muita praia[...]” (E.M.P., 55 anos, 2018). Ainda que E.P. saliente em sua fala que a prostituição foi o meio encontrado para criar seu filho, ela foi a única entrevistada que assumiu gostar da profissão de prostituta, chegando a dizer para a entrevistadora: “é bom ser prostituta, mulher!”.

Todas as outras mulheres trataram a prostituição unicamente como uma profissão (ou “uma ajuda”), destacando mais os contras do que os prós e tratando-a como necessária para seu sustento e o de seus filhos. Chama atenção, no entanto, a forma como a entrevistada M.A. orienta seu discurso. Relembremos sua afirmação no início deste tópico de que nada fazia para evitar uma gravidez e que quando acontecia apenas “esperava pra ter o nenê”.

Talvez valha à pena pensar como Flávia Biroli (2018) quando esta diz que o dispositivo da maternidade orientaria constrangimentos, incitações e restrições à conduta das mulheres no enlace do feminino e do maternal. Nesse sentido, para além da compreensão/exposição da prostituição como uma profissão como outra qualquer que possibilitou sua sobrevivência, a aceitação sem maiores questionamentos da maternidade advinda de um programa viria a minimizar o contrato que a tornou possível, já que haveria uma

> correspondência entre o sexo aceitável e a maternidade respeitável, assim como entre o sexo reprovável e a maternidade que, vista como resultado de escolhas irresponsáveis ou equivocadas, configura-se como um ônus que a mulher deve

> carregar por ter mantido relações sexuais fora do casamento ou de determinados padrões de afetividade (BIROLI, 2018, 136).

Os escritos de Cynthia Sarti (2005) reforçam essa visão, quando a autora – apesar de não estar se referindo às prostitutas - aponta que, no caso da mãe solteira, a capacidade de trabalho pode se tornar a maneira através da qual a mulher repara "seu erro de ter uma vida sexual sem um parceiro fixo". Sua ocupação, para sustentar os filhos redimiria a mulher, tornando-a provedora, função que seria do homem (SARTI, 2005, p. 76).

As entrevistadas R.M. e J.M. nos disseram que a vida de prostituta nada tem de fácil, como é comum se ouvir. Ainda assim, agradecem por terem conseguido criar seus filhos a partir dela. No discurso de M.G. e M.E. a possibilidade de uma gravidez parecia não preocupar tanto. A primeira nos contou que sempre se preveniu, fazendo programa apenas com clientes que usavam a camisinha[14] e que quando engravidou – sempre de clientes com os quais ela "se juntou", ou seja, passou a morar na mesma casa – isso em nada interferiu no seu trabalho, pois segundo ela, muitos clientes gostavam de transar com mulheres grávidas (M.G.V.P., 53 anos, 2018).

No caso de M.E, apesar de dizer que nunca utilizou nenhum método contraceptivo porque teria deixado de menstruar aos 20 anos[15], a preocupação maior era com doenças, principalmente depois do surgimento da AIDS, e não com uma possível gravidez, como podemos identificar nesse trecho do diálogo que tivemos:

> Aí os homens diz assim: "ah, por que você não quer sair...sem camisinha?! É com medo de emprenhar?!" Eu digo assim: "meu filho, eu queria era ter dez meninos por dia, o negócio é a doença, que entra e não sai. Eu digo desse jeito. [...] Eu, que se tivesse filho, eu queria ter um menino todo dia, porque o menino entra e sai, já a doença num sai não (M.E.L.S., 63 anos, 2018).

É possível que o fato de nunca ter engravidado – segundo nos contou – enquanto fazia programas tenha feito com que a entrevistada tivesse essa opinião: como não passou pela situação não sabe exatamente as dificuldades que teria para desenvolver sua atividade. Ainda assim, é válido pensar que mesmo que uma gravidez viesse a prejudicar o trabalho das prostitutas, com diminuição no número de programas e por toda a atenção que deveria ser

[14] Essa entrevistada começou a trabalhar como prostituta poucos anos antes do aparecimento dos casos de AIDS, o que possivelmente justifica a sua resposta quando lhe perguntamos acerca da contracepção. Percebemos em seu discurso (e também no de M.E.) que ainda que lhe fosse questionado sobre questões do passado, no momento em que iniciou na prostituição, ela sempre se referia ao presente, o que pode ocorrer pelo fato da narradora ainda realizar programas, assim como M.E..

[15] M.E. nos conta que quando tinha a idade relatada começou a ter um fluxo menstrual abundante e que ao consultar-se, o médico teria lhe dito que aquilo seria sintoma de uma "menopausa precoce". O mesmo teria ocorrido com a irmã da entrevistada.

direcionada para a criança após o parto, a maternidade não era totalmente rechaçada, sendo inclusive valorizada, mesmo que esta se tornasse realidade a partir de um programa. Esse fato faz com que a ideia que pretendeu colocar prostitutas e mães em campos opostos seja repensada.

Como apontou Margareth Rago (1985), desde fins do século XIX a valorização do sentimento maternal tinha como objetivo convencer as mulheres de que aquele amor era algo inato e sagrado e as mulheres que fugiam dessa "lei natural" inscreviam-se no campo do crime e do pecado, sendo consideradas anormais. Naquela situação histórica, não ser mãe e não amamentar – fazendo uso da prática do aleitamento mercenário – seria não apenas desviar-se de uma ordem natural, mas também ser uma ameaça ao futuro da nação.

Sendo a maternidade concebida como sacerdócio, a mãe foi dessexualizada e considerada santa à imagem de Maria. A mulher sensual e a prostituta, por sua vez, será associada à Eva e à figura do mal. Apesar de polarizadas, essas duas figuras seriam complementares: o modelo da "mundana" constituía uma identidade relacional para a construção da mulher honesta e mãe dedicada. Não à toa a "dona-de-casa agarrou-se ao modelo da mulher casta tanto mais firmemente quanto ele se distinguia do modelo da "mulher da vida", símbolo da perdição e da monstruosidade." (RAGO, 1985, p. 89).

Nas entrevistas realizadas nessa pesquisa, porém, vimos que essas identidades não seriam tão contrárias. As mulheres ouvidas fazem o agenciamento da identidade que melhor lhes parece a depender do momento e da questão a elas lançadas. Assim, mesclam momentos em que dizem que sentem saudades dos tempos em que iniciaram na prostituição com outros em que apontam que não gostavam, só se submetendo pelo dinheiro, como fez R.M.. A narradora M.A., por sua vez, assume que "sofria uma pouquinho" quando estava grávida e precisava continuar "fazendo salão", mas nos diz que sempre gostou de "ter seus filhos", deixando manifesta uma concepção que coloca o sofrimento como algo que acompanharia a maternidade.

A contracepção medicalizada foi vivida pelas prostitutas com muitas queixas, o que não as diferencia de mulheres não prostitutas. Joana Maria Pedro (2003a), ao entrevistar mulheres de classe média residentes em Florianópolis, por exemplo, também ouviu relatos que ligavam as pílulas à ânsia de vômito, dor de cabeça e enjoos (PEDRO, 2003a, p. 250). A troca da pílula por uma outra, de marca diferente, na intenção de encontrar a que melhor se adaptassem era uma opção para as mulheres por nós entrevistadas e também pelas narradoras de Joana Maria Pedro, mas tal estratégia nem sempre funcionava.

Para o caso das prostitutas, o consumo de bebidas alcoólicas (muitas vezes exigido pelas donas do cabaré) e drogas pode ter afetado a administração do método e causado esquecimentos. Uma das narradoras optou pela esterilização, em um momento em que aquele método atingia índices alarmantes em todo o país. É válido lembrar que a laqueadura só foi regulamentada no Brasil em 1997, com o objetivo de evitar abusos, e que durante muito tempo a adesão à ela esteve permeada por profundas desigualdades sociais, com as regiões mais pobres do país apresentando "as mais altas taxas de esterilização feminina [...] o que nos faz supor que sua oferta seja direcionada a mulheres pobres " (SCAVONE, 1999, p. 48, tradução nossa.) [16]

Para Lucila Scavone, não é possível afirmar que exista uma relação automática entre desenvolvimento econômico e esterilização. A autora aponta, por exemplo, que aquele método (tanto o feminino como o masculino) era o mais utilizado no Canadá em fins dos anos 1990, por exemplo. Ainda assim, ressalta que naquele país a técnica seria administrada de maneira mais equitativa, entre vários outros métodos e sem ligações com políticas de controle de natalidade, como ocorreu no Brasil. Além disso, haveria mais informação sobre benefícios e riscos, o que fez com que as mulheres pudessem optar com maior consciência acerca das vantagens e desvantagens.

Como semelhança entre essas duas realidades estaria o fato de que, seja no Brasil ou no Canadá, as mulheres perderiam o domínio dos seus corpos e fertilidade, já que este passaria a ser controlado pela ingerência de uma técnica, ainda de acordo com Scavone. Para ela, este aspecto da esterilização seria "o mesmo em qualquer sociedade, desenvolvida ou não, pois é constituinte do princípio desta técnica: atua de forma independente do sujeito" (SCAVONE, 1999, p. 48-49). [17]

Apesar dessas questões – e da não negação da relevância de todos esses temas – devemos atentar para o benefício dessa técnica para uma das narradora dessa pesquisa. Utilizando-se dela, permitindo o controle de seu corpo e fertilidade, foi que R.M. pôde exercer seu trabalho sem maiores preocupações. Essa utilização da/permissividade para a medicalização, por sua vez, não foi total e dependeu do interesse e do entendimento da narradora quanto à necessidade de se submeter aos procedimentos, como podemos vislumbrar no diálogo entre R.M. e J.M. e a pesquisadora:

---

[16]No original: "...las más altas tasas de esterilización feminina [...] lo que nos hace suponer que su oferta está direcionada a las mujeres pobres" (SCAVONE, 1999. p. 48).

[17] No original: "el mismo em cualquier sociedade, desarrollada o no, pues es constitutivo del principio de esta técnica: actúa de forma independiente del sujeto" (SCAVONE, 1999, p. 48-49).

> V.M.: Tinha médico fácil naquela época?
> R.M.: Não. Médico era mais difícil.
> J.M.: Nós não fazia nem negócio de pré-natal...
> R.M.: É, pré-natal, era, fazia não. Já ia ter o menino...na hora de parir é que ia pra maternidade. Ou pra Maternidade-Escola ou pra César Cals.
> V.M.: Seus filhos nasceram [de parto] normal?
> R.M.: Normal, todos. Todos sete.
> V.M. : Nem prevenção, então, né?
> R.M. : Não. Isso ninguém fazia não. [...]
> J.M. : No nosso tempo num tinha nem camisinha num tinha, Val...

Como é possível observar, o exame preventivo do câncer ginecológico ou consultas e exames antes da gravidez pareciam ser dispensáveis e procurava-se atendimento médico somente no momento do parto. Certamente a oferta de serviços médicos gratuitos era precária naquela situação histórica (como foi possível identificar nos periódicos do período), mas chama atenção o fato da narradora não ter direcionado parte de sua renda para tais serviços, assim como fez para a laqueadura. Para a realização desta – vale lembrar – R.M. deixou inclusive de comprar uma casa.

Ao responder que "ninguém fazia não" para o caso do exame preventivo do câncer do colo do útero, ou Papanicolau, a narradora aponta para uma realidade que não era apenas sua. Suas amigas e conhecidas aparentemente também não tiveram acesso a tais serviços. A informação sobre seus partos (todos "normais", ou seja, por via vaginal) não deve ser desprezada e talvez devamos pensar na importância da laqueadura igualmente quanto a esse aspecto. Como aponta Elisabeth Meloni Vieira (2002), a dor do parto deu "lugar a um evento cirúrgico e a possibilidade de procriar, ao desejo da esterilização." (VIEIRA, 2002, p. 66).

Refletindo sobre essa questão em um contexto de políticas de controle de natalidade e segundo os escritos de Carmem Barroso (1984), tínhamos que a esterilização era o método ideal para os interessados na redução da natalidade. Diferentemente de outros anticonceptivos, ele não dependeria de motivação individual (como no caso das pílulas que exigia tomada diária e no mesmo horário). Também o aborto não seria interessante para os controlistas, visto que, permanecendo ilegal, representava um grande risco para as mulheres que, temerosas, acabavam optando "livre e racionalmente" pela laqueadura (BARROSO, 1984), como fez R.M..

Assim, apesar das prostitutas serem muitas vezes consideradas inférteis e ignoradas por órgãos como a BEMFAM enquanto possíveis usuárias dos serviços de planejamento familiar, percebemos que a contracepção era uma questão que chegou a inquieta-las já que, mais do que outras mulheres tinham a contracepção como responsabilidade sua. Onde o Estado era omisso e a BEMFAM não podia chegar a madame agia, indicando pílulas e

levando as prostitutas até clínicas de aborto, tratando o corpo da prostituta, muitas vezes, na perspectiva do lucro:

> V.M.: E a pílula? A senhora lembra se era caro?
> J.M.: Ah...porque lá nós não comprava...porque quem dava era a dona do cabaré.
> V.M.: E por que que a senhora acha que ela comprava?
> J.M.: Porque ela não queria as mulher...que as mulher emprenhasse, né? *Que mulher buchuda não ia dar lucro dentro do cabaré*...[...] era prejuízo pra ela (J,M.L., 59 anos, 2018).

Questionamos à J.M., posteriormente, se ela não conhecia os serviços da BEMFAM à época, principalmente a distribuição gratuita de pílulas. Ela nos respondeu que não sabia do que se tratava e passou inclusive a desconfiar da generosidade da dona do cabaré: "ou então ela pegava lá nesse BEMFAM e dizia que comprava pra gente, não sei. Porque ela dava de graça, pra gente" (J,M.L., 59 anos, 2018).

O fato da entrevistada não conhecer a BEMFAM e não saber de seus serviços (dizendo inclusive que tal sociedade não era do "seu tempo"[18]) chamou a nossa atenção e nos fez pensar sobre de que maneira a localização das clínicas e a coerência com a proposta da entidade de direcionar suas ações sobre contracepção para mulheres casadas pode ter propiciado esse desconhecimento. Como vimos no capítulo anterior, as primeiras clínicas abertas pela BEMFAM em Fortaleza, em 1971, localizavam-se no Conjunto Habitacional José Walter, no Mombubim, e no Grêmio da rede ferroviária Cearense, na avenida Francisco Sá (NOVAS..., 1971, p. 2), locais não tão próximos às zonas de prostituição[19]. Em 1985 eram 19 postos da BEMFAM na cidade de Fortaleza, mas nenhuma das entrevistadas nesta pesquisa utilizou-se de seus serviços no que se refere ao acesso de métodos contraceptivos.

"Emprenhar" no cabaré não era rentável para as madames e também não era interessante para as prostitutas, ainda que algumas, como vimos, tenham tratado a maternidade como algo desejado e natural/esperado. Em alguns relatos, entretanto, as mulheres assumiram que tomaram a iniciativa de evitar a gravidez e a narradora E.P., que "se deu" com as pílulas, pôde inclusive acompanhar e fortalecer uma tendência na queda da taxa

[18] Ecléa Bosi considera curiosa a expressão "meu tempo", usada entre os que recordam. Diz a autora: "Qual é o *meu tempo*, se ainda estou vivo e não tomei emprestada minha época a ninguém, pois ela me pertence tanto quanto a outros, meus coetâneos?" (BOSI, 1994, p. 421).

[19] A clínica localizada na avenida Francisco Sá ficava a cerca de 5km do Arraial Moura Brasil e a 12 km do Farol do Mucuripe. A clínica situada no Mondubim, por sua vez, ficava a cerca de 20km do Farol do Mucuripe e a 19 do Arraial Moura Brasil.

de fecundidade do país.[20] Foi possível ainda identificar entre as narradoras uma rede de sociabilidades em que se fazia a indicação de pílulas que teriam menores efeitos colaterais ou a troca de conhecimentos sobre métodos caseiros, como veremos no tópico a seguir.

[20] A narradora, que teve 11 irmãos, possui apenas um filho, tendo relatado apenas um aborto provocado. Citando dados do IBGE, Joana Maria Pedro aponta que "a taxa de fecundidade no Brasil ficou assim configurada: em 1940: 6,16; em 1950: 6,21; em 1960: 6,28; em1970: 5,76; em 1980: 4,35." (PEDRO, 2003a, p. 247).

3.2. As garrafadas e o *Cytotec*

Apenas duas das entrevistadas revelaram à pesquisadora que já realizaram abortos. Três negaram e disseram ser totalmente contra. Houve ainda quem tenha dito ser contra e adjetivado o aborto como "horrível", mas assumiu ter feito, ainda que inicialmente sem seu consentimento. Mencionamos brevemente essa situação no tópico anterior. Trata-se da narradora M.A., que afirmou ter ficado sabendo que realizaria o procedimento apenas ao chegar no local a que a dona do cabaré a levou:

> M.A.: [...]teve uma vez que eu fiz um...foi a minha patroa que me levou, lá pra casa da mulher...
> V.M.: A dona lá?
> M.A.: A dona da...da casa. Eu trabalhava lá...me pegou, botou no carro e me levou pra..."umbora ali na casa da minha amiga". Aí eu fui, né? Tava grávida, né? De pouquin! Aí ela fez a mulher fazer o...o aborto em mim.
> V.M.: E ela nem avisou a senhora?
> M.A.: Não! Aí eu tive que fazer, né? (M.A.M.S., 73 anos, 2018)

De início é preciso refletir sobre os motivos que podem ter levado a dona do cabaré a levar M.A., sem avisá-la de sua intenção, para realizar um aborto. Possivelmente os rendimentos que deixaria de ter esteja na raiz da explicação. A narradora nos disse que realizava vários programas numa noite no Farol e mais uma gravidez certamente faria com que o número de programas caísse, diminuindo seus ganhos e os ganhos da casa. Naquele momento, então, o aborto parecia um procedimento conveniente para possibilitar um maior lucro para a dona do cabaré.

A partir dos escritos de Carlos S. Versiani Anjos Jr. (1983), percebemos que a ajuda das madames para a realização de abortos não era algo incomum. Em diálogo com o autor, uma prostituta do Farol falava do assunto ao tratar da postura da dona da casa onde trabalhava:

> [...]Aí eu vim pra cá mais ela e ela me trata sempre muito bem. *Ela manda muito*, quer tudo limpo e num gosta de confusão mas é muito boa pra eu e pras outra. Uma vez, eu tive que fazê um aborto e ela me ajudou muito, me aconselhou e até arrumou o dinheiro. Depois eu devolvi, um pouco de cada vez, mas eu num tenho queixa dela não.[21]

Carlos S. Versiani Anjos Jr. caracteriza a madame (ou "tia" como também era chamada) como a gerente da casa onde trabalham as prostitutas, sendo ela proprietária ou não.

[21] Optamos por reproduzir o trecho da forma como ele se encontra no livro de Carlos Versiani Anjos Jr. (ANJOS JÚNIOR, 1983. p. 41).

Geralmente são mulheres que anteriormente também trabalharam como prostitutas mas que, por conta de sua condição econômica privilegiada, não mais ofertam serviços sexuais. Seria o elemento regulador da atividade da prostituta e "pela autoridade com que exerce a gerência, ela é tida como conselheira, amiga e confidente. Entretanto, o seu comportamento como *exploradora de uma atividade altamente lucrativa* é que vai determinar o sucesso do empreendimento" (ANJOS JÚNIOR, 1983, p. 41).

Diferentemente do caso apresentado por Anjos Jr., para M.A. teria ocorrido não um apoio, mas uma coação ao aborto. Assim, pensando no sucesso de seu empreendimento é que a dona do cabaré em que vivia a entrevistada pode ter usado de sua autoridade para decidir – ignorando a opinião da narradora – que uma gravidez não seria bem-vinda naquele momento. Ao dizer "tive que fazer, né?", M.A. parece buscar nossa concordância com sua aceitação e indica que havia uma situação de dependência e obediência de sua parte: recusar o aborto poderia lhe trazer problemas.

Assim como relatou M.A., J.M. também afirmou que foi levada por sua patroa, a madame do cabaré, para fazer um aborto. Para o caso desta, uma jovem de 14 anos, recém chegada de outro estado[22] (que por sua idade, corpo e por ser uma "novidade" no local foi disputada por várias madames), uma gravidez poderia atrapalhar as expectativas de lucro da dona do cabaré. Assim, mais uma vez ressaltamos que se a atuação da BEMFAM e suas formas de controle de natalidade – muitas vezes consideradas indevidas – não chegaram às prostitutas, eventualmente as donas de cabarés estabeleciam esse – também indevido e violento – controle de corpos.

Refletindo sobre essa situação por um outro viés, nos questionamos se, ao dizer que foram levadas pelas donas dos cabarés (principalmente no caso de M.A., que já tinha engravidado pelo menos seis vezes, de acordo com seus relatos) sem consentimento prévio, não estariam as pesquisadas, frente à pesquisadora, tentando se eximir da culpa de um aborto. Diante de uma sociedade que valoriza a maternidade e que culpabiliza aquelas que abortam, negar-se como detentora de agência naquele momento foi o mais interessante para as narradoras.

Em relação a este assunto, Danda Prado (1985) nos conta da existência, em uma maternidade do Rio de Janeiro na década de 1980, da "enfermaria do tombo", onde várias mulheres que davam entrada com sequelas de aborto e hemorragia diziam ter caído

[22] J.M. é natural de Picos, no Piauí. Ela nos conta que chegou à Fortaleza ainda adolescente, após fugir de casa por ter levado uma surra de sua mãe, pai e avó. O motivo da surra seria o fato de J.M. não ser mais virgem. Ressaltamos, mais uma vez, que o/a leitor/a pode consultar uma pequena biografia de cada entrevistada no apêndice A, sempre que achar necessário.

acidentalmente[23]. A autora leva os leitores a se questionar: até que ponto foi de fato um "acidente"? Para o caso desta pesquisa podemos nos perguntar: até que ponto as entrevistadas não sabiam para onde iam e o que lhes aconteceria? Danda Prado conclui que

> Não desejar ter filhos é um comportamento depreciado pela nossa cultura, e essa norma está profundamente interiorizada em nosso inconsciente. Mais grave ainda, moralmente falando, é recusar a gravidez já instalada, o embrião concebido, mesmo que a mulher não tenha desejado uma criança naquele momento. Daí a dificuldade em obter informações corretas sobre a incidência dos abortos clandestinos (PRADO, 1985, p. 16).

Refletindo sobre o assunto, Regina Maria Barbosa e Margareth Arilha (1993) também apontavam para a dificuldade de se estimar o número de abortos ilegais no Brasil. Segundo as autoras, o cálculo baseava-se (como ainda baseia-se) no número de internações hospitalares ocorridas devido às complicações de aborto. Se estas não ocorrem, como os abortos poderiam ser registrados? Utilizando dados apresentados por Aníbal Faúndes, Barbosa e Arilha indicavam que entre 1 a 4 milhões de abortos eram praticados anualmente "o que corresponderia a uma taxa de um a três abortos por mulher, ou seja, durante a vida reprodutiva, cada mulher brasileira realizaria em média de um a três abortos" (BARBOSA; ARILHA, 1993, p. 409).

Enquanto as mulheres com alto poder aquisitivo tinham acesso a abortos seguros – e esta é uma questão que se mantém, visto que o aborto continua criminalizado no país –, as mulheres pobres utilizavam as soluções que lhes apresentavam, como a introdução de sondas, agulhas de tricô ou líquidos cáusticos no útero ou ainda a ingestão de poções e chás com propriedades abortivas. Na segunda metade da década de 1980 um medicamento utilizado para o tratamento de úlceras gastroduodenais viria a ser descoberto como um poderoso abortivo, sendo amplamente utilizado para este fim. Trata-se do Misoprostol ou, como ficou mais conhecido, o *Cytotec*.[24]

Em novembro de 1990, o jornal *Diário do Nordeste* publicou uma matéria que ocupava metade de uma página e chamava a atenção para o surgimento do *Cytotec*. Este era

---

[23] A entrevistada J.M. disse ter usado essa desculpa, após ter uma hemorragia por conta de um aborto provocado. A narradora nos conta que o médico duvidou e a indagou se havia sido "mesmo uma queda". J.M. confirmou, mostrando-se indignada com a desconfiança do profissional e mostrando inclusive um corte em seu joelho como prova. Ela afirma, entretanto, não se lembrar porque o joelho estava machucado, mas que isso a teria ajudado a convencer o médico.

[24] De acordo com Barbosa e Arilha (1993), o *Cytotec* foi introduzido no Brasil em 1986. Desenvolvido pelo laboratório Searle, é o nome comercial do Misoprostol, análogo sintético da prostaglandina E1. Em 1988, a comercialização no Brasil passaria a ser feita por um laboratório nacional, o Biolab. Segundo as autoras, assim como outras prostaglandinas, o misoprostol possui uma ação que estimula a musculatura do útero, causando contrações que induzem ao parto ou aborto (BARBOSA; ARILHA, 1993, p. 409).

descrito na matéria como uma "prostaglandina usada para evitar a secreção gástrica", mas estaria sendo usado por gestantes prioritariamente como abortifaciente. O texto destacava os riscos para as mães e também para as crianças, quando não se obtinha êxito no procedimento. De acordo com aquele periódico, apesar de ser crime, no Brasil eram praticados anualmente quatro milhões de abortos (GURGEL, 1990, p. 28).

O *Cytotec* estava sendo vendido em farmácias sem receita médica, o que agravava a situação. De acordo com Daugimar Bezerra de Menezes, presidente do Conselho Regional de Medicina, não existiam, até então, estudos que comprovassem que o remédio estava causando má formação congênita nas crianças, entretanto o médico afirmava que não eram desconhecidos os riscos do uso de medicamentos sem acompanhamento médico e que no caso de mulheres mais velhas existia inclusive o risco de "ruptura de útero"

Com o uso do *Cytotec*, afirmava Daugimar, os obstetras e ginecologistas acabavam participando do aborto, já que o medicamento não eliminava todo o concepto, sendo necessária uma curetagem.[25] Para aquele profissional, o melhor seria que a sociedade civil se mobilizasse para a descriminalização do aborto, o que faria com que houvesse um maior controle sobre as drogas que surgissem.

Figura 38: Criança nascida com anomalia

Fonte: GURGEL, Abílio. São 333 mil por mês – Brasil pratica quatro milhões de abortos por ano. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 25 de novembro de 1990. p. 28. (Grande Fortaleza).

Ana Júlia Couto, à época chefe da Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Infantil Albert Sabin, mostrava preocupação com os casos de crianças – até aquele momento seriam

[25] Procedimento médico realizado após abortamentos.

três – que tinham nascido nos últimos três meses sem o osso frontal da calota craniana, o que para ela seria resultado de abortos mal sucedidos. Além desse risco para os bebês a matéria apresentava outros, como infecções, perfurações uterinas, esterilização permanente e até a morte.

De acordo com a reportagem, a procura por assistência para a realização de curetagens na Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC) vinha crescendo sensivelmente, sendo realizadas uma média de 11 por dia. Para Francisco das Chagas Oliveira, diretor da Maternidade, a situação era preocupante, já que tais procedimentos seriam decorrências do uso de medicamentos e faria parte de um contexto maior. De acordo com o médico, o problema era antes de tudo cultural, já que o brasileiro seria o "povo que toma mais remédio no mundo, sem nenhum controle." (GURGEL, 1990, p. 28).

A discussão sobre o *Cytotec* no Brasil iniciou-se em 1988. Entre os que defendiam a continuidade do medicamento no mercado, estavam os ginecologistas que destacavam a importância do misoprostol para a indução de partos e fetos retidos, assim como para a realização de abortos com menores riscos. Entre aqueles que pediam a retirada do remédio do mercado, estavam instituições que consideravam que sua utilização estava sendo feita apenas por seus efeitos colaterais e não por sua real indicação e os que se baseavam em questões morais, incomodados com o aumento no número de abortos realizados com o emprego do *Cytotec* (BARBOSA, ARILHA, 1993, p. 411).

Duas de nossas entrevistadas afirmaram ter usado o *Cytotec* com o intuito de abortar. Uma delas foi E.P., que nos contou que decidiu abortar depois de ter engravidado de um cliente. A narradora havia nos dito que tomava pílulas anticoncepcionais, mas que acabou envolvendo-se com um freguês e isso aparentemente a fez descuidar da contracepção. Este era irmão de um cliente antigo de sua amiga:

> [...]Aí eu não me apaixonei por o diabo desse irmão dele? Foi. Aí transava sem camisinha...às vezes não tomava o comprimido... ainda cheguei a engravidar dele... mas não tive, abortei, tomei *Cytotec*. Viu, como a gente era doida *na época*?! (Risos) *Cytotec*, mulher. Era tiro e queda, esse *Cytotec* (E. M. P., 55 anos, 2018).

Pelo que podemos perceber (e em consonância com outros trabalhos), apaixonar-se ou ter um "cliente fixo" trazia mudanças de atitudes no tratamento do cliente, como fazer sexo sem proteção (já em tempos de AIDS) e despreocupar-se quanto à possibilidade de uma gravidez. É possível imaginar que, em razão do envolvimento, a narradora não tenha exatamente "esquecido" de tomar as pílulas. Pode-se ter cogitado levar uma gravidez a diante,

por conta da relação diferenciada que se estava estabelecendo com aquele que era inicialmente um cliente. Entretanto, tal conjectura não se realizou e o aborto foi a opção.

Outro ponto que merece destaque é a maneira como E.P. refere-se ao cliente ao dizer que se apaixonou – "o diabo" – o que denota que envolver-se não era o esperado/desejado; podemos entender ainda que o sentimento não era correspondido, situação que pode inclusive ter feito com que a narradora fizesse a escolha de abortar. Como já discutimos em outro ponto desse trabalho, o abortar pode ser resultado de várias ponderações, dentre elas o fato do namorado/companheiro "não assumir" (LEAL, 2012, p. 1694), situação comum quando a mãe era uma prostituta.

Ao discorrer sobre o uso do *Cytotec*, E.P. nos conta que adquirir o medicamento era muito fácil à época. O relato exposto acima nos deixa entender que tratava-se de um método muito utilizado pelas mulheres, apesar de arriscado: "viu como *a gente era doida*, na época?!". A justificativa para utilizá-lo, apesar do risco, estava na certeza de sua eficácia e eficiência: "era tiro e queda, esse *Cytotec*".

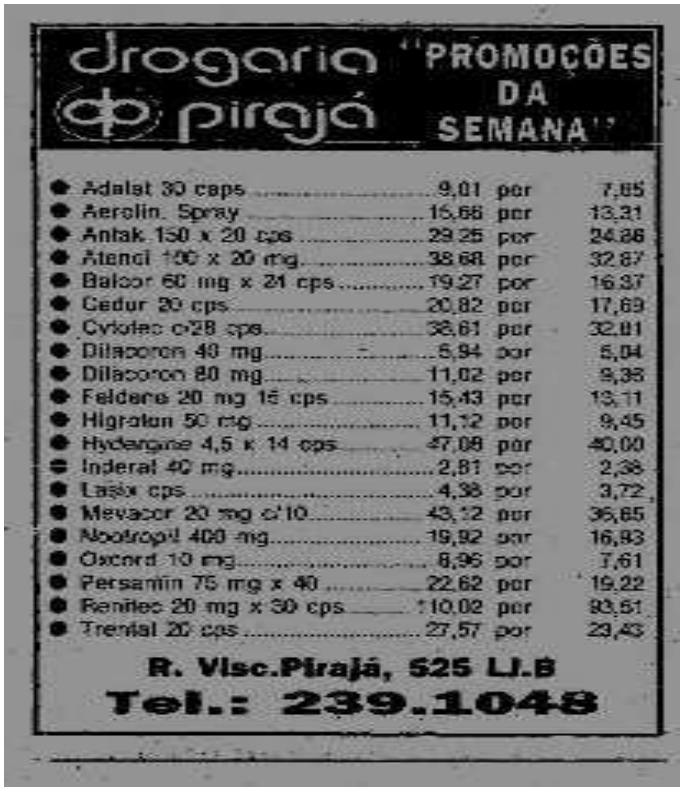
De acordo com Débora Diniz e Alberto Madeiro (2011), em escritos sobre o comércio ilegal do misoprostol no Brasil, os percursos e práticas para abortar vêm se modificando. Se até a década de 1980 os objetos perfurantes, sondas e substâncias cáusticas causavam uma alta mortalidade entre as mulheres, pode-se dizer que o quadro vem se alterando e o *Cytotec* teve uma grande importância para essa transformação:

> A inserção do misoprostol no cenário do aborto inseguro no Brasil mudou a magnitude da morbimortalidade entre as mulheres. O uso frequente desse medicamento levou a um maior número de abortos completos e menores índices de infecção e hemorragias, embora ainda com grande incidência de internações hospitalares por aborto incompleto (DINIZ; MADEIRO, 2011, p. 1796).

A entrevistada E.P. entretanto, relembra o uso daquele medicamento como algo perigoso e surpreende-se por não ter tido consequências graves em decorrência de seu uso:

> V.M.: E como é que conseguia?
> E.P.: Na época ele era muito fácil!
> V.M.: Era vendido assim [facilmente]?
> E.P.: A gente comprava era na farmácia! A caixa, era! Comprava a caixa, eu não sei como é que eu não morri! Porque hoje em dia se... você só pode tomar quatro. Diz que botava [na vagina] dois e engolia dois. Né? [...] porque *eu só fiz essa vez*, aí...que podia comprar a caixa. Aí a mulher disse assim: "toma dez"... ou botava dez...uma coisa assim. Eu sei que era quase a caixa toda. Num sei como é que eu não morri, mulher, na época (E.M.P., 55 anos, 2018).

Figura 39: Anúncios de farmácias com valor do *Cytotec.*



Fonte: Jornal **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 de out de 1989, p. 38. (Jornal de Bairros, Matutina).

Questionamos à entrevistada se a pessoa que lhe vendeu o medicamento não havia agido de má fé ao indicar a tomada (ou inserção) de dez comprimidos, ao que ela nos respondeu que não, pois naquele momento seria daquela forma: "era muito *mermo*". De fato, no período de recém-descoberta daquele novo método abortivo, parece não ter havido uma homogeneidade ou certeza quanto à dosagem correta a se utilizar. Barbosa e Arilha (1993), em texto clássico já aqui citado, apontam que em pesquisas realizadas em Recife e Fortaleza no ano de 1990, as doses variavam entre 4 e 16 comprimidos. Ainda que houvesse uma maior preferência pela dosologia de 4 drágeas (da forma indicada por E.P.), a pesquisa apontou que as mulheres chegavam a usar até 60 comprimidos (BARBOSA; ARILHA, 1993, p. 414).

Em seu discurso, a entrevistada tenta deixar bem demarcado que recorreu ao *Cytotec* apenas uma vez: "porque eu só fiz essa vez" e não relatou complicações após essa utilização. Nesse sentido, seu abortamento pode ter entrado para as estatísticas apenas por estar dentro de estimativas, mas não figurou entre aqueles que, devido a complicações, precisaram de

atendimentos médicos. Ao discutir o aumento no valor do medicamento[26] após a sua proibição, mais uma vez destaca-se o uso em apenas uma situação, o que nos fez lembrar que ao trabalhar com fontes orais não devemos estar atentos apenas para o que é dito, já que "a forma como se diz, incluindo silêncios, omissões, ênfases, repetições" (DUARTE, 2009, p. 83), como é o caso, são elementos igualmente fundamentais:

> [...] aí depois que as mulher começaram a abortar, foi que tiraram, né, da farmácia. Começou a virar...a virar febre. Aí tiraram. [...] aí o povo começava a vender, né? Clandestino, né? Caríssimo. Caríssimo. *Teve uma vez que eu fui até com uma...amiga minha*, *comprar*. Já não era mais...já era clandestino. Já era proibido. Não tinha mais. (E.M.P., 55 anos, 2018).

Ainda que seja possível que a entrevistada tenha ido realmente acompanhar uma amiga na compra[27], sabemos que a estratégia de falar sobre ações do sujeito como se fossem de outras pessoas não é algo infrequente, principalmente quando são atitudes consideradas condenáveis. Ainda que nós tivéssemos deixado a narradora à vontade e dado a garantia de omitir sua identidade (algo que foi rejeitado), é possível que ela não tenha se sentido confortável para revelar que realizou mais de um aborto. Uma ação isolada poderia ser entendida como um "momento de fraqueza"; uma ação que se repete poderia mostrar-se como leviandade.

O aumento do preço do *Cytotec* após a sua proibição é compreensível pela demanda e também por sua eficácia, rapidez e privacidade. Sendo já um método conhecido por suas propriedades abortivas, continuou sendo procurado por mulheres que queriam interromper uma gravidez. Oferecer meios que favorecem algum controle sobre o corpo feminino tem rentabilidade garantida[28], o que justifica o risco da ilegalidade.

Anos antes, o jornal *O Povo* noticiou uma situação de ilicitude referente a outro método de controle do corpo: as pílulas anticoncepcionais. De acordo com o periódico, contraceptivos que deveriam ser entregues de forma gratuita às mulheres estavam sendo

---

[26] Através do anúncio encontrado no Jornal *O Globo* em 1989, percebemos que a caixa do *Cytotec* continha 28 comprimidos. O medicamento tinha quase o mesmo valor do *Atenol*, indicado para controle da pressão arterial e um preço superior ao do *Antak*, remédio que também tratava a úlcera. Fonte: Jornal **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 de out. de 1989, p. 38. (Jornal de Bairros, Matutina).

[27] De acordo com Emily Martin, apesar das divergências existentes entre mulheres, algumas situações e processos as ligariam e as distinguiriam dos homens, como a gravidez e a menstruação, por exemplo. No caso apresentado, seria a tentativa de interromper uma gravidez o motivo da união e apoio. (MARTIN, 2006. p. 180).

[28] A narradora J.M. demonstrou essa compreensão ao nos dizer, em entrevista, que conheceu uma pessoa que comercializava clandestinamente o *Cytotec* e que este vivia "muito bem de vida", possuindo vários imóveis alugados.

desviados por um funcionário do almoxarifado e vendidas em várias farmácias da capital (PF DESCOBRE..., 1985, p. 12).

Figura 40: Cartelas de pílulas apreendidas

PF descobre desvio no Bemfam

Neovlar

Neovlar

Diversas marcas de comprimidos anticoncepcionais foram apreendidas. O "estouro" chega a Cr$ 120 milhões

Remédio gratuito era vendido às farmácias

Fonte: PF descobre desvio da BEMFAM. **O Povo**. Fortaleza, 16 de abril de 1985. p. 12.

Segundo o periódico, em 15 de abril de 1985 havia sido apreendido um lote de 250 mil unidades de comprimidos anticoncepcionais das marcas *Neovlar, Evanor* e *Normamor*. O Delegado Federal da Delegacia de Repressão aos entorpecentes, Moroni Torgan, acreditava, porém, que o desvio devia chegar a um milhão de unidades, o que "equivaleria a um valor estimado de Cr$ 120 milhões, já que a unidade (cartela) do medicamento é vendida nas farmácias ao preço de Cr$ 2.600" (PF DESCOBRE..., 1985, p. 12). A matéria era finalizada destacando-se que a BEMFAM era uma sociedade filantrópica, considerada, por decreto, de "utilidade pública federal".

Se no caso da pílula anticoncepcional não havia uma confiabilidade total quanto à sua eficácia, o mesmo não se pode dizer em relação ao *Cytotec.* À exceção de E.P., que diz ter engravidado por conta do esquecimento de tomada do comprimido, J.M e R.M., que também aderiram às drágeas, disseram ter engravidado tomando-as. R.M., que afirmou ter muita "facilidade de engravidar" não mencionou ter feito nenhum aborto. Já J.M. afirmou, em uma de nossas conversas, ter recorrido ao *Cytotec* por três vezes.

Apesar de nos falar que fez uso daquela medicação em três ocasiões, ela afirma ter se arrependido: "Eu tive oito filho de tempo[29] e cinco aborto. Dois *foi Deus que quis* e *três foi sem-vergonheza minha* que eu me arrependo até hoje. Foi remédio." (J. M. L., 59 anos, 2018). Vale ressaltar que essa narradora apenas revelou isso em nosso segundo encontro[30]. Em nossa primeira conversa ela afirmou ter tido apenas abortos espontâneos, por conta de problemas de saúde: "a doutora disse que eu tinha problema de anemia. Aí engravidava e nunca fazia tratamento, não fazia nada[...]."

Ela expõe também como motivo a sua rotina no cabaré, onde, mesmo grávida, fazia programas, bebia e usava aranha[31]: "mulher, acho que é por causa dessas coisas que morria." Chegamos a questioná-la se nenhum desses abortos haviam sido provocados. Ela foi taxativa, ainda que a interjeição "hum" tenha lhe dado um tempo a mais para pensar na resposta que daria:

> J.M.: Os abortos, o mais que teve foi com...eu segurei foi até cinco mês. Teve...eu tive duas meninas. Tava toda perfeitinha, mas não tomei remédio, não tomei nada.
> V.M.: A senhora nunca chegou a provocar? Um aborto?
> J.M: Hum?
> V.M.: A senhora já chegou a abortar?
> J.M.: Não!
> V.M.: Nunca?
> J.M: Nunca. (J.M.L., 59 anos, 2018)

Antes da descoberta do misoprostol como um potente abortivo – e mesmo depois dele – prostitutas e não prostitutas[32] utilizavam-se de outros artifícios para interromper uma gravidez. A ida até mulheres que realizavam esse procedimento foi experimentado por J.M. e M.A. que, como vimos, dizem ter sido levadas pelas donas dos cabarés onde trabalhavam. Em relação a esse assunto, os escritos de Carlos S. Versiani Anjos Jr. apontam inclusive para a existência de pessoas já conhecidas pela oferta desse serviço: o autor cita a atuação de uma mulher que morava no bairro Varjota e que já estaria "*acostumada* a atender as mulheres da zona" (ANJOS Júnior, 1983, p. 67) do Farol, o que indica que a demanda era elevada.

---

[29] Filhos que chegaram a nascer com vida.

[30] Em outra conversa (não gravada) chegou a dizer que tinha provocado apenas um aborto.

[31] Forma pela qual é chamada o medicamento Artame, que seria capaz de causar "alucinações visuais e auditivas, fugas de ideia e delírios, entre outros efeitos." (RAYMUNDO, et al. 2003, p.208).

[32] Realizando uma revisão a nível mundial sobre abortos induzidos, Akinrinola Bankole, Susheela Singh e Taylor Hass (2001) constataram que em mais da metade dos países analisados, as mulheres casadas são responsáveis por uma porcentagem mais alta de abortos do que as solteiras. Outro dado interessante é que mais da metade dos abortos são feitos por mulheres que já possuem pelo menos um filho. (BANKOLE; SINGH; HASS, 2001).

Duas de nossas entrevistadas apontaram ainda para a atuação de uma senhora que fazia o comércio de garrafadas[33] produzidas por ela. Segundo as narradoras, ela ia até os cabarés oferecer esses preparos, todas as semanas. J.M. falou sobre o assunto ao ser indagada se chegou a tomar chás e outras beberagens para provocar aborto:

> J.M.: Aquelas garrafadas?!
> V.M: Sim.
> J.M.: Não presta não! Quase que eu me enveneno! Sete misturas...enterrou e passou uma Coca-Cola enterrada três dias com *Tetrex*[34] dentro, eu tomei, a única coisa que deu foi diarreia e mais nada. Mais nada.
> V.M.: E quem é que fazia essas garrafadas?
> J.M.: Era a mulher que vendia.
> V.M.: Tinha...lá no Farol mesmo?
> J.M.: Lá no Farol mesmo. Ela passava toda semana vendendo.
> V.M.: Ela passava nos cabarés?
> J.M.: Nos cabarés vendendo. Remédio pra abortar. (J.M.L., 59 anos, 2018)

Antes de discutirmos a composição e efeitos de tais garrafadas e preparos é interessante atentarmos para o serviço prestado por essa mulher sobre a qual pouco sabemos. A frequência dela nos cabarés – "toda semana" – demonstra a constância com que os abortos ocorriam. Sua visita semanal indica, igualmente, que aquele era um empreendimento lucrativo, até mesmo porque a entrevistada nos contou que suas garrafadas tinham um valor elevado. Levar até as prostitutas um método abortivo nos parece uma atitude de alguém muito atento às necessidades de um mercado específico.

A ação dessa vendedora ambulante de beberagens pode ser comparada, em um aspecto, ao trabalho posteriormente desenvolvido pelo comerciante ilegal de *Cytotec*. Ainda que este não produza o medicamento, ambos vendem produtos abortivos que podem ter seus reais empregos disfarçados; enquanto o *Cytotec* pode ser assinalado apenas como um remédio para o tratamento de úlceras, as garrafadas podem ser identificadas somente como remédios para a "saúde da mulher". Essa foi, inclusive a estratégia utilizada pela entrevistada R.M. que disse ter tomado garrafadas, mas não com o intuito de abortar. A utilização seria, segundo ela, no sentido de "limpar o sangue" após o parto. Em seu relato essa narradora deixa entrever que havia também uma pessoa que comercializava tais preparos em praças, no Centro de

[33] O termo "garrafada" é definido por Chaves Júnior (1985), citando Raimundo Girão: "garrafada é qualquer beberagem destinada a fins medicinais, preparada com raízes, folhas, cascas, ervas, etc., geralmente posta em garrafa." (CHAVES JUNIOR, 1985. p. 92).

[34] Medicamento do laboratório Bristol. Apresentado no Dicionário de Especialidades Farmacêuticas como "Tetraciclina tamponada com fosfato)" e com "inúmeras vantagens sobre outras tetraciclinas" como, por exemplo, a não alteração da flora intestinal o que fazia com que não causasse "outros tipos de efeitos colaterais frequentes com o uso de outras tetraciclinas". (Tetrex, DEF, 1978/1979. p. 528).

Fortaleza[35]. Quando lhe perguntamos sobre a composição das beberagens, ela nos respondeu: "era de ervas, não era, comadre, que aquela mulher vendia lá na praça?" (R.M.S., 63 anos, 2018).

A composição das garrafadas nem sempre era conhecida. A justificativa do segredo está na continuidade do negócio: sabendo-se as ervas e demais ingredientes utilizados, as próprias mulheres poderiam produzir as garrafadas, dispensando-se a compra. Quando perguntamos à J.M. qual seria a receita daquele abortivo, ela aponta apenas suas características e nos fala de sua ineficácia:

> J.M.: Sei não minha filha. Sei que *era pretinha*, dentro da garrafa. Pra muitas pessoas serviu, mas pra mim não serviu não. *Pra mim só serviu o Cytotec mesmo.*
> V.M.: E como era o gosto dessas garrafadas?
> J.M.: Ah, minha filha, *amargava igual fel de galinha*. Teve as que...as meninas disse que pra mim não servia, porque eu tomava um copo, vomitava dois (J.M.L., 59 anos, 2018, grifo nosso).

Em nossa dissertação de mestrado, defendida no ano de 2012, também discutimos a utilização de métodos abortivos caseiros por mulheres residentes em bairros periféricos de Fortaleza. É possível apontar semelhanças seja nas características (sabor forte, por vezes amargo e de tonalidade escura) e no efeito das beberagens: os dois grupos pesquisados apontam para a ineficiência de tais preparos. Além disso, assim como as prostitutas entrevistadas, as mulheres ouvidas durante nossa pesquisa de mestrado afirmaram desconhecer a composição das garrafadas (MENEZES, 2012).

Em relação a essas receitas, Ondina Leal aponta que, apesar das variações existentes, tem-se como semelhanças o fato de serem líquidos "fortes" que devem ser tomados quentes acompanhados de medicamentos (como a *Coca-Cola* com *Tetrex*) ou bebidas alcoólicas. Deve igualmente ser repugnante (amargo como "fel de galinha"), capaz de causar náuseas e mesmo fazer vomitar (LEAL, 1994, p. 133), como ocorreu à nossa narradora.

O efeito repulsivo do preparo, causador de enjoos, vômitos e até diarreia teria feito, de acordo com a narradora, com que a garrafada não tivesse seu resultado esperado. Ainda

[35] No jornal *Diário do Nordeste* encontramos ainda uma matéria sobre Maurício Caraço, um senhor de 53 anos, mais conhecido como "Dr. Raiz". Maurício comercializava plantas medicinais para os mais diversos tipos de doenças: de "inflamação na garganta ao câncer de colo de útero". O comerciante vendia suas ervas no mercado São Sebastião, no Centro de Fortaleza. A grande vantagem das raízes em relação ao tratamento médico, de acordo com o "Dr. Raiz", estaria nos preços. A reportagem apresentava algumas doenças e seus respectivos "remédios". Especificamente para mulheres, três chamaram a nossa atenção: "desarranjo menstrual" e "hemorragia uterina e inflamação no ovário", por exemplo, tinham como tratamento a ingestão de três copos de chá de urtiga por dia, durante seis dias. Para a "inflamação do útero" e o "câncer de colo do útero" o tratamento seria o chá da raiz de veleiro, que deveria ocorrer três vezes por dia por vinte dias. Ainda que possam constituir sintomas de enfermidades, nos questionamos se sinais como "desarranjo menstrual" e "hemorragia uterina" não poderiam, igualmente, ser resultantes de abortos provocados (SERPA NETO, 1990. p. 14).

assim ela declara que seria uma exceção, visto que para outras mulheres teria "servido". O líquido escuro vendido em garrafas era compreendido – tanto por J.M. como por E.P., que também afirma tê-lo consumido, como abortivo, apesar de não ter funcionado com elas. Expressões como "fazer descer a menstruação" ou "regular o ciclo" não foram por elas utilizadas.

A entrevistada M.A. chegou a hesitar em nos responder quando questionamos se ela não havia feito nada para evitar as gravidezes. Após a narradora negar que tenha usado pílulas anticoncepcionais, questionamos se ela já havia ingerido algum remédio caseiro, dentro daquele mesmo contexto. De forma imediata e aparentemente impensada ela respondeu: "Remédio caseiro eu to..." e completou em tom mais baixo, possivelmente após refletir o que aquela informação poderia significar: "...não...também não tomei não." (M.A.M.S., 73 anos, 2018).

Em seus escritos sobre "memórias de velhos", Ecléa Bosi (1994) nos faz pensar sobre os esquecimentos, equívocos e possíveis invenções – característicos também dos discursos de nossas narradoras, como podemos ver acima e em outros trechos aqui citados – como questões menores, se os compararmos com as falhas da história tida como oficial:

> A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está *no que foi lembrado*, no que foi escolhido para perpetuar na história de sua vida (BOSI, 1994, p. 37).

Além das garrafadas e do já citado *Coca-Cola* e *Tetrex*[36], J.M. nos falou de outros preparos abortivos. O cozimento de sena, cominho e fel de galinha foi citado e adjetivado por J.M. como "fatal", mas não para ela, que afirma não ter conseguido tomar: "Não, minha filha, num tive coragem não. Só do dia que eu fiz pra menina, eu vomitei" (J.M.L., 59 anos, 2018). Tal situação demonstra uma rede de solidariedade entre as prostitutas, quando o assunto era interromper uma gravidez. O saber sobre essas receitas circulava entre elas e a própria J.M. possivelmente aprendeu como preparar algumas nos cabarés em que viveu, visto que residia lá desde os 14 anos de idade.

A narradora E.P. também nos falou sobre os vários métodos caseiros que utilizou quando tentou abortar, antes de trabalhar como prostituta. Assim como J.M., E.P. nos revelou que apenas com o *Cytotec* teria obtido êxito quando tentou abortar:

---

[36] Para este preparo, eram utilizados oito comprimidos e uma garrafa pequena daquele refrigerante. Os *Tetrex* deveriam ser triturados, misturados e inseridos na garrafa. Esta, por sua vez, deveria ser "enterrada" por três dias. Após aquele período, a beberagem deveria ser ingerida.

> Mulher, isso aí, isso aí eu tomei na época desse meu primeiro filho que eu tive. Na época eu não conhecia *Cytotec*, não existia, né? Quer dizer, *existia, mas eu não conhecia*. Aí eu tomei muita coisa, mas não funcionou não. Funcionou não. [...] Tomei chá de cabacinha, pílula do mato[37] com cachaça, *pessoal diz* que a gente botava de molho, é...é...limão com sal, a gente botava bastante limão e bastante sal na...no copo, mexia, mexia e tomava que abortava[...] (E.M.P., 55 anos, 2018, grifo nosso).

Como é possível perceber, existia uma diversidade de receitas utilizadas por mulheres que queriam encerrar uma gravidez não desejada. As entrevistadas desta pesquisa que admitiram tentativas de abortar por meio delas, entretanto, negam que fossem eficazes, o que aproxima seus discursos das falas da maioria dos profissionais da medicina, que também duvidavam das propriedades abortivas daqueles preparos. Por outro lado, podemos dizer que o *Cytotec*, experimentado em seus corpos, viria a mudar a realidade do aborto, tanto que ele é colocado como parâmetro: enquanto J.M. diz em relação aos remédios caseiros: "[...] pra mim não serviu não. Pra mim só serviu o *Cytotec* mesmo", E.P. insinua que só utilizou chás e outras misturas porque "[...]não conhecia *Cytotec*[...]"

Tabela 04: Volume anual de vendas do *Cytotec,* realizado pelo BIOLAB, no período de 1987-1992, em todo território brasileiro.

1987	1988	1989	1990	1991	1992
189.199	209.033	581.003	493.930	572.134	150.207

Fonte: Laboratório BIOLAB *apud*. BARBOSA; ARILHA, 1993, p. 412. (adaptada).

De acordo com as datas informadas por E.P. em nossa conversa, ela teria engravidado em 1987, ano em que o misoprostol já era comercializado no país. Contudo, é possível que o saber sobre o uso daquele medicamento como abortivo ainda não fosse tão disseminado. Em tabela apresentada nos escritos de Barbosa e Arilha (1993), percebemos que o ápice de vendas daquele remédio em todo o território brasileiro se deu no ano de 1989, o que pode indicar o momento em que a informação sobre aquele efeito colateral passava a ser mais difundido.

[37] As "pílulas purgativas do cirurgião Dr. Mattos", também chamadas de "pílulas do mato" ou ainda "píula do mato", são descritas por Eurípedes Chaves Júnior como "Laxativo utilizado para as mais variadas indicações terapêuticas: laxante, abortivo, anti-gripal, analgésico, etc. [...] de autoria do cirurgião Francisco José Mattos" cearense da cidade de Aracati. (CHAVES JÚNIOR, 1985, p. 141-142). A narradora M.E. nos disse que também teria tomado aquelas pílulas, mas como contraceptivo. De acordo com ela, isso teria ocorrido antes que ela começasse a ofertar serviços sexuais e foi uma indicação de seu pai, que comprava os comprimidos para as duas filhas.

É possível também que a narradora só viesse a ter conhecimento sobre o *Cytotec* após começar a trabalhar como prostituta (cerca de dois anos após o nascimento de seu filho) ou que em seu discurso tentasse exatamente nos passar essa ideia, construindo-se, frente à pesquisadora, como uma mulher de poucos conhecimentos sobre métodos abortivos eficazes antes de ofertar serviços sexuais.

Além das misturas já mencionadas, E.P. diz ainda ter ido à uma farmácia, onde um funcionário teria lhe aplicado uma injeção intramuscular com um *cocktail* de medicamentos que seria "tiro e queda", mas que com esta também não obtivera êxito. Como vimos no capítulo anterior, Anjos Júnior (1983) destacou a utilização desse método por prostitutas que trabalhavam nos cabarés do Farol.

Ainda que estivesse falando sobre os constrangimentos impostos ao exercício da atividade de parteiras, acreditamos que a colocação de Flávia Motta (2015) também sirva para pensarmos sobre os saberes em relação aos métodos abortivos, diferenciando métodos caseiros, como as garrafadas, de métodos modernos/científicos como o *Cytotec* (ainda que este não tenha sido criado com finalidade abortiva):

> Saberes e práticas histórica e culturalmente consagrados como eminentemente femininos vão assim se transferindo do terreno do popular para o científico (hegemonicamente masculino), e nesse processo vão as mulheres perdendo a sua autonomia e submetendo-se à orientação científica (leia-se, masculina) (MOTTA, F. M., 2015, p. 65)

Assim, se durante muito tempo os abortamentos foram realizados com a ajuda de experiências e compreensões acima de tudo femininas, aos poucos estas seriam substituídas pelo saber masculino/científico, primeiro com a contracepção medicalizada (pílula, DIUs e laqueaduras) e posteriormente com o *Cytotec*.

É válido destacar, contudo, que apesar de não ser possível identificar exatamente quem seria o responsável pela difusão do misoprostol entre mulheres que buscavam abortar (sendo essa responsabilidade compartilhada entre médicos, farmácias, laboratório, mídia e as próprias mulheres) (BARBOSA; ARILHA, 1993, 414) podemos afirmar que elas tiveram forte importância na propagação desse saber já que, apesar do lucro que pudessem ter laboratórios e farmácias, por exemplo, era interesse delas interromper uma gravidez não desejada.

Essa questão nos faz compreender a submissão à orientação científica/masculina não apenas como sujeição, mas também como agência e, posteriormente, quando o produto passou a ser proibido, como desobediência. Em uma comparação com os contraceptivos, caso

tomemos a ascensão e difusão daqueles métodos apenas como resultado de políticas de controle de natalidade e domínio de corpos pobres, deixaremos ofuscadas as demandas das mulheres que os utilizaram e que puderam, a partir deles, concretizar outros projetos de vida.

Os jornais cearenses traziam em suas páginas, frequentemente, discussões acerca da temática do aborto. Em março de 1982 a questão era discutida no jornal *Diário do Nordeste*, com o título "Aborto: o choque da lei e da realidade". A matéria era assinada por Lígia Girão e apresentava números da Organização das Nações Unidas, que apontavam que 10% dos abortos feitos no mundo inteiro teriam sido realizados no Brasil. Além disso, dizia-se que as mortes provenientes de aborto estariam superando aquelas por câncer ou acidentes automobilísticos (GIRÃO, 1982, p. 28).

O jornal trazia além da opinião de um padre – contra o aborto, como era previsível – a de um advogado criminalista, que acreditava que aquela decisão deveria ser uma decisão individual da mulher e em segunda instância do casal. O advogado não deixou, porém, de dar a sua opinião pessoal: dizia ser contra, por preceitos morais. O texto ocupava quase a totalidade da página 28 do periódico e deixava entrever certa indignação de quem o escrevia:

> Apesar de ser de domínio público que se faz abortos no Brasil e que o número é elevado, tanto do ato em si como de suas consequências muitas vezes fatais, *as autoridades não tomam nenhuma providência*, muito menos discutem um problema que toca de perto interesses político e atinge mais de perto ainda uma *abstrata e falsa moral cristã* de nossa sociedade. Várias são as falhas de nossa lei com relação à violência contra a mulher de maneira geral, e especificamente com relação ao aborto (GIRÃO, 1982, p. 28).

O fato da matéria jornalística ter sido escrita por uma mulher não deve ser minimizado. Diferente de outros textos não assinados nos periódicos, neste percebemos um posicionamento mais marcado. Ser assinado também favorecia o jornal: este não poderia ser acusado de estar empenhado na defesa do aborto já que, apesar de divulgar o escrito, a maior responsabilizada pelas colocações seria a autora. Por outro lado, manteria seu trabalho de informar e dar voz às visões possíveis sobre determinado assunto. Naquela situação específica, não seria interessante silenciar sobre um assunto tão discutido como o aborto.

Lígia Girão criticava também a omissão do Estado, que não estaria dando condições necessárias para que famílias pobres criassem seus filhos e limitava-se a distribuir algumas cartelas de pílulas, sem maiores informações. Alegava a autora que o aborto era um procedimento simples e seguro, que duraria de 8 a 10 minutos e poderia ser feito sem grande ônus ao serviço público. A cirurgia, ao ser ofertada, poderia inclusive diminuir gastos

públicos, visto que muitas vezes mulheres vítimas de abortos clandestinos chegavam a ficar por até um mês internadas nos hospitais.

Girão dirigia-se ainda aos grupos feministas do Ceará, especialmente os de Fortaleza, que não teriam uma "posição fechada em torno da questão". Ela apresentava a visão de integrantes da União das Mulheres Cearenses (UMC) e do Centro Popular da Mulher (CPM) sobre a temática. Rosa da Fonseca, presidente da União das Mulheres Cearenses dizia ser o tema "um tabu" e que o aborto não poderia ser compreendido como um método anticoncepcional. Para Fonseca, o que deveria haver era "uma orientação ao respeito do próprio corpo e *maior consciência* nas relações sexuais, com participação ativa do homem nessa questão" (GIRÃO, 1982, p. 28).

Daciane Barreto, do Centro Popular da Mulher, por sua vez, limitava-se a apontar que a clandestinidade contribuía para a "corrupção nas instituições médicas" que aproveitavam para explorar as mulheres com "preços exorbitantes". Essa posição indefinida dos grupos feministas do estado era nomeada como contraditória por Lígia Girão, que os diferenciava de outros coletivos:

> *Ao contrário dessa posição*, para a maioria dos grupos de âmbito nacional, a legalização do aborto é de caráter urgente e necessário *para a independência da mulher*. Alguns desses grupos insistem *pelo menos na questão de uma modificação da lei para uma descriminalização*. Essa foi a sugestão de vários grupos do Rio de Janeiro por ocasião do caso da mineira Edna Pereira dos Santos que, por consequência de um estupro, engravidou e foi impedida legalmente de abortar (GIRÃO, 1982, p. 28, grifo nosso).

Anos mais tarde, em março de 1986, a indefinição seguia igual. Em matéria intitulada "A cearense de olho na Constituinte" destacava-se (em matéria não assinada) que as mulheres tinham então a oportunidade de ter uma Constituição mais justa e igualitária. Elas estariam se organizando, levantando questões e discutindo seus problemas, mas segundo o jornal *Diário do Nordeste*, ainda estariam "pouco conscientizadas" (A CEARENSE..., 1986, p. 17).

Falando em nome da União da Mulher Cearense, Hortência Mendes de Souza destacava como questões mais urgentes a serem modificadas naquele momento o fim da violência contra a mulher, a regulação efetiva para as empregadas domésticas, mudanças na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), implantação de creches e proteção da mulher grávida. Daciane Barreto, do Centro Popular da Mulher, também citava a construção de creches e a luta contra a violência, além de uma maior atenção à saúde da mulher em "todas

as fases da vida feminina" o que denota uma assistência mais abrangente, mas nos diz pouco sobre a posição do Centro sobre o aborto.

A deputada estadual Núbia Brasileiro também foi ouvida e apontou questões genéricas como educação e saúde e, no que nos interessa mais de perto, criticou a "implantação desenfreada do controle de natalidade", feitas através de laqueaduras de trompas sem que as mulheres sejam conscientizadas sobre aquele método. O aborto, que não foi mencionado por Hortência de Souza, Daciane Barreto e Núbia Brasileiro era considerado um dos "pontos polêmicos" a ser discutido, já que não contava com a unanimidade das mulheres (A CEARENSE..., 1986, p. 17).

Retomando o texto escrito por Lígia Girão em 1982, é possível inferir que ela não imaginasse que a descriminalização do aborto no país ainda estaria sendo discutida na atualidade, quase 40 anos depois. Merece destaque em seus escritos, como vimos anteriormente, o entendimento da legalização do aborto visando a independência da mulher. Uma situação semelhante à exposta – ocorrida com Edna Pereira do Santos – também foi vivenciada no Ceará, oito anos mais tarde.

Em 17 de novembro de 1990, noticiava-se que a menor M., de 15 anos de idade havia engravidado após ter sido estuprada por cinco homens e um adolescente. M. foi violentada depois de pedir carona quando voltava de uma festa no dia 19 de agosto daquele ano. Apesar dos abusadores serem tratados no título da matéria como "seis tarados", a reportagem era finalizada com uma questão que, segundo o periódico estaria "atormentando a comunidade local e os familiares da menor M.I.S.A.: quem será o pai da criança?" (MENOR..., 1990, p. 16).

Não sabemos o que ocorreu com a adolescente M. e se os homens que a estupraram foram condenados pelo crime. Contudo, não deixa de inquietar a preocupação que tinham o periódico e, segundo este, a comunidade com a incerteza em relação à paternidade de uma criança. Talvez fosse mais urgente, naquele momento, indagar que providências seriam tomadas para que fosse garantido o mais rápido possível à adolescente o direito ao aborto, visto que ela havia sido vítima de estupro e já estaria com quase três meses de gravidez.

As matérias citadas, apesar de não apresentarem nenhuma referência às prostitutas, nos trouxeram inquietações e nos permitem pensa-las de forma transversal. Quando se discute o aborto como um direito, estariam também as prostitutas entre aquelas que se beneficiariam com essa conquista das mulheres? Ou a profissão que exerciam tornariam esse usufruto questionável? Se o tema "aborto" era um tabu, seria ainda mais se fosse relacionado à prostituição. Se uma adolescente de 15 anos que é violentada sexualmente por seis homens

quando volta de uma festa aparentemente não teria direito a um aborto, que garantia teríamos de que uma prostituta, cuja ocupação não é considerada um trabalho, teria?

Ignorar os abortos diariamente praticados só as poucos vai deixando de ser a regra, e isso ocorre num contexto de luta por direitos e organização das mulheres no Brasil, inclusive mulheres prostitutas. É válido destacar, como veremos adiante, que a questão aborto e contracepção não foi importante na organização das prostitutas em associações, ao menos de forma pública. Nos discursos das mulheres que entrevistamos nesta pesquisa, o aborto destaca-se na negação, no arrependimento, na ideia de que é uma coisa "horrível" e um "crime". A contracepção e o aborto – assuntos vivenciados com conflitos entre as prostitutas – foram tratados em âmbito privado, nas conversas com colegas que indicavam marcas de pílulas que teriam menos efeitos colaterais, nas indicações de receitas caseiras feitas por amigas, na compra de garrafadas feitas por outras mulheres que adentravam nos cabarés.

Menos inférteis do que se acreditava, a possibilidade de uma gravidez preocupava parte das entrevistadas, que se submeteram às primeiras pílulas anticoncepcionais com altas dosagens, às garrafadas, à laqueadura e ao *Cytotec*. Os clientes eventuais eximiam-se de qualquer responsabilidade e somente com a AIDS a contracepção seria feita a partir de um método por eles utilizados, mas sem essa finalidade, como veremos a seguir. As entrevistadas desta pesquisa inclusive pareciam entender a atenção aos contraceptivos como uma obrigação do serviço que ofertavam: M.A., por exemplo, nos diz que informava ao pai da criança a cada gravidez e quando estes diziam que não era possível provar a paternidade ela simplesmente "deixava pra lá". Todos os filhos da narradora são filhos de clientes e registrados apenas em seu nome.

Assim, se a liberação dos costumes e a ascensão de métodos como as pílulas anticoncepcionais não representaram uma ameaça para a atividade das prostitutas – visto que elas continuaram a ser procuradas nos cabarés da cidade – também não podem ser identificados como responsáveis por uma melhoria total em suas condições de trabalho. As altas dosagens hormonais não poderiam ter efeitos diferentes nos corpos das prostitutas. O medo de que pudesse existir uma "mulher da pílula" disponível em "toda esquina" parece não ter se concretizado, visto que nem todas aderiram ao método e mesmo as que aderiram viveram os usos com conflitos. Seus discursos sobre maternidade e aborto (em um momento em que este passava a ser mais debatido) nos parecem mais conservadores do que muitos imaginariam.

Nesse ponto não podemos ignorar o local da pesquisadora na entrevista; nossas diferenças podem ter causado reticências, negações e silêncios, que também foram

problematizados. Situação similar ocorreu quando projetos contra a AIDS direcionados à essa população começaram a ser implantados em Fortaleza. Conscientes de que as prostitutas não se "abririam" facilmente com universitárias e professoras, os coordenadores passaram a chamar para integrar o projeto, algumas prostitutas, o que teria feito com que a aproximação se desse com maior facilidade. Essa estratégia também foi por nós utilizada, quando contamos com a presença de J.M. para que outras entrevistas se tornassem possíveis.

Se a experiência com a maternidade, a contracepção e o aborto mais aproxima mulheres prostitutas de não prostitutas, o mesmo não se pode dizer da AIDS, quando seus corpos estariam no foco da discussão. A doença, que se propagou em meados dos anos 1980, teria importância crucial inclusive para a formação de Associações de Prostitutas, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 – CORPO DE BATALHA, CORPO DE LUTA

Boneca de trapo, pedaço da vida
Que vive perdida no mundo a rolar
Farrapo de gente que inconsciente
Peca só por prazer, vive para pecar

Boneca, eu te quero com todo o pecado
Com todos os vícios; com tudo afinal
Eu quero esse corpo que a plebe deseja
Embora ele seja prenúncio do mal

Boneca noturna que gosta da lua
Que é fã das estrelas, e adora o luar
Que sai pela noite, amanhece na rua
E há muito não sabe o que é luz solar

Boneca vadia, de manha e artifícios
Eu quero pra mim seu amor só porque
Aceito seus erros, pecados e vícios
Hoje na minha vida, meu vício é você [1]

A música "Meu vício é você", apresentada acima, é de Adelino Moreira. A composição foi gravada por Nelson Gonçalves no ano de 1955[2] e é uma das muitas canções que apresenta vivências e concepções acerca das prostitutas. A maioria das letras dessas canções levam a discussões sobre a categoria gênero, pois nos fazem vislumbrar representações masculinas sobre prostitutas – geralmente depreciativas – e sobre masculinidades (DENARDI, 2010, p. 279).

A forma como a mulher é descrita nesta canção chama atenção. Ainda que em outras músicas as prostitutas não sejam exatamente enaltecidas, como já mencionamos, as palavras utilizadas nesta composição deixam entrever um grande desprezo que lhes é conferido (ainda que no final o sujeito envolvido pela "boneca" afirme aceitá-la, apesar de seus "vícios"). "Trapo", "farrapo" e "perdida" são termos usados para adjetivar aquela mulher. Vivendo só

[1] MEU VÍCIO é você. Intérprete: Nelson Gonçalves. Compositor: MOREIRA, Adelino. RCA Victor, 1955. Disco 78 rpm, lado A.

[2] Ainda que a canção "meu vício é você" seja de 1955, período anterior ao nosso recorte temporal, é importante frisar que após aquela data, quando foi lançada em um compacto simples junto com a música "esta noite eu me embriago", a canção teve lugar em coletâneas, como a "seleção de ouro" (RCA Victor) de 1960 e "A volta do boêmio" (RCA Camden) de 1967, o que mostra que a música constituía uma obra importante na carreira do cantor. Além disso, fez parte do repertório do show de Nelson Gonçalves e Angela Maria no Anhembi, em 1978. Aquela apresentação se tornaria um especial de TV, dada a relevância dos dois artistas naquele período. Nossas entrevistadas recordam das canções interpretadas por aquele cantor nas casas de prostituição em que trabalharam e os jornais também trazem essa informação. Em 1974, o periódico *O Povo* aponta que em muitos cabarés predominavam as músicas de Nelson Gonçalves e Waldick Soriano e outros que interpretavam músicas "tachadas de 'dor de cotovelo'" (VIANA, 1974. p. 5).

para pecar e pecando por prazer, a prostituta faria isso, entretanto, inconscientemente. A que ponto chegaria de fato uma "inconsciência" ou "falta de autonomia" daquela mulher? Que domínio ela exerce sobre seu corpo – o "prenúncio do mal" desejado pela plebe?

Este capítulo, assim como o anterior, traz também uma discussão acerca dos cuidados com o corpo. Centraremos nossa atenção nas DSTs e na maneira como as prostitutas se preveniam (seriam elas um "prenúncio do mal"?). Além disso, é nosso interesse discutir as formas de "evitação", ou seja, de que forma as prostitutas diferenciavam clientes e companheiros (elas "pecavam" por prazer?). Para essa discussão foi de fundamental importância os escritos de Gayle Rubin (2017) acerca da "ideologia sexual". Perceberemos que, algumas vezes, as prostitutas corroboravam com uma divisão da sexualidade entre boa/normal e má/anormal, mesmo que fossem uma das maiores estigmatizadas por essa separação. O capítulo se encerra com a discussão acerca da criação da APROCE, quando aquelas mulheres passam de objetos de políticas de saúde a sujeitas de demandas (não mais "inconscientes") ou "mulheres públicas", em busca de direitos e na luta contra a violência.

4.1. “Pra cima dele eu não ia”: cuidados com o corpo e doenças sexualmente transmissíveis

> Leu em algum canto que mofo era bom pra esquentamento. Tinha sido na ***Riders Digester*** (sic), Seleções pro canelau. Na verdade, não era bem assim. Como não tinha níquel furado pra comprar penicilina esfregaria os documentos em algum melão mofado. Viu na matéria que cientistas haviam colhido fungos que apareceram na fruta pra descobrir o antibiótico que matava as bactérias da gonorréia, sífilis e febre pós-parto. Descoberta de um tal Alexandre Fleming, salvação da pátria pra muitos patifes do Porangabussu (TULIO, 2003).

O trecho acima foi retirado da coluna “Das antigas” do jornal *O Povo* de 05 de setembro de 2003 e tem como título “O Enfermeiro Almeida”. O “Dr. Almeida”, como também era conhecido, possuía um ambulatório no Centro de Fortaleza e fazia atendimentos, ao que parece, principalmente para o tratamento de doenças sexualmente transmissíveis – DSTs[3]. Algumas das entrevistadas dessa pesquisa afirmaram que se consultaram com aquele “prático” – como algumas o chamaram.

No texto, cujo fragmento acima citamos, o autor Demitri Túlio narrava o caso de um homem que havia contraído uma DST e não sabia o que fazer para curar-se e esconder a situação de sua esposa e demais pessoas de seu convívio. Temendo comprometer a sua reputação de “ministro da eucaristia da Paróquia de São Raimundo”, ele chegou a tomar *Tetrex* em “doses cavalares” e também “[...] mastruz, garrafadas, castanhodo e até caldo de cana”, mas nada lhe serviu.

Segundo o autor, era comum a ida de homens casados residentes no bairro Rodolfo Teófilo (e, certamente, de outros locais também) aos cabarés do Centro de Fortaleza. De acordo com Demitri, eles viviam “de galho em galho fornicando com Deus e o mundo. Pegando e largando cafetinas, amásias e fuampas[4] de primeira ou quinta categoria” e tinham sorte porque para o momento sobre o qual se falava “não havia ainda a AIDS”.

Muitos orgulhavam-se de não contrair nenhuma infecção e procuravam as prostitutas devido ao machismo e a uma suposta necessidade de experimentar outras sensações durante as relações sexuais, como o autor propõe no trecho a seguir:

---

[3] É válido destacar novamente, neste tópico da tese, a justificativa para utilizarmos a terminologia “DST” ao invés de “IST”. De acordo com o site do Ministério da Saúde, a terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) foi adotada e veio substituir a expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), porque destacaria “a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas.” Informação disponível em: http://saude.gov.br/saude-de-a-z/infeccoes-sexualmente-transmissiveis-ist. Acesso em set. 2019. Neste trabalho, entretanto, o/a leitor/a encontrará a expressão “Doenças Sexualmente Transmissíveis” e sua sigla DST, pois é assim, relembremos, que as fontes citadas e as entrevistadas se referem a aquelas infecções. Fizemos essa escolha para garantir um texto homogêneo, evitando possíveis confusões que poderiam ser causadas pela utilização das duas terminologias.

[4] Denominação pela qual também eram conhecidas as prostitutas.

> Mas o que se podia fazer? Machismo exacerbado e uma total incapacidade de ser fiel a um único rabo-de-saia, a um eterno amor-somente. Viviam de cachos e vangloriavam-se de não pegar mau (sic) algum nas vergonhas e boca. Muitos deles eram afeitos a variações com as mundanas já que *consideravam desrespeito ousar com as esposas*. Na alcova do lar ficava no convencional. [...] E sobre *as legítimas*, umas abestadas com *vocação para Virgem Maria*, resmungavam mas não tinham coragem de romper com os rabos-de-burro. De mandá-los plantar batatas ou campear macacos em outra freguesia. Aceitavam ali, feito lesmas. Talvez porque dependessem até da sombra deles pra sobreviver com *a reca de filhos parido um atrás do outro*. Escadinha. Desculpa amarela pra não enfiar cotocos nas ventas dos infiéis ou par de chifres merecidos (TÚLIO, 2003).

O texto de Demitri Túlio, ainda que esteja focado na situação de um homem/cliente de prostitutas, também fala destas e aponta para uma questão que colocamos para nossas narradoras: o cuidado com o corpo no que se refere às formas de prevenção e de cura de doenças sexualmente transmissíveis. Pensamos que estas, assim como uma gravidez indesejada, poderiam prejudicar a atividade da prostituta em uma época em que o uso da camisinha ainda não era muito comum.

Como já vimos em outro capítulo deste trabalho – e mesmo neste tópico –, a aquisição de remédios sem receita não era algo incomum, o que não garantia, contudo, a eficácia e solução do problema, já que não existia um diagnóstico prévio da infecção em questão. Nas memórias de Demitri Túlio (2003), os remédios caseiros também constituíam uma possibilidade para livrar-se de uma moléstia adquirida a partir de um programa. Na fala das prostitutas não encontramos o uso de remédios caseiros para esta finalidade, mas entre elas o Dr. Almeida era bem conhecido. Chamou nossa atenção ainda, que nos escritos de Demitri Túlio a busca por "variações" justificasse o risco de contrair uma DST e que esta estivesse fortemente vinculada às prostitutas.

Assim como o aborto, as doenças sexualmente transmissíveis dificilmente surgiam nos diálogos que tínhamos com as narradoras como algo comum entre elas. Das seis mulheres que entrevistamos, três afirmaram nunca terem contraído nenhuma infecção em decorrência de sua atividade e as outras três nos disseram que apenas uma vez precisaram tratar-se por tal razão. De forma semelhante quando falávamos sobre possíveis abortos, a menção às doenças sexualmente transmissíveis emergiam em situações de maior confiança entre narradora e pesquisadora ou mesmo de formas aparentemente impensadas, como é possível observar a seguir:

> M.A.: Doenças *nunca peguei não*, graças a Deus, nunca peguei.
> V.M.: Mas a Sra... alguma amiga da Sra. lá na época teve?
> M.A.: Teve. *Tinha muitas mulheres que tinha*.
> V.M.: Quais eram as doenças na época?

> M.A.: Um tal de corrimento...como era o nome, meu Deus? [...] umas doenças feias, umas doenças horrorosa.
> V.M.: Cavalo de...
> M.A.: Isso! Cavalo de crista, é, isso mesmo.
> V.M.: E quando elas ficavam doentes, o que elas faziam?
> M.A.: Elas tomavam remédio! [...] ia pro médico e tomava remédio.
> V.M.: E esses remédios...algum remédio caseiro, a senhora acha que elas chegaram a usar?
> M.A.: Não! Não, comprado mesmo. Passado pelo médico, não tinha caseiro. [...]
> V.M.: A senhora chegou a... ouviu falar do ambulatório Almeida?
> M.A.: É! *Eu me tratei lá uma vez*. Era só um carocinho que tinha assim, nas minhas parte. Eu me tratei lá, fiquei boazinha. Foi pouco tempo, foi *num instante eu fiquei boa* (M.A.M.S., 73 anos, 2018).

Inicialmente negando ter sido acometida por alguma contaminação transmitida através de relação sexual, M.A. acabou por contradizer-se na sequência da entrevista. Assim como o aborto, as DSTs parecem não ter sido uma realidade para ela, mas para "muitas mulheres" sim. Em vários momentos da entrevista essa narradora afirmou que estava com alguns problemas de "esquecimento" e quanto a este assunto não foi diferente: ela apresentou dificuldades em lembrar o nome das "doenças" comuns à época, e somente recordou de uma delas ao contar com nossa ajuda.

Vale ressaltar que o "esquecimento" pode ter sido um artifício para disfarçar um desconhecimento dos nomes científicos das infecções (e, consequentemente, timidez em falar os nomes pelos quais eram conhecidas, preferindo denomina-las como "doenças feias") ou ter sido uma estratégia da entrevistada para nos assegurar que de fato nunca havia contraído nenhuma daquelas DSTs.

Diferente do que Demitri Túlio aponta em suas memórias, M.A. não confirma a utilização de remédios caseiros para o tratamento daquelas infecções, apontando que não havia remédio "caseiro" indicado para possíveis tratamentos. Por fim, ao ser questionada sobre o "Ambulatório Almeida" a narradora não apenas deixa evidente que o conhecia, mas que também havia feito um tratamento com aquele enfermeiro. Ao salientar que rapidamente teria ficado "boa" (ou que sua cura ocorreu "num instante"), M.A. minimiza a importância da infecção que teve. A mesma função teria o uso de diminutivos: ao nos dizer que "era só um carocinho", M.A. pretende reduzir também o significado e implicações daquela DST em seu corpo.

De acordo com Dilene Raimundo do Nascimento (2005), a recente problematização da doença no campo historiográfico se tornou possível a partir de uma renovação no domínio científico, que no caso daquela disciplina ocorreu com a chamada História Nova. Segundo a autora, questionava-se a noção de fato histórico como algo dado e se propunha uma retomada da primeira geração dos *Annales*. Ampliava-se, a partir de então, o campo documental da

história ao mesmo tempo que definia-se a elaboração de uma nova crítica a documentos como entrevistas e fotografias, por exemplo. Para Nascimento,

> A História Nova pode ser definida pelo aparecimento de novos problemas e novos métodos, que renovaram os domínios tradicionais da história, e também pelo aparecimento de novos objetos de estudo que colocaram – ou recolocaram sob novas perspectivas – o corpo, a morte, a sexualidade e a doença como objetos de investigação histórica (NASCIMENTO, 2005, p. 25-26).

Assim, se durante muito tempo a história da doença recebeu atenção principalmente de higienistas e médicos, nas últimas décadas ela passou a ser objeto da História, pois compreende-se que as enfermidades não são apenas "um conjunto de sintomas que nos leva a procurar um médico, mas também um acontecimento que ameaça e modifica nossa existência, seja individual ou coletivamente[...]" (NASCIMENTO, 2005, p. 28). Ainda de acordo com Nascimento, a doença, enquanto fenômeno social, é uma construção: para ela concorrem elementos políticos, científicos e sociais, estudados no tempo e no espaço. Em épocas distintas, diferentes grupos dão sentidos específicos às doenças.

Em relação às "doenças venéreas", especificamente, os escritos de Dilene Nascimento fazem referência a Allan Brandt – que as estudou durante o século XIX e meados do século XX. Para este autor, é preciso pensar as doenças como fenômenos mais amplos e não apenas como "entidades biológicas". Compreender imagens associadas a uma infecção é de fundamental importância para "determinar os valores e padrões de julgamento que guiam as práticas sociais". (NASCIMENTO, 2005, p. 38).

Nesse sentido, revelar que contraiu alguma DST durante o período em que trabalhou na prostituição poderia reforçar a imagem e o estigma de prostituta como aquela que transmite essas doenças e detentora de um corpo "sujo e doente", como apontavam os jornais da época em Fortaleza. Omitir essa informação ou minimizar os sintomas apresentados – como fez M.A. – seria, em nosso entender, uma estratégia para se diferenciar e construir-se como pessoa que teria um maior cuidado com seu corpo e com o corpo de seus clientes. Como aponta Stefan Cunha Ujvari (2015) em relação à sífilis na Europa, este tipo de doença "estava sempre associado ao vizinho", sendo os prostíbulos considerados a "fonte potencial da doença"[5]. Acreditamos que tal ideia também se adeque ao nosso recorte temporal e às outras DSTs que preocupavam as pessoas à época, para além da sífilis, é claro.

[5] Stefan Ujvari em seus escritos sobre a sífilis aponta como, desde o século XV, "lesões repugnantes na face" (inchaços, caroços e feridas) delatavam atitudes pecaminosas associadas às relações sexuais. A doença recebia nomes diferentes, a depender da área. Os napolitanos tratavam como "doença francesa" e os franceses como

As narradoras nos disseram que examinar os órgãos sexuais dos clientes era uma prática comum entre as prostitutas, na tentativa de identificar possíveis infecções com as quais pudessem se contaminar. Autores como Érika Pinho (2012) e Carlos S. Versiani Anjos Júnior (1983) trataram brevemente deste assunto em seus escritos, como vimos no capítulo dois desta tese. J.M. nos deu maiores detalhes do assunto e nos contou que os donos de cabaré ensinavam como proceder e que os clientes também "examinavam" as prostitutas:

> J.M.: [...] os homem que é casado, vai com a gente, quando, quando eles...se for de noite, acende a luz, ele manda a gente abrir as perna pra eles olhar se num...olha o fundo das calças, pra ver se não tem corrimento...[...]
> V.M.: E a senhora também olhava?
> J.M.: Eu espremia. [o pênis]
> V.M.: Pra ver se não saía nada...
> J.M.: Era. Aí já foi o dono do cabaré que ensinou a nós.
> V.M.: [...] A primeira[6] ensinou alguma coisa à senhora?
> J.M.: Foi a M.F. que me ensinou.
> V.M.: Como foi que ela lhe disse?
> J.M.: Ela disse: "olha, toda vida que você for fazer um programa, que o homem tira a roupa, você não deixe ele apagar a luz antes de tirar a roupa e quando você for, você olhe o pênis dele, aí você faz que tá pegando pra ele não notar nada, aí você espreme. Aí se sair qualquer coisa, você me chama (J.M.L., 59 anos, 2018b).

Interessante perceber que enquanto os clientes deixavam bem explícito que estavam "examinando" as prostitutas, estas tinham que disfarçar o exame que faziam nos órgãos sexuais daqueles. Tal situação demonstra haver, em nosso entendimento, uma aceitação por parte delas em serem examinadas para não perder um cliente e uma necessidade de se cuidarem para não serem recusadas, além do tratamento da prostituta como um "produto" a ser utilizado. A avaliação cuidadosa e discreta – "pra ele não notar" – visava evitar constrangimentos e "um corte em sua excitação e fantasia sexual" (MEDEIROS, 2000, p. 195)[7] e era uma recomendação dos donos de cabaré, que poderiam intervir caso ficasse comprovado que o cliente poderia contaminar a prostituta (algo que prejudicaria a mulher, mas também a casa, já que poderia repelir outros clientes).

A narradora J.M., ao ressaltar que homens casados, em especial, é que buscavam identificar possíveis infecções nas prostitutas, nos permite imaginar que existia uma preocupação daqueles com a saúde de suas esposas e, óbvio, uma apreensão de que estas descobrissem que eles não lhes eram fiéis. A entrevistada nos contou ainda o que aconteceu com um cliente que estava com uma doença e que a contratou para um programa:

"doença espanhola"; os espanhóis, por sua vez, a chamavam de "doença napolitana", o que demonstra, como foi citado, tratar-se de uma doença do outro (UJVARI, 2015. p. 90).

[6] Estamos nos referindo à dona do primeiro cabaré em que J.M. residiu, quando ainda era adolescente.

[7] No original: "un corte em su excitación y fantasia sexual" (MEDEIROS, 2000. p. 195).

> J.M.: Eu tava bem nove horas lá na feira dos priquito, nem o dinheiro da passagem eu num tinha, que eu num tinha feito nem um programa que *eu tava com a barriga já muito grande*, aí o caboco me chamou pro cabaré do Carlin. Quando chegou lá, assim que entrou, ele apagou a luz. Quando ele apagou a luz, eu cismei. Eu segurei aqui o coiso [o zíper] da calça e fiz que tava coisando [fingiu que o zíper estava emperrado]. Quando ele deu uma brecha eu abri a porta e taquei o grito no Carlin. Quando o Carlin entrou, minha filha, ela...a bicha [o pênis] dele tava cheia assim... tu sabe o que é polvo do mar?
> V.M.: Sei.
> J.M.: Tava igual polvo do mar. Aquela coisa assim...aí o Carlin [falando para o cliente]: "Você não tem vergonha não?! Como é que você pega uma menina dessa grávida, você ia desgraçar a vida dela..." Ele disse: "desgraçaram a minha, eu não tô nem vendo." Minha filha, se ajuntou um bocado de viado, nós demo uma pisa nele, tomamos o dinheiro dele, até a aliança dele nós tomamos. Aí nós ainda rebolamo ele da primeira escada até a derradeira lá em baixo. Aí o Carlin ligou pros policial que era amigo do Carlin, aí ele ainda foi preso (J.M.L. 59 anos, 2018a).

J.M. foi uma importante intermediária de nossa pesquisa, nos indicando outras três entrevistadas, como já mencionamos no capítulo anterior. Por conta de nossa maior proximidade, tivemos a possibilidade de conversar mais vezes[8] e em pelo menos três ocasiões ela nos relatou o caso anteriormente descrito. Pelo fato de sabermos que as repetições – assim como os silêncios e esquecimentos – significam muito para os pesquisadores que utilizam a metodologia da história oral, não poderíamos ignorar tal relato.

A situação ocorrida no "cabaré do Carlin" veio à tona no discurso da narradora quando lhe perguntamos acerca de "doenças da época". Ao descrever o mesmo caso em três ocasiões diferentes, a entrevistada J.M. colocava no cliente a responsabilidade pela transmissão das doenças, diferente do que propunham os jornais da época (que assim como as entrevistadas pareciam ignorar que ambos poderiam ser transmissores). Merece destaque ainda o seu empenho em mostrar que colocava em prática os ensinamentos dos/as donos/as de cabaré, apesar dos métodos utilizados não garantirem totalmente que não seria infectada. Por outro lado, a atitude do cliente, além de mostrar uma forma de agressão e ódio às prostitutas, indica uma compreensão peculiar de saúde e doença.

Em discussão com outros estudiosos, Singer, Campos e Oliveira (1988) indicam que é possível identificar as doenças ao nível de uma "consciência individual". Nesse sentido, uma enfermidade só seria ressentida por alguém quando os sintomas apresentados coincidissem com "sintomas reconhecidos socialmente como indicadores de enfermidades" (SINGER; CAMPOS; OLIVEIRA, 1988, p. 70). "Assumir-se" como doente deve, então, ser pensado como um ato que acarreta consequências sociais, sejam privilégios ou sanções, a

[8] De todas as conversas, somente duas foram gravadas e transcritas.

depender das condições objetivas em que a pessoa se encontra[9]. Para o caso específico apresentado, assumir-se doente levaria à exclusão da possibilidade de contratar programas, algo que ocorreu tão logo o cliente foi descoberto como portador de uma infecção.

O relato aponta igualmente para as dificuldades de conseguir programas quando a gravidez já estava muito evidente (como destacamos no capítulo anterior), assim como a ideia de que a maternidade deveria garantir à prostituta uma maior "consideração" e respeito, como indica o trecho em que o dono do cabaré afirma: "como é que você pega uma menina dessa grávida [...]" e pelo que ocorreu com o homem que havia contratado o programa.

As pessoas envolvidas na punição aplicada ao contratante também merecem destaque: os "viados", as "putas" (como J.M. se referiu às prostitutas em outra ocasião ao nos contar o mesmo caso), o dono do cabaré e a polícia mostravam que nem sempre o cliente tinha razão. Quanto aos policiais, é válido lembrar que somente por conta da relação de amizade com o dono do cabaré é que foi possível a ida daqueles até ao estabelecimento e – supostamente – a prisão do mau cliente, visto que prostituir-se não seria um crime, mas manter uma casa de prostituição sim. A infecção portada pelo contratante teria sido identificada por Carlin como "cavalo de crista", forma pela qual era popularmente chamado o linfogranuloma venéreo[10].

O *Guia para o Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis*, publicado em 1984 pela Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária ligada ao Ministério da Saúde indicava que a cura para essa infecção se daria a partir de tratamento que duraria entre vinte e trinta dias, podendo ser prolongado por uma semana após a cura clínica. Os medicamentos (*Sulfadiazina, Tetraciclina, Timetropina*) deveriam ser tomados quatro vezes ao dia, o que obrigatoriamente requeria uma certa disciplina para garantir a plena recuperação do paciente (BRASIL, 1984, p. 25).

Aquela publicação indicava ainda que um recrudescimento das DSTs a partir dos anos 1960 era um problema grave e reconhecido em todo o mundo. Contudo, para o caso brasileiro, não existiam dados que permitissem "conhecer sua magnitude, o impacto social e

[9] É possível pensar também as prostitutas dentro dessa situação. A "condição de doente" pode ser "recusada", a depender das implicações na vida da pessoa enquanto trabalhador/a. Se este/a tiver direito a auxílio-doença e tratamento gratuito enquanto estiver de licença médica, assumir-se doente pode ser vantajoso. No entanto, isso será totalmente inconveniente para aqueles que não possuem esses benefícios, como um "trabalhador autônomo ou uma dona de casa", ou ainda, acrescentamos, uma prostituta. (SINGER; CAMPOS; OLIVEIRA, 1988, p. 71).

[10] "Cavalo de crista ou crista de galo – o linfogranuloma venéreo moléstia de Nicolas-Favre ou IV venérea. Expressão de uso generalizado. Alusão evidente com a coloração e o aspecto vegetante desta lesão. Uso generalizado." (CHAVES JÚNIOR, 1985. p. 47).

os efeitos em algumas áreas, como as de saúde materno-infantil, reprodução e infertilidade humana", noção presente de igual maneira nos periódicos da época.

Fazia-se necessário, com vistas a minimizar os casos de DSTs, uma abordagem crítica e educativa não apenas do pessoal da saúde, mas também da comunidade para que os grupos atuassem principalmente junto aos grupos mais expostos, como "migrantes, adolescentes, homossexuais, viajantes, marinheiros, prostitutas, etc". A publicação, entretanto, não avançava nesse sentido, tendo apenas a função de "constituir-se um instrumento técnico-operativo de apoio ao desenvolvimento das atividades de controle das doenças sexualmente transmissíveis, nos serviços básicos de saúde". (BRASIL, 1984, p. 25).

Quanto às DSTs que preocupavam à época, diferente de M.A., a narradora J.M. não se intimidou em falar o nome daquelas que havia ouvido falar (ou lembrava-se melhor que M.A.): "naquele tempo era negócio de mula, de esquentamento, corrimento...cavalo de crista, que é essa que fica igual ao polvo do mar..." (J.M.L., 59 anos, 2018). Os três primeiros termos citados, entretanto, referem-se a sintomas das infecções e não às infecções em si. De acordo com Eurípedes Chaves Júnior (1985), em obra já citada, "mula" faz referência à "adenite inguinal provocada por infecção venérea, principalmente a causada pelo Hemophilus ducrey" (CHAVES JÚNIOR, 1985, p. 121), no caso, cancro mole.

O "esquentamento", por sua vez, faz alusão ao "ardor uretral" provocado pela blenorragia/gonorreia durante as micções e o "corrimento" à leucorréia, secreção vaginal que pode ocorrer em diversas infecções. Segundo a narradora J.M., para curar-se de uma "doença do mundo" (como ela se referiu a tais infecções) com maior brevidade, "as meninas", colegas da entrevistada, preferiam ir ao ambulatório Almeida e não aos hospitais.

Possivelmente não estaremos incorrendo em erro se imaginarmos que a opção por ir ao "Dr. Almeida" se fizesse não apenas por uma recuperação mais rápida, mas igualmente para evitar um tratamento diferenciado e, presumivelmente, preconceituoso. No *Guia para o Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis*, anteriormente citado, encontramos algumas recomendações para o atendimento e tratamento da população que procurasse os serviços básicos de saúde por conta de uma DST:

> -Os casos de DST devem ser tratados nas unidades sanitárias *como doentes comuns.*
> *-Não há necessidade de registro à parte desses doentes*, nem de especialistas ou serviço especializado para o diagnóstico e tratamento das DST, a não ser quando se tratar de casos atípicos, de diagnóstico difícil ou de complicações.
> -É *contra-indicado o uso de fichas especiais para prostitutas*, homossexuais e outros indivíduos de alto risco, *bem como a identificação desses doentes com fotografias.*

> Os indivíduos considerados de alto risco (prostitutas, homossexuais, soldados, marinheiros, migrantes e outros) *devem merecer maior atenção* da equipe de saúde (BRASIL, 1984, p. 30, grifo nosso).

As indicações supracitadas nos falam mais do que ocorria nos hospitais e postos de saúde e menos do que se tentava evitar. Nesse sentido, é possível inferir que as pessoas que buscavam atendimento em decorrência de alguma DST não estariam sendo tratados como "doentes comuns"; questões morais deviam perpassar a atenção que era dada a esses pacientes, o que pode ter feito com que a procura pelo enfermeiro Almeida fosse o mais comum entre prostitutas e os clientes destas.

A publicação "Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis", por sua vez, enfocava o controle das DSTs na "população feminina em particular" e se colocava como complementar ao *Guia* já citado. Elaborado pela Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária do Ministério da Saúde em 1985, aquele volume reafirmava o recrudescimento das DSTs em todos os países do mundo, com números que superavam "a era pré-penicilínica e quimioterápica" e afirmava a sua importância devido ao então atual "quadro epidemiológico das doenças sexualmente transmissíveis no Brasil". Em sua apresentação destacava-se que a Nova República havia estabelecido em seu programa de governo a prioridade às áreas sociais e o objetivo de equiparar o desenvolvimento social ao econômico, como forma de expressar a "grande mudança em direção à democracia" (BRASIL, 1985).

A conduta dos profissionais da saúde diante de um caso suspeito de DST era discutido nas páginas iniciais daquela publicação. Uma das indicações era questionar a paciente acerca do número de parceiros e as infecções que eles pudessem ter. O uso de anticoncepcionais também era um dado importante a ser analisado em um primeiro contato. As condutas terapêuticas frente às DSTs recomendavam, em geral, o tratamento do parceiro sexual, algo praticamente impensável para as prostitutas que faziam vários programas por dia.

As causas para o aumento no número de casos das "doenças venéreas" eram discutidas no livro "Conversando sobre sexo", de Marta Suplicy (1983). Segundo a autora, o início da vida sexual mais cedo, a maior frequência do sexo casual, o uso de contraceptivos orais (que alterariam o "mecanismo imunológico da vagina da mulher" criando um ambiente favorável para a gonorreia), além da vergonha e culpa em procurar tratamento e avisar o/a parceiro/a (que passaria a transmissor/a), seriam alguns dos fatores. Outras razões estariam vinculadas diretamente à ineficiência do Estado, como "inexistência de programas educacionais públicos, principalmente nas escolas e meios de comunicação" e "dificuldade de

obtenção de tratamento" com um "baixo número de serviços e médicos adequados para combater a disseminação da doença venérea." (SUPLICY, 1983, p. 303).

O jornal *O Globo* de dezembro de 1976 trazia, na coluna "Qual é o seu problema?" as dúvidas de um leitor que refletem um pouco da omissão do Estado no assunto:

> Eu sempre escuto falar em doença venérea, mas as explicações nunca são bem feitas, como sou muito jovem e gostaria de ficar sabendo a respeito dela, peço que na coluna "Qual é o seu problema?" fosse abordado esse tema. Desde já fico muito grato ao jornal. (Carlos Antônio, Itaperuna) (DOENÇA...1976, p. 11).

Tal situação de ignorância em relação ao assunto certamente dava margem para que vários equívocos recobrissem a temática, como as crenças relatadas por Marta Suplicy de que "pisar em chão frio, comer ovo ou carne de porco, urinar contra o vento, comer alimentos apimentados ou tomar bebida alcóolica" (SUPLICY, 1983, p. 302) poderiam fazer com que o indivíduo contraísse uma DST. Por outro lado, a estratégia da narradora J.M. (utilizada também por R.M., M.G. e M.E.) poderia funcionar e ter feito com que ela evitasse contrair uma infecção durante os programas. Segundo os escritos da autora, um dos sintomas de DST nos homens era percebido se "ao apertar o pênis, antes do coito, aparecer uma substância leitosa". O indicado ao homem seria não mais ter relações sexuais e procurar imediatamente um médico (SUPLICY, 1983, p. 302).

A automedicação era criticada por Marta Suplicy. Em seu livro, uma das "bobagens sobre doença venérea" seria a crença de que uma infecção poderia ser "curada ou prevenida por pequenas doses de penicilina". Em relação a este assunto, uma de nossas entrevistadas nos disse que fazia uso de remédios para prevenir uma possível contaminação com as DSTs:

> *O pessoal* falava muito era em... escorrimento, né? Aquelas coisas, mas eu, graças a Deus, eu tinha o maior cuidado (risos). *Eu mesma*, eu tomava era antibiótico sem tá sentindo nada pra poder evitar. Eu tomava! *Tetraciclina, Meracilina*, tomava, mesmo sem tá sentindo nada, Depois que eu menstruava, que eu ficava boa[11], com cinco dias eu gostava de tomar, porque...né? Num tinha a camisinha, mas a gente tinha que se prevenir, né? Aí eu ouvia *as mais velhas, as veteranas* dizer que era bom, aí eu tomava pra evitar. Não era muito, eu tomava assim, né, uma semana eu tomava um dia sim, outro não, outro não, aí eu tomava assim (R.M.S., 63 anos, 2018).

Assim como as outras entrevistadas, R.M. indica em seu discurso que as DSTs não a prejudicaram, visto que ela era muito "cuidadosa". Contudo, "o pessoal" citado por ela parece não ter tido a mesma preocupação. Quando questionada se sua tática de usar medicamentos

[11] Quando o fluxo menstrual se encerrava.

para prevenir uma DST funcionava, ela nos assegurou que sim e que, apesar de conhecer o Ambulatório Almeida, nunca precisou se consultar com ele.

Merece destaque a informação que aponta que sua prática não era algo incomum e isolado: as "veteranas" também utilizavam tal estratégia e, como pudemos constatar, as repassavam para as prostitutas mais jovens. Em um momento em que a camisinha não era utilizada com frequência e que os serviços de saúde ofertados eram precários[12], restava às mulheres encontrar – elas mesmas, como disse R.M. – maneiras de evitar o contágio com doenças que poderiam tirá-las temporariamente de suas atividades, prejudicando seus rendimentos.

Outra estratégia encontrada pela entrevistada R.M. era rejeitar programas com homens mais novos, pois segundo ela, os clientes mais velhos seriam mais "prevenidos" e "reservados". Quando questionada se os homens não se preocupavam com o possibilidade de contrair alguma infecção, ela nos permitiu entender que alguns deles também teriam suas estratégias e procuravam "as mulher que mais eles conheciam [...] que sabia que era sadia" e colocou-se como uma delas: "eles já tinha costume com a gente" (R.M.S., 63 anos, 2018).

A narradora M.G., por sua vez, nos revelou que observava os órgãos sexuais do contratante antes de iniciar o programa e que chegava a recusar clientes se percebesse que poderia se prejudicar:

> Eu também, eu também...podia ir pro quarto mais um homem, se eu chegasse lá e notasse ou o homem tivesse com a viria[13] assada, ou tivesse com os cabelo do pau melado, duro, sujo, eu digo: "meu senhor, vamo tomar um banho ali...que primeiro nós vamo tomar banho, pra nós poder fazer...bora fazer um asseio..." aí se eu visse que num...tinha homem que é, dizia assim: "não, é a cueca que tá apertada", assim, com a viria assada aquele ali eu dizia: "meu filho, ó, vai perder o dinheiro do quarto, precisa nem me dar dinheiro!" Que eu, toda vida eu fui... se eu visse um homem com as viria assada, ali ele já perdia só o dinheiro do motel, porque pra cima dele eu não ia, nem ele pra cima de mim (M.G.V.P. 53 anos, 2018).

Chama nossa atenção a maneira como alguns clientes apresentavam-se frente às prostitutas. Aparentemente, existia entre eles a ideia de que pagar por um programa os eximia de quaisquer obrigações. A entrevistada M.E. reforça essa visão, ao nos dizer que chegou a

[12] Em 1982, o médico Mário Mamede, secretário da diretoria do Sindicato dos Médicos do Ceará dizia que a falta de saúde não seria uma questão médica, mas política. A declaração ocorreu em um evento no Centro Médico Cearense. Lá estava presente também a médica Sara Barroso que lembrava o aumento da incidência de doenças contagiosas no país, algo que poderia ser entendido como "um reflexo direto da precariedade das condições de higiene e assistência do povo brasileiro, problemas políticos". Aquela médica ressaltava ainda que o que faltava no país seria uma medicina preventiva e não uma medicina sofisticada que não atenderia as necessidades reais da população (MÉDICO..., 1982, p. 10).

[13] Virilhas. Eurípedes Chaves Júnior define "virias ou virilhas" como "regiões inguinais" e acrescenta que o termo vem do latim "virilia", partes sexuais do homem (CHAVES JÚNIOR, 1985, p. 181).

rejeitar um programa devido ao mau cheiro de um cliente. Ainda que pudesse comprometer seus rendimentos, recusar um cliente por receio de contrair uma infecção deve ser pensado como uma atitude que considera os efeitos da contaminação a longo prazo.

M.E. também afirmou analisar os órgãos sexuais do cliente antes de iniciar o programa: "a gente pega, olha... e ele: "não, não sou doente não, num sei o que..." A gente olha, a gente pega no saco do homem, puxa, olha, a gente vê tudinho." Assim como M.G., a entrevistada chegou a convidar o cliente para um banho antes de iniciar o programa: "Eu digo: "vá lavar!" "não, não vou lavar não...porque... [vou lavar] só depois" Eu digo: "não, depois não, umbora tomar banho que eu lavo!" (risos) (M.E.L.S. 63 anos, 2018).

Assim, ainda que um banho pudesse constituir um primeiro momento de intimidade entre cliente e prostituta, nos casos apresentados estaria configurando uma etapa necessária para que o programa ocorresse. Sobre a prostituta recairia mais essa obrigação, além da responsabilidade pela contracepção – ou aborto, caso fosse necessário – a mulher que ofertava serviços sexuais também deveria ocupar-se da higiene do cliente, para evitar contrair infecções, que seriam prejudiciais ao seu corpo e atividade.

Dentre as narradoras que relataram ter feito algum tratamento no Ambulatório Almeida, está E.P., que disse ter ido até aquele por conta de uma blenorragia (gonorreia). Esta entrevistada afirmou que era comum, no período referente ao recorte desta pesquisa, que as prostitutas fossem até aquele profissional: "Esse Almeida, a gente ia, *toda prostituta,* quando contraía uma doença sexualmente transmissível ia pra ele, pra ele curar." Ela assegura, assim como J.M., que a melhora dos sintomas das DSTs ocorria de forma mais rápida quando o tratamento era indicado por aquele "prático": "ele passava a...a...na época não era *benzetacil*...ele passava era outro tipo de remédio que era injeção também, que era pior [mais dolorosa] que a *benzetacil*. Com a segunda a gente já tava boa." (E.M.P. 55 anos, 2018).

Assim, na ausência de serviços destinados a aquela população, na urgência de curar-se para voltar rapidamente à atividade e pelo possível preconceito que permearia os atendimentos em serviços públicos, consultar-se com o "Dr. Almeida" muitas vezes foi a solução. Da mesma maneira que existia uma senhora especializada em receber as prostitutas que queriam interromper uma gravidez, existia o Almeida, o enfermeiro – ou "prático" – que as tratavam de infecções.

Bedone et. al. (1988), em discussão sobre "Prostituição e saúde" debatiam a inexistência de serviços de saúde direcionados para as prostitutas. Entendendo a prostituição como um "problema predominantemente feminino", os autores realizaram, no ano de 1986, uma pesquisa em Jardim Itatinga, uma conhecida área de prostituição na cidade de Campinas,

em São Paulo. Foram entrevistadas 100 mulheres, atendidas em um posto de saúde, único local de atendimento médico localizado naquela área (BEDONE et.al., 1988).

Na pesquisa buscou-se compreender a relação da prostituição com a saúde, principalmente no que se refere à incidência de doenças sexualmente transmissíveis, vícios, contracepção, aborto, maternidade e incidência de câncer cérvico-uterino. A investigação apontou que recorrer à automedicação seguindo orientações das donas das casas ou do farmacêutico do bairro era algo muito comum e que a prática do aborto foi negada pela grande maioria das entrevistadas (de 100 consultadas, apenas 30 afirmaram ter provocado abortos). Ainda que exista uma grande diferença na metodologia empregada e no número de entrevistadas na pesquisa feita pelos autores e esta pesquisa, é possível dizer que há uma semelhança nos dados levantados no que se refere aos dois pontos em destaque: automedicação e abortos provocados.

Quanto às DSTs, Bedone et. al., afirmam que o tipo de atividade desenvolvida pelas prostitutas aumentaria o risco de contaminação e que cerca de metade das pesquisadas não sabiam se eram ou já haviam sido portadoras de alguma DST. Os autores alertavam que não seria a prostituição o principal motivo para o recrudescimento daquelas infecções, no entanto, uma grande parcela da população não estaria sendo tratada e acompanhada de maneira adequada.

Por fim, os resultados da pesquisa apontavam ter ficado evidente que as prostitutas eram um grupo marginalizado da sociedade – e não apenas sob o ponto de vista da saúde. Frisava-se que "apesar de seu evidente maior risco de saúde e de constituir-se em foco de difusão de doenças, nenhuma das instituições oficiais responsáveis pela saúde da população oferecem serviços médicos para este grupo." (BEDONE et. al., 1988, p. 168).

Discordando da pesquisa empreendida por Bedone et.al. no que se refere ao papel da prostituição no crescimento do número de casos de DSTs, o jornal *Diário do Nordeste* de junho de 1986 trazia a matéria intitulada "O foco das doenças sexualmente transmissíveis" (SANTOS, 1986, p. 21) acompanhada de uma fotografia do Farol do Mucuripe e de uma moça, possivelmente uma prostituta com uma criança nos braços. Uma tarja preta cobria os olhos da moça, o que nos deixa entender que tratava-se de uma menor de idade.

Ao fazer a leitura da matéria, percebemos que o título – o foco das doenças sexualmente transmissíveis – foi utilizado como sinônimo para prostitutas, já que estas eram tratadas pelo periódico como o "maior foco" daquelas doenças. O texto não trazia números ou discussões acerca da sífilis, herpes ou outras doenças. O autor da matéria, Luciano Santos, limitou-se a noticiar que o Governo Federal iniciaria, nos dias seguintes, uma campanha

nacional para alertar os jovens a respeito das DSTs e em seguida dedicou-se a tratar da prostituição, partindo da presença daquelas mulheres na bíblia até os dias atuais. O texto de Santos não diferia de outros escritos jornalísticos já discutidos neste trabalho: questionar que motivo fazia com que as mulheres se prostituíssem seguia sendo a tônica.

Figura 41 – a ligação entre prostitutas e as DSTs nos jornais

24 • VARIEDADES

DIÁRIO

Fortaleza, Ceará — Segunda-feira, 02 de junho

O foco das doenças sexualmente transmissíveis

Nos próximos dias o governo federal vai desencadear uma campanha nacional alertando os jovens para as doenças sexualmente transmissíveis. Esta reportagem visa apresentar o maior foco das doenças: a prostituição. As causas são muitas, dentre as econômicas estão as migrações, a promiscuidade e o custo dos medicamentos, outro fator é a má educação sanitária e, também, a maeducação sexual, cujas consequências levam e reforçam a formação de um ciclo vicioso de doenças.

As prostitutas estão nas ruas, nos bares, nos moteis, nos prédios de apartamentos. No centro das grandes cidades e nos bairros afastados. Na preocupação dos governos, da polícia, dos juristas, dos sociólogos, dos religiosos, das famílias. A prostituta de alcoice, aquela que faz comércio com o sexo, não tem sobrenome. Chama-se Maria, Chica, Marlete. Contar a história desta é quase repetir a história daquela.

São mulheres de olhares distantes e pretensões imediatas. Corpos sofridos, lívidos, resultado de noite e noite indormidas e o amanhã duvidoso. Ouvem-se as horas de suas folgas conversas intermináveis na esquina. Seu mundo? Um comportamento anti-social e o chaveiro no punho, balançar.

De uma forma ou de outra, a prostituição existe há muitíssimo tempo. As cortesãs são mencionadas quarenta e quatro vezes na Bíblia. As prostitutas e os donos de bordéis são apresentados cinquenta e três vezes e atos de prostituição citados oito vezes no mesmo Livro Sagrado. O amor dinheiro já se achava estabelecido por volta dos anos dois mil

O Farol Velho ainda serve como guia dos marujos que atracam no cais: mulheres à vista!

outro operário, joga sobre ela a carga mais pesada. Em qualquer tentativa de desobediência é espancada e por isso tem que agüentar calada. Por não acreditar que seja gente, aceita o destino como a única forma possível de existência. Ela vai aos poucos perdendo a humanidade.

A prostituição masculina também existe em todo o mundo. Há milhares de jovens altos, atléticos e normalmente louros, que se alugam. São menos condenados porque constituem minoria em relação às prostitutas. O mesmo acontece com as lésbicas.

ATITUDE DEGRADANTE

A prostituição é moralmente degradante, mas somos nós que a fazemos assim. Repudiamos as que vendem seus favores sexuais, tornando-as criminosas, isolando-as do resto da sociedade. Algumas dessas incriminações deveriam ser dirigidas aos freqüeses, que desejam mais do que tudo passar uma hora com uma dessas damas. A prostituição é um fato da vida, não sendo boa, nem má. Consideramos imorais as relações sexuais indiscriminadas por dinheiro porque somos doutrinados desta maneira. Em vez de nos queixarmos do problema o melhor seria combatê-lo na raiz. Conforme diz um velho chavão "se não houvesse demanda, não haveria fornecimento".

A demanda é provocada por nós. Deixemos que uma "call girl" explique: "A única coisa que nos mantém em atividades são as esposas. Se dessem aos maridos tudo o que eles desejam es-

Fonte: SANTOS, Luciano. O foco das doenças sexualmente transmissíveis. **Diário do Nordeste**, Fortaleza. 02 jun. 1986, p. 21.

Sem apresentar dados concretos, dizia-se que a maioria das prostitutas estava contaminada pela sífilis e gonorreia e destacava-se que "se a profissão fosse menos degradante, as portadoras teriam procurado um posto de saúde para tomar injeções de penicilina" (SANTOS, 1986 p. 21), o que sugere que a atividade, humilhante segundo o autor, pode ter feito com que as mulheres deixassem de procurar ajuda especializada para o tratamento de infecções.

Ainda que Luciano Santos tratasse as prostitutas como "o maior foco" das DSTs, é preciso salientar que persistiu, durante muito tempo, uma inexatidão quanto à situação do país em relação a aquelas doenças. Em maio de 1978, uma matéria do jornal *O Globo* discutia o assunto, indicando que um levantamento estava sendo realizado junto às farmácias em São Paulo, local para onde muitas pessoas se dirigiam na intenção de obter esclarecimentos e medicamentos. Tal pesquisa, entretanto, não garantia dados precisos e seu coordenador, o professor e sanitarista da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo, Walter Belda, afirmava

que o quadro das "doenças venéreas" no Brasil "já deveria estar sendo motivo de grande preocupação para as autoridades". Belda lamentava a procura das farmácias pelos doentes, mas reconhecia que a assistência dada por elas era válida, já que era o "recurso disponível" naquele momento (DOENÇAS..., 1978, p. 19).

Não somente a falta de preocupação das autoridades impedia que o tema se tornasse menos nebuloso: os próprios portadores das infecções colaboravam para tal na medida em que as tratavam "como algo 'vergonhoso e inconfessável'". Um dos especialistas no assunto chegou inclusive a dizer que, por essa razão, "nenhum serviço particular, público, municipal, estadual, federal ou lá o que seja poderá mostrar uma estatística honesta, real." (DOENÇAS..., 1978, p. 19).

Em relação às prostitutas, o periódico trazia a opinião de um especialista. Murilo Cardoso Fontes, especialista em doenças urogenitais, havia trabalhado entre os anos de 1920 e 1922 na Inspetoria de Doenças Venéreas fazendo visitações periódicas em "zonas de meretrício". Murilo Fontes fazia parte do "Serviço de Prostitutas", órgão ligado a aquela Inspetoria e ao Departamento de Saúde Pública. De acordo com aquele profissional, naquele início da década de 1920 era possível dizer que o contágio se fazia através das prostitutas, mas isso não poderia ser considerado uma verdade para a década de 1970 quando a sociedade estava "quase toda contaminada". Walter Belda reforçava essa visão ao dizer que as DSTs estariam "totalmente democratizadas" e uma das causas seria um comportamento sexual bem mais livre do que nas décadas anteriores, mas que não veio acompanhado de uma atitude estratégica para prevenir males que poderia advir de uma relação sexual. (DOENÇAS..., 1978, p. 19).

Em 1982, anunciava-se que o Ministério da Saúde, "preocupado com o aumento da incidência de doenças venéreas no Brasil e com a *falta de dados estatísticos*", realizaria uma pesquisa nacional no ano seguinte, para que se tornasse possível um controle mais eficaz das infecções[14]. A matéria afirmava que 80% dos casos de "doenças venéreas" no Brasil eram tratados em farmácias e que as únicas medidas concretas no controle da sífilis no país – infecção que acometia cerca de três milhões de brasileiros à época – eram o exame de sangue realizado em mulheres grávidas e a aplicação de nitrato de prata nos olhos de recém-nascidos para evitar a cegueira por sífilis congênita. (MINISTÉRIO..., 1982, p. 6). Enquanto o serviço

[14] Aparentemente tal pesquisa não chegou a se realizar. O mesmo jornal afirmava, quatro anos depois que "o Ministério da Saúde não tem qualquer pesquisa específica que aponte a prevalência dessas doenças no país." (DOENÇAS SEXUAIS..., 1986. p.15).

prestado era ineficiente, as dúvidas persistiam e as pessoas tentavam sana-las da forma como podiam.

Figura 42: Dúvidas sobre "doenças venéreas"

O QUÊ VOCÊ DEVE SABER DE MEDICINA

LAWRENCE E. LAMB

A cura da doença venérea

"É possível curar doença venérea tomando penicilina, durante duas semanas, para outro problema?"

"Depende do que você quer dizer com doença venérea e quanta penicilina tomou. Embora a penicilina seja eficaz na maioria dos casos de gonorréia, em alguns não é. Enquanto a sífilis e a gonorréia, em grande parte dos casos, podem ser penicilina, há outras formas de doença venérea impossíveis de curar dessa forma. A herpes simples dois, ou herpes genital, por exemplo, não responde absolutamente à penicilina, porque é um vírus. A quantidade e duração da medicação antibiótica recomendada visa assegurar a maior probabilidade de uma cura completa da gonorréia e da sífilis. É possível conseguir curas com doses menores, com duração mais curta, mas a média de cura será bem abaixo da obtida pelo tratamento padrão. O outro perigo é que o tratamento inadequado talvez esconda a sífilis e não se descubra isso até a doença já ter progredido".

Figura 42, Fonte: A cura da doença venérea. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1982. p. 16. (Seção "O que você deve saber de medicina)

Figura 43: Dúvidas sobre exames pré-nupciais

ESCREVA

Comportamento

Vou me casar breve. Gostaria de saber que exames pré-nupciais fazer. Quanto tempo antes devem ser feitos? Qual o médico que devo procurar? Pode ser feito em convênio? (Maria Dolores - Itaperi).

Você deve procurar um clínico geral ou ginecologista. O médico a orientará sobre os exames pré-nupciais a fazer. Vá em companhia do noivo, devem fazer os exames juntos. O tempo propício é de 3 a 4 meses antes do casamento, para que haja tempo para os tratamentos, na hipótese de serem nescessários. Quanto ao convênio pergunte ao médico, ele poderá das as informações exatas.

Figura 43, Fonte: Comportamento. In: **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 15 jan. 1982. p. 21. (seção Escreva).

A entrevistada M.E., apesar de nos dizer que observava com cautela os órgãos sexuais dos clientes e até mesmo os banhava antes de iniciar um programa, demonstra-se surpresa, em outro momento da entrevista, ao nos dizer que não usava preservativo e mesmo assim não contraiu nenhuma infecção:

> Antigamente eu, eu nunca usei nada não, num usei nada não quando eu era mais nova, não, não existia camisinha nessa época, no começo, do cruzeiro, no tempo do cruzeiro, não existia, aí...não tinha o que fazer, não tomava nada. Só que eu faço os meus exames, de tudo e graças a Deus, é tudo bom. Num dá nada, graças a Deus, sempre eu faço (M.E.L.S., 63 anos, 2018).

Ao agradecer a Deus – por duas vezes nesse curto trecho de entrevista – a narradora deixa transparecer que o risco de contrair uma DST era iminente em sua atividade. Ao sugerir não saber como isso é possível (a expressão "só que" pode ser entendida como "mas" ou "contudo", ou seja, como uma oposição) exime a si mesma de maiores explicações. Ainda que exista a possibilidade de que M.E. – assim como outras narradoras – tenha de fato passado incólume em um momento de "recrudescimento das DSTs", como diziam os jornais, não nos parece equivocado imaginar que tais declarações façam parte da sua construção como sujeita frente à entrevistadora. Em outro momento de nossa conversa, quando lhe questionamos se alguma de suas conhecidas havia contraído alguma infecção, ela foi rápida e direta: "nunca ouvi falar de nenhuma doente por aqui não", algo que pode ser compreendido como uma defesa do grupo e de si mesma.

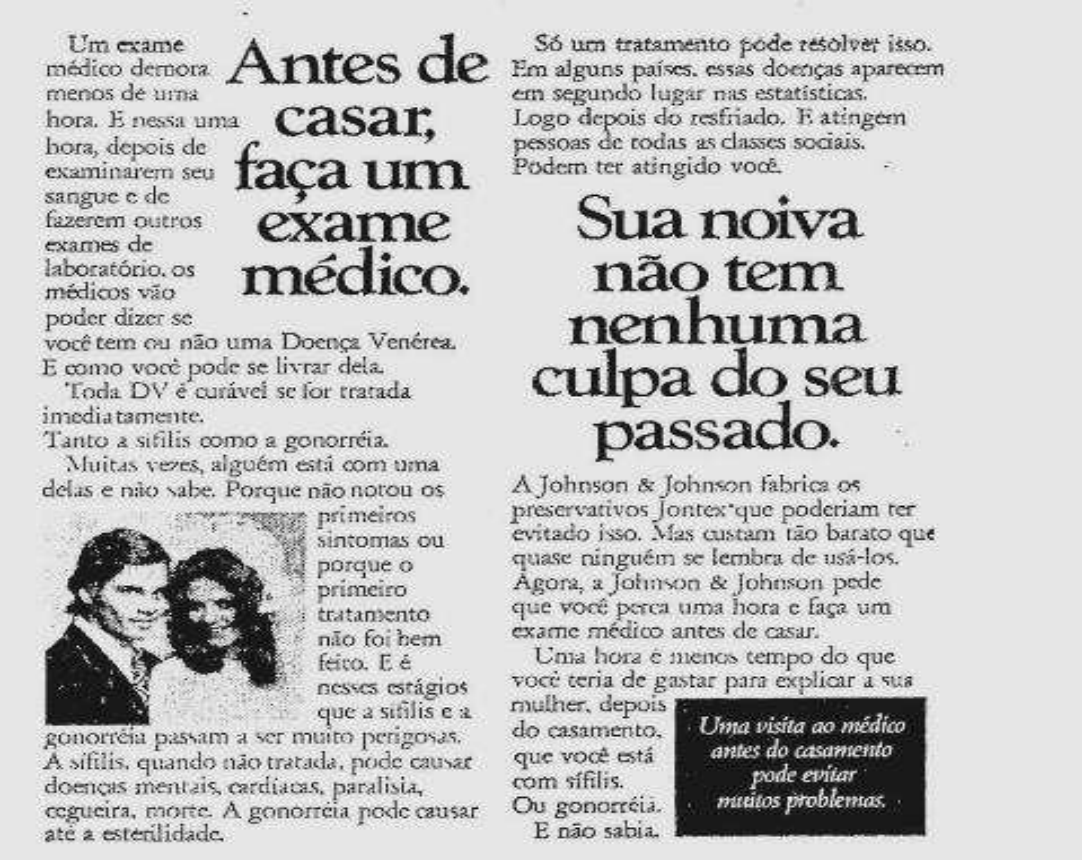
Retornando às memórias de Demitri Túlio, com as quais iniciamos este tópico, informamos aos leitores que o personagem que havia contraído uma DST contou à esposa de sua situação, mas utilizou-se de uma das crenças correntes à época para evitar falar a verdade sobre sua contaminação: culpou o "acaso e acentos de ônibus sujos ou privadas", algo que não foi questionado pela mulher. Na manhã seguinte, a companheira o levou ao "Ambulatório Almeida" e ele ficou surpreso ao adentrar o local, pois "nunca havia andado ali" (TÚLIO, 2003).

O fato da esposa não aborrecer-se com o estado do marido não causou mal estar ao marido, mas o narrador questionava-se "se a esposa era mesmo uma pamonha com vocação para Virgem Maria", tornando explicito um entendimento de DST – ou doenças venéreas, como chamadas à época – como coisa de homens e de mulheres de condutas repreensíveis, contrárias a de uma esposa.

Como os médicos relatavam à época, é possível que tal compreensão de DSTs como um "problema do outro" e o preconceito que rodeava o tema possa ter feito com que, durante

muito tempo, a real situação dessas infecções fosse desconhecida. Contrair uma DST poderia ser mais uma marca para uma mulher: assim como usar determinadas roupas, sair sozinha à noite ou andar por determinadas ruas, contaminar-se com uma daquelas doenças – ou mesmo ter informações sobre elas e formas de curar-se, como vimos nos escritos de Demitri Túlio – poderia levantar dúvidas quanto à sua conduta. Como as propagandas de preservativos apontavam, "doenças venéreas" não teriam relações com as esposas ou as noivas, somente com o "passado" dos homens.

Figura 44: Propagandas do preservativo *Jontex*



. Fonte: Propaganda do preservativo *Jontex*. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 out. 1972. p. 39.

Para o caso das prostitutas entrevistadas nesta pesquisa, podemos dizer que, apesar das diferenças nas falas e de possíveis inverdades em seus discursos, algo as unia quanto ao aspecto aqui tratado. Elas se constróem, frente à pesquisadora, como profissionais responsáveis no serviço ofertado, examinando e cuidando dos clientes, aplicando sanções a aqueles que poderiam contaminá-las e tratando-se quando são acometidas por alguma infecção.

O cuidado com o corpo era indispensável para a manutenção de sua atividade e, ainda que os serviços públicos fossem precários à época, alguma solução encontrava-se, fosse com as "veteranas" ou com o "prático" Almeida, conhecido por todas as nossas narradoras. A situação se alteraria com a criação da APROCE, que promoveria palestras nas praças e distribuíria preservativos para as prostitutas em cabarés e motéis.

É preciso lembrar, entretanto, que isso ocorreria apenas quando do surgimento da AIDS, doença incurável que faria, ao menos inicialmente, o movimento de procura pelas prostitutas cair. Enquanto as DSTs parecem ter preocupado as prostitutas apenas em um âmbito "privado", a AIDS as fariam ocupar as ruas e praças de outra maneira. De "transmissoras de doenças" as prostitutas passariam a "transmissoras de conhecimentos". A luta contra o preconceito advindo de sua alegada ligação com a AIDS mudaria o sentido do termo "mulheres públicas": se a contracepção, o aborto ou DSTs não constituíram ameaças à sua atividade, o mesmo não ocorreria com a AIDS que, no caso do Ceará, foi o motivo inicial para a criação da APROCE e para a visibilidade das prostitutas enquanto detentoras de direitos. O corpo não era mais somente instrumento de "batalha". Era instrumento de luta. Desenvolveremos essa discussão em nosso último tópico. Antes, no entanto, acreditamos ser interessante discutir brevemente sobre a negociação de práticas sexuais durante os programas, o que acreditamos ser uma outra forma de cuidado do corpo.

4.2 “Minha boca é pra beijar meus filhos” ou “eu me apaixono é pelo dinheiro dele”: o que pode e o que não pode no programa

Uma das questões mais frequentes nas matérias jornalísticas a respeito da prostituição eram os motivos que levavam as mulheres a “entrar” na atividade. Em nossos diálogos com as narradoras encontramos frequentemente, como já discutimos, motivos ligados ao bom exercício da maternidade. Prostituir-se era uma forma de conseguir sustentar os filhos ou dar-lhes uma vida melhor. Entretanto, foi nosso interesse igualmente perceber o entendimento de nossas entrevistadas sobre as razões que levavam os homens a procura-las. Umas das causas declaradas por elas foi a apontada nas memórias de Demitri Túlio já citadas neste capítulo: a vontade de experimentar “variações”.

Essa concepção, todavia, poderia levar a crer que o corpo da prostituta estaria disponível a todos, para ser usado da forma como o cliente preferisse. Para Letícia Barreto (2013), “essa visão é fortemente relacionada a uma crença de que as prostitutas vendem o seu corpo, o que implicaria em uma ausência de autonomia sobre o mesmo” (BARRETO, L.C., 2013, p. 160) Assim como Barreto, encontramos, em nossa pesquisa, declarações que divergem dessa ideia. Além da recusa de clientes, como vimos anteriormente, algumas práticas não eram aceitas nos programas.

Uma dessas práticas era o sexo anal. Três de nossas entrevistadas, ao serem questionadas sobre que prática não fariam durante os programas “nem por muito dinheiro” apontaram aquela modalidade sexual. A narradora M.G. foi taxativa em sua resposta:

> M.G.: Fazer...é...dar o cu. É... é, como é?! Transar no ânus.
> V.M.: Pode dizer! Pode dizer, do jeito que a senhora quiser.
> M.G.: No cu! É transar no cu, mesmo! Eu nunca gostei de sexo anal, eu. Nunca gostei de sexo anal. Botar a camisinha [com a boca], eu ainda dou uma lambidinha por ali e tudo, mesmo sem... mas, mas passou pra negócio de botar no... no meu cu, eu digo “opa, meu filho, aí não....aí não, meu filho. *Vamos diminuir aí a quantia*, mas deixe pra lá, viu? (risos). Eu nunca gostei, ó. Nem...nem com meu, *nem com os meus parceiros de casa mesmo* eu, meus homens de casa me procurava, eu digo: “meu filho, dá licença! Aí foi feito só pra sair, má[15], foi feito só pra sair...” (M.G.V.P., 53 anos, 2018).

A narradora M.G. (assim como a entrevistada M.E.), continuava trabalhando como prostituta no centro de Fortaleza à época da entrevista. Foi lá, em uma das praças em que ela exerce sua atividade (Praça da Estação), que realizamos a entrevista cujos trechos aqui transcrevemos. Em um encontro posterior com J.M., a entrevistada-chave que nos apresentou

[15] Forma abreviada de “macho”, maneira corriqueira de se tratar homens no estado do Ceará.

M.G., soubemos que esta havia gostado muito de participar da pesquisa, pois apesar da pesquisadora ser "estudante da Universidade", se dispôs a realizar a entrevista ali mesmo na praça e se mostrou uma pessoa "sem frescura".

A colocação da narradora nos fez pensar nos escritos de Portelli (1997), em que este aponta que em nossas sociedades, geralmente desiguais, a maior parte das entrevistas não é realizada com pessoas que estão realmente "em pé de igualdade conosco" e que apesar de não serem raras as vezes em que conversamos com pessoas da elite, o mais comum é que sejamos "as pessoas investidas de autoridade, dirigindo-nos a outras sem autoridade oficial". Nesse sentido, o mais frequente é que o status e prestígio do pesquisador, reais ou não, venham a interferir no desenvolvimento do trabalho. (PORTELLI, 1997, p. 20)

Percebemos que a diferença entre pesquisadora e pesquisada estava evidente entre as partes, mas por conta do local onde se deu a entrevista e devido a entrevistada estar entre outras duas narradoras, a pesquisa transcorreu sem maiores dificuldades. Acreditamos também que ter deixado M.G. à vontade para se expressar da maneira que preferia, como visto anteriormente, pode ter favorecido a fluidez de nossa conversa. Ressaltamos que nosso interesse não era simular uma "igualdade que inexiste", algo inclusive criticado por Portelli (1997). Nosso intuito era garantir um espaço de maior liberdade para a narradora e dirimir constrangimentos.

No trecho exposto anteriormente, percebemos que M.G. evitava a prática do sexo anal, propondo inclusive que os clientes reduzissem o valor que lhe pagariam pelo programa. Tal modalidade sexual também não seria aceita com seus "parceiros" ou seus "homens de casa", pois nem mesmo em uma relação não profissional a entrevistada se sentia à vontade para fazer sexo daquela maneira. O uso da conjunção "nem" mostra a diferenciação feita entre "os de casa" e os clientes, mas o fato de não gostar daquela prática findava por equiparar os dois grupos naquele caso específico.

Ainda que acreditemos que nem todas as prostitutas – a depender de suas necessidades financeiras e demandas do momento – pudessem ou quisessem rejeitar um programa ou mesmo propor um valor mais baixo por preferir não submeter-se a algo que lhes é inconveniente, nos parece equivocado corroborar uma visão difusa no senso comum de que aquelas mulheres "fariam tudo".

A entrevistada M.E., também mostrou-se contrária a prática do sexo anal e nos trouxe, em seu discurso, a resposta que deu a um possível cliente que estava interessado naquela modalidade sexual. Assim como M.G. – quando esta buscava convencer o parceiro

com “aí foi feito só pra sair” –, M.E. apresenta um entendimento de ânus como órgão que deveria servir apenas para a evacuação:

> M.E.: Ele pegou e disse assim: “ei, vem cá! Cê faz programa?” Eu digo: “faço”. Ele disse assim: “mas cê dá o cu?” Eu digo assim: “eu vou dar meu cu, vou cagar com o que?!” (Risos) Foi! Aí eu saí, eu num fui não...só em eu dizer isso...Eu digo: “muito lindo, eu te dou meu cu, com o que é que eu vou cagar?! (risos) Deus me livre, minha filha! Nem na bala! Por dinheiro desse mundo eu num dou! Deus me livre, dou não, minha filha. Dou nada (M.E.L.S., 63 anos, 2018).

O trecho acima aponta para a total rejeição da prática do sexo anal, que não seria feita por nenhum “dinheiro desse mundo”. Tal informação vai parcialmente ao encontro do que Anjos Júnior (1983) identificou em suas pesquisas no início dos anos 1980, já que, para este autor, existe a possibilidade daquela modalidade sexual ser realizada, a depender de um pagamento significativo. Segundo ele,

> Em princípio, dificilmente uma prostituta aceita qualquer relação que não seja o habitual ‘papai-e-mamãe’ o que significa uma sutil valorização de outros ‘serviços’ (felação, cunilíngua, ‘69’, flagelações, bestialismos, etc.), que poderá executar se lhe for paga uma quantia compatível[...](ANJOS JÚNIOR, 1983, p. 118).

Em relação a esse assunto, vale a pena ainda refletirmos a partir dos escritos de Maria Dulce Gaspar (1988). A autora afirma que não teria encontrado, em sua pesquisa, um único código de conduta moral (assim como Anjos Júnior), mas “mecanismos de evitação” com uma preocupação, por parte das garotas, de garantir um menor envolvimento e “evitação de contato corporal”. De acordo com Gaspar, há, entre as garotas de programa, uma forma particular de “se relacionar com o próprio corpo” com limites e barreiras simbólicas estabelecidas. O corpo da prostituta não é “completamente ‘promíscuo’”, havendo nele “partes ‘sagradas’ que devem necessariamente ser preservadas” (GASPAR, 1988, p. 114). Se o sexo anal não era realizado nem com os “parceiros de casa” por que seria com os clientes? Tal colocação nos faz pensar também sobre o sexo como uma obrigação, quando as mulheres se encontram em uma relação não profissional/afetiva.

A entrevistada J.M., nos conta, entretanto, que os clientes mostravam-se insatisfeitos com a negação das prostitutas em realizar as modalidades por eles solicitadas, expondo um dos elementos definidores da masculinidade: “uma disposição ativa para o sexo e o desejo de exploração de suas múltiplas possibilidades” (HEILBORN, 1998, p. 400). Fazendo a distinção entre suas esposas e as prostitutas, eles afirmavam que o sexo vaginal já fazia parte da rotina e, nesse sentido, preferiam pagar por “outras coisas”, já que em um duplo padrão de

moralidade seria "'normal' praticar o sexo oral ou anal com a amante, mas não com a esposa." (SUPLICY, 1983, p. 288). Podemos refletir ainda sobre a erotização do ânus e da boca como forma de "solapamento das normas sociais e do decoro", essencial para a experiência erótica.[16]

J.M. nos diz que um cliente chegou até mesmo a questionar sua atividade e ela apresentou de forma muito enfática sua opinião a respeito do sexo oral e anal:

> J.M.: Um dia, um disse assim pra mim: "num sei como é que tu mora em cabaré! Priquito a gente tem em casa. Fora a gente quer outras coisas! "Pois traga a sua mãe e faça com ela!" A M.F. dizia: "J., tu deixa de falar na mãe dos outros que tu ainda vai pegar o teu..." (J.M.L., 59 anos, 2018).

Se nesta resposta ao possível cliente a figura da mãe não contava com o respeito aparentemente merecido – e cobrado inclusive pela dona do cabaré, M.F. – em outro momento de sua entrevista J.M. expunha limites simbólicos nos usos do corpo e demarcava relações, mostrando que a boca associava-se ao carinho materno:

> V.M.: Tinha um valor fixo?
> J.M.: Fixo, tinha!
> V.M.: Ou se dependesse... assim, se o cara quisesse alguma coisa a mais...
> J.M.: [interrompendo] Não! Se eu fosse Deus...eu dei o tabaco[17] com 14 anos e *se eu fosse Deus,* toda mulher que botasse uma rola[18] na boca eu dava o câncer na garganta dela! Eu fui prostituta...o quê?! De 14 até 41 anos ainda fazia programa, nunca na minha vida eu botei uma rola na minha boca! Eu digo, quando procurava, eu digo: "chama a tua mãe! *Minha boca é pra beijar meus filho!*" (J.M.L., 59 anos, 2018).

A rejeição ao sexo oral era forte na fala dessa entrevistada e ela não nos permitiu que terminássemos o questionamento. A concepção de que tal ato era errado e repugnante fez inclusive com que ela apelasse para um discurso punitivo-religioso[19], parecendo até mesmo

---

[16] A partir de entrevistas realizadas no Brasil, Richard G. Parker (1991) aponta que a ideia de que a bunda e a boca poderiam servir de alternativa à vagina é constantemente reafirmada pelos homens. No caso específico da bunda, o autor indica que noções especialmente negativas de seu uso cotidiano e sua associação às fezes desempenhariam um "papel único dentro da economia erótica do corpo." Ligada à noção de excremento, o ânus torna-se adequado para o questionamento de regras, algo fundamental para a constituição do erotismo (PARKER, 1991. p. 182).

[17] "Tabaca ou taboco – O órgão genital da mulher, a vulva. [...] Antenor Nascimento acha que o vocábulo vem do taíno tabaco, instrumento em forma de Y, com que os índios absorviam o fumo[...]". (CHAVES JÚNIOR, 1985, p. 167).

[18] De acordo com as pesquisas de Eurípedes Chaves Júnior, "rola" designa "o pênis". (CHAVES JÚNIOR, 1985, p. 157).

[19] Todas as entrevistadas desta pesquisa se disseram católicas. Nas casas de J.M. e M.A. onde realizamos as entrevistas com as mesmas, foi possível observar nas paredes quadros com imagens de santas. A narradora M.G. nos disse que todo dia 13 do mês vai à missa na Igreja de Nossa Senhora de Fátima, no bairro de Fátima, em Fortaleza. M.E. também afirmou sempre ir igreja, diferente de E.P. que apesar de se dizer católica, se diz

ignorar que, para aqueles que condenavam a prostituição, todos os atos relacionados à atividade seriam reprováveis e não apenas a felação. Da mesma forma que as garotas de programa de Copacabana, sujeitas da pesquisa de Maria Dulce Gaspar (1988), J.M. parece opor a boca "moral e contrastivamente à vagina[20]". Em diálogo com Leach, a autora aponta que a preservação da boca se dá pelo fato de ser aquele órgão o responsável por inúmeras comunicações que consolidam relações sejam elas de "parentesco, de amizade, de crença religiosa etc" (GASPAR, 1988, p. 115).

Chama atenção ainda a forma como a narradora se conduz moralmente. De acordo com Foucault (2006), a moral não significaria somente uma junção de valores e regras sugeridas aos indivíduos através da Igreja, da família ou de outros "aparelhos prescritivos" de maneira explícita ou difusa. A moral também tem relação com o modo pelo qual as pessoas vivenciam regras que são propostas, como "respeitam ou negligenciam um conjunto de valores", implicando uma "relação consigo mesmo" (FOUCAULT, 2006, p. 213-214).

Assim como tentar ludibriar a prostituta ocultando uma DST, insistir em alguma posição ou prática não aceita pela prostituta poderia trazer problemas para o cliente. J.M. nos contou uma situação em que um cliente tentou força-la a algo que não havia sido combinado antes de iniciarem o programa e de que maneira conseguiu evitar a situação:

> J.M.: Uma vez a M.F. só ouviu foi o "paticum" na porta, o "paticum" no guarda-roupa. Eu me atraquei com um lá que queria fazer eu chupar à força. Toda vida, debaixo da minha cama, assim de lado, tinha um gogó de garrafa. Eu botava pra qualquer coisa, eu num ia ter força pra um homem, eu tacava o gogó de garrafa. Quando eu puxei o gogó de garrafa, ele: "calma, calma, calma, calma!" Eu digo: "você vai me pagar o tempo que eu passei aqui dentro!" Aí ele pagou e passou direto. Aí a M.F.: "que foi?" "Minha filha, ele segurando minha cabeça, me puxando, querendo que eu chupasse ele à força!" A M.F.: "pra que tu num gritou, pra esse... pras menina que tá aí tudo meter a pêia nele?" (J.M.L., 59 anos, 2018)

Compreendendo os riscos de sua atividade e que sua força física era inferior à força de um homem, J.M. buscava resguardar-se com o gargalo de uma garrafa escondido sob sua cama. Aquele objeto foi fundamental para que um atentado violento ao pudor[21] fosse evitado,

---

não-praticante. R.M, por sua vez, é devota de Nossa Senhora de Fátima e estava inclusive com uma blusa com a imagem da santa no dia em que a entrevistamos.

[20] Vale ressaltar que a autora não afirma isso taxativamente, pois esforçava-se em "demonstrar a flexibilidade do código moral" da prostituição. (GASPAR, 1988, p. 115).

[21] À época do ocorrido com J.M., ainda era vigente no Código Penal Brasileiro a expressão "Atentado violento ao pudor" para referir-se ao ato de "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal". Apenas em 2009 aquele entendimento seria abolido passando a configurar como crime de estupro "constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso" (BRASIL, 2009). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm**.** Acesso em 05 dez. 2019.

já que se tratava de um ato não consentido. O fato da dona do cabaré questionar J.M. sobre o motivo dela não ter chamado as outras meninas para que uma sanção pudesse ser aplicada ao cliente (no caso, uma surra) evidencia que tal situação não era aceita no espaço do cabaré: o serviço ofertado deveria condizer com a vontade da prostituta e com o contrato feito.

Contudo, demonstra também que o caso deveria ser resolvido ali mesmo, naquele local, visto que a ocupação de J.M. e o local onde ela se encontrava levantaria dúvidas quanto a ocorrência de um crime. Como aponta Júlia Bindman (2004), o preconceito judicial e policial é bastante comum em casos de agressão sexual a trabalhadores/as do sexo. Para a autora, "quando as autoridades policiais e judiciais consideram iniciar o processo de um crime cometido contra um/uma profissional do sexo, o caso pode vir a ser anulado com base no argumento de que o testemunho deste/a não é confiável"[22] e assim, poucos trabalhadores do sexo se sentiriam inclinados a procurar o amparo da lei (BINDMAN, 2004, p. 105). Nesse sentido, melhor seria tentar resolver entre elas, ainda que em alguns casos a polícia pudesse intervir para garantir o pagamento de um programa, como veremos adiante.

A vontade de uma prostituta não foi considerada em um caso noticiado pelo jornal *Diário do Nordeste*, em janeiro de 1986. De acordo com aquele periódico, a jovem Valdeci da Costa Alves foi vítima de agressão à bala nas proximidades da boate da Leila, na Avenida Godofredo Maciel, no bairro da Maraponga, em Fortaleza. Valdeci tinha apenas 16 anos e foi assassinada por um homem após recusar um programa (JOVEM..., 1986, p. 8).

A matéria destaca que Valdeci, por ser jovem, era muito assediada pelos homens que frequentavam aquela boate. Um dos "admiradores" seria um garçom, que já havia lhe feito várias propostas, sendo sempre rejeitado. A irmã de Valdeci, Laura Cristina, informou ao jornal que a jovem possuía um "corpo esbelto" o que a fez ser aceita rapidamente pela dona da boate. Por ser menor, resolveram adulterar sua idade na carteira de estudante (prática, ao que parece, comum), para evitar importunações do Juizado de Menores.

No dia do crime, o assassino foi armado até o estabelecimento de Leila e como Valdeci "se negou mais uma vez a praticar sexo com ele foi atingida pelas costas. A mulher caiu quase no portão da 'casa de encontros' e foi socorrida pelas amigas." A irmã da vítima também enfatizou o motivo do homicídio: "foi assassinada de maneira brutal, *apenas por não concordar com as propostas* do assassino." (JOVEM..., 1986, p. 8, grifo nosso).

[22] No original: "cuando la policía y las autoridades judiciales están considerando procesar un delito cometido contra un/a trabajador/a del sexo pueden sobresser el caso la base de que el testimonio de aquél/aquélla no es fidedigno" (BINDMAN, 2004, p. 105).

Assim, ainda que mulheres não prostitutas fossem mortas em situações semelhantes – por rejeitarem homens ou por estes não aceitarem o fim de um relacionamento[23] – é notório que, em relação às prostitutas, existe a ideia de que o dinheiro ofertado é, por si, uma justificativa para que o programa não possa ser negado ou para que algumas práticas não devam ser recusadas. O que os clientes, nos dois casos, parecem não ter percebido é que as prostitutas não estavam "abertas ao público". Como destaca Letícia Barreto (2013), devido à ocupação que possuem, essas mulheres passam a ser "consideradas impuras, desonestas, e seus corpos, passíveis de violação" (BARRETO, L.C., 2013, p. 160), contudo, o que a pesquisa nos mostrou é que as práticas não confundem-se com o que se supunha. Infelizmente, Valdeci não teve a mesma sorte de J.M., mas percebemos em ambas resistências ao controle que se tentava impor sobre seus corpos.

Além de negar o programa ou propor a redução no valor do pagamento, uma de nossas entrevistadas nos apresentou a possibilidade, arriscada, como ela expôs, de enganar o cliente. Trata-se da narradora E.P., que nos disse como fazia quando solicitavam a ela a prática do sexo anal:

> E.P.: Sexo anal...*eu nunca fi*...nunca gostei. Nunca. *Eu enganava o cliente*, né? Só fazia enganar. Ele pedia, né, aí, de muita insistência dele... "ah, tá bom, pois vamo." Aí quando eu ficava de quatro, eu dizia: "olhe, deixe que eu boto, eu boto". Mulher, mas eu botava de um jeito, na frente, que ele jurava que era o ânus, né!? Aí eu segurava os braço dele aqui [junto ao corpo], né? Meus braço ficava na frente do dele pra ele não passar a mão dele pra olhar, né, onde era que tava [...] Agora era arriscado, né? Se o homem descobrisse que eu tava enganando, era capaz de sair porrada lá, né? Mas, graças a Deus, nunca deu errado. Por isso que eu sempre negava: "não, não faço não! *Não faço essas coisas não*...eu faço oral, o oral tudo bem, vamo...faço de quatro [...] (E.M.P., 55 anos, 2018).

A fala de E.P. nos deixa vislumbrar estratégias das prostitutas para não perder um cliente[24] e, igualmente, maneiras de agradá-lo. Ao dizer, inicialmente, que não fazia aquela modalidade sexual e após insistência, realizá-la, a narradora fazia com que o cliente se sentisse primeiramente desafiado e, em seguida, persuasivo. Além disso, ela garantia uma quantia a mais, visto que programas que contemplassem o sexo anal eram mais caros.

---

[23] Podemos citar como exemplo o caso ocorrido no bairro Henrique Jorge, em Fortaleza, em abril de 1986. De acordo com o Jornal *Diário do Nordeste*, a doméstica Iraci Alves Freitas (22 anos) foi encontrada morta, com quatro perfurações à faca. O pai da jovem, João Alves acusava o "desocupado de nome Sebastião" de ter assassinado sua filha, visto que aquele havia tentado conquistar Iraci, mas foi rejeitado pela mesma. João Alves contou à polícia que o acusado "havia dito que seria capaz de fazer uma besteira caso essa rejeição continuasse." (MATOU..., 1986. p.12).

[24] A narradora disse que também tinha técnicas para enganar os clientes quando estava menstruada e precisava trabalhar. E.P. disse que introduzia bolinhas de algodão na vagina antes do programa, deixando "o canal vaginal limpo". A tática servia igualmente para evitar sujar a cama do quarto do cabaré ou motel, o que poderia significar uma despesa extra.

Ao ser questionada sobre os motivos que levavam os homens a procurar as prostitutas, E.P. nos disse que seria "por sexo diferente". Práticas como o sexo anal, oral ou sexo à três seriam "fantasias" que os homens queriam realizar, mas que as esposas não faziam por temer julgamentos dos próprios companheiros. A entrevistada expôs assim o seu ponto de vista: "porque a esposa, ela acha que se mudar de posição, o homem já...tem homem que já quer né, saber por que ela tá mudando a posição..." (E.M.P., 55 anos, 2018), o que denota que alguns comportamentos e práticas não eram de fato aceitos para a esposa e nos leva a pensar como Gayle Rubin (2017), quando esta defende que "grupos específicos carregam o fardo do atual sistema de poder erótico, mas a perseguição a eles promove um sistema que afeta a todos." (RUBIN, 2017, p. 128).

Para Rubin, o domínio da sexualidade possui modos de opressão que lhes são próprios. Sendo o sexo sempre político, as "formas institucionais concretas da sexualidade" são atravessadas por questões políticas e conflitos de interesses. Nesse sentido, o "essencialismo sexual", ou seja, a concepção de que o sexo seria algo natural, precedendo a vida social e moldando instituições, deve ser repensado (RUBIN, 2017).

Fortemente arraigado no saber popular do ocidente, o essencialismo sexual – reproduzido nos estudos acadêmicos dominados pela medicina, psiquiatria e psicologia – inibe o desenvolvimento de uma "teoria radical do sexo" que, segundo a autora, deveria "identificar, descrever, explicar e denunciar a injustiça erótica e a opressão sexual" (RUBIN, 2017, p. 77). Nessa teoria, a sexualidade deve ser descrita da forma como é apresentada na sociedade e na história, e a perseguição sexual deverá ser exposta. Escrevendo em 1984, Rubin citava estudos que começavam, entretanto, a desafiar o essencialismo sexual[25].

Além do essencialismo, a autora de "Pensando o sexo" apontava outras formações ideológicas que deveriam ser discutidas para que uma teoria radical do sexo se tornasse possível. São elas: a negatividade sexual, a falácia da escala mal posicionada, a valoração hierárquica dos atos sexuais, a teoria do dominó de risco sexual e a ausência de um conceito de variação sexual benigna.

Em relação a teoria do dominó sexual, especificamente, Rubin nos diz que há, na cultura popular, uma concepção de que a variedade erótica é doentia e perigosa e que consiste numa ameaça a tudo e todos. As hierarquias de valores sexuais se assemelhariam em seu

[25] Em relação à história gay, a autora destacava os estudos de Jeffrey Weeks, e para a prostituição, a pesquisa de Judith Walkowitz. Esta autora mostrava como a prostituição havia modificado-se entre finais do século XIX e início do século XX e como "a interação de forças sociais como a ideologia, o medo, a agitação política, as reformas legais e a prática médica podem modificar a estrutura do comportamento sexual e alterar suas consequências." (RUBIN, 2017, p.78).

funcionamento aos sistemas ideológicos do racismo e à xenofobia. Existiria nesse sistema, uma sexualidade "boa" e uma sexualidade "má". A sexualidade "boa", no caso, ocorreria

> entre casais, dentro da mesma geração e em casa. Ela não envolveria pornografia, objetos de fetiche, brinquedos sexuais de nenhum tipo ou quaisquer outros papéis que não fossem o masculino e o feminino. Qualquer forma de sexo que viole essas regras é "má", "anormal" ou "não natural". O sexo mau pode ser homossexual, o que acontece fora do casamento, promíscuo, não procriador ou comercial (RUBIN, 2017, p. 85).

Nesse sentido, entendemos que a linha que divide o sexo "bom" do "mau" afeta as prostitutas, mas também as esposas/companheiras, que estariam sob constante vigilância, inclusive sob uma forte "autovigilância". No caso dos clientes de prostitutas, é válido ressaltar que, ainda que atingidos por uma "ideologia sexual" que reparte a sexualidade em "normal" e "anormal", eles sofreriam menos com ela do que as prostitutas e suas esposas, visto que transitariam com maior liberdade entre as duas partes, sendo seu transitar entendido, não raras vezes, como "natural".

A título de exemplo dessa compreensão podemos citar as respostas dadas por nossas narradoras quando lhes perguntamos sobre os motivos que levavam os homens a procurar as prostitutas. E.P. nos disse que a infidelidade faria parte do "instinto do homem", que este "nunca foi, nem nunca vai ser" monogâmico e que a necessidade de variações (sexo oral e anal – práticas não procriadoras) faria com que eles procurassem as prostitutas (sexo comercial). M.A, por sua vez, ao ser questionada, respondeu-nos que os homens casados procuravam as prostitutas simplesmente porque "não se satisfazia só com a esposa dele" e necessitariam, portanto, valer-se de sexo comercial.

Podemos relembrar ainda os escritos de Demitri Túlio que citamos no tópico anterior. O memorialista questionava-se o motivo pelo qual, apesar de saber das saídas dos maridos com as prostitutas, as esposas não "tinham coragem de romper" com os esposos, "de mandá-los plantar batatas ou campear macacos em outra freguesia" e "aceitavam ali, feito lesmas" (TÚLIO, 2003). Ainda que Túlio apresentasse razões econômicas para tal acomodação – "[...] talvez porque dependessem até da sombra deles pra sobreviver com a reca de filhos parido um atrás do outro [...]" – não seria demais imaginar que as esposas permaneciam em seus relacionamentos por uma ideia fortemente difundida (inclusive na mídia, como vimos no capítulo primeiro desta tese) de que seria aceitável a postura dos homens, já que eles teriam necessidades sexuais – "fisiológicas" – a serem supridas.

A mídia, aliás, teria importância considerável para a definição de uma sexualidade "boa" e "má" e para uma "ideologia sexual popular", de acordo com Rubin (2017). Foi possível identificar, em nossa pesquisa nos periódicos, uma das formas pelas quais os meios de comunicação agiriam na construção desse ideário:

> Troca-troca
> Segundo depoimento de certo frequentador de um dos motéis mais requisitados da cidade (o Chalex), os casais da terrinha, *antes conhecida como de muro baixo e costumes provincianos*, estão aderindo a troca de parceiros. Em termos de motel, a suíte mais concorrida do Chalex é a de número nove. De acordo com as informações prestadas (muito sigilosamente a um amigo), a suíte é um duplex com duas camas que permite assim o chamado "troca-troca" entre esposas e maridos. Tudo entre amigos. Só para variar. Pelo visto, *a turma anda muito avançadinha* ou está frequentando com assiduidade a fila do gargarejo dos cines Diogo e Art, "expert" em exibição de filmes pornôs... (MARSHALL, 1986, p. 18).

O texto acima foi assinado por Regina Marshall, colunista do jornal *Diário do Nordeste*, em junho de 1986. Percebemos nele uma crítica às práticas dos casais que estavam frequentando a suíte nove do motel, bem como uma ideia de vigilância: o que acontecia nos limites do Chalex teria chegado até a colunista através de informações de um dos frequentadores e agora estava exposto, ao lado da programação do cinema. O julgamento estendia-se ainda a aqueles que frequentavam os cines onde se exibiam filmes pornográficos, visto que estes também estavam ligados ao exercício de uma sexualidade "má" ou "anormal".

Dois anos antes, aquele mesmo jornal trazia uma matéria intitulada "a escalada da pornografia no Ceará", na qual se expunha que o sexo continuava "sendo bem comercializado em Fortaleza". O periódico destacava a venda de revistas pornográficas e de artigos eróticos (ainda que salientasse que Fortaleza só possuía uma loja do gênero à época) e baseava-se na opinião de um psiquiatra, o médico Jaime Bacellar, para informar ao leitor que aquelas "formas de prazer" eram consideradas anormais, pois uma pessoa para "estar enquadrada dentro de um *comportamento normal sexual*, deve ter condições de satisfazer suas necessidades sexuais de forma real, natural."[26]

É possível dizer ainda que mesmo as prostitutas deveriam situar-se do lado "menos pior" de uma "sexualidade má". Vejamos como. Em abril de 1983, um jornal de Fortaleza noticiava que o principal problema da Cinza era, naquele momento, a "grande quantidade de prostitutas lésbicas" que se prostituíam com homens, mas sustentavam suas amantes

[26] O psiquiatra apontava ainda que o brasileiro estava "desajustado sexualmente", mas que a situação talvez não fosse tão grave porque a maioria dos que recorriam aos filmes pornográficos pertenciam à "classe de renda inferior" que, para Jaime Bacellar, utilizaria os meios eróticos como válvula de escape de uma situação social frustrante e opressora. (A ESCALADA..., 1984. p.[?], grifo nosso)

"ciumentas e afeitas à desordem". O delegado Fausto Ribeiro dizia à reportagem do *O Povo* que o bairro Arraial Moura Brasil, onde localizava-se a Cinza, era "o céu" (tranquilo, sem muitas ocorrências), se comparado a outros bairros de Fortaleza, entretanto, o crescimento do número de "prostitutas lésbicas" estaria modificando aquela situação (NA ANTIGA..., 1983, p. 9) Nesse sentido, a prostituição, ainda que vinculada à sexualidade anormal (sexo comercial) seria mais tolerável se praticada por mulheres heterossexuais. As prostitutas homossexuais, menos "femininas" e mais "afeitas" à violência, estariam trazendo problemas inexistentes até então.

Assim, uma ideologia sexual atingia a todos: tanto os que tinham a prostituição como ocupação, como os adeptos de práticas da sexualidade "má", não procriadora e "promíscua". É possível dizer, porém, que as prostitutas reproduziam parte dessa ideologia. J.M., ao dizer que "se fosse Deus" castigaria as praticantes de sexo oral com um câncer na garganta, parece estar de acordo com as formações ideológicas da "negatividade sexual" – que vê no sexo uma força perigosa e destrutiva (RUBIN, 2017, p. 81) – e da "falácia da escala mal posicionada" – na qual, de acordo com Rubin, os "atos sexuais estão marcados por um excesso de significados" e seriam merecedores de "duros castigos" (RUBIN, 2017, p. 82). Por fim, a narradora parece também crer em um padrão único de sexualidade, ou na existência de uma melhor forma de se fazer sexo, "de modo que todos deveriam fazê-lo dessa forma" (RUBIN, 2017, p. 88), distanciando-se, portanto, do conceito de "variação sexual benigna".

Nesse sentido, mesmo que atingida pela "valoração hierárquica dos atos sexuais" (onde casais heterossexuais e com filhos figuram no topo e as prostitutas, modelos pornográficas, travestis, fetichistas e outros aparecem na base da pirâmide) (RUBIN, 2017, p. 83) acreditamos ser possível a reprodução de parte dessa ideologia pelas pessoas mais atingidos por ela: prostitutas e outros profissionais que praticam o sexo comercial.

A situação de tratar-se de sexo comercial precisava por vezes ser reafirmada pelas narradoras, entretanto. A maioria das entrevistadas desta pesquisa relatou casos em que clientes se negaram a pagar pelo serviço prestado[27]. J.M. nos contou, por exemplo, que após um programa, um cliente teria lhe dito: "eu não pago a mulher não. Eu trepo por amor". A revelação fez com que J.M. precisasse ameaça-lo com uma faca para receber o pagamento, apresentando os limites da relação que tiveram:

[27] Não deixa de causar estranhamento o fato das narradoras não exigirem o pagamento antes de realizar o programa.

> J.M.: Eu digo: "Que amor?! Tu já viu rapariga ter amor a ninguém?! Pois tu vai me pagar!" Levantei o colchão da cama, peguei a faca, Val... "Menina, deixa de conversa, eu tô é brincando! Tá aqui teu dinheiro!"
> V.M.: Colar, colou...
> J.M.: É, colar, colou! Eu digo: "Ai é?! Rapariga não tem amor a ninguém não, macho! Rapariga num gosta de ninguém não. Negócio de trepar por amor...tá ficando doido, é?!" (J.M.L., 59 anos, 2018).

A narradora M.A. também nos contou uma situação parecida, em que precisou fazer uso de violência para garantir a quantia acertada pelo programa. Ela nos disse que quebrou garrafas e copos na casa em que trabalhava e que agrediu o cliente: "[...]aí pra ele sair do meu quarto, porque ele não queria me dar meu dinheiro, né? Eu peguei o salto Luís XV, né...larguei na cabeça dele que o sangue desceu. Aí foi perigoso, viu? Mas ele pagou toda a despesa e ainda me pagou." (M.A.M.S., 73 anos, 2018). R.M., por sua vez, relata que esse tipo de situação – tentar dar o "xexo"[28] – "aconteceu muitas vezes" e que chamava a polícia para resolver o conflito. De acordo com a narradora, os policiais geralmente conseguiam solucionar o caso, pressionando os clientes com frases do tipo "comeu, tem que pagar".

De acordo com Viviana Zelizer (2009), a intersecção entre sexo, dinheiro e poder gera conflitos diversos, visto que os participantes estão concomitantemente "negociando relações interpessoais delicadas e responsáveis e marcando diferenças entre essas relações e outras com as quais elas poderiam ser fácil e perigosamente confundidas" (ZELIZER, 2009, p. 137). Rejeitando a ideia de "mundos hostis" (que defende a oposição entre relações íntimas e transações econômicas, visto que em contato elas contaminariam uma à outra), bem como a concepção do "nada mais" pensada por cientistas sociais que acreditam ser arranjos íntimos nada mais do que arenas de poder e tipos de economia, a autora sugere uma explicação alternativa, qual seja, a de "boas combinações" (ZELIZER, 2009).

As boas combinações dependerão dos significados e práticas predominantes no meio estudado, porém, algumas regularidades poderiam ser identificadas. A autora pensa as relações íntimas em duas dimensões: amplitude e duração. A prostituição, por exemplo, estaria situada em uma intimidade limitada e breve, envolvendo poucas práticas compartilhadas, dentre elas práticas econômicas[29].

Para Zelizer, prostitutas não fariam qualquer coisa "por um tostão" – algo que já discutimos aqui – como sugerem os que seguem o ideário "mundos hostis". Além disso,

[28] "Dar o xexo": forma como é conhecido no Ceará o ato de sair de um estabelecimento sem pagar as despesas.

[29] Vale ressaltar que a autora menciona a prostituição em um contexto mais amplo de "Trabalhadores do Sexo", definindo-os como aqueles que "ganham a vida através da venda de serviços sexuais explícitos. Incluindo sexo pelo telefone, sexo cibernético, produção de pornografia, shows de sexo ao vivo, massagem erótica, serviços de acompanhantes, e uma ampla variedade de prostituição." (ZELIZER, 2009, p. 145).

existe entre elas um cuidado em diferenciar seu trabalho de relações não profissionais e do trabalho de outros trabalhadores do sexo.[30] Definiriam ainda quem são os clientes, a relação que teriam, formas de pagamento e quantia. Em relação ao pagamento, a autora aponta como ele seria importante para sinalizar "a forma de relacionamento tanto para o fornecedor quanto para o consumidor". Apresentando um trecho de entrevista realizada com uma massagista erótica em que esta dizia ser possível passar um "tempo maravilhoso" com alguém que pagasse para isso, Zelizer nos fez lembrar de nossas entrevistadas, em declarações semelhantes:

> V.M.: A senhora já chegou a se apaixonar por algum cliente?
> M.E.: Deus me livre! Eu crio minhas paixão pelo dinheiro dele! Quando eu vejo ele com dinheiro eu fico doidinha! Eu digo: "meu filho, você é tão bonito, tão gostoso, Ave Maria! Umbora pra praia qualquer dia, vamo?" Quando eu vejo que a... (risos) quando eu vejo o bolso dele, eu digo, aí eu me apaixono, mas por...por ele?! (M.E.L.S., 63 anos, 2018)

Assim, o dinheiro é que configura a relação, nos dois casos. A narradora R.M. expôs, assim como M.E., que sabia lidar com a situação, e nunca teria se relacionado de maneira afetiva com nenhum cliente. Seu único interesse, segundo ela, era no pagamento: "era dinheiro aqui e tu [o cliente] pra lá!". Sua preferência era por programas rápidos, "pra arrumar outro pra ganhar mais" (R.M.S., 63 anos, 2018). Já M.E. expôs a preferência por programas com idosos, o que nos mostra que as prostitutas poderiam definir clientes e o tipo de relação com eles, como propôs Zelizer no trabalho aqui citado:

> M.E.: Eu não gosto de homem novo, eu só gosto de véi.
> V.M.: Sempre foi assim?
> M.E.: Sempre foi assim, eu nunca gostei de homem novo, só gosto de véi.
> V.M.: Por que?
> M.E.: Quando eu digo isso pros novo, eles vem me cantar, eu digo: "eu não gosto de homem novo não!" "Você não gosta de homem novo, que homem novo tem o pau duro e os véi num levantam nem nada, vocês comem no mole![31]" E é mesmo! Gosto de homem novo não, gosto não! É um H danado lá dentro do quarto, é um vira pra ali, é um vira pra aculá! É um mexe-mexe! Quero não! E os pobre dos véin, num faz nada disso... "deixa pra amanhã! Deixe pra amanhã!" Quando vê [no outro dia] é do mesmo jeito... é pior!!! (risos) (M.E.L.S., 63 anos, 2018).

[30] A autora apresenta, para exemplificar, a forma como uma operadora de sexo por telefone descrevia o seu trabalho, diferenciando-o do serviço ofertado por mulheres que trabalhavam na rua. Colocando-se em condição superior, a operadora dizia que estava em um escritório e, diferente daquelas, não poderia ser atacada, não tocava os homens e não poderia pegar nenhuma doença. Com todas as letras, dizia: "Não sou uma prostituta." (ZELIZER, 2009, p. 145). Em nossa pesquisa, talvez pudéssemos comparar a tentativa de diferenciação da operadora de sexo por telefone com o discurso de J.M. a respeito das prostitutas praticantes do sexo oral.

[31] Comer no mole: conseguir algo com facilidade.

Além de deixar explícito que algumas vezes era possível escolher o cliente – algo certamente mais fácil para as prostitutas que trabalham nas praças e ruas e não nos cabarés[32] – a narradora deixa evidente que buscava-se um trabalho facilitado e também um menor contato com o cliente, evitando o "mexe-mexe". Tal artifício não deixa de constituir uma forma de "evitação corporal" com o cliente, análoga às apresentadas por Gaspar (1988). Esta autora cita um outro "mecanismo de evitação" encontrado também por nós nesta pesquisa: a tentativa de embriagar o cliente, algo que além de dificultar sua performance no quarto traria ganhos muito bem-vindos para o cabaré, caso o programa lá se realizasse.

Em relação ao prazer, a bibliografia discutida mostra que ele também pode constituir um elemento para a diferenciação entre uma relação profissional e uma relação afetiva. De acordo com Letícia Cardoso Barreto (2013), suas entrevistadas afirmaram que sentiam prazer com os clientes, mas que isso não era o esperado de um programa. Em relação a esse assunto, a autora cita os escritos de Mckeganey e Barnard que afirmam que o prazer no sexo comercial seria uma "forma de degradação" e muitas prostitutas não se permitiriam sentir (BARRETO, L.C., 2013, p. 161).

No caso de nossa pesquisa, apenas uma entrevistada falou de forma direta sobre o prazer durante um programa. E.P. nos disse que se existisse "outra vida", seria novamente prostituta: "Seria! É bom, mulher, ser prostituta! É bom! É como diz minha amiga, né: a gente come, bebe e ainda goza e ainda ganha dinheiro! (risos) Bebe, né? Sem pagar nada...come, porque pede tira-gosto, transa e goza e ainda ganha dinheiro! Ótima essa vida!" (E.M.P. 55 anos, 2018).

Talvez não seja totalmente irrelevante mencionar que nas duas vezes em que falou "goza", a narradora E.P. baixou um pouco o seu tom de voz. O local onde foi realizada a entrevista – uma padaria muito movimentada no Centro da cidade – explicaria essa sua ação, se não fosse o fato de E.P. ter falado sobre vários momentos de sua atividade nos cabarés e bares sem a mesma discrição. Seria o prazer proibido para a prostituta? Ou deveria ele ser vivido de maneira sigilosa por uma mulher, independentemente de sua ocupação?

A narradora M.G., por sua vez, faz alusão ao prazer ao nos dizer que ainda realizava programas aos 53 anos. Ela nos disse que era vendedora ambulante, mas que ainda continuava a fazer programas, "com o maior prazer". Já a entrevistada M.E. acredita que os homens procuram as prostitutas por que as esposas não estariam tendo relações com eles. Em sua

[32] Questionamos J.M. se ela, enquanto moradora de um cabaré, poderia escolher clientes, à época em que trabalhou no Bairro do Farol. Ela respondeu surpresa: "escolher como?!" e completou dizendo que se isso fosse feito a dona do cabaré a expulsaria da casa "na mesma hora".

avaliação, ela nos dá a entender que faria programas também por prazer, visto que afirmou por diversas vezes durante a entrevista que era solteira:

> M.E.: É porque as de casa não quer dar nada. Aí tem deles de 70 anos que vai atrás da mulher, aí a mulher diz assim: "não, eu tô cansada..." "Pois eu pego, pego uma, vou lá na rua e pego uma que não tá cansada!" Véi de 70 ano, 80 anos, é mermo! As pobre as vezes num, num tem, num tem vontade...ou então também pode ter um negão por detrás...né? E aí, né...mulher nova, de 60 anos ainda tem...ainda tem fogo! Tem! Eu tenho 63, agora é que eu tô com fogo! (risos) (M.E.L.S., 63 anos, 2018).

A narradora M.E. ainda que aponte a possibilidade da falta de interesse/desejo das esposas, corrobora, na maior parte de sua análise acerca da motivação dos homens em procurar prostitutas, uma visão que coloca a disponibilidade para o sexo no casamento como uma obrigatoriedade para as mulheres[33]. Afirmar que é uma pessoa sexualmente ativa aos 63 anos surge como uma cobrança para outras mulheres, mas pode ser compreendido igualmente como uma forma de justificar a sua atividade: há demanda por prostitutas, porque as esposas não satisfazem os maridos.

Assim, foi possível perceber que as mulheres entrevistadas tinham, à época da entrevista, uma concepção de que os homens as procuravam por conta do "instinto" daqueles, por "necessidades" que as esposas não estavam suprindo e também porque buscavam "sexo diferente". Este último, segundo elas, nem sempre foi obtido com os programas, visto que algumas práticas eram negadas, fazendo cair por terra a ideia que prostitutas "faziam tudo", já que elas estabeleciam certos limites. Além disso, vale a pena lembrar que o recorte desta pesquisa – inicialmente de liberação sexual e, posteriormente, com o prazer tornando-se um "imperativo absoluto" (MUCHEMBLED, 2007, p. 323), como aponta Robert Muchembled, não foi vivido da mesma forma por todos as pessoas.

Ainda que se falasse em "liberação sexual" e que a pílula proporcionasse relações sexuais sem o temor de uma gravidez indesejada, muitas mulheres ainda viviam as relações sexuais como forma de agradar os maridos e com estes definindo até mesmo a postura que

---

[33] Rose Marie Muraro, em obra já citada, nos deixa vislumbrar como essa cobrança era vivida por mulheres pertencentes aos diversos estratos sociais. Ao indagar as mulheres do operariado se gostavam de ter relações e se gozavam, a autora percebeu que 90% daquelas mulheres (vinte e sete mulheres) gostavam, duas não gostavam e uma afirmou gostar "mais ou menos". Ainda que a maioria afirmasse gostar, Rosa Muraro identificou que muitas tinham relações mesmo quando não queriam. Quanto às mulheres que viviam no campo, o número daquelas que mantinham relações apenas para "satisfazer o marido" era mais expressivo. Uma delas chegou inclusive a dizer que era uma obrigação: "é o jeito, depois que possui marido." Já as mulheres pertencentes à burguesia foram lacônicas ao responder às duas questões, mostrando que não queriam deter-se naquelas perguntas - o que nos faz pensar sobre a forma como a pessoa se comporta em pesquisas a depender de sua classe social. Apesar da discrição, mesmo entre as mulheres burguesas foi possível perceber a existência de algumas que faziam sexo mesmo desmotivadas (MURARO, 1983).

aquelas deveriam ter durante o sexo. Uma autovigilância era necessária para não se assemelhar a aquelas que, acreditava-se, faziam de tudo.

Para o caso das mulheres de classe média, como aponta Roselane Neckel (2007), a "revolução sexual" ou "liberação sexual" deveria ser direcionada para a preparação e manutenção do casamento. Informações sobre pesquisas referentes à sexualidade começaram a ser divulgadas em revistas de comportamento publicadas em São Paulo e Rio de Janeiro (*EleEla, Revista Playboy, Revista Cláudia e Nova*) e incentivavam as mulheres a pensar, cada vez mais, no prazer durante as relações sexuais (ainda que evitando-se excessos) (NECKEL, 2007).

Entretanto, aponta Neckel, o roteiro orgástico difundido nas publicações era o mesmo para homens e mulheres e seguia padrões de uma sexualidade ligada à reprodução, já que terminava sempre com o orgasmo masculino na vagina. Apesar da naturalização da sexualidade masculina como um padrão a ser seguido, a autora acredita que o espaço aberto para as discussões e o acesso às informações podem ter suscitado possíveis mudanças nos relacionamentos dos casais e o questionamento de hierarquias (NECKEL, 2007, p. 331).

Gabriela Leite[34], ao ser indagada se a "liberação sexual" teria diminuído a prostituição respondeu prontamente:

> 'Liberação onde?' Liberação numa sociedade em que uma revista de grande circulação semanal faz a seguinte pergunta a jovens de classe-média-alta: "Você se casaria com uma mulher que não é virgem?" - e obtém respostas em que boa parte dos jovens reafirma a importância da virgindade e outros demonstram a preocupação com "rotatividade" das garotas, do tipo: "Sim, desde que ela tenha transado com um só cara, e por amor." Que sociedade liberada é essa, cujos rapazes e moças de classe média reproduzem com roupagem nova os mesmos preconceitos dos seus avós? (LEITE, 1992, p. 127)

Nesse sentido, é possível afirmar que a alardeada "liberação sexual" não teria prejudicado a atividade da prostituição porque não foi vivida da mesma forma por todas as mulheres, já que os roteiros sexuais "espelham as múltiplas e diferentes socializações que

[34] Como já mencionado brevemente, Gabriela Leite foi prostituta e importante liderança da categoria. Gabriela, que nasceu Otília em 1951, pertencia a uma família de classe média de São Paulo. Estudou Sociologia na USP – Universidade de São Paulo –, mas trocou a faculdade pela prostituição. Foi atuante na organização daquelas mulheres e queria o reconhecimento da profissão. Fez parte do movimento internacional de prostitutas e organizou os primeiros encontros daquelas mulheres no Brasil. Criou o jornal "Beijo na Rua" e foi atuante na luta contra a AIDS. Exerceu a prostituição em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Fundou a ONG DaVida, responsável por pesquisas, estudos e interações mais diretas com a sociedade, por exemplo, através de peças de teatro. Já nos anos 2000 criou uma grife de moda, a *Daspu*, que atraiu a atenção da mídia nacional e do público em geral. Foi candidata a deputada federal pelo Partido Verde no ano de 2010, mas não chegou a se eleger. Ao que parece, suas propostas eram por demais "transgressoras". É autora de *Eu, mulher da vida* (1992) e de *Filha, mãe, avó e puta (*2009). Faleceu em 2013.

uma pessoa experimenta em sua vida": a relação com a família, amizades, vizinhança e acesso aos meios de comunicação são fundamentais nesse processo (HEILBORN, 2006, p. 46). Além disso, se pensarmos no contexto brasileiro em que uma ditadura civil-militar tornava questões que não fosse o fim do regime, temas menores e que grupos feministas tinham como aliados muitas vezes a Igreja Católica, poderemos concluir que somente lentamente uma dupla moral começaria a ser questionada. É possível ainda que os questionamentos tenham começado a ocorrer à época em que um movimento conservador em resposta à liberação dos anos 1960 tomava forma em outras partes do mundo. Com os ecos desse movimento conservador e com o remanescente apego à "moral e bons costumes" no Brasil, a prostituição pode ter sido beneficiada à época.

Por outro lado, se o uso da contracepção e discussões acerca do direito ao prazer não constituíram ameaças para a atividade das prostitutas, a AIDS constituiria um problema para elas e lhes traria uma nova atribuição: estimular o uso do preservativo entre os clientes. Contraditoriamente, será a partir da AIDS, mesmo com toda a carga de preconceito que reafirmava, que as prostitutas poderão ser vislumbradas como categoria e como pessoas com direitos. Discutiremos melhor essa questão em nosso último tópico.

4.3. De "foco" a "multiplicadoras": o projeto *inter-aide* e a fundação da APROCE

> Há alguns anos se alguém falasse na possibilidade de criação de uma associação de prostitutas, em direitos do trabalho para essas profissionais, poderia ser considerado louco ou uma pessoa que estava ofendendo a moral e os bons costumes da época. Mas, hoje, essa Associação existe, regulamentada, com estatuto lutando pela legislação da profissão e contra a discriminação imposta a essas mulheres que querem utilizar o passeio público como um local seguro de trabalho (PROSTITUIÇÃO – CATEGORIA...,1991, p. 12).

Em novembro de 1990 foi criada a Associação das Prostitutas do Ceará – APROCE, seguindo um movimento nacional e internacional de organização daquela categoria. O trecho acima, retirado de uma matéria do jornal *O Povo* de 21 de março de 1991, menciona a criação daquela associação e aponta seus interesses: a garantia de um local para a realização da atividade em segurança e a luta contra o preconceito, principalmente após a identificação do primeiro caso de AIDS em uma prostituta no Ceará[35].

De acordo com matérias de jornais e também com os relatos das entrevistadas, o surgimento da APROCE ocorreu no contexto da atuação das prostitutas no projeto *Inter-aide*[36], no qual elas distribuíam preservativos e agiam na conscientização de outras mulheres prostitutas, homossexuais e clientes em relação às DSTs e principalmente à AIDS. Assim, se a contracepção, aborto e infecções sexualmente transmissíveis – temas ligados diretamente ao desenvolvimento de sua atividade – não constituíram questões fundamentais para que as prostitutas se organizassem enquanto categoria, o mesmo não ocorreria após o surgimento da AIDS.

Enquanto aquelas questões parecem ter sido vividas em um âmbito "privado", assim como se deu com mulheres não prostitutas, a possível contaminação com o vírus HIV e o entendimento das prostitutas como um "grupo de risco" exigiu uma maior união delas na intenção de manter sua atividade.

---

[35] Tal informação também pode ser encontrada no blog da associação que ainda pode ser acessado na internet e foi alimentado até 2009. Disponível em: http://aproce.blogspot.com/2006/12/aproce.html Acesso em 15 nov. 2019.

[36] O projeto francês *Inter-aide*, de acordo com fontes consultadas, teve início na cidade de Fortaleza em maio de 1988. Era coordenado por Jean Philippe Delgrange, um economista de 33 anos, que também foi responsável por outras ações no interior do Ceará e de Minas Gerais, como o desenvolvimento de projetos de irrigação e saúde. Em Fortaleza, o *Inter-aide* além da distribuição de preservativos e orientação de prostitutas e homossexuais em relação às DSTs e AIDS, atuava na construção de creches e alfabetização para adultos. A responsável por essa ações era Ariane Delgrange, esposa de Jean Philipe. De acordo com o jornal *O Povo*, em março de 1990 seis creches já haviam sido construídas em bairros periféricos de Fortaleza, 39 agentes de saúde atuavam em diversas localidades da cidade e 10 professores ministravam aulas de alfabetização de adultos. Tudo isso era possível graças a um convênio com a FEBEMCE e ao financiamento oriundo do Grupo de Apoio às Comunidades Carentes (GACC) também coordenado por Jean Philippe Delgrange (PROGRAMA...1990, p.18).

De acordo com Letícia Cardoso Barreto (2015), em sua tese de doutorado, a organização das prostitutas remonta aos anos 1960 e, apesar das especificidades de cada localidade, existia algo em comum naqueles movimentos: a luta contra a violência policial e a inicial vinculação entre prostitutas e grupos religiosos. Citando os escritos de Melinda Chateauvert, a autora aponta que o início dos movimentos de prostitutas são geralmente associados à fundação da COYOTE (Call Of Your Old Tired Ethics) em 1973, em São Francisco nos Estados Unidos e à ocupação por prostitutas de uma igreja em Lyon, em 1975, na França. Contudo, é necessário lembrar a participação das prostitutas em Stonewall, no ano de 1969, em Nova Iorque, EUA (BARRETO, L.C., 2015, p. 101).

A COYOTE foi fundada pela prostituta Margo St. James e pela professora de antropologia Jennifer James e uma de suas ações era o desenvolvimento de sessões de trocas de experiências, onde as prostitutas expunham o preconceito sentido no dia-a-dia. Letícia Barreto aponta que aquela associação conseguiu vitórias significativas, como a anulação da obrigatoriedade da realização de testes de DSTs e a modificação nas penas de prisão por prostituição. A primeira Conferência Nacional de Prostitutas foi organizada pela COYOTE e ocorreu em 1974, na Glide United Church, uma igreja metodista onde estiveram presentes mais de mil pessoas. Um ano depois, em Lyon, França, uma igreja seria ocupada por prostitutas. Elas também protestavam contra a repressão e prisões arbitrárias[37]. Após a ocupação da igreja de Saint-Nizier em Lyon, outras ocupações ocorreram, como destaca a matéria do jornal *O Globo* de 09 de junho de 1975:

> As prostitutas de Paris estão preparando uma passeata nas ruas da capital francesa e decidiram convocar uma greve de solidariedade as suas colegas de três outras cidades – Lyon, Marselha e Grenoble – que pedem seu reconhecimento legal e o direito aos benefícios sociais. As prostitutas dessas quatro cidades ocuparam igrejas para pôr fim à perseguição policial (na França a prostituição não é crime, mas não pode ser exercida nas ruas nem é permitida a existência de bordéis).
> A última ocupação de igreja ocorreu sábado à noite em Grenoble, quando 50 mulheres invadiram uma capela no centro da cidade. Anteriormente elas tinham entrado em greve de solidariedade com as prostitutas de Lyon. As mulheres de Nice e Cannes também estão dispostas a realizar manifestações. Em Paris, onde cerca de 500 mulheres ocuparam uma Igreja perto da torre de Montparnasse, as prostitutas votaram por uma greve geral e disseram que grupos organizados, *seguindo o procedimento de grupos sindicais*, se dispunham a percorrer as ruas para impedir as fura-greve (PROSTITUTAS..., 1975, p. 19, grifo nosso).

O grifo no trecho "seguindo o procedimento de grupos sindicais" tem por objetivo chamar atenção para o que pode ser compreendido como um estranhamento do periódico em

[37] Citando os escritos de Schaffauser, Letícia Barreto aponta que um dos principais motivos para a manifestação seria uma série de assassinatos praticados naquela cidade, contra prostitutas. Após a mobilização, os crimes diminuíram, mas ninguém foi preso (BARRETO, L.C. 2015, p. 101).

relação à questão. O fato de prostitutas portarem-se como profissionais que convocavam greve, reivindicavam direitos e agiam como outros grupos de sindicalizados era algo novo e colocava em cheque as concepções acerca da atividade.

Além disso, é preciso salientar, como apresentou Aparecida Fonseca de Moraes (1995) em seus escritos, que às prostitutas seriam "conferidos atributos que produzem questionamentos sobre a sua aptidão para se manifestarem politicamente". Afirma a autora que, por conviverem em um contexto de "malandragem" e de crime, as prostitutas estariam separadas não apenas quanto à questão econômica, mas também eticamente dos "trabalhadores" ou, dito de outra maneira, "daquelas categorias consideradas produtivas." (MORAES, A.F., 1995, p. 92).

Em relação à organização das prostitutas no Brasil, Letícia Barreto aponta que os manifestos iniciais ocorreram em São Paulo, em dezembro de 1979, quando cem prostitutas fizeram uma passeata pelo Centro indo até a seccional da polícia. Elas lutavam por melhores condições de trabalho e pelo fim das extorsões e violência policial. No ano seguinte, a intensificação da repressão que tinha à frente o delegado José Wilson Richetti, fez com que prostitutas, homossexuais e travestis ganhassem as ruas em protesto como resposta aos "rondões". Estes tinham por objetivo empreender uma "limpeza" no centro da cidade. Barreto nos diz que "sob a acusação de contravenção penal de vadiagem, cerca de 300 a 500 pessoas eram levadas por dia à delegacia, podendo ser decretada prisão cautelar." (BARRETO, L.C., 2015, p. 110).

Em seu livro "Eu, mulher da vida", Gabriela Leite expõe um pouco daquela situação histórica da qual foi uma ativa liderança. Ela adjetiva o delegado Richetti como "desequilibrado" e diz que várias mulheres, após a saída do trabalho nos prédios, eram levadas à delegacia, onde apanhavam "sob ordem e supervisão desse Richetti", tendo o mesmo acontecido com as travestis e os homossexuais na época.

Durante as manifestações em São Paulo, Gabriela Leite vislumbrava a possibilidade de uma associação: "no auge da excitação com a passeata, algumas perguntas brotavam na minha cabeça: 'Por que nós não nos organizamos de uma maneira mais permanente?" (LEITE, 1992, p. 86) Possivelmente ali estava a semente da primeira associação de prostitutas do país. E ela surgiu, meses depois, mas no Rio de Janeiro.

A Associação de Moradores e Amigos da Rua Miguel de Frias, local onde se situava a Vila Mimosa – sobre a qual já falamos no capítulo dois – nasceu como resistência à tentativa de expulsão de prostitutas de seu lugar de trabalho. De acordo com Gabriela Leite, Fanini, um pastor protestante, havia comprado a TV Rio, com o objetivo de instalar seus

estúdios. Na intenção de expandir seus domínios imobiliários, o religioso teria se unido em "aliança com o povo do tráfico para expulsar os moradores da área, inclusive as prostitutas."

Diante dessa situação, Gabriela Leite foi para a imprensa denunciar o que acontecia enquanto se tentava resolver a questão também junto à Secretaria de Desenvolvimento Social e em uma audiência com o prefeito Saturnino Braga. A ação da Associação recém-criada ajudou a regularizar a ocupação da área pelas prostitutas. Tendo posteriormente mudado seu nome para Associação dos Moradores e Amigos do Condomínio da Vila Mimosa (AMOCAVIM), a entidade tinha uma prostituta como presidente e a direção quase toda de prostitutas, exceto por dois moradores de rua que também a integrava.[38]

Diferente da AMOCAVIM, a APROCE surgiu em um contexto de luta contra a AIDS, como mencionamos anteriormente. As prostitutas envolvidas em sua criação participaram, anteriormente, do projeto *Inter aide*, que teve início em maio de 1988. De acordo com o jornal *O Povo* de 18 de março de 1990, a Instituição francesa já atuava há quase dois anos junto às prostitutas e aos homossexuais que trabalhavam nos cabarés do Centro, Mucuripe, Praia do Futuro, Barra do Ceará e de outros bairros de periferia da cidade de Fortaleza. Mencionava-se ainda que o projeto já havia conseguido conscientizar mais de 90% da população trabalhada, o que representava cerca de 1500 pessoas em 41 prostíbulos (PROJETO..., 1990, p. 9).

O projeto foi desenvolvido através de um convênio com a Secretaria de Saúde do Estado. De acordo com aquele periódico, a prevenção e educação sobre AIDS e DSTs nos cabarés de Fortaleza tinha como responsáveis universitárias da área da saúde – o que seria uma exigência da Secretaria. Em fins de 1989, o projeto tomaria novos rumos. A assistente social Maria de Lourdes Muniz assumiria a coordenação e aliaria à questão preventiva a social (FAHEINA, 1990, p. 18). Para Lourdes, que foi entrevistada pelo jornal, era preciso repensar a questão da prostituição[39]. Não seria possível isolar

> a questão médica, prevenção e encaminhamentos das DSTs e AIDS do fator social e da discriminação e rejeição das mulheres por parte da sociedade", disse. Através de treinamentos, o projeto integrou multiplicadoras prostitutas que começaram a desenvolver o trabalho de conscientização (através de palestras nas zonas) junto aos universitários, sendo que há hoje, um total de multiplicadoras (11 universitárias e 7 prostitutas), atuando em 41 prostíbulos do Centro, Bonsucesso, Maraponga, Parque

[38] Para saber mais sobre o surgimento da AMOCAVIM ver o livro de Gabriela Leite já aqui citado, mais precisamente o capítulo 27, intitulado "O pastor, a prostituta e o prefeito".

[39] Lourdes Muniz trabalhava desde os anos 1960 em projetos ligados às prostitutas. Encontramos seu nome em matéria do jornal *O Povo* de abril de 1966, em uma reportagem sobre a organização Ninho em Fortaleza. A "iniciadora do movimento no Ceará, a jovem Lurdinha Muniz Santos" viajará para Paris, a convite do padre André Talvas, fundador daquele órgão na França (PROBLEMAS... 1966, p. 11).

> São José, Barra do Ceará, Messejana, Mucuripe e Praia do Futuro (FAHEINA, 1990, p. 18).

A entrevistada E.P. foi uma das multiplicadoras no projeto *Inter-aide* e nos falou um pouco de sua atuação. Ela nos conta que a entrada das prostitutas como multiplicadoras foi fundamental para que o projeto tivesse uma maior aceitabilidade. O projeto contava com um coordenador Geral – Jean Phillipe Delgrange – e uma coordenadora local, Maria de Lourdes Muniz, como já mencionamos. Ainda de acordo com E.P., teria partido de Maria de Lourdes o entendimento de que era necessário que as prostitutas fossem mais atuantes no projeto: "Essa coordenadora daqui pegou e disse assim: "olha, o projeto só vai funcionar se a gente botar prostituta pra dar palestra pra prostitutas", aí foi que aconteceu." (E.M.P., 55 anos, 2018).

Figura 45: As multiplicadoras e a orientadora Lourdinha Muniz

Fonte: FAHEINA, Rita Célia. Programa orienta prostitutas. **O Povo**, Fortaleza, 16 mar 1990. p. 18. (Cidades)

A narradora nos conta ainda que Lourdinha foi até os cabarés e, após apresentar a proposta, perguntou quem gostaria de participar. E.P. e outras três colegas se interessaram e iniciaram o treinamento:

> Aí a gente começou a participar de treinamento, né? Pra ser... na época era multiplicadora, né? Pra se tornar multiplicadora [...] Estudava sobre as DSTs, as, todas as DSTs, ter um pouco de conhecimento do vírus HIV e da AIDS, né? Que é a doença... pra poder repassar, que a gente repassava pra elas. Então tinha um treinamento e ia nos cabarés pra poder repassar para as mulher. "Não, porque as menina vão ter mais, mais facilidade pra se abrir com as prostitutas do que com as

> universitárias, né?" Com as universitárias elas tinham medo...elas tinham vergonha (E.M.P., 55 anos, 2018).

Gabriela Leite (1992) também destacava em seus escritos essa necessidade de prostitutas orientarem outras prostitutas e o termo "agentes multiplicadoras" deixaria evidente o caráter do trabalho realizado. Para ela, a distribuição de preservativos e orientações acerca da AIDS e DSTs deveria ser uma tarefa realizada por mulheres que trabalhavam com a oferta de serviços sexuais, enquanto às instituições promotoras caberia o treinamento necessário, como passou a ocorrer com a *Inter-aide* em Fortaleza. Além disso, Gabriela destacava a necessidade de uma "mudança de mentalidade" do governo. Nenhuma ação educativa iria obter êxito se fosse dificultada por burocracias e por concepções preconceituosas (LEITE, 1992, p. 144-145).

No início de 1988, o jornal *O Globo* noticiava que o Ministro da Saúde, Borges da Silveira, iria "solicitar a colaboração das prostitutas na campanha de prevenção da Aids." Silveira acreditava que as prostitutas deveriam exigir dos clientes o uso do preservativo.[40] Assim, se durante muito tempo o corpo das prostitutas foi pensado como foco de infecções sexualmente transmissíveis, a AIDS faria com que ele fosse compreendido como um multiplicador de informações para o combate à doença, como aponta Regina de Paula Medeiros (2000) no trecho a seguir:

> No início da epidemia de AIDS, as campanhas advertiam as pessoas sobre a diminuição do número de parceiros sexuais, de evitar contatos sexuais promíscuos e, sobretudo, sugeriam a lealdade conjugal como medida de prevenção (OMS, 1987, 1990). Os grupos sociais reagiram através de movimentos sociais – principalmente as mulheres prostitutas – e, em 1990, a OMS reformula a recomendação e reforça o uso dos preservativos como medida de segurança. Além disso, reconehce a prostituta como possível "agente educador", multiplicador de informações e responsável por mudanças de comportamento no ambiente da prostituição (OMS, 1990) (MEDEIROS, 1990, 26-27, tradução nossa)[41]

Ainda que esse "chamamento" das prostitutas à ação as colocasse como sujeitas naquela situação histórica, há que se pensar que isso só ocorreu quando uma doença sem cura – inicialmente chamada de "câncer gay" – passou a representar um risco para todos. Um

[40] A matéria trazia ainda a informação de que a Prefeitura de Fortaleza já havia começado a distribuir as "camisa-de-vênus" e que intensificaria a ação no período carnavalesco, momento, de acordo com o Diretor do Departamento de Turismo, propício aos relacionamentos amorosos (PROSTITUTAS..., 1988, p.6).

[41] No original: "Em el inicio de la epidemia de SIDA, las campañas advertían a las personas acerca de la disminucíon del número de compañeros sexuales, de evitar contatos sexuales promíscuos y, sobre todo, sugerían la lealtad conyugal como medida de prevencíon. (OMS 1987, 1990). Los grupos sociales reaccionaran a través de movimientos sociales – principalmente de las mujeres prostitutas –, y, em 1990 la OMS reformula la recomendacíon y refuerza el uso de los preservativos como medida de seguridad. Además, reconoce a la prostituta como posible "agente educador", multiplicador de informaciones y responsable de los cambios de comportamento en el ambiente de la prostitucíon (OMS 1990)" (MEDEIROS, 1990, p. 26-27).

periódico de Fortaleza destacava a mudança referente à atenção dada às prostitutas naquela situação histórica: "Tradicional *foco de contágio* de doenças venéreas, a baixa prostituição é uma das atividades mais negligenciadas pelas autoridades sanitárias. O quadro pode mudar"(FAHEINA, 1990, p. 18) e nos faz pensar se essa modificação de postura ocorreria se a AIDS não fosse uma questão preocupante.

Acreditamos, portanto, em um duplo movimento: tanto os movimentos internacionais e nacionais de prostitutas, como a compreensão, por parte de órgãos governamentais e não-governamentais, de que as prostitutas poderiam ser fortes aliadas na divulgação de informações, colaboraram para uma nova compreensão acerca da prostituição naquela situação. O fim da negligência acarretaria, porém, numa nova responsabilidade para as prostitutas e merecem destaque as dificuldades enfrentadas por elas para colocar essa recomendação em prática.

Os problemas referentes à burocracia e ao preconceito destacados por Gabriela Leite apareciam em matéria do jornal *O Povo*, numa entrevista concedida pela enfermeira Silvéria Lopes, que fazia parte do Projeto *Inter-aide*. Aquela profissional disse à reportagem que no início do projeto os empecilhos principais estavam ligados aos órgãos públicos de saúde: existiam muitas dificuldades para o atendimento das prostitutas nos postos de saúde. Além da falta de médicos, a abordagem feita pelos funcionários atendentes às prostitutas (que geralmente tinham uma senha identificando sua ocupação) causava desagrado e fazia com que as mulheres desistissem da consulta (FAHEINA, 1990, p. 18).

Além disso, a metodologia equivocada minimizava resultados. Silvéria Lopes relata que no início, ela e outras profissionais apenas repassavam informações, ao que as prostitutas escutavam passivamente, sem que houvesse um *feed-back*. Ela aponta que isso ocorria pois a própria equipe ainda não havia se "despido do preconceito" e falavam sem ouvir os "problemas diários" das mulheres. Cartazes com mensagens pouco claras – tendo em vista que muitas prostitutas eram analfabetas – findavam inclusive por afastar clientes, visto que traziam "'AIDS' com letras garrafais na entrada do prostíbulo, como um sinal de que ali estava o vírus" (FAHEINA, 1990, p. 18).

Quando as sugestões das prostitutas passaram a ser escutadas, as mudanças nos resultados puderam ser sentidas[42]. De acordo com o periódico citado, "Um contato mais

[42] De acordo com reportagem do Jornal *O Povo*, o trabalho desenvolvido em dois anos de atuação do *Inter-aide* em Fortaleza recebeu o reconhecimento das Organizações Não Governamentais (OGN) durante encontro anual em Agen, na França. De acordo com o periódico, "o relatório elaborado foi tão positivo que a Cooperação Francesa, reconhecendo o êxito, mandou imprimir duas mil cópias do documento em Inglês e Francês para ser

humano estreitou os laços de amizade entre os multiplicadores e as prostitutas, o que facilitou em muito o trabalho de conscientização sobre a importância e os cuidados com o corpo." (PROJETO..., 1990, p. 9). A matéria apresentava números que demonstravam uma maior procura pelos postos de saúde ao invés da busca pelo atendimento em farmácias e de automedicação, mais frequentes no início do projeto.

As mudanças de comportamento em relação ao uso da camisinha também eram percebidas. Na primeira avaliação feita pelos universitários, "foi constatado que em 214 mulheres cadastradas, 63,08 por cento conheciam a "camisinha". Desse total, poucas usavam e nenhuma usava sempre. Elas mantinham uma média de 20 a 25 parceiros por semana. O motivo alegado para a dispensa do preservativo era o seu custo elevado (PROJETO..., 1990, p. 9).

Dois anos depois, das 1500 prostitutas e homossexuais trabalhados pelas multiplicadoras – naquele momento, universitários e prostitutas – apenas 10% diziam não usar a camisinha. 31,35% diziam usar sempre e "de 70 a 80 por cento, muitas vezes, ficando as restrições aos parceiros preferidos (os amantes)". Vale ressaltar que o público atendido estava recebendo gratuitamente o preservativo e que não sabemos, dentre essas 1500 pessoas, quantas seriam prostitutas, visto que tal número não foi especificado na reportagem.

As narradoras desta pesquisa afirmaram que tinham dificuldades em convencer os clientes a fazer uso do preservativo e que em alguns momentos, após o surgimento da AIDS, ocorria um "esvaziamento" dos cabarés. E.P., por exemplo, fala das dificuldades para convencer os homens e afirma que era comum que os clientes oferecessem mais dinheiro para que o programa fosse realizado sem o preservativo:

> Quando surgiu os primeiros casos de AIDS, né? Que foi quando começou esse projeto da *Inter-aide*, que as meninas começaram a ir com os preservativos...pra o cliente aceitar um preservativo era um Deus nos acuda! Era muito difícil. Quando morria uma pessoa de AIDS, famosa...tipo assim o Freddie Mercury, né? Aí o cabaré ficava uma semana sem ninguém. Ninguém ia lá. Com medo. Com uma semana depois aí já tinha esquecido...voltava. Aí a gente tinha que convencer o cliente a usar o preservativo, né? Aí: "não...muito ruim! Você é doente?!" Perguntava logo: "você tá doente?!" Aí eu: "não, é...não tô não! Não quero é pegar nenhuma doença. Eu não quero é pegar doença!" "Não, mas num sei o que..." aí às vezes oferecia mais dinheiro... (E.M.P., 55 anos, 2018)

Questionar à prostituta se ela estava/era doente era uma forma de convencimento usual entre os clientes, assim como utilizar-se do fato de ser casado e, assim, hipoteticamente

---

enviado às instituições governamentais da África, Ásia e alguns países da América do Sul, que servirá de modelo nos programas de prevenção da AIDS e DSTs." (FAHEINA, 1990. p. 18).

saudável. Contudo, o argumento mais forte parece ter sido a oferta de um valor maior pelo programa como veremos adiante em uma matéria de jornal. Quanto às nossas entrevistadas, somente uma delas assumiu abertamente ter aceitado realizar um programa sem o uso da camisinha após o cliente oferecer um valor maior. Com as outras, o que percebemos é que com clientes frequentes poderia acontecer.[43]

De maneira semelhante à E.P., também M.G. nos contou que a procura por prostitutas diminuiu nos anos iniciais da AIDS, mas que clientes chegavam a oferecer mais dinheiro por um programa sem o uso do preservativo, o que causava desconfiança e medo em algumas mulheres:

> M.G.: Diminuiu, diminuiu muito. E aqueles homens mais... que gostava mais de sair sem camisinha, aquele ali a gente já ficava com medo. Com aquele dali a gente já ficava...ah, eu pelo menos já desistia. Um homem chegava e "não, eu vou lhe dar tanto [uma quantia superior ao valor do programa] ...mas eu não boto camisinha e tudo..." Eu digo: "você fica com o seu tanto e eu fico com a minha saúde!" Esses homem muito afoito naquele tempo...eu ainda me lembro ainda, que tinha um homem que ele vinha cheio de dinheiro e saía com, ele saía com uma mulher aqui, saía com outra aculá, as que topava ir sem camisinha com ele...aí era com AIDS, ele...aí descobriu, ele morreu de AIDS. Ele morreu de AIDS. E eu nunca tive coragem de sair com ele, ele me chamava, me adulava, dava isso, dava aquilo... "num vou, você não usa camisinha!". "Mas eu sou sadio! Num tá vendo, um homem que nem eu?!" "Tô vendo por fora! E por dentro!?" (M.G.V.P., 53 anos, 2018)

Não conseguimos precisar se a situação relatada por M.G ocorreu antes ou depois de 1988, ano em que o *slogan* da campanha nacional de prevenção à AIDS foi "Quem vê cara não vê Aids, previna-se" e que um dos filmes educativos mostrados na TV era abertamente direcionado para pessoas que eram clientes de prostitutas e travestis. De acordo com o jornal *O Globo*, a campanha começaria a ser veiculada no dia 06 de fevereiro de 1988, através da televisão, *outdoors* e circuitos internos de TV em aeroportos e hotéis (nestes casos também em inglês e espanhol).

Os filmes para televisão tinham duração de um minuto e seriam direcionados para brasileiros e estrangeiros que circulariam durante o carnaval. Como mencionado, o primeiro deles fazia referência ao sexo comercial, e mostrava "uma rua de grande cidade, onde prostitutas e travestis fazem ponto. O locutor lembra que, além da diversão e alegria na vida noturna, há também muitos perigos e o maior deles é Aids." (BORGES..., 1988, p. 6). Assim, ainda que a propaganda buscasse conscientizar os clientes seguindo ainda uma ideia de prostitutas (e travestis) como "foco" de doenças (e isso dias depois do pronunciamento do

[43] A narradora J.M. afirma que engravidou de um cliente com o qual já "saía" há quatro anos. A idade de sua filha à época da entrevista – 30 anos – deixa evidente que as relações ocorriam quando a AIDS já preocupava.

Ministro da Saúde, no qual ele propunha solicitar o apoio das prostitutas) era delas que partia, muitas vezes, um trabalho de conscientização.

Nesse sentido, a entrevistada J.M. nos conta que, após ver uma fotografia da esposa de um cliente antigo, teria questionado porque ele procurava prostitutas, já que sua mulher era "nova" e "bonita". O cliente, que era marinheiro, respondeu à narradora com uma pergunta: "e eu sou viado?!" e disse que o tempo longe de casa – três meses, em média –, fazia com que ele fosse aos cabarés. Ainda assim, tentava mostrar-se responsável, já que afirmava se relacionar apenas com mulheres "confiáveis" "pra gente procurar ela, pra gente saber que vai ficar com ela e não tem perigo de chegar em casa e ficar com a mulher." Ao ouvir isso, J.M. indagou como ele poderia ter essa garantia: "[...]eu disse até assim pra ele: 'Como é que sabe? Porque a gente fica com cinco, com seis, com oito, com dez homem numa noite, assim apareça... aí quem é que vai saber quem é doente e quem é bom?' Ai ele: 'sabe que tu tem mais cabeça do que eu?'" (J.M.L., 59 anos, 2018)

A narradora J.M. também afirmou que, após os primeiros casos de AIDS, chegou a dispensar programas com homens que se recusavam a usar o preservativo e que a camisinha feminina, já em fins dos anos 1990, viria a resolver o impasse. Ainda assim, disse preferir homens mais velhos, pois estes não perceberiam que ela estava usando o preservativo. Sua opção se fazia pelo risco de ser descoberta: J.M. relatou uma situação em que uma colega foi agredida fisicamente por um cliente mais jovem, porque este havia percebido que a mulher queria fazer uso da camisinha feminina sem o conhecimento dele.

A entrevistada R.M., por sua vez, contou-nos que sempre levava os preservativos consigo e que combinava seu uso antes de iniciar o programa. Ela disse que buscava conversar e que alguns clientes compravam os preservativos nas farmácias. Relata, contudo, que mulheres que faziam uso de drogas aceitavam e iam "de todo jeito" diferentemente daquelas entre as quais se colocava: "mas pra quem tinha responsabilidade, tinha filho..." (R.M.S, 63 anos, 2018)

A aceitação da camisinha foi o assunto de uma reportagem no jornal *O Globo* de 19 de julho de 1987. A matéria dividiu os relatos entre os que eram favoráveis à utilização do preservativo – "à favor, com muito amor à vida" – e os que se opunham – "Contra, de mão dada com a morte". O texto, assinado pela jornalista Deborah Dumar, apontava que a Associação de Combate à AIDS havia feito uma pesquisa e concluído que as mulheres aceitavam com muito mais facilidade o uso da camisinha do que os homens, que seriam preconceituosos (A QUESTÃO...1987, p. 5). Estes chegavam até mesmo a agredir as companheiras, como em um caso citado pelo jornal. Uma universitária de 23 anos havia sido

espancada pelo namorado, que se sentiu ofendido quando ela propôs o uso do preservativo. A estudante fez denúncia na Delegacia de Mulheres, onde chegou com "dois dentes quebrados, supercílio esquerdo aberto e suspeita de fratura em duas costelas". O caso aconteceu em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

De acordo com um psicanalista entrevistado pelo *O Globo*, a pouca aceitação do preservativo estaria ligada à necessidade de afirmar virilidade e reafirmar sua heterossexualidade:

> O homem prefere correr o risco da Aids do que ser taxado de impotente. Ele tem medo de fracassar se parar para colocar o preservativo. É machista e reage perguntando: "Você acha que eu sou sujo?", mas existe aí um subtexto: "Você acha que eu pratiquei sexo anal, está suspeitando que eu seja gay?" Comentou o psicanalista Eduardo Mascarenhas, que considera a perda da potência uma verdadeira hipocondria nacional (A QUESTÃO...1987, p. 5).

Assim, não apenas as prostitutas estavam sentindo dificuldades para convencer os clientes de que o uso do preservativo era importante. Muitas esposas e namoradas também passavam por dificuldades, visto que, além dos motivos apontados pela matéria do jornal *O Globo*, sugerir o uso da camisinha poderia gerar desconfiança em relação ao comportamento das mulheres, conforme vimos no capítulo dois dessa tese.

Como já mencionamos, apenas uma de nossas narradoras afirmou aceitar realizar programas sem o uso da camisinha. Trata-se da entrevistada E.P., que disse ter feito isso por necessidades financeiras. Ela assegura ainda que somente quando passou a participar de projetos como o *Inter-aide* é que pôde recusar clientes não adeptos do preservativo, mas isso não se daria exatamente por ter sido conscientizada quanto aos riscos:

> E.P.: A necessidade da gente transar sem camisinha não é porque a gente queria transar! A gente queria ganhar o dinheiro! Aí o homem não queria, mulher! "Não, eu sou casado, não tem problema nenhum..." Olha, mulher, como os homens são ignorantes, né?! E a pobre da esposa, né? "E eu sou casado, sou direito..." "Mas você tá aqui! Mas a gente tem que usar, pra você preservar a sua esposa!" [...] Aí pra gente não perder o dinheiro aí a gente acabava indo, né? Aí, quando comecei a trabalhar na...no projeto da *Inter-aide* e na APROCE, que a gente sempre tinha projeto, né? Que a gente era remunerada, aí pronto, eu não fui mais sem camisinha. Só ia se fosse com camisinha, porque...
> V.M.: Mesmo se perdesse o dinheiro?
> E.P.: Nem que eu perdesse, porque já tava...já tinha outra renda, né? Já tinha outra renda aí eu não tinha essa necessidade toda (E.M.P., 55 anos, 2018).

A narradora deixa muito bem demarcado, no início de sua fala, que o programa se tratava de uma fonte de renda, apenas. O interesse não estava na relação sexual em si, mas no dinheiro que poderia ser conseguido através dela. Apesar de saber que os argumentos

utilizados pelos homens eram falhos (e também uma forma de mostrar-se "limpo", "direito" e heterossexual, logo, fora dos "grupos de risco"), a entrevistada aceitava o contrato para "não perder o dinheiro". O trabalho como multiplicadora lhe proporcionou conhecimentos acerca da AIDS e do vírus HIV, mas a recusa pelos programas com homens avessos à camisinha se deu não somente pelas informações que passou a deter. Em seu discurso, a rejeição dos programas sem o uso do preservativo parece estar mais ligado à elevação de seus rendimentos por conta de seu trabalho como multiplicadora do que pelo saber adquirido.

A ação desempenhada no Projeto *Inter-aide* renderia frutos. Como aponta Letícia Barreto (2015), o difícil diálogo entre prostitutas e feministas, já que algumas destas não consideravam legítimas as reivindicações daquelas, além do entendimento das prostitutas como "grupo de risco", fez com que o movimento de prostitutas se utilizasse da AIDS como ponto de partida e "como pauta de ação e de financiamento para intervenções" (BARRETO, L.C., 2015, p. 91) e foi isso o que ocorreu entre as prostitutas do Ceará, como aponta E.P.:

> E.P.: Como já tava a equipe formada de prostitutas, as universitárias saíram, né? [...] aí a gente viu a necessidade, né? Das mulheres querer um sindicato. Foi quando surgiu a APROCE, a associação das prostitutas do Ceará, junto com a Lourdinha, a Lourdes Muniz [...] Aí a Lourdinha, ela disse assim: "E.", com a equipe toda, né? "vamos fazer um sindicato", na época chamava sindicato das prostitutas. Aí a gente começou a andar em todos os prostíbulos [...]. Vamos pros prostíbulos conversar com as mulheres. [...] Aí a gente perguntava: "E aí, o que é que vocês acham da gente fundar uma associação, um sindicato das prostitutas?"(E.M.P., 55 anos, 2018).

Ao final do Projeto *Inter-aide*, portanto, as prostitutas pensaram em dar continuidade à conscientização acerca da AIDS e das DSTs (trabalho que favoreceria a categoria com informações sobre as infecções e síndrome e também com a redução do preconceito em relação a elas e à atividade), mas não deixariam de apresentar outras demandas como razão de sua organização, como vimos no início desse tópico.

Assim, em 20 de novembro de 1990, o jornal *Diário do Nordeste* noticiava a fundação da APROCE. A associação teria sido criada no dia 13 daquele mês, a partir da organização de onze prostitutas e estava se reunindo às segundas-feiras, às 15 horas. Além da luta contra o preconceito, a presidente provisória, Eva Ribeiro, dizia que a entidade tinha como objetivos garantir um atendimento mais humano nos postos de saúde, a criação de creches, fortalecer a denúncia contra violências sofridas (também ligadas à reação dos clientes quando as prostitutas exigiam o uso da camisinha) e o acompanhamento médico e jurídico. De

acordo com o periódico, foram as multiplicadoras as responsáveis pela formação da APROCE, "devido as reivindicações e propostas que começaram a formular". [44]

Em Assembleia realizada pela categoria em 23 de abril de 1991, mais uma vez a assistente social Lourdes Muniz destacava a importância da atuação das prostitutas no projeto *Inter-aide* para a criação da associação e para que outros temas pudessem ser discutidos. Ela também criticava as campanhas governamentais, nas quais o preconceito se fazia presente:

> "A luta contra a AIDS abriu portas para se pensar em muitas outras questões importantes como a fome e a mortalidade infantil" – frisou Lourdes Campos. Ela criticou as campanhas do Ministério da Saúde sobre a AIDS, onde só apresentam a figura feminina, enquanto são os homens que mais estão presentes na prostituição: "muitos até se negam a usar a camisinha durante a relação" – afirmou. (ENTIDADES..., 1991, p. 8)

A matéria veiculada pelo jornal *O Povo* um dia após o evento – e outras que tratavam da fundação da APROCE – deixa explícito um pouco da mudança na forma como as prostitutas eram expostas no jornal. Se antes, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, elas estavam ligadas à "chaga", ao "vício" e a "sujeira", sendo geralmente tomadas como "vítimas", agora elas apareciam como pessoas com importantes demandas e como agentes fundamentais para o controle de doenças sexualmente transmissíveis.

A localização da matéria supracitada no jornal já expunha essa diferença: o texto "Entidades apoiam prostitutas" estava na seção "Feminismo" do caderno "Cidades" e expunha que a assembleia ocorrida na Boate da Eunice, no Farol do Mucuripe, contou com a presença de escritoras, vereadores, líderes de entidades, a presidente do Conselho Cearense de Direitos da Mulher, Fátima Dourada, além de "40 meretrizes profissionais" (ENTIDADES..., 1991, p. 8).

As falas durante a Assembleia foram, entretanto, contraditórias. Enquanto a presidenta do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher dizia que a luta das prostitutas iria "fortalecer o movimento das mulheres", o discurso do vereador Durval Ferraz (que afirmava ser também um "filho da outra" e ter sentido "na pele o que é ser filho da p...") apontava para uma não aceitação da atividade. Ferraz "afirmou que estava solidário ao movimento das mulheres prostitutas, mas garantiu que '*não estava no local apoiando a prostituição*'",

[44] Ainda de acordo com a matéria, as prostitutas "se organizaram e elaboraram um estatuto – com o apoio da Associação Gaúcha de Prostitutas e do Instituto de Estudos da Religião do Rio de Janeiro – que teve o respaldo jurídico do advogado Martônio Mont'Alverne Barreto Lima e a aprovação na assembléia que deu origem à Associação." (REUNIÃO..., 1990, p. 12).

pretendendo, porém, "*defender as prostitutas* e ajudá-las a descobrir a melhor maneira de se viver uma vida digna" (ENTIDADES..., 1991, p. 8).

Assim, ainda que seja possível identificar uma mudança na forma pela qual as prostitutas estavam sendo representadas nos jornais – em decorrência de suas lutas e de um entendimento sobre elas como "multiplicadoras" de saberes e não mais como "foco" de infecções – elas ainda precisavam do aval de entidades e da fala de homens (inclusive contrários à atividade) para que suas demandas fossem legitimadas. A mudança era lenta, mas não inexistente.

Figura 46: Assembleia da APROCE na Boate da Eunice.

Reunião, que teve o objetivo de prestação de contas, foi transformada em ato político

Fonte: Entidades apóiam prostitutas. **O Povo**, Fortaleza, 24 abr. 1991, seção "Feminismo", Caderno Cidades, p. 8.

Vale destacar ainda que, as falas das prostitutas não tiveram espaço em nenhum momento da reportagem. Por mais que a matéria citada anteriormente tivesse como título "entidades apóiam prostitutas" e que o apoio recebido não possa ser menosprezado, não deixa de nos causar estranhamento o silenciamento daquelas mulheres na matéria. Apesar do título da reportagem, acreditamos que eram as prostitutas as pessoas principais em questão.

Com uma visão pretensamente regulamentarista, o médico Cleto Brasileiro Pontes se manifestava em relação à APROCE, associação que, para ele, teria surgido em um "contexto caótico" de "enfraquecimento gradativo" do Estado. No Caderno Opinião do jornal *O Povo* de 12 de maio de 1991, Pontes criticava a extinção da Delegacia de Costumes e Diversões, responsável pelo cadastramento e controle de prostitutas na década de 1970. Ele indicava que poderia caber à APROCE esse papel (DO TETREX..., 1991, p. 7).

O cadastramento das prostitutas seria um importante instrumento para a viabilização de um programa de educação para a saúde da mulher "com exames periódicos, distribuição de preservativos e, ainda, para discussão e conscientização de seu *papel na sociedade*, criando, inclusive, opções para aquelas desejosas de mudar de profissão." O médico exigia uma ação urgente do Estado diante do "problema da prostituição", pois da era do *Tetrex* – "antibiótico preferido das prostitutas de antigamente" – à era AIDS várias eram as mudanças (DO TETREX..., 1991, p. 7).

Nesse sentido, a AIDS surgia como argumento para o regresso de um controle mais expressivo sobre as prostitutas. Como aponta Gayle Rubin (2017), o pânico à AIDS misturada ao terror sexual traria um resultado "extremamente volátil". A autora cita o caso da Inglaterra, onde as tentativas de controlar a sífilis motivaram a aprovação de uma legislação sobre doenças contagiosas que pouco teriam ajudado no combate à doença. Aquelas leis tiveram efeito apenas para "tornar a vida miserável para centenas de mulheres que foram encarceradas, submetidas a exame vaginal forçado e estigmatizadas como prostitutas para o resto da vida" (RUBIN, 2017, p. 112).

Referindo-se especificamente aos gays, Rubin afirma que exatamente no momento em que aqueles sujeitos haviam conseguido algum sucesso para livrar-se do estigma de doentes, eles se viam de forma metafórica ligados "a uma imagem de deterioração física letal". A AIDS estava sendo usada como forma de reforçar medos vinculando atividade sexual e morte (RUBIN, 2017, p. 112). Acreditamos que as prostitutas estavam em situação similar. No exato momento em que os movimentos de prostitutas estavam conseguindo organizar-se na luta contra a violência e discriminação, a AIDS surgiria, fazendo com que fosse necessária uma reformulação do movimento. Para o caso da APROCE, como vimos, o caminho seria inverso, sendo a AIDS tomada como ponto de partida para outras questões, o que talvez possa ser compreendido como um resultado inesperado da atuação das multiplicadoras.

Para Jeffrey Weeks (2010), a mobilização conservadora referente às questões sexuais nos anos 1970 e 1980 se deu através do "ataque à permissividade" e focalizou mudanças significativas relacionadas à "ameaça à família", ao feminismo e seu questionamento dos "papéis sexuais", a uma educação sexual mais liberal e ao ataque à "normalidade heterossexual" representado, para o autor, nos movimentos gay e lésbico. Esses temores foram potencializados por uma nova síndrome que "emergiu e devastou o corpo". Para o autor,

> Muitas pessoas, e não apenas na imprensa sensacionalista, apresentavam a AIDS como um efeito necessário do excesso sexual, como se os limites do corpo tivessem sido testados e não tivessem passado no teste da "perversidade sexual". De acordo com os mais óbvios comentaristas, era a vingança da natureza contra aqueles que transgrediram seus limites. (WEEKS, 2010, p. 37)

Ainda que o autor não mencione os movimentos de prostitutas entre as ameaças, é válido lembrar, como Gayle Rubin, que fazer parte de uma classe profissional ligada ao sexo poderia levar também a "sérias penalidades" (RUBIN, 2017, p. 128), principalmente por esta atividade constituir um desvio da sexualidade "normal" (dentro do casamento, monogâmica e procriadora), como vimos.

Apesar de acentuar o preconceito em relação à atividade, é possível dizer, para o caso da APROCE, que foi o surgimento da AIDS que fez com que as prostitutas fossem vislumbradas como sujeitas e que elas pudessem, enfim, ter alguma atenção no que se refere aos seus direitos. Ainda que o seu chamamento para o trabalho na *Inter-aide* possa ser compreendido como continuidade de um entendimento que as coloca no lugar de "mal necessário" (sendo, assim, melhor convoca-las ao trabalho do que rechaça-las), outras demandas surgiriam.

Pouco mais de dois anos após sua fundação, a APROCE contava com cerca de 800 afiliadas. Uma matéria do jornal *O Povo* de 23 de agosto de 1992 mostrava que o trabalho desenvolvido pela associação estava dando resultado e tais efeitos eram destaque na própria manchete, naquele jornal de domingo: "Casos de sífilis já são 623 este ano: mal apresenta índices elevados, *mas ocorrências diminuem entre prostitutas de Fortaleza*" (CASOS..., 1992, p. 23).

Tabela 5: Estatística da sífilis no Ceará

Ano	Sífilis	Sífilis Congênita
1992	623	13
1991	3.122	-
1990	1.400	76
1989	1.550	67
1988	1.295	92
1987	982	36

Fonte: Casos de sífilis já são 623 este ano: mal apresenta índices elevados, mas ocorrências diminuem entre prostitutas de Fortaleza. **O Povo**, Fortaleza, 23 ago. 1992, Caderno Cidades/Serviços, p. 2.

A reportagem trazia números da sífilis no Ceará: somente no ano de 1991 eram 3.122 casos. Mesmo que a ocorrência da sífilis estivesse caindo entre as prostitutas, a presidente da associação à época, Rosarina Sampaio, dizia que ainda havia muito a se fazer. Ainda que sem dados estatísticos precisos, Rosarina afirmava que entre as prostitutas, "a maioria dos exames

VDRL[45] dá negativo" e que não só os casos de sífilis, mas de DSTs em geral estavam em declínio entre a categoria.

O jornal trazia ainda uma breve entrevista com a prostituta M.A.T., que afirmava que depois das orientações da entidade só tinha relações sexuais com camisinha, mas que com seu companheiro o uso do preservativo era descartado. Por ele, aliás – a reportagem fazia questão de frisar – M.A.T. pretendia deixar a prostituição, pois o dinheiro que ganhava era "insignificante" se fossem considerados os riscos que enfrentava (CASOS..., 1992, p. 23). Nesse sentido, ao mesmo tempo em que destacava a atuação das prostitutas na conscientização dos clientes e entre elas, a matéria não deixava de ressaltar que deixar a atividade era o ideal para aquelas mulheres e que isso se daria, geralmente, através do casamento.

Tal concepção também parecia perpassar a carta de um leitor para aquele mesmo jornal. Sebastião César Aguiar Vale dizia-se "chocado" com a matéria intitulada "Prostituição: categoria reivindica direitos" publicada por aquele jornal no dia 21 de março de 1991. O espanto se devia, de acordo com o leitor, à "rudeza do tema", bem como ao "conteúdo reivindicatório"[46]. Ele perguntava-se como poderia ser a prostituição considerada uma categoria e mostrava-se contra a escolha do nome da associação, sugerindo outros dois: "entidade de amparo e defesa da mulher carente" ou "núcleo de combate à prostituição feminina" (PROSTITUIÇÃO (CARTAS..., 1991, p. 6).

Como já discutido, a oferta de um valor maior pela realização de programas sem o uso do preservativo, era uma estratégia comum entre os clientes. A presidente da APROCE trazia essa questão como um problema persistente, mesmo com o trabalho desenvolvido pela associação: "Eles dobram o preço para não usar a camisinha e como as mulheres são carentes financeiramente, acabam aceitando e arriscando a vida. Achamos isso um tipo de suborno" (SEXO..., 1992, p. 13), disse Rosarina ao jornal *O Povo*. Somente no ano de 1991 a APROCE teria distribuído 50 mil preservativos e encaminhado 167 prostitutas e travestis para a realização de exames (LABORATÓRIO...1992, p. 15).

A entrevistada M.G. foi uma das beneficiadas das ações empreendidas pela APROCE. Ela nos falou que palestras aconteciam nas praças do centro da cidade e que eram utilizados cartazes apresentando sintomas de DSTs e AIDS. Ensinava-se, ainda, sobre o uso

[45] Sigla de Venereal Disease Research Laboratory. Teste para identificação de pacientes com sífilis.

[46] O início da matéria em questão falava das dificuldades enfrentadas pelas prostitutas que não contavam com carteira assinada ou comprovante de emprego, o que lhes impedia de comprar à prestação em lojas da cidade. A legalização da atividade era defendida pela presidente provisória à época. (PROSTITUIÇÃO – CATEGORIA..., 1991. p. 12).

correto da camisinha. De acordo com a narradora, as reuniões ocorriam de 15 em 15 dias e, naquela época, "a pessoa só pegava *menino ou doença* se quisesse" (M.G.V.P., 53 anos, 2018). Além disso, grupos de prostitutas eram encaminhadas para fazer exames preventivos do câncer do colo do útero e para resolver questões jurídicas.

Um dos locais onde as palestras/reuniões ocorriam era o Passeio Público, espaço conhecido à época pela presença de prostitutas. Em 1991 aquele local passou por reformas, fazendo com que as prostitutas tivessem que procurar outro local para desenvolver suas atividades. A reinauguração do Passeio ocorreria em maio de 1992 e as prostitutas estavam temerosas quanto à possibilidade de serem proibidas de ali trabalhar.

A APROCE foi responsável por questionar às autoridades a respeito do assunto e o posicionamento da Fundação Cultural de Fortaleza foi matéria do jornal *Diário do Nordeste*, em abril de 1992. Para Cláudio Pereira, presidente daquela Fundação, a prefeitura de Fortaleza via a "prostituta como um ser humano qualquer e, principalmente, um habitante de Fortaleza, que não pode ter seus direitos restringidos" e assim sendo, a prostituta teria afiançado o seu direito de "'entrar no Passeio Público, sentar nos bancos e até mesmo namorar', garantiu". Um alerta, porém, era feito: não seriam aceitos "atos obscenos" que atentassem "contra a moral" (PROSTITUTAS..., 1992, p. 13).

No Passeio Público trabalhavam diariamente entre 70 e 100 mulheres que, com as obras, precisaram ocupar calçadas próximas. Em entrevista ao jornal, Lourdes Muniz[47] afirmou que tal situação fez com que as prostitutas ficassem expostas ao sol e chuva e também ao preconceito e à violência policial. Permitir que elas frequentassem a praça seria uma "questão social": "Para onde iriam as mulheres? Elas estão ali trabalhando e muitas sustentam os filhos, os pais e toda a família" (PROSTITUTAS..., 1992, p. 13).

Assim, a luta da APROCE era também por condições mais dignas de trabalho, ainda que o cuidado com o corpo e saúde fosse o objetivo principal da entidade, como percebemos nas entrevistas e também nas matérias de jornal. A luta contra a AIDS no projeto *Inter-aide* e na APROCE fez com que as prostitutas se tornassem pessoas de direitos e que a expressão "mulher pública" pudesse ser vista de uma forma positiva.

Seus corpos não podiam mais ser ignorados ou cercados na Cinza, Curral e Farol (ainda que muitas lá continuassem, apesar das precárias condições). Elas estavam nas praças e nas ruas do Centro, sentadas nos bancos ou fazendo palestras sobre formas de evitar doenças

[47] Na matéria em questão, Maria de Lourdes Muniz é citada como presidente da APROCE, mas tal informação não se confirma. À época, a presidente da associação era Rosarina Sampaio. Esta, inclusive, ocupou aquele cargo até seu falecimento, em março de 2013.

que durante muito tempo elas eram apontadas como "foco". Distribuíam camisinhas e tentavam convencer clientes.

Estes, como vimos, se eximiam da responsabilidade da contracepção, paternidade e também da prevenção de DSTs. Se tais questões puderam ser resolvidas nos cabarés, nas farmácias e entre amigas, com a AIDS seria necessário uma maior organização. Enquanto aqueles assuntos constituíam um problema temporário para o desenvolvimento de sua atividade, o HIV e a AIDS eram ameaça de vida. Ser multiplicadora era proteger a categoria; exigir o uso do preservativo era questão de sobrevivência.

Sem cair na armadilha da romantização, vale lembrar que estamos conscientes de que, tanto nas entrevistas que realizamos, como nas entrevistas cedidas aos jornais de grande circulação à época, as prostitutas podem faltar com a completa verdade. É preciso considerar, no entanto, que os pesquisados falam de seu passado – ou de seu presente, no caso das entrevistas cedidas aos periódicos – sem "se despir de seus juízos de valores e de suas reflexões presentes sobre as posições que ocupam agora e as consequências das repercussões sobre seus depoimentos" (MARQUES, A.M. 2009, p. 207). Isso não torna, entretanto, seu discurso "falso". Compreendemos, assim como Alessandro Porteli, que possíveis invenções e mentiras são, de seu modo, áreas onde se localiza a verdade (PORTELLI, 1997, p. 25).

Nesse sentido, essa tese buscou demonstrar que uma "pretensa" liberação sexual não abalou a atividade da prostituição – pois assimetrias nas relações entre homens e mulheres persistiram (HEILBORN, 2006, p. 48), dando continuidade a uma dupla moral e até mesmo posturas eram "proibidas" às esposas durante as relações sexuais. Além disso, é válido pensar nas diferentes vivências da liberação sexual entre as classes sociais. Como aponta Michel Bozon (2004) – que acredita ser a expressão "revolução sexual" inadequada, pois não teriam ocorrido modificações que alterassem integralmente os princípios que comandam o exercício da sexualidade – uma "aproximação entre os papéis dos homens e mulheres, favorável ao reconhecimento do desejo das mulheres" seria mais frequente entre as classes médias do que entre os grupos superiores ou populares (BOZON, 2004, p. 101).

Assim se questões como a contracepção e o aborto foram vividas pelas prostitutas e por mulheres não prostitutas de maneira similar (este último inclusive sendo entendido por uma de nossas entrevistadas como pecado e motivo de arrependimento e promessas[48]), a

[48] Estamos nos referindo à narradora M.A.M.S. (73 anos) que fez uma promessa para São Francisco na intenção de curar-se de uma ferida em seu útero causada por um aborto. Este teria sido realizado, como foi discutido, sem seu consentimento, a pedido da dona do cabaré em que ela trabalhava.

AIDS poderia prejudicar sua atividade, pois vinculava o sexo (principalmente o comercial) à morte.

Convidadas a serem multiplicadoras, as prostitutas ganhavam uma nova responsabilidade, mas também encontravam maneiras de se manter na atividade e, quem sabe, conquistar direitos como trabalhadoras. Assim, contraditoriamente, é somente com o crescimento nos números de casos de AIDS que as prostitutas se apresentaram e passaram a ser vislumbradas como sujeitas com demandas. A vinculação de seus corpos à sujeira, ao crime e à doença cede lugar a um entendimento de corpo multiplicador de saberes. Ainda que tal modificação possa ser compreendida como continuidade da ideia de "mal necessário", algo do tipo "una-se ao inimigo que não pode vencer", ao que parece o que viria após o chamamento para o projeto *Inter-aide* não estava programado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> ESTOCOLMO – O uso de pílulas anticoncepcionais parece ser um fator que aumenta o risco de a mulher contrair Aids, segundo trabalhos científicos apresentados no IV Congresso Internacional sobre a enfermidade, que se encerrou ontem em Estocolmo. Os anticoncepcionais orais favorecem a penetração do vírus HIV, da Aids, na corrente sanguínea, assinalou o Dr. King Holmes, do Centro Médico Harboview, em Seattle, Estado de Washington, falando aos 7000 participantes do congresso. Citando *estudos realizados com prostitutas africanas*, destacou, porém, que os especialistas ainda não sabem exatamente como e por que isso ocorre (PÍLULA... 1988, p. 14).

Esta tese teve como objetivo discutir as percepções/representações acerca das prostitutas, bem como suas práticas, entre os anos 1970-1990. Período de transição política, de liberação sexual, de maior difusão de métodos contraceptivos medicalizados, de "recrudescimento das DSTs", de organização dos movimentos de minoria, de difusão da AIDS. De que maneira todas essas questões teriam afetado as prostitutas?

O trecho que inicia a conclusão deste trabalho foi extraído de uma matéria veiculada pelo jornal O Globo, em junho de 1988. A matéria intitula-se "Pílula pode aumentar risco de contrair Aids" e a selecionamos porque ela condensa o assunto e recorte temporal aqui discutido. O texto jornalístico nos permite vislumbrar a movimentação da comunidade científica na busca da cura para a AIDS, mas também expõe que sujeitas seriam um dos foco da doença – as prostitutas – assim como práticas que aumentariam as chances de contágio: a utilização de anticoncepcionais orais.

Curiosamente, o título da matéria foi o assunto de apenas um parágrafo da mesma (o fragmento que citamos anteriormente), já que o restante da reportagem versava sobre os experimentos realizados em prol da criação de uma vacina que combatesse aquela doença. A matéria ocupava a parte superior da página do periódico e as letras que formavam o seu título eram em tamanho maior do que as de outras matérias, de modo a capturar a atenção dos leitores.

Na pesquisa empreendida neste trabalho foi comum encontrar matérias jornalísticas semelhantes a esta que agora expomos, nas quais se estabelecia uma ligação entre o corpo das prostitutas e a doença, assim como o elo entre elas e a violência e a marginalidade. Ao mesmo tempo, em um momento de liberação de costumes, dizia-se que a prostituição estaria com os dias contados – e a *Cinza* algumas vezes teve o seu fim equivocadamente decretado –, pois aquelas mulheres teriam encontrado concorrentes poderosas: mulheres que usavam pílulas e frequentavam motéis: uma garotada "liberada", como dizia uma das matérias que analisamos.

Entretanto, buscamos mostrar como esse discurso não coincidiu com as experiências das prostitutas, cuja ocupação existe até hoje. Identificamos nos jornais a presença de uma "ideologia sexual" – para citarmos Gayle Rubin (2017) – que tinha o propósito de conter comportamentos mais liberais. Que efeitos teria esse discurso? Dizer que a prostituição não é mais necessária não acarretaria indicar uma liberação sexual que abrangeria todas as mulheres? A exposição, ao lado da programação semanal de cinema, de que os casais de Fortaleza estavam aderindo à prática da "troca de casais" poderia ser compreendida como uma simples notícia ou buscaria um controle da sexualidade (ou pelo menos uma maior discrição)?

Assim como a ideia de liberação sexual irrestrita deve ser problematizada, as representações sobre as prostitutas também devem. Em nossas entrevistas encontramos mulheres que fogem à vitimização. Apesar de relatarem as dificuldades vividas, mostram-se como vitoriosas e fortes, pois enfatizam que a prostituição nada tem de "vida fácil". Orgulham-se por terem criado seus filhos, muitas vezes sozinhas. A maternidade é por elas enaltecida e a prostituição tratada como profissão na medida em que permitiu que elas criassem seus filhos. Aliás, é por causa destes que a maior parte das narradoras disse ter "entrado" na prostituição.

Ao contrário do que apontam algumas matérias de jornais (ou mesmo a entrevistada de Rose Muraro que previa a presença da "mulher da pílula" em todas as esquinas), não há uma relação óbvia entre os anticoncepcionais e as mulheres que ofertavam serviços sexuais. Para as prostitutas pobres, como as sujeitas desta pesquisa, os métodos contraceptivos e as informações sobre eles nem sempre foram acessíveis. A BEMFAM, que em um momento de omissão do Estado brasileiro quanto ao planejamento familiar, focava seus serviços de distribuição de pílulas e inserção de DIUs em mulheres de classes pobres, ignorou as prostitutas. Buscando manter-se sob a proteção do governo militar, ofender a moral e os bons costumes não era uma boa ideia. Além disso, a continuidade da ideia da prostituta doente e infértil não deve era de todo descartada.

Em nossas entrevistas percebemos que o uso da contracepção, assim como o aborto, foi vivenciada pelas prostitutas com conflitos e, arriscamos dizer, de modo similar às mulheres que não tinham aquela ocupação. Assim como Cláudia Fonseca (2004), em escritos que foram fundamentais para a escrita desta tese, é possível que em alguns momentos tenhamos enfatizado "a normalidade, para não dizer a moralidade, das prostitutas (FONSECA, 2004, p. 276-277). Contudo, em nossa defesa diremos, assim como aquela autora, que as narradoras colaboraram nisso. Uma de nossas narradoras disse não ter usado pílulas anticoncepcionais porque sempre

gostou de ter seus filhos; outras assumiram que começaram a se prostituir para ter meios de garantir o sustento de suas crianças. A maternidade entre elas seguia enaltecida, e "mãe é mãe"[1] é uma das frases que parece dispensar maiores explicações e condensa essa exaltação.

Duas das entrevistadas que utilizaram pílulas relataram que sofreram com os efeitos colaterais do método, já que seus corpos, significados pela cultura, não se adaptariam mais facilmente aos hormônios sintéticos do que os corpos de mulheres que exerciam outras atividades. A solução encontrada foi a troca de pílula – o que nem sempre resolvia o problema – e a laqueadura de trompas, paga com o dinheiro ganho na prostituição.

Com opções escassas, o aborto não era descartado, ainda que no discurso contemporâneo das entrevistadas ele surja em relatos acompanhado de arrependimento. As que não mostraram remorso foram lacônicas ao tratar do assunto. Uma delas, inclusive, parece ter se arrependido de ter nos contado, visto que alterou seu relato a cada vez que o assunto vinha à tona.[2] A moralidade, entre elas, não estaria apenas no que se refere à maternidade, vivida com amor e dedicação. Ela está também no íntimo dos quartos, na recusa de algumas modalidades sexuais. Tal renúncia poderia inclusive colocá-las do lado "normal" de uma ideologia sexual que separa a sexualidade em boa/normal e má/anormal, não fosse o fato delas praticarem o sexo comercial e até mesmo partirem para a violência quando esse contrato é quebrado.

Com o surgimento da AIDS, o prazer (na maior parte dos casos, do cliente) virou risco de vida. Não era mais possível curar-se das DSTs com os *tetrex* vendidos (ilegalmente) nas ruas ou com as injeções receitadas pelo Dr. Almeida. As narradoras apontam a redução na procura por seus serviços, ainda que de forma momentânea e ligada à morte de ícones da música. Mais uma vez as prostitutas seriam um "mal necessário". Era preciso a sua presença nos programas de conscientização: representatividade importava e elas teriam uma missão: convencer o cliente a usar o preservativo. "A mulher pública" foi positivada.

A BEMFAM e a *Inter-aide* as reconheceram. O Estado, apesar de campanhas que diziam o contrário, entendia a importância daquelas mulheres para aquela situação histórica. Naquele momento, seriam sujeitas ou objetos? Como já mencionamos, o resultado parece não ter sido o esperado: para o caso do Ceará, surgia a necessidade de uma associação, já que não apenas a AIDS a incomodavam. A violência, o preconceito e o direito à cidade também eram

[1] A frase foi dita pela narradora R.M.S. (63 anos) ao referir-se ao cuidado e atenção que dedica ao seu filho mais velho e as críticas que recebe por tal apoio.

[2] Como já mencionado, estamos nos referindo à J.M.L. (59 anos), que em uma ocasião disse ter provocado três abortos e em outra disse que todos os abortos que teve foram espontâneos. Falando sobre o assunto em outro momento, disse ter provocado apenas um, com o uso do *Cytotec*.

questões importantes e não eram problemas recentes. Por outro lado, a contracepção e o aborto não tiveram força nesse movimento. Continuariam a ser assuntos "pessoais" e esse pessoal não seria político para elas (ainda que representassem pontos importantes para o bom desenvolvimento do seu trabalho).

Compreendendo que as entrevistas foram fontes fundamentais para esta pesquisa, temos, ao final deste trabalho, uma questão ética: de que forma poderíamos retribuir aquelas mulheres por aceitarem dialogar conosco? De que maneira poderíamos agradecê-las por terem despendido parte de seu tempo para participar desta pesquisa? Concordamos, neste ponto, com Alessandro Portelli (1997): a maior retribuição não seria a doação de livros, gravações ou de transcrições das entrevistas com saberes que elas já detém. O "verdadeiro serviço" é fazer com que suas vozes sejam ouvidas ou, como diz o autor, "levá-las para fora", para que cheguem a outras pessoas e comunidades (PORTELLI, 1997, p. 31). Este trabalho é finalizado com o desejo de que as sujeitas/os marginalizadas/os e dos quais muito se fala, mas pouco se ouve tenham cada vez mais espaço e voz. Que seus corpos não sejam mais vistos apenas como corpos de "batalha", mas como corpos de luta.

LISTA DE FONTES
JORNAIS
Jornal *O Povo*

A PROSTITUTA (Final). **O Povo**, Fortaleza, 11 mar. 1982, Caderno 2, p. 21.

BEMFAM: casal decide o número de filhos. **O Povo**, Fortaleza, p. 7, 10 out. 1985.

CARDEAL diz que prostituição e aborto estão no debate. **O Povo**, Fortaleza, p. 14, 19 jun. 1977.

CASOS de sífilis já são 623 este ano: mal apresenta índices elevados, mas ocorrências diminuem entre prostitutas de Fortaleza. **O Povo**, Fortaleza, 23 ago. 1992, Caderno Cidades/Serviços, p. 23.

CINZA: chega ao fim um reduto de prostituição. **O Povo**, Fortaleza, p. 6, 19 de nov. de 1973.

CINZA: no centro, um quadro deprimente da prostituição. **O Povo**, Fortaleza, p. 10, 26 jul. 1980.

CYSNE, Wânia. "Não é fácil mudar de nome, usar peruca, não ser a gente mesma em troca de nada". **O Povo**, Fortaleza. 18 de outubro de 1975, Caderno 02, seção "Mulher", p. 7.

CYSNE, Wânia. Farol, zona localizada. **O Povo**, Fortaleza, 9 de março de 1982, Caderno 2, p. 19.

CORDI, Cassiano. Pornografia: prostituição da nossa sociedade. **O Povo**. Fortaleza, p. 3, 18 nov. 1978.

CNBB adverte: motéis são locais de prostituição. **O Povo**, Fortaleza, p. 9, 06 nov. 1979.

CURRAL-FAROL: rota triste da prostituição. **O Povo**, Fortaleza, p. 1, 24 de julho de 1973.

DO TETREX à AIDS. **O Povo**, Fortaleza, 12 mai. 1991, Caderno Opinião, p. 7.

ENTIDADES apóiam prostitutas. **O Povo**, Fortaleza, 24 abr. 1991, Caderno Cidade, seção Feminismo. p. 8.

ESTÁ faltando mulher nos cabarés do Farol. **O Povo**, Fortaleza, p. 12, 07 out. 1984.

FAHEINA, Rita Célia. Programa orienta prostitutas. **O Povo**, Fortaleza, 16 mar. 1990. Caderno Cidades, p. 18.

FAROL: Lazer das crianças "é a areia e a fome". **O Povo**, p. 7, Fortaleza, 04 de março de 1983.

LIMA, Francisco Pereira. Prostituição em Quixadá. **O Povo**, Fortaleza, 12 de fevereiro de 1979, seção Cartas do povo, p. 12.

MAGALHÃES, Graça. Prostituição: forma de vida, forma de morte. **O Povo**, Fortaleza, p. 4, 22 maio 1976.

MÉTODOS anticoncepcionais. **O Povo**, Fortaleza, p. 7, 10 de outubro de 1985.

NA ANTIGA "Cinzas", o rastro da miséria. **O Povo**, Fortaleza, 26 abr. 1983, p. 09.

NOGUEIRA, Carvalho. Farol do Mucuripe: mais de mil crianças numa zona de prostituição. **O Povo**. Fortaleza, p. 5, 30 mar. 1976.

NOVO mínimo é de Cr$ 213,60. **O Povo**, Fortaleza, p. 5, 30 de abril de 1973.

O PADRE e a prostituta. **O Povo**, Fortaleza, p. 18, 19 abr. 1966.

PERMISSÃO para aborto no Brasil pode ser ampliada. **O Povo**, Fortaleza, 05 jul. 1992. Caderno Cidades, p. 25.

PF DESCOBRE desvio da BEMFAM. **O Povo**. Fortaleza, p.12, 16 abr. 1985

PROBLEMAS da Prostituição no Arcebispado. **O Povo**. Fortaleza, 28 abr. 1966. Seção Notas Religiosas, p.11.

PROJETO já atingiu 1500 mulheres e homossexuais. **O Povo**, Fortaleza, 18 mar. 1990, Caderno Cidades, p. 9.

PROLIFERAÇÃO, em Fortaleza, de antros secretos de prostituição. Fortaleza. **O Povo**, Fortaleza, p. 8, 25 jul. 1963.

PROSTITUIÇÃO apenas mudou de ambiente. **O Povo**, Fortaleza, p. 12, 18 de fevereiro de 1974.

PROSTITUIÇÃO (Cartas do leitor) **O Povo**, Fortaleza, 09 de abr 1991. Caderno Opinião, p. 6.

PROSTITUIÇÃO – Categoria reivindica direitos. **O Povo**. Fortaleza, 21 mar. 1991, Caderno Cidades, p. 12.

PROSTITUIÇÃO e outros temas vão o debate. **O Povo**, Fortaleza, 22 maio 1982. Caderno VI MMM, p. 13.

PROSTITUIÇÃO: um meio de sobrevivência no Farol. **O Povo**, Fortaleza, p. 10, 23 set. 1979.

PROSTITUIÇÃO será tema de palestra. **O Povo**, Fortaleza, p. 7, 12 set. 1982.

PROSTITUTAS pedem novamente acesso ao passeio público. **O Povo**. Fortaleza, p. 7, 09 abr. 1991.

REMÉDIO gratuito era vendido em farmácias. **O Povo**. Fortaleza, p. 12, 16 abr. 1986.

SAÚDE distribuirá camisinhas nas praias. **O Povo**, Fortaleza, p. 9, 31 jan. 1989.

SEMANA contra a AIDS obtém resultado esperado pela saúde. **O Povo**, Fortaleza, p. 9, 04 dez. 1989.

SEU CORPO está preparado para o verão? **O Povo**, Fortaleza, p. 26, 04 fev. 1980. p. 26.

SEXO sem camisinha custa o dobro. **O Povo**. Fortaleza, 11 nov. 1992, caderno Cidades, p. 13.

SOARES, Paulo Henrique. Mucuripe – prostituição, favelas, sujeira e poluição. **O Povo**, Fortaleza, p. 24, 16 ago.1979.

SOUZA, Maria Nezira Menezes de. A prostituta. **O Povo**, Fortaleza, 28 nov. 1976. Página dos estudantes, p. 42.

TÚLIO, Demitri. O enfermeiro Almeida. **O Povo** (**on-line**), Fortaleza, 05 set. 2003. (Coluna das Antigas). Disponível em: https://www20.opovo.com.br/app/colunas/dasantigas/2003/09/05/noticiasdasantigas,294157/o-enfermeiro-almeida.shtml Acesso em 04 de setembro de 2017.

VIANA, Antônio José. Farol, a arca de Noé da prostituição. **O Povo**, Fortaleza, 26 de agosto de 1974, Reportagem de Bolso, p. 12.

VIANA, Antônio José. Prostituição: chaga social não cicatrizada. **O Povo**, Fortaleza. p. 5, 30 dez. 1974.

ZONA de prostituição formada na Aquidaban. **O Povo**, Fortaleza, p. 8, 19 setembro, 1973.

Jornal *Diário do Nordeste*

A CEARENSE de olho na Constituinte. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, p. 17, 03 mar. 1986.

A ESCALADA da pornografia no Ceará. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, p. 11, 30 maio 1984.

A SUPREMACIA do filme pornô. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 24 jun. 1986. Variedades, p. 24.

BOUTALA recomenda a rejeição à doação de sangue de bissexuais. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, p. 4, 9 set. 1985.

BRASÍLIA – a prostituição na corte. Diário do Nordeste, Fortaleza, p. [?] 1º jul. 1986.

CAMPOS, Eduardo. A nova moral. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, p. 3, 10 de janeiro de 1986.

CHAIB, Salomão. Sexo precoce, um perigo para o adolescente. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, p. 2, 21 mar. 1982.

COM 1 MILHÃO e 300 mil pessoas, Fortaleza tem apenas 7 creches. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, p. 7, 16 jan. 1982.

COSTA, José Matias. Antibióticos. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 17 jan. 1986, seção Cartas, p. 3.

'FÁBRICA de abortos' é fechada em Parangaba. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 9 mar 1982, p. 8.

FAMÍLIAS vivem na favela do lixo sem a mínima condição. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 09 jan. 1982, Caderno cidade, p. 8.

GIRÃO, Lígia. Aborto: o choque da lei e da realidade. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, p. 28, 15 mar. 1982.

GURGEL, Abílio. São 333 mil por mês – Brasil pratica quatro milhões de abortos por ano. **Diário do Nordeste.** Fortaleza, 25 nov. 1990, Grande Fortaleza, p. 28

JOVEM prostituta assassinada por não aceitar um cliente. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, p. 8, 22 jan. 1986.

LABORATÓRIO Holandês faz análise: preservativos nacionais têm qualidade duvidosa. **Diário do Nordeste,** Fortaleza, 14 fev. 1992. Caderno Cidade, p. 15.
LIBERDADE sexual, principal causa da infertilidade na mulher hoje. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, p. 14, 29 out. 1985.

LIMA, Margareth. Empregada doméstica – as dificuldades de uma profissão. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 26 de março de 1982. Seção Mulher, p. 21.

MATOU a mulher que o rejeitou. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, p. 12, 11 abr. 1986.

MÉDICO afirma que a falta de saúde é questão política. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 16 jan. 1982. Caderno Cidade, p. 10.

MENOR violentada está grávida e os seis tarados em liberdade. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 17 nov. 1990. Polícia, p. 16

NETO, Serpa. "Dr. Raiz": um remédio para as mais variadas doenças. **Diário do Nordeste.** Fortaleza, 09 nov. 1990. Caderno Bairros, p. 14.

PASSOS, Hélio. Moral, Imoral e Amoral. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 22 de março de 1982, Seção Opinião, p. 2

POSTOS que expedem carteiras de saúde sem infra-estrutura. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, p.10, 09 jan. 1982.

PROSTITUTAS poderão frequentar o passeio. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 23 abr. 1992, Caderno Cidade, p. 13.

RECEITA. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 09 dez. 1985, Coluna É..., p. 5

REUNIÃO analisa problemas das prostitutas e homossexuais. **Diário do Nordeste,** Fortaleza, p. 12, 20 nov. 1990.

SANTOS, Luciano. O foco das doenças sexualmente transmissíveis. **Diário do Nordeste**. Fortaleza. p. 21, 02 jun. 1986.

SAÚDE confirma casos de AIDS em Fortaleza. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 15 jul. 1986. p. 4.

S. F. Zenardo L. As virgens. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 12 fev. 1986, Sexus, p. 7.

S. F. Zenardo L. Damas da Noite. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 de outubro de 1985, Coluna SEXUS, p. 13.

TROCA-TROCA. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 12 jun. 1986, Coluna Regina Mashall, p. 18.

VERDES Mares lança o DN e faz a festa. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, p. 1, 20 dez. 1981.

Jornal O Globo

A QUESTÃO da camisinha. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 jul. 1987. Segundo Caderno, p. 5

BORGES e Quércia lançam campanhas contra Aids. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 fev. 1988. Matutina, O País Ciência e Vida, p. 6.

DOENÇA Venérea. **O Globo,** Rio de Janeiro, 12 dez. 1976. Caderno Jornal da Família – Seção Qual é o seu problema, p. 11.

DOENÇAS sexuais atingem 8 milhões no Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 dez. 1986. Seção O país, p. 15.

DOENÇAS venéreas: quatro mil casos diários só em S. Paulo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 mai. 1978. Matutina Rio, p. 19.

MINISTÉRIO fará pesquisa sobre doenças venéreas. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 6, 09 de abr. 1982.

O Globo, Rio de Janeiro, 16 out. 1989. Jornal de Bairros, Matutina, p. 38.

PÍLULA pode aumentar risco de contrair Aids. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1988. Seção O Mundo/Ciência e Vida, p. 14

PROSTITUTAS ajudarão campanha anti-Aids. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 jan. 1988. Matutina, O País, p. 6.

PROSTITUTAS de Paris fazem passeata e greve. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 jun. 1975. O Mundo, p. 19.

PUBLICAÇÕES DA BEMFAM
Boletim da BEMFAM

1975: Ano Internacional da Mulher. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, Ano IX, n. 89, p. 3, jan/ fev/ mar 1975.

A BEMFAM e o planejamento familiar. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, ano V, n. 10, p. 2, out. 1971.

A IMPRENSA Publicou. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, n. 97, jul/dez, 1978, p. 12.

A SOCIEDADE Civil Bem-Estar Familiar no Brasil. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 4, jun. 1972.

AS MOTIVAÇÕES da anticoncepção. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, p. 3, set. 1971.

ATENÇÃO primária de saúde. OPAS reafirma direito ao Planejamento Familiar. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, Ano XIX, n. 132, p. 16, jan/fev 1985.

Boletim da BEMFAM. Rio de Janeiro, ano V, n. 09, set. 1971, p. 08.

CAMPOS, Sérgio. Menor: um desafio que exige planejamento familiar. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, Ano X, n. 93, p. 6, out/nov/dez 1976.

COSTA, Ney F. P; FONTES, Roberto Dias; PETTI, Vânia Lúcia Bastos. (org.). **Protocolo de atenção às doenças sexualmente transmissíveis**. Rio de Janeiro: BEMFAM-DEMEC, 1997.

EMANCIPAÇÃO da mulher só com Planejamento Familiar. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, Ano IX, n. 89, p. 8, jan/fev/mar. 1975.

GEISEL une o Brasil ao Ano da Mulher. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, Ano IX, n. 89, p. 1, jan/fev/mar 1975.

MEDICINA Preventiva: Gravidez na adolescência. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, n. 98, p. 13, jan/mar 1979.
MULHER. In: **Boletim da BEMFAM**. Ano XI, Nº 94, Jan/Jun 1977. p. 3.

NOVAS clínicas da BEMFAM. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, Ano V, v. 2, fev. 1971, Notícias breves, p. 2.

O ABORTO no mundo. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, n. 98, p. 9, jan/fev/mar 1979.

PAIVA, Glycon de. O Presidente e o excesso populacional. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 95, p. 4-5, jul/dez, 1976.

PESQUISA mostra que 47% das mulheres planejam família. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, n. 98, jan/mar 1979. Fatual, p. 15.
PLANEJAMENTO Familiar contribui para diagnóstico do câncer. **Boletim da BEMFAM**. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 5, p. 3, maio 1970.

PLANEJAMENTO Familiar e Promoção Social. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 80, p. 20, out/nov/dez. 1973.

PLANEJAMENTO Familiar: conceito e origem. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 4, jun. 1972.

PONTO de vista. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, n. 101, p. 3, out-dez 1979.

Propaganda do Anacyclin. **Boletim da BEMFAM**. Ano IX, nº89, Jan/Fev/Mar 1975, p. 20.

RODRIGUES, Walter. **Painel sobre Planejamento Familiar – Planejamento Familiar: um direito de todos, um dever de cada um.** (Conferência pronunciada no Ciclo de extensão da escola Superior de Guerra) 5 jun. 1978.

RODRIGUES, Walter. Planejamento familiar e saúde pública. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 80, p. 2-3, out/nov/dez 1973.

SCHIAVO, Márcio Luiz. Ponto de vista. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, Ano XIX, n. 135, ago/out. 1985.

SEIS mil abortos por ano em Fortaleza. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, ano V, n. 11, p. 6, nov. 1971.

SERVIÇO social – Correio do Leitor. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, n. 98, p. 4, Jan/Mar 1979.

SEXO na adolescência. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, n. 101, p. 12, out – dez. 1979.

SIQUEIRA, Liborni. [Entrevista cedida ao] Jornal **O Fluminense**. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, n. 96, jan/jul 1978. Seção A imprensa publicou, p. 10.

Revista *População & Desenvolvimento*

A "DIFÍCIL vida fácil" em Maceió. Pesquisa realizada em Alagoas revela as péssimas condições em que vivem as prostitutas. **População & Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, Ano XX, n. 137, jan/fev. 1986. p. 34-35.
O SEXO, sem açúcar, sem afeto, sem amor. O drama das 200 prostitutas que querem sair do inferno. **População & Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, Ano XXI, n. 144, p. 21- set/out de 1987. p. 21-22.
SCHIAVO, Márcio Ruiz. Sexualidade, machismo e planejamento familiar. **População & Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, Ano XXII, n. 146, p. 26, jan/fev.1988.

Guias

BEMFAM**. Falando de AIDS**: um guia para o trabalho comunitário. BEMFAM: Rio de Janeiro, 1989.

BEMFAM. **Saber ouvir, saber falar**: um modelo de campanha informativa sobre a difusão da AIDS e a prevenção da doença. BEMFAM, Rio de Janeiro: 1992.

Anais Brasileiros de Dermatologia

LOWY, Gabriela; *et al*. Sífilis congênita precoce. **Anais brasileiro de dermatologia**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, 1977.

Propaganda de *Benzetacil* (laboratório Fontoura-Wyeth S.A). **Anais Brasileiro de Dermatologia**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, jan/mar 1970. p. s/n

RUTOWITSCH, Marcio Santos. Sífilis maligna precoce. **Anais Brasileiro de Dermatologia**, Rio de Janeiro, Vol. 55, n. 3, 1980.

Jornal Brasileiro de Ginecologia

Propaganda do anticoncepcional *Neovla*r. **Jornal Brasileiro de Ginecologia**, v. 72, n. 1, jul. 1971.

Brasil mulher

Brasil Mulher, Ano 1, Nº 0, out 1975.

Brasil Mulher. Ano 4, Nº 15, abril de 1979.

Revista Seleções

BUCK, Pearl S. A pílula e a jovem solteira. **Seleções do Reader's Digest.** p. 51-54, jun. 1968.

LEIS, DECRETOS, NORMAS E OUTROS DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. (2016). **Resolução nº 510/2016**. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2016. Disponível em http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf. Acesso em 05 de agosto de 2018.

BRASIL. **Decreto Lei Nº 3.688 de 3 de outubro de 1941.** Decreta: Lei das contravenções penais. Rio de Janeiro, Casa Civil – Sub-chefia para assuntos jurídicos, 1941. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3688.htm#art50. Acesso em 15 jul. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Rio de Janeiro: Casa Civil – Sub-chefia para assuntos jurídicos, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm . Acesso em 13 jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009**."Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores". Brasília: Casa Civil – Sub-chefia para assuntos jurídicos, 2009. **Disponível** em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm**.** Acesso em 05 dez. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Controle das doenças sexualmente transmissíveis.** Brasília: Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde. Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária, 1985.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia para o controle das doenças sexualmente transmissíveis.** Brasília: Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde. Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária, 1984.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE**. Profissionais do sexo: documento referencial para ações de prevenção das DSTs e da AIDS.** Brasília: DF, 2002.

IBGE. **Anticoncepção: 1986**. (Volume 2). Rio de Janeiro: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE, 1991

Entrevistas:

E.M.P., 55 anos. [Entrevista cedida a] Valderiza almeida Menezes. Fortaleza, agosto de 2018, acervo da autora.

J.M.L., 59 anos. [Entrevista cedida a] Valderiza almeida Menezes. Fortaleza, maio de 2018, acervo da autora.

J.M.L., 59 anos. [Entrevista cedida a] Valderiza almeida Menezes. Fortaleza, setembro de 2018, acervo da autora.

M.A.M.S., 73 anos. [Entrevista cedida a] Valderiza almeida Menezes. Fortaleza, fevereiro de 2018, acervo da autora.

M.E.L.S., 63 anos. [Entrevista cedida a] Valderiza almeida Menezes. Fortaleza, julho de 2018, acervo da autora.

M.G.V.P., 53 anos. [Entrevista cedida a] Valderiza almeida Menezes. Fortaleza, julho de 2018, acervo da autora.

R.M.S., 63 anos. [Entrevista cedida a] Valderiza almeida Menezes. Fortaleza, junho de 2018, acervo da autora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. **Militância Feminina: Contradições e Particularidades (1964-1974)**. 2002, 146f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2002.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. rev. e. atual. Rio de janeiro: Editora FGV, 2004.

Alexander Fleming e a descoberta da penicilina. **Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 5, out. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-24442009000500001. Acesso em 22 set. 2017.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1991 (Primeiros Passos).

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (org.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANJOS JÚNIOR, Carlos Silveira Versiani dos. **A serpente domada**: um estudo sobre a prostituta debaixo meretrício. Fortaleza: UFC, 1983.

AQUINO, Priscilla de Souza; XIMENES, Lorena Barbosa; PINHEIRO, Ana Karina Bezerra. Políticas públicas de saúde voltadas à atenção à prostituta: breve resgate histórico. **Enfermagem em foco**. v. 1, n. 1, p. 18-22, 2010.

ARAÚJO, Paulo César de. **Eu não sou cachorro não** – música popular e cafona e ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ATHAÍDE, Maria Cristina de Oliveira. **Corpo, sexualidade e prazer: um olhar historiográfico sobre periódicos feministas do Brasil e Argentina (1974-1985).** 2010, 197f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BACELAR, Jeferson Afonso. **A família da prostituta**. São Paulo: Ática; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

BANKOLE, Akinrinola; SINGH, Susheela; HASS, Taylor. Características de mulheres que obtêm aborto induzido: uma revisão a nível mundial. **Perspectivas Internacionais de Planejamento Familiar**. 2001 (número especial) Disponível em: https://www.guttmacher.org/sites/default/files/pdfs/pubs/journals/2701001p.pdf. Acesso em: 18 ago. 2019.

BARBOSA, Regina Maria. **Mulher e Contracepção: entre o técnico e o político.** 1989, 233f. Dissertação (Mestrado em Medicina Social) – Centro Biomédico, Instituto de Medicina Social. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

BARBOSA, Regina Maria; ARILHA, Margareth. A experiência brasileira com o *cytotec*. **Estudos Feministas**, Ano 1, n. 2, p. 408-417, 2º semestre de 1993.

BARRETO, Letícia Cardoso. **Prostituição, gênero e trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

BARRETO, Letícia Cardoso. **Somos sujeitas políticas de nossa própria história**: **Prostituição e Feminismos em Belo Horizonte.** 2015, 261f. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2015.

BARRETO, Sonní Lemos. In: BALBINO, Bruno; ESTEVAM, Saul. (org.). **História do Rio Grande do Norte**. Natal, RN: EDUFRN, 2014. p. 61-79.

BARROSO, Carmen. **A saúde da mulher**. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição feminina, 1985.

BARROSO, Carmen. Esterilização feminina: liberdade e opressão. **Revista Saúde Pública**, v. 18, n. 2, p. 170-180, São Paulo, 1984.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. (org.). **Usos e abusos da História Oral.** Apresentação. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 219-229.

BEDONE, Dalva Maria Bertoni. *et. al*. Prostituição e saúde. In: PINOTTI, José Aristodemo; FAUNDES, Aníbal. (org.). **A mulher e seu direito à saúde**: por uma política de saúde no Brasil. São Paulo: Editora Manole, 1988, p. 155-169.

BERQUÓ, Elza. Brasil, um caso exemplar – anticoncepção e partos cirúrgicos – à espera de uma ação exemplar. **Estudos Feministas,** n. 2, p. 366-381, 2º semestre, 1993.

BERQUÓ, Elza; SOUZA, Marta Rovery. Homens adultos: conhecimento e uso do condom. In: LOYOLA, Maria Andréa. (org.). **Aids e Sexualidade**: o ponto de vista das ciências humanas. Rio de janeiro: Relume-Dumará: UERJ, 1994. p. 161-182.

BINDMAN, Julia. Trabajadores/as del sexo, condiciones laborales y derechos humanos: problemas "típicos" y protección "atípicas". In: OSBORNE, Raquel. (ed). **Trabajadores Del Sexo**: derechos, migraciones y tráfico em el siglo XXI. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004. p. 99-111.

BIROLI, Flávia. Autonomia, dominação e opressão. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 109-122

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORGES, Joana Vieira. Leitoras e leituras feministas no Brasil, Argentina e Uruguai (1960-1985). **História Oral**: Revista da Associação Brasileira de História Oral, Rio de Janeiro, v.12, n. 1-2, p. 35-57, 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, nº 26, p.329-365, jan-jul. 2006.

BRUSCHINI, Cristina. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1992, p. 289-309.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Caro Colega: Exclusão Linguística e Invisibilidade. **Discurso & Sociedade,** v. 1, n. 2, p. 230-246, 2007.

CARDOZO, Fernanda. **Das dimensões da coragem: socialidades, conflitos e moralidades entre travestis em uma cidade no sul do Brasil.** 2009. 217f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CARMO, Paulo Sérgio. **Culturas da rebeldia**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

CARRARA, Sérgio. A Aids e a história das doenças venéreas no Brasil. (Do final do século XIX até os anos 20). In: LOYOLA, Maria Andréa. (org.). **Aids e sexualidade** – O ponto de vista das Ciências Humanas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UERJ, 1994.p. 73-108.

CARVALHO, Waldemar Diniz Pereira de. **Planejamento Familiar e Contracepção**. São Paulo: Livraria Roca LTDA, 1986.

CHARBONNEAU, Paul-Eugène. **AIDS, prevenção, escola**. São Paulo: Paulinas, 1987.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHAVES JÚNIOR, Eurípedes. **Nomes e expressões vulgares da medicina no Ceará**. Fortaleza: Edições Centro Médico Cearense, 1985.

CONTRERA, Wildney Feres. **GAPAS**: uma resposta comunitária à epidemia da AIDS no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, 2000.

CORRAL, Thaís. Controle de população no Brasil: o fracasso de um "sucesso". In: SCAVONE, Lucila (org.). **Tecnologias reprodutivas:** gênero e ciência. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996, p. 99-111.

COSTA, Ney Francisco Pinto. (org.). **BEMFAM**: 40 anos de história e movimento no contexto da saúde sexual e reprodutiva. Rio de Janeiro: BEMFAM, 2005.

CRENSHAW, Kimberle. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero.* Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf. Acesso em 16 ago. 2017.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas,** Ano 10**,** n. 1, p. 171-189, 2002.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

DEF – Dicionário de Especialidades Farmacêuticas. Editora de Publicações Médicas. 1978/1979.

DENARDI. Adriano Francisco. As casas de Luz Vermelha: canções e representações das prostitutas através de letras de músicas. In: FÁVERI. Marlene de; SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria. (org.). **Prostituição em áreas urbanas**. Florianópolis: Editora UDESC, 2010, p. 279-299.

DINIZ, Debora; MADEIRO, Alberto. Cytotec e aborto: a polícia, os vendedores e as mulheres. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 7, p. 1795-1804, jul. 2011.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero**: o movimento feminino pela anistia no Ceará (1976-1979). 2009. 231f. Tese. (Doutorado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

DUARTE, Ana Rita Fonteles; LUCAS, Meize Regina de Lucena. (org.). **As Mobilizações de Gênero pela Ditadura Militar Brasileira (1964-1985).** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2014.

DUCLERT, Vincent. Archives orales e recherche comtemporaine – une histoire en cours. **Sociétés & Représentations**, n. 13, p. 69-86, 2002. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-societes-et-representations-2002-1-page-69.htm#. Acesso em 12 maio 2017.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores** – Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

FÁVERI. Marlene de; SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria. (org.). **Prostituição em áreas urbanas**. Florianópolis: Editora UDESC, 2010.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: a tomada de poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FICO, Carlos. Prezada Censura: cartas ao regime militar. **Topoi** (online), Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-286, dez. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n5/2237-101X-topoi-3-05-00251.pdf. Acesso em 15 fev. 2016.

FIGUEIRA, Sérvulo A. O "moderno" e o "arcaico" na nova família brasileira: Notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: FIGUEIRA, Sérvulo A. (org.). **Uma nova família?** O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987, p. 11-30.

FIORUCCI, Rodolfo. História oral, memória, história. **Revista História em reflexão**, Dourados, v. 4, n. 8, jul/dez 2010.

FONSECA SOBRINHO, Délcio da. **Estado e população:** uma história do planejamento familiar no Brasil**.** Rio de Janeiro: Rosa dos tempos: FNUAP, 1993.

FONSECA, Cláudia. A dupla carreira da mulher prostituta. **Estudos Feministas**, ano 4, n. 1, p. 7-33, 1996.

FONSECA, Cláudia. A morte de um gigolô: fronteiras da transgressão e sexualidade nos dias atuais. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. (org.). **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 276-277.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 243-276.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 15. ed. Tradução Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Michel Foucault: Ética, Sexualidade, Política**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos & Escritos).

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de Programa** – Prostituição em Copacabana e Identidade Social. Rio de janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda. 1988.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. Tradução de Álvaro Cabral. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOFFMAN, Erving**. Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GÓIS, Juliana Morais de. **Corpo, autonomia e associativismo**: a participação das prostitutas da guaicurus. 2017, 144f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

GOLDANI. Ana Maria. Demografia e feminismos: os desafios da incorporação de uma perspectiva de gênero. In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas** – desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record. Rosa dos Tempos. 1997, p. 67-83.

GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*. In: GOMES, Angela de Castro. (org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 7-24.

GRILO, Simone; SOUZA, Cecília de Mello e; PORTELLA, Ana Paula. "Nunca como nossas mães!" Brasil – escolhas reprodutivas e a emergência da cidadania entre trabalhadoras rurais, trabalhadoras domésticas e donas de casa. In: PETCHESKY. Rosalind P.; JUDD, Karen. **Negociando Direitos Reprodutivos**. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a democracia, 2005, p. 53-92

GROSSI, Mirian Pillar. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. In: **Revista Estudos Feministas**. Ano 2, p. 473-483, 2º semestre, 1994.

GUEDES, Mardônio. Pelas ruas e pensões: o meretrício em Fortaleza (1930-1940). In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro. (org.) **Gênero**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 07-119.

GUIMARÃES, Carmen Dora. "Mais merece!": o estigma da infecção sexual pelo HIV/AIDS em mulheres. **Revista Estudos Feministas**. v. 4, nº 2, p. 295-318, 1996.

GUIMARÃES, Carmen Dora. **Aids no feminino**: por que a cada dia mais mulheres contraem Aids no Brasil? Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

GUZZO, Morgani. **Corpos e Campos plurais: os feminismos das marchas das Vadias no Brasil.** 2019, 356f. Tese (doutorado) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

HARAWAY. Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 7-41, 2009.

HEILBORN, Maria Luiza. A primeira vez nunca se esquece: trajetórias sexuais masculinas, **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 394-405, 1998.

HEILBORN, Maria Luiza. Entre as tramas da sexualidade brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n.1, p. 43-59, janeiro-abril/ 2006.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (conceito de). In: HIRATA, Helena, *et. al* (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 251-256.

JAYME, Juliana Gonzaga; CHACHAM, Alessandra Sampaio; MORAIS, Mariana Ramos. Mulheres da "Zona Grande". Negociando identidade, trabalho e território. **Sexualidad, Salud y Sociedad** – Revista LatinoAmericana, n. 14, p. 138-163, ago. 2013.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume: Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará. 2000.

JULIANO, Dolores. El trabajo sexual em la mira. Polémicas y estereotipos. **Cadernos Pagu**, n.25, p.79-106, jul. - dez. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/cpa/n25/26523.pdf. Acesso em 22 out. 2017.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. População e Sociedade. In: REIS, Daniel Aarão (Org.). **Modernização, ditadura e democracia – 1964-2010**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014, p. 31-73. (História do Brasil Nação: 1808 – 2010, direção Lilia Moritz Schwartz. vol. 5).

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado** – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006.

LAGENEST, J.P. Barruel de**. Mulheres em leilão –** um estudo da prostituição no Brasil. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 1977.

LAGO, Tânia di Giacomo. Opções contraceptivas em tempos de AIDS. In: GALVÃO, Jane; PARKER, Richard. (org.). **Quebrando o silêncio**: mulheres e AIDS no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996.

LAMOUREUX, Diane. Público/privado. In: HIRATA, *et. al*. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.p. 208-213.

LEAL, Ondina Fachel. "Levante a mão aqui quem nunca tirou criança!": revisitando dados etnográficos sobre a disseminação de práticas abortivas em populações de baixa-renda no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 17, n.7, p. 1689-1697, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/csc/v17n7/07.pdf. Acesso em 20 nov. 2019.

LEAL, Ondina Fachel. Sangue, fertilidade e práticas contraceptivas. In: ALVES, Paulo César; MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Saúde e doença:** um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. p. 13-36.

LEAL, Ondina Fachel; LEWGOY, Bernardo. Pessoa, aborto e contracepção. In: LEAL, Ondina Fachel. (org.). **Corpo e significado**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, p. 57-76.

LEGARDINIER, Claudine. Prostituição I. In: HIRATA, Helena; *et al* (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 198-203.

LEITE, Gabriela Silva. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

LIMA, Delcio Monteiro de. **Comportamento sexual do Brasileiro**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. "O tempo passou na janela": imprensa, sociabilidades urbanas e espaço público durante a ditadura – um tempo presente brasileiro (Florianópolis, SC, 1968-1985). In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. (org.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 258-278.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 07-33.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 11-153.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa. (org.). **Dicionário da Crítica Feminista**. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

MARQUES, Ana Maria. Questões de gênero e geração na produção discursiva sobre o envelhecimento nas três últimas décadas do século XX. **História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1-2, p. 207-224, 2009.

MARQUES, Maria Cristina da Costa. **A História de uma epidemia moderna**. A emergência política da AIDS/HIV no Brasil. São Carlos: RiMa, 2003; Maringá: EDUEM, 2003.

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo**: uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. Bauru, SP: EDUSC, 2000. (Essência).

MATTOS, Maria Luiza Alves de. Situação da prostituição no Rio de Janeiro. In: LAGENEST, H.D. Barruel. **Lenocínio e prostituição**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1960. p. 23-42.

LORDELLO, Silvia Renata; SILVA, Isabela Machado da. Resolução 510/20116 do Conselho Nacional de Saúde: um panorama geral. **Revista da SPAGESP**, São Paulo, v. 18, n.2, p. 6-15, 2017.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

MEDEIROS, Regina de Paula. **Hablan las putas** – sobre prácticas sexuales, preservativos y SIDA em el mundo de la prostitucíon. Barcelona: Virus Crônica, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **Manual de História Oral**. 4. ed. rev. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **Prostituição à brasileira**: cinco histórias. São Paulo: Contexto, 2015.

MENEZES, Valderiza Almeida. **"Fiquei homem": maternidade, conhecimento e contracepção entre mulheres pobres de Fortaleza (1960-1980).** 2012, 242f. Dissertação (Mestrado em História Social) Centro de Humanidades – Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MENEZES, Valderiza Almeida. Não pare de tomar a pílula: contracepção e segurança nacional (1960-1980). In: Ana Rita Fonteles Duarte; Meize Regina de Lucena Lucas. (org.). **As Mobilizações de Gênero pela Ditadura Militar Brasileira (1964-1985).** 1. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2014, v. 1, p. 191-210.

MIGUEL, Luís Felipe. O debate sobre a prostituição. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014a, p. 139-145.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014b, p. 17-29.

MINELLA, Luzinete Simões. **Gênero e Contracepção**. Uma perspectiva sociológica. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da Vila**: Prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MORAES, Aparecida Fonseca. Prostituição, trocas e convites sexuais na adolescência feminina pobre. In: BRUSCHINI, Cristina; HOLLANDA, Heloísa Buarque de**. Horizontes plurais**: novos estudos de gênero no Brasil. São Paulo: FCC, Ed 34, 1998, p. 15-50.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Família e feminismo**: o encontro homem/mulher como perspectiva. Perspectivas: São Paulo, n. 8, p. 143-152, 1985.

MORCILLO, Santiago. "Como un trabajo" – tensiones entre sentidos de lo laboral y la sexualidad en mujeres que hacen sexo comercial en Argentina. **Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana.** n. 18, p. 12-40, dec. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/sess/n18/1984-6487-sess-18-00012.pdf. Acesso em 25 set. 2018.

MOTTA, Alda Britto da. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu,** v.13, p. 191-221, 1999.

MOTTA, Flávia de Mattos. Sonoro silêncio: por uma história etnográfica do aborto. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 681-689, maio/ago. 2008.

MOTTA, Flávia Mattos. **Sonoro silêncio**: história e etnografia do aborto. Ponta Grossa: Todapalavra, 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 59. p. 237-266, 2010.

MOURA, Ana Débora A. *et.al*. Prostituição X DST/AIDS: um estudo descritivo com perspectiva de práticas de prevenção. **Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis,** v. 21, n. 3, p. 143-148, 2009. Disponível em: http://www.dst.uff.br/revista21-3-2009/8-Prostituicao-x-DST.pdf. Acesso em 5 mar. 2016.

MUCHEMBLED, Robert. **O orgasmo e o Ocidente**: uma história do prazer do século XVI a nossos dias. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MURARO, Rose Marie. **Sexualidade da mulher brasileira**: corpo e classe social no Brasil. VOZES: Petrópolis, 1983.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo. **As pestes do século XX**: tuberculose e AIDS no Brasil, uma história comparada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

NATANSOHN, L. Graciela. O corpo feminino como objeto médico e mediático. **Revista Estudos Feministas**, v.13, n. 2, p. 287-304, maio/ago. 2005.

NECKEL. Roselane. Em silêncio... as mulheres que decidam! In: PEDRO, Joana Maria. **Práticas proibidas:** práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 289-294.

NECKEL, Roselane. A "sexualidade" e a "vida a dois" nas revistas femininas e masculinas nos anos de 1970. **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, n. 1, p. 317-333, jan - jul. 2007.

NOBRE, G. S. **Introdução à História do Jornalismo Cearense** Fortaleza: NUDOC, 2006.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos feministas**. Florianópolis, v. 16, n. 2. p. 305-332, maio-agosto 2008.

OLTRAMARI, Leandro Castro. CAMARGO, Brigido Vizeu. Representações sociais de profissionais do sexo sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e contracepção. **Psicologia: teoria e prática**, v. 6, n. 2, p. 75-96, 2004.

PARKER, Richard G. **Corpos, prazeres e paixões**. A cultura sexual no Brasil contemporâneo. Tradução de Maria Therezinha M. Cavallari. São Paulo: Editora Best Seller, 1991.

PASINI, Elisiane. **Prostituição e liberdade do corpo**. Comunicação proferida no CLAM – Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos –15 abr. 2005. Disponível em http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/Elisiane.pdf. Acesso: 20 maio 2018.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre a política e a emoção**. São Paulo: Letra e voz, 2011. (Ideias).

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan-jun, 2011.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de história**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260. 2003a.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, Prazer e Trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: **História**. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf. Acesso em: 27 jul. 2016.

PEDRO, Joana Maria; OLIVEIRA, N. A. S.; LACERDA, M. C.; COSTA, A. F.. Mulheres, memórias e experiências – usos e disputas sobre o controle e autonomia do corpo feminino. In: PEDRO, Joana Maria. (org.). **Práticas Proibidas**: Práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003b. p. 155-169.

PEDRO, Joana Maria. Vender o corpo, vender o sexo – serviços sexuais e trabalhadoras/es do sexo: uma apresentação. In: FÁVERI, Marlene de; SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria. **Prostituição em áreas urbanas**. Histórias do Tempo Presente. Florianópolis: Editora UDESC, 2010.

PEREIRA, Ivonete. **As decaídas:** prostituição em Florianópolis (1900-1940). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy Pesavento. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Esboços** – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. 25-30, 2004.

PETERSEN, Janine. Os feminismos e a política da contracepção no Brasil (1970-1980) **Esboços –** Revista do programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, v. 11, nº 11, p. 135-144, 2004.

PHETERSON, Gail. Prostituição II. In: HIRATA, Helena; *et al* (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 203-208.

PINHO, Érika Bezerra de Meneses. **O tempo bom do farol – Transgressão, sociabilidade e afeto nas trajetórias de ex-meretrizes idosas.** 2012. 239f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi, A era dos modelos flexíveis. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIRES, Conceição. Humor, lutas sociais e direitos femininos nos anos 1970. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 457-477.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação: Gênero no mercado do sexo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 25, p. 7-23, jul-dez. 2005.

PISCITELLI, Adriana. **Trânsitos** – Brasileiras nos mercados do sexo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PISCITELLI. Adriana. Feminismo e Prostituição no Brasil: Uma leitura a partir da Antropologia Feminista. **Cuadernos de Antropologia Social**, n. 36. p. 11-31, 2012.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque** - reforma urbana e controle social (1860 – 1930). 4.ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memória e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, v.10, p. 41- 58, dez. 1993.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-50, 1997.

PORTER, Roy. História do Corpo. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da História**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 291-326.

PRADO, Danda. **O que é aborto**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense: 1985.

PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gérard. **História da Vida Privada 5** – Da Primeira Guerra aos nossos dias. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 1995, p. 13-154 (volume 5).

BUTLER, Judith. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. [Entrevista cedida a] Baukje Prins e Irene Costera Meijer. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1. p. 155-167, jan. 2002.

RAGO, L. Margareth. **Do cabaré ao lar**. A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

RAGO, L. Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAYMUNDO, Marcelo; *et al*. Triexifenidila: caracterização de seu consumo abusivo por um grupo de usuários na cidade de São Paulo. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 30, n. 6, p. 207-217, 2003.

RE, Alisa Del. Aborto e contracepção. In: HIRATA, Helena. *et al*. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 21-25.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Apresentação. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, jan. 2004, p. 3. (Dossiê História do Tempo Presente). Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg16-1.pdf. Acesso em 25 mar. 2016.

RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 203-209.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? **Revista Katál**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 68-76, jan/jun 2009.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo. Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In: RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: UBU Editora, 2017, p. 63-128.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: Reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**. v. 8, n. 1, p. 29-42, jan-jun, 2005.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. **História da Beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 32-48, 2001.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho** – um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2005.

SARTI, Cynthia; PEREIRA, Éverton Luís; MEINERZ, Nádia. **Avanços da Resolução 510/2016 e impasses do Sistema CEP/Conep**. Revista Mundaú, Alagoas, n.2, p. 08-21, 2017.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 5, n. 8, p. 47-60, 2001.

SCAVONE, Lucila. Tecnologias reprodutivas: novas escolhas, antigos conflitos. **Cadernos Pagu,** Campinas, n. 10, p. 83-112, 1998.

SCAVONE. Lucila. **Género y salud reproductiva em América Latina**. Cartago: Libro Universitario Regional, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

SILVA, Janine Gomes da. Casas, esquinas e ruas 'do pecado': lugares de prostituição, memórias sobre um 'discurso caminhante'. In: FÁVERI. Marlene de; SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria. (org.). **Prostituição em áreas urbanas**. Florianópolis: Editora UDESC, 2010, p. 45-62.

SILVA, José Borzacchiello da. **Quando os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf, 1992.

SILVA, Josilene da. Contracepção e masculinidade. **Esboços** – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Florianópolis, v. 11, n. 11, p. 157-166, 2004.

SINGER, Paul; CAMPOS, Oswaldo; OLIVEIRA, Elizabeth M. de. **Prevenir e curar**: o controle social através dos serviços de saúde. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

SOHIET, Raquel. Prostituição. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário Crítico do Gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2015, p. 617-624.

SOUSA, Francisca Ilnar de. **O cliente** – o outro lado da prostituição. São Paulo: Annablume: Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

SOUZA JUNIOR, Aujôr de. **A política demográfica da Igreja Católica e a medicalização da contracepção (1960-1980)**. 2006. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

STOLLER, Ann Laura. Archivos coloniales y el arte de governar. **Revista Colombiana de Antropologia***,* v. 46, n. 2, p. 465-496, jul-dez 2010.

STUDART, Guilherme. **Diccionario Bio-Bibliográphico Cearense**. Volume Segundo. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC. 1980.

SUPLICY, Marta. **Conversando sobre sexo**. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

THÉBAUD, Françoise. A política natalista da França no século XX: uma coação física? In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 199-221.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. (Organização de textos: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva (org.). Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TORRES, José Henrique Rodrigues. Aborto e legislação comparada. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 64, n. 2, p. 40-44, abr/jun 2012.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press, 1995.

UJVARI, Stefan Cunha. **A história da humanidade contada pelos vírus, bactérias e outros microorganismos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

VAITSMAN, Jeni. Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda. **Revista Estudos Feministas**, v. 5, n. 2, 303-319, 1997.

VERAS, Elias Ferreira. **Carne, tinta e papel: a emergência do sujeito travesti público-midiatizado em Fortaleza (CE), no tempo dos hormônios/farmacopornográfico.** 2015, 228f. Tese (doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

VÍCTORA, Ceres G. As imagens do corpo: reproduções do aparelho reprodutor feminino e reapropriações dos modelos médicos. In: LEAL, Ondina Fachel (org.). **Corpo e significado**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2001, p. 77-88.

VIEIRA, Elisabeth Meloni; *et. al*. Anticoncepção em tempos de AIDS. In: GALVÃO, Loren; DÍAZ, Juan. (org.). **Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil.** São Paulo: Hucitec; Population Council, 1999, p. 324-345.

VIEIRA, Elizabeth Meloni. **A medicalização do corpo feminino.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

VILLAS-BÔAS, Flávio. Aids. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário Crítico do Gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2015, p. 34-39.

WALKOWITZ, Judith R. Sexualidades perigosas. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (org.). **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 4: O século XIX. Porto: Edições Afrontamento, Ltda. 1991, p. 403-441.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: Louro, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução de artigos: Tomaz Tadeu da Silva. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 35-82

WOLFF, Cristina Scheibe. Pedaços de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, p. 975-989, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ref/v23n3/0104-026X-ref-23-03-00975.pdf. acesso em 13 set. 2018.

ZELIZER, Viviana A. Dinheiro, poder e sexo. **Cadernos Pagu**, n. 32, p. 135-157, jan-jun 2009.

APÊNDICE A – SOBRE AS ENTREVISTADAS

E.M.P. – Nascida no Maranhão, tinha 55 anos quando a entrevistamos. Declara-se negra. Teve 11 irmãos. Terminou o ensino fundamental ainda jovem e depois do surgimento da APROCE resolveu fazer o ensino médio. É católica, mas se diz "não muito praticante". Aos 7 anos a família mudou-se para o Ceará. Aos 16 ela se mudou para Fortaleza, para ser empregada doméstica. Engravidou de um namorado que não quis assumir o filho. Afirma que começou a se prostituir para sustentar a criança, que seria seu único filho. Teve um relacionamento longo com um cliente, que faleceu. Hoje relaciona-se com outro ex-cliente. Exerceu a prostituição apenas no Centro de Fortaleza. Usou pílulas anticoncepcionais de diversas marcas. Com o surgimento da AIDS assegura que começou a usar camisinha na maior parte dos programas. Afirma que já abortou uma vez, fazendo uso do *Cytotec*. Trabalhou no projeto *Inter-aide* e na criação da APROCE, a qual é filiada. Quanto à BEMFAM, nos disse que a conheceu através da *Inter-aide*, quando fazia o trabalho de conscientização a respeito das DSTs/AIDS. Não menciona ações da atividade em relação à contracepção entre mulheres prostitutas. Atualmente é diarista.

J.M.L. – Natural de Picos no Piauí, foi nossa primeira entrevistada e uma importante intermediária entre outras narradoras e nós. Declara-se branca. Possui 6 irmãos. Tinha 59 anos quando a entrevistamos. Tem três filhos, de 34, 30 e 18 anos (os três são filhos de homens que eram inicialmente clientes da entrevistada). Mora atualmente com os dois filhos mais novos e "o véi", seu atual companheiro. Estudou até a 3ª série do ensino fundamental e se diz católica e devota de Nossa Senhora de Fátima. Aos 14 anos começou a se prostituir no Farol. Ali foi deixada por um taxista que a encontrou sozinha na rodoviária em Fortaleza. J.M. chegou em Fortaleza após fugir de casa, decisão tomada após "levar uma pisa" de sua mãe, pai e avó, que descobriram que ela não era mais virgem. Chegou em Fortaleza grávida e foi levada pela dona do cabaré para um local onde seria realizado o aborto que ocorreu, segundo a entrevistada, sem seu consentimento. Casou-se no civil com o pai de seu primeiro filho, mas a relação durou pouco tempo. Engravidou 13 vezes; 8 filhos chegaram a nascer e por 5 vezes abortou (os relatos são confusos no que se refere ao número de abortos espontâneos e provocados). Foi usuária de pílulas anticoncepcionais. Atuou como prostituta no Farol, no Centro da cidade de Fortaleza e também em Macapá, no Amapá. Trabalhou como multiplicadora na APROCE. Desconhece a

BEMFAM. Atualmente é vendedora ambulante pelas ruas do Centro da cidade e diarista ocasionalmente.

M.A.M.S. – Natural de Paracuru, no Ceará. Teve 5 irmãos. Declara-se parda. Disse, sem muita certeza, ter 73 anos e afirma que passou a morar em Fortaleza em 1970, mas seu relato nos faz crer que teria vindo para a cidade anos antes. Teve 6 filhos (todos de clientes), mas dois faleceram ainda pequenos. Mora atualmente no Serviluz, bairro bem próximo ao Farol do Mucuripe, com dois filhos e uma neta. Disse que estudou muito pouco. Nunca casou e disse ter tido apenas um relacionamento, por pouco tempo. É católica e afirmou que vai à igreja toda semana. Sua mãe faleceu quando ela tinha 1 ano de idade. O pai casou-se novamente e passou a desentender-se com os filhos por conta de intrigas entre estes e a nova esposa. Mudou-se para Fortaleza para trabalhar em "casa de família", assim como suas duas irmãs. Começou a trabalhar na Boate Fascinação por indicação de uma amiga, após ser demitida da casa em que trabalhava por estar grávida. Assegura que nunca utilizou pílulas anticoncepcionais, preservativo ou outros métodos contraceptivos. Em uma de suas gravidezes foi levada pela dona do cabaré em que trabalhava para fazer um aborto, ao que afirma, sem seu consentimento. Atuou como prostituta na Boate Fascinação, no Centro de Fortaleza e no Farol do Mucuripe. Atualmente recebe um benefício do governo. Não conhece a APROCE e nem a BEMFAM.

M.E.L.S. – Natural de Baturité, no Ceará, tinha 63 anos quando a entrevistamos. Declara-se negra. Tinha 9 irmãos. Nunca estudou. É católica e disse que sempre vai à igreja. Nunca casou. O pai lhe dava "pílula do mato" como contraceptivo. Engravidou aos 16 anos, de um namorado. Por conta das agressões do pai – que disse que "não ia criar prostituta", decidiu fugir de casa. Passou a morar em Fortaleza, trabalhando como empregada doméstica e mandando dinheiro para o sustento da filha, que ficou sob os cuidados dos pais. A filha faleceu aos quatro anos de idade. Aliou o trabalho de empregada doméstica com a prostituição. Exerceu esta atividade apenas no Centro da cidade. Afirma nunca ter usado nenhum tipo de contraceptivo e atribui o fato de não ter mais engravidado à uma "menopausa precoce". Com o surgimento da AIDS assegura que começou a usar camisinha nos programas. Desconhece a atuação da BEMFAM. Atualmente é empregada doméstica e reside com seus patrões. Diz que é praticamente "da família". Continua fazendo programas. Conhece a APROCE e é filiada.

M.G.V.P. – Natural de Pentecoste – CE, tinha 53 anos quando a entrevistamos. Declara-se negra. Tinha 15 irmãos. Estudou até a 8ª série do ensino fundamental. É católica e devota de Nossa Senhora de Fátima (afirma que vai à Igreja todo dia 13). Casou-se "no católico" e no civil em 1981 (aos 16 anos) e teve 3 filhas. Em 1984 separou-se e mudou-se para Fortaleza, onde trabalhava como empregada doméstica. Atribui a sua "entrada" na prostituição a uma situação que presenciou na casa em trabalhava: a entrevistada teria visto sua patroa tendo relações sexuais com um cachorro e abandonou o emprego. Tinha amigas prostitutas e disse que "gostava do movimento" do Passeio Público e começou a se prostituir. Teve mais 2 filhas de clientes com os quais morou junto um tempo. Afirma nunca ter utilizado pílulas anticoncepcionais ou DIU, pois sempre usava preservativo nos programas. Diz nunca ter provocado abortos. Fez laqueadura de trompas aos 36 anos. Não conhece a BEMFAM. Atualmente é vendedora ambulante e continua fazendo programas no Centro da cidade. É filiada à APROCE.

R.M.S. – Natural de Fortaleza, tinha 63 anos quando a entrevistamos. Declara-se branca. Tinha 5 irmãos. Estudou até a 3ª série do fundamental. Tem um companheiro há 22 anos. Reside com ele e 2 filhos. Teve 7 filhos, mas apenas 4 estão vivos. Criou outros 2 meninos, filhos de uma amiga que também era prostituta. É católica e devota de Nossa Senhora de Fátima. Aos 14 anos "se juntou" com o namorado e aos 15 engravidou. Afirma que o companheiro a fez sofrer muito e aos 19 anos resolveu sair de casa. Começou a se prostituir em uma praça no Centro de Fortaleza, mas também trabalhou no Farol. Por três ocasiões viajou para a cidade de Macapá para lá trabalhar como prostituta, assim como J.M.L.. Foi usuária de pílulas anticoncepcionais, mas devido aos severos efeitos colaterais e por crer que aquele método era falho, optou por fazer a laqueadura de trompas. Afirma que utilizava o preservativo durante as relações com clientes, após o surgimento da AIDS. Não relatou abortos. Não conhece a BEMFAM. Conheceu a APROCE, mas não chegou a filiar-se.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar, como voluntária, do Projeto de Pesquisa sob o título **"A prostituição entre a contracepção, as DSTs e o prazer em Fortaleza (1970-1990)"**. Meu nome é **Valderiza Almeida Menezes**, CPF xxx.xxx.xxx-xx, estudante de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, matrícula xxxxxxxxx, faço parte da equipe de pesquisa e minha área de atuação é **História**.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, você poderá demonstrar seu consentimento assinando ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora. Em caso de recusa, você não será penalizada de forma alguma. Você também pode confirmar seu consentimento por áudio ou filmagem, por exemplo, e, neste caso, terá acesso ao registro de seu consentimento sempre que solicitar. Além disso, caso opte pelo consentimento na forma não escrita, lhe entregarei um documento, por mim assinado, com todas as informações relacionadas à pesquisa e ao consentimento livre e esclarecido. A sua aceitação também poderá ser comprovada por uma testemunha que não faça parte dessa equipe de pesquisa.

Se houver qualquer dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a assistente **Valderiza Almeida Menezes** e a orientadora/pesquisadora responsável pela pesquisa **Profa. Dra. Janine Gomes da Silva** nos telefones: **(85) xxxxx-xxxx, (48) 3333-6694, (48) 3721-9359** (Programa de Pós-Graduação em História UFSC), e-mail: val_menezzes@hotmail.com , janine.gomesdasilva@gmail.com.

A presente pesquisa tem por objetivo **analisar as vivências das prostitutas na cidade Fortaleza e as formas como lidaram com os métodos contraceptivos - pílulas anticoncepcionais, DIUs (dispositivos intrauterinos) e laqueaduras de trompas - bem como com as DSTs, durante os anos 1970 e 1980. Tenho o interesse também de entender um pouco mais sobre a relação e os afetos entre essas mulheres e seus clientes e/ou companheiros. São poucos os trabalhos sobre este assunto no Brasil, na área de história, e sua participação possibilitará o conhecimento de uma realidade importante para a História das Mulheres e das Relações de Gênero. Por fim, é meu interesse, ainda, refletir sobre a criação da Associação da Prostitutas do Ceará (APROCE) e a sua relação com ela. Para alcançar estes objetivos farei, caso concorde, uma entrevista com você. Ela será gravada e, em um segundo momento, transcrita.**

Pela participação na pesquisa **não** haverá qualquer tipo de pagamento ou gratificação financeira, mas seus gastos com transporte e alimentação podem ser ressarcidos. Manterei o sigilo absoluto em relação a seus dados, tanto dados de saúde, como os pessoais, com o

compromisso da pesquisadora de utilizar as informações exclusivamente na pesquisa a qual se destina, podendo ser utilizadas em publicações e congressos. Caso deseje, sua identidade será preservada, assim como sua voz e imagem. A entrevistada a qualquer tempo poderá se recusar a participar ou retirar seu consentimento, sem qualquer penalização. O fato de retomar acontecimentos do passado pode vir a mobilizar emoções que você talvez não queira. Caso isso aconteça, sinta-se à vontade para dizer à pesquisadora, que desde já assume o compromisso de interromper a entrevista. Além disso, você é quem decide que informações dadas podem ser divulgadas de forma pública. Ao final da pesquisa, lhe informaremos sobre os resultados obtidos.

Você tem direito a solicitar uma indenização, caso venha a ser prejudicada material ou pessoalmente e se houver necessidade, poderá entrar em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos** (CEPSH-UFSC) localizado no Prédio Reitoria II, 4ºandar, sala 401, na Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, Trindade, Florianópolis, em Santa Catarina. Este órgão tem como finalidade garantir a proteção de participantes de pesquisas como esta e atende pelo telefone (48)3721-6094, de segunda à sexta-feira.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Forma de Registro do Consentimento Livre e Esclarecido
( ) Escrito ( )Sonoro ( )Imagético ( )Outro. Especifique: _____
( ) Consentimento acompanhado por testemunha
Justificativa quanto à forma de registro do Consentimento Livre e Esclarecido:
_____
_____

CONSENTIMENTO ESCRITO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo **"A prostituição entre a contracepção, as DSTs e o prazer em Fortaleza (1970-1990)"**, como sujeito, autorizando coleta de entrevista pessoal. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora **Valderiza Almeida Menezes** sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Fortaleza, ____ de _____ de 20 __.

_____
Assinatura da participante da pesquisa

TESTEMUNHA QUE ACOMPANHOU O CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA SUJEITO DA PESQUISA

Eu,_____
_____,RG _____, CPF _____ abaixo assinado, fui testemunha do consentimento da entrevistada em participar do estudo **"A prostituição entre a contracepção, as DSTs e o prazer em Fortaleza (1970-1990)"**, autorizando coleta de entrevista pessoal. A pesquisada foi devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora **Valderiza Almeida Menezes** sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos. Foi garantido à entrevistada que ela pode retirar seu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Fortaleza, _____de _____de 20 __.

_____
Assinatura da testemunha do consentimento da pesquisada

Eu, **Valderiza Almeida Menezes**, RG **xxxxxxxxxxxxx**, CPF **xxx.xxx.xxx-xx** obtive de forma voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido da participante desta pesquisa e garanto cumprir as exigências expressas na Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016.

Fortaleza, ____ de _____ de 20__.

_____
Valderiza Almeida Menezes

APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

1.Nome

2.Idade

3. Local de nascimento

4.Número de irmãos

5. Escolaridade

6. Religião

7. Profissão

8. Estado civil

9. Número de filhos

10. Como foi a sua infância?

11. Como iniciou-se na prostituição? Que idade tinha?

12. Ocupações que já teve/ Localidades em que trabalhou?

13. O que pensa sobre o nome "prostituta"? Como gosta de ser chamada no que se refere à atividade da prostituição?

14. Prostituição é um trabalho para você?

15. Como era/é o ambiente do cabaré? Quantos programas fazia/faz por dia/noite?

16. Que cuidados tinha/tem com o corpo? Era/é vaidosa?

17. Quantas gravidezes teve?

18. Quantos filhos possui? Parto normal ou cesariana? Quando seus filhos eram pequenos, quem cuidava deles enquanto você trabalhava?

19. Como se prevenia de uma gravidez durante os programas?

20. Que métodos contraceptivos conhecia? De quais fez uso? Como tomou conhecimento deles? Onde adquiria? Os clientes temiam engravidar as prostitutas? Qual a importância da contracepção para você? Chegou a fazer laqueadura de trompas?

21. Conheceu os serviços da BEMFAM?

22. Fez uso de métodos caseiros para regular a menstruação?

23. Qual a sua opinião sobre o aborto?

24. Tinha acesso a serviços de saúde? Ia ao médico com frequência?

25. Conheceu o Ambulatório Almeida?
26. Como se prevenia de doenças sexualmente transmissíveis?
27. Caso contraísse alguma DST, como fazia para se curar?
28. Quais eram as doenças sexualmente transmissíveis mais comuns à época?
29. Que práticas sexuais recusava/recusa durante os programas?
30. Por que os homens procuram as prostitutas? Já se envolveu sentimentalmente com algum cliente?
31. Já sofreu algum tipo de preconceito? Já sofreu algum tipo de violência?
32. O que recorda da época do surgimento da Aids? Como fez para se prevenir?
33. Conhece a APROCE? É filiada? O que acha do trabalho da APROCE?